



DESIGUALDADES PASSADAS E PRESENTES

Estudos sobre as Desigualdades
em perspectiva diacrônica

Norberto O. Ferreras (ORG.)

FINO TRACO



EBOOK GRÁTIS



Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.

© Norberto O. Ferreras

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

D487

Desigualdades passadas e presentes: estudos sobre as desigualdades em perspectiva diacrônica / organização Norberto O. Ferreras. - 1. ed. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2023.

211 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9788580546057.

1. Igualdade - História - Brasil. 2. Igualdade - Aspectos sociais.
3. Classes sociais- História. I. Ferreras, Norberto O.

23-84201 CDD: 305.50981 CDU: 316.342.2(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643 26/05/2023 31/05/2023

COLEÇÃO HISTÓRIA

COLEÇÃO HISTÓRIA

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Mansur Barata | UFJF

Andréa Lisly Gonçalves | UFOP

Gabriela Pellegrino | USP

Iris Kantor | USP

Junia Ferreira Furtado | UFMG

Marcelo Badaró Mattos | UFF

Paulo Miceli | UniCamp

Rosângela Patriota Ramos | UFU



FINO TRAÇO EDITORA LTDA.

finotracoeeditora.com.br

Sumário

Introdução ao livro “Desigualdades passadas e presentes. Estudos sobre as Desigualdades em perspectiva diacrônica” 5

Norberto O. Ferreras

PARTE 1 - Desigualdades na longa duração

Medidas da Desigualdade? Um olhar a partir da arqueologia funerária para a Idade do Ferro Europeia 13

Adriene Baron Tacla

Hierarquia e sentido: Um ensaio sobre expressões enfáticas em enterramentos no caso das estelas daunias. 31

José Eduardo M. de Medeiros

Explorando as assimetrias da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro 61

Thaís Rodrigues dos Santos

Parte 2 - As organizações internacionais e as desigualdades sociais

Desigualdade e educação na América Latina: Perspectivas em disputa no Correio da UNESCO 98

Giselle Martins Venancio

Ana Clara Cavalcanti

Semear os campos para encher os pratos: a FAO e a homogeneização agrônômica para o desenho do mapa alimentar planetário 121

Karen Souza da Silva

María Verónica Secreto

Parte 3 - Debates sobre desigualdades

Um “debate” entre John William Cooke e Raúl Prebisch: desigualdades e desenvolvimento capitalista na Argentina de Perón a Onganía (1945-1966)145

Gustavo Santos da Silva

O Princípio da Desigualdade. Visões conflitantes.195

Norberto O. Ferreras

Introdução ao livro “Desigualdades passadas e presentes. Estudos sobre as Desigualdades em perspectiva diacrônica”

Norberto O. Ferreras (História-UFF)

Com o livro que aqui apresentamos, produto do projeto Capes-Print “Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial”, continuamos com a apresentação das nossas pesquisas sobre uma temática que tem se estabilizado nos últimos anos como um campo de estudos em crescimento constante e com novas publicações: a questão das Desigualdades. Há uma demanda crescente da sociedade para analisar a forma em que se produzem e reproduzem as desigualdades em sociedades que prometem a necessidade de alcançar um certo grau de igualdade entre os seus membros.¹ A promessa da democracia e dos governos democráticos é a de alcançar a convivência ao interior da sociedade e para isso unicamente seria possível com a diminuição dos conflitos e o mais importante de todos é o conflito redistributivo.

Estas questões nos levaram a estudar as desigualdades de forma variada e múltipla tentando compreender as suas causas e a sua dispersão ao longo de sociedade e regiões diferentes. Essa proposta de estudo foi lentamente encontrando o caminho de pensar o fenômeno como multicausal e que

1. Estou me referindo ao lema da Revolução francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

precisa de um tratamento interdisciplinar, que não pode ser visto como próprio de uma determinada sociedade. Certamente as desigualdades devem ser analisadas e estudadas de forma tal a oferecer uma compreensão das suas causas e de como lidar com as suas consequências.

Todos os trabalhos apresentados aqui foram realizados por historiadores pelo que a temporalidade terá uma forte marca pessoal nas análises que serão apresentadas. O marco temporal no seu conjunto não está limitado ao período do capitalismo, embora este seja uma maquinaria poderosa de criação e reprodução das desigualdades, os artigos aqui apresentados demonstraram como essas desigualdades se manifestaram desde tempos anteriores ao próprio Capitalismo. Essa constatação poderia nos levar a pensar que a existência de desigualdades é inerente às sociedades humanas e que no capitalismo não poderia ser muito diferente. Ou seja, devemos pressupor a existência de desigualdades porque é uma característica própria das sociedades humanas. A afirmação é possível, porém nos deparamos com as desigualdades crescendo consideravelmente no capitalismo e as mesmas podem ser mensuradas pela distribuição dos ingressos e do acesso a recursos e bens pelos seus integrantes. Uma das constatações dos artigos destinados a analisar períodos pré-históricos é que nos demonstram que a existência das desigualdades não necessariamente acarreta grandes diferenças no acesso aos recursos entre os integrantes de uma sociedade, as diferenças podem estar marcadas pelos rituais e posição dentro da sociedade, como veremos.

Nos anos 1990, no meio da aceleração do processo da globalização e da consolidação da sua base ideológica, o neoliberalismo, Robert Castel publicou o livro *As metamorfoses da questão social* para poder analisar e compreender as mudanças que sofriam os assalariados.² Castel se propunha a analisar os processos de transformação do mundo do assalariamento que estava mudando a olhos vistos. As lutas seculares por aumentos de salário, melhora nas condições de trabalho e estabilidade no emprego deram lugar a questões como a flexibilização dos contratos de trabalho, salários por serviço e produção e exportação dos empregos. Nesse contexto Castell

2. Castel, Robert. *Las Metamorfosis de la Cuestión Social. Una crónica del salariado*. Buenos Aires, Paidós, 1997, p. 15.

falava em *Metamorfose* como a dialética entre o igual e o diferente entre transformações e continuidades na emergência de novas relações no âmbito produtivo, que também incorporavam as novas formas de organizar as relações sociais propostas pelo neoliberalismo. A sociedade resultante dessas mudanças estava afetada pela instabilidade e a incerteza, que se bem existiam no período do Estado-de-Bem-Estar, agora tinham uma impronta decisiva na nova organização da sociedade. Se a promessa da democracia de pós-guerra era a de um potencial igualdade, a partir da década de 1990, no apogeu da Globalização, vamos nos deparar com o início de um novo processo de construção de desigualdades.

Nos anos 1990's Castel chamou a atenção para essa nova maquinaria estabelecida como oportunidade para reformular a taxa de lucro das empresas transnacionais que podiam optar pelo *outsourcing* e o *downsizing* como mecanismos para diminuir os custos de produção ao tempo que desagregavam a classe trabalhadora local. Vinte anos depois vemos que as possibilidades de exploração dos trabalhadores em nível local ou internacional têm se expandido enormemente. Os estados da América Latina procuram formas de diminuir as desigualdades criando programas sociais de atenuação da pobreza e estimulando o acesso ao nível terciário do ensino. Mais e mais pessoas ingressam nas universidades com a promessa de que uma formação superior é o caminho para a melhora das condições de vida individual e familiar. Em compensação cada vez é mais difícil o ingresso devido ao crescimento da taxa de desigualdade e à necessidade de aumentar o número dos membros de uma família que devem contribuir para conseguir não cair por baixo da linha da pobreza.

Para analisar a dinâmica das novas desigualdades na América Latina, Juan Pablo Pérez Sáinz entende que existem quatro processos que geram e mantêm a desigualdade profunda que impera na região:

1. A diferença existente entre criar “trabalho” e criar “emprego”. O primeiro caso escancara a assimetria em favor do Capital. Criar emprego implica que o Trabalho tem a capacidade defender o respeito aos direitos existentes nos códigos trabalhistas.

2. A relação existente com os outros mercados básicos: a terra, os capitais e os seguros e o conhecimento. Quando os proprietários dos meios de produção se apropriaram de qualquer um desses mercados básicos o que temos é o aprofundamento das assimetrias existentes na sociedade. A única forma de evitar esses processos de concentração é estimulando e garantindo a participação de mais membros da sociedade.
3. Também devemos compreender como funcionam os mecanismos de individuação vinculados aos processos de constituição da cidadania social. É importante ampliar a cobertura social e o acesso à educação e formação para que os indivíduos possam superar as condições iniciais e sejam avaliados pela performance própria e não pelas condições sociais de nascimento.
4. Finalmente nos lembra que é importante reafirmar o reconhecimento das diferenças existentes no interior da sociedade evitando que se transformem em desigualdades, ou seja, em barreiras para o progresso social. Simultaneamente é preciso combater os mecanismos de inferiorização que favorecem a constituição e continuidade de pares assimétricos em campos como o gênero, raça, etnia, território, etc. Essas assimetrias favorecem a determinados grupos em detrimento de outros.³

Na sua *Breve História da Desigualdade* Thomas Piketty mostra que os anos oitenta são um período de uma agressiva reversão dos processos de distribuição progressiva que se instauraram no período de pós-guerra, e que embora demorando a apresentar resultados, não podiam ser negligenciados. As suas propostas de combate às desigualdades, tanto as altas taxas das heranças quanto a luta pela paridade social e contra as diferentes formas de discriminação, se defrontam com as ações permanentes dos detentores do Capital ou de privilégios como forma de manter as suas posições e os privilégios adquiridos.⁴ E não só as mantêm como as ampliam. No momento em que escrevo estas linhas, as ruas de Paris, Bordeaux, Marselha e Lyon,

3. Ver Pérez Sáinz, Juan Pablo. *Una Historia de las Desigualdades en América Latina. La barbarie de los mercados desde el siglo XIX hasta hoy*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2016.

4. Picketty, Thomas. *Une breve histoire de L'Egalité*. Paris, Seuil, 2021.

entre outras, estão ocupadas por manifestantes que lutam pela manutenção da idade mínima da aposentadoria que o governo de Emmanuel Macron pretende estender até os 65 anos.

Nunca tivemos mais estudos sobre a desigualdade como no momento presente, porém, nunca a desigualdade cresceu como nestes momentos. Os programas de luta contra as diferentes formas de desigualdade aparecem como paliativos circunstanciais para processos de forte concentração de renda levando a uma luta entre setores desfavorecidos pelos escassos recursos destinados à promoção social dos setores populares. Projetos para o ensino se concentram nas mãos das empresas privadas assim como o controle dos planos de educação para novos estudantes e que, em definitivo, estão destinados à formação de trabalhadores flexíveis e submissos; planos de formação profissional que colocam a carga da frustrações do mercado de trabalho nas costas dos próprios trabalhadores por não serem o suficientemente flexíveis / formados / preparados; projetos de reformas de aposentadorias em países em que a expectativa de vida não supera a idade mínima da estabelecida para aceder ao benefício ou em que grande parte da população não têm condições de contribuir para o mesmo; e assim por diante. O neoliberalismo nos levou a um momento em que as velhas desigualdades se consolidaram, enquanto são incorporadas outras novas.

Por isso, o pequeno livro que aqui apresentamos e que será disponibilizado gratuitamente pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense é constituído por uma série de artigos que analisam a conformação das desigualdades na longuíssima duração. Adriene Baron Tacla nos apresenta a forma em que são estudadas as desigualdades nas sociedades da Idade do Bronze e do Ferro na Europa, e como as mesmas devem ser compreendidas no seu contexto. O objeto do estudo são os enterramentos praticados nesse período, porém, chama a atenção que mais que a desigualdade do indivíduo em vida devemos ver a construção de uma desigualdade simbólica construída pelos seus sobreviventes. O artigo nos mostra como é possível estudar e compreender a existência de desigualdades em sociedades que estão constituindo e consolidando formas simbólicas de estabelecer hierarquias. Na mesma linha, José Eduardo de Medeiros vai analisar os enterramentos *daunios*, na Itália da Idade do Ferro, para poder

compreender a constituição de hierarquias no interior dessas sociedades. Um terceiro artigo, de autoria de Thaís Rodrigues dos Santos, trata de uma questão similar na região de Marinet, na França, na primeira Idade de Ferro. Os monumentos funerários e enterramentos se apresentam como uma fonte de enorme interesse e valia para o desenvolvimento desse tipo de pesquisas que nos levam a compreender a forma das desigualdades em sociedades pré-históricas.

O quarto artigo, de Giselle Martins Venancio e Ana Clara Cavalcanti, nos defronta com os programas da Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), entidade voltada justamente para o desenvolvimento igualitário de políticas culturais e intelectuais no mundo posterior à Segunda Guerra Mundial. Para compreender qual a política da Unesco para o tratamento das desigualdades, as autoras analisam uma das publicações mais importantes e constantes da instituição: o *Correio da Unesco*. No artigo se analisa a educação entre os diferentes países porque é vista como um indicador do desenvolvimento de cada um deles.

O quinto artigo foi escrito por María Verónica Secreto e Karen Sousa e trata de outra das instituições criadas no pós-guerra para dar sustentação às políticas da ONU: a FAO (*Food and Agriculture Organization*). A FAO tinha como objetivo analisar as diferentes formas de produzir alimentos com o objetivo de diminuir a fome no mundo. As autoras analisam a elaboração de um mapa alimentar planetário e as possibilidades abertas por essa tentativa.

Gustavo Santos da Silva nos apresenta um importante debate entre dois intelectuais argentinos sobre a desigualdade e as possibilidades de superação da mesma numa realidade concreta. Estamos nos referindo aos posicionamentos do conhecido economista e fundador da CEPAL, Raul Prebisch, e às propostas da sua contraparte John William Cooke, um dos mais importantes políticos e intelectuais do peronismo e, posteriormente, teórico da revolução na América Latina. Se bem não é um debate direto, é um contraponto possível num momento em que as ideias de ambos representam a possibilidade da intervenção do Estado em políticas reformistas e, por outro lado, a necessidade de implementar políticas de transformação revolucionária na Argentina.

O último artigo é de Norberto Ferreras que analisa o conceito de igualdade no decorrer dos tempos, refletindo sobre como foi sendo construído e elaborado e como funciona o conceito de desigualdade na sociedade contemporânea.

O livro, como vemos, teve como objetivo refletir historicamente sobre as desigualdades. Os objetos são múltiplos, diferentes, porém tendem a apresentar as desigualdades como uma problemática humana e que implica no desenvolvimento de políticas ante os avanços constantes dos setores que pretendem se apropriar individualmente dos esforços coletivos. Em determinados períodos a construção das desigualdades está respaldada pelo Estado, em outras o Estado trabalha na sua diminuição. A ação do Estado depende do tipo de posicionamento existente no interior da sociedade civil, o que está em disputa é a mobilização e a ação coletiva para estabelecer parâmetros aceitáveis de convívio em sociedades que começam a sentir o cansaço de anos de aumento das desigualdades durante a pandemia e as políticas de reversão dos benefícios coletivos.

O livro está à disposição do leitor para que sirva de inspiração de novos estudos sobre a urgente temática das Desigualdades sociais, neste caso em uma perspectiva diacrônica.

An abstract graphic composed of numerous thin, grey, curved lines that flow and swirl across the page, primarily on the left side, creating a sense of movement and depth. The lines vary in length and curvature, some forming larger loops while others are shorter and more fragmented.

PARTE 1
DESIGUALDADES NA
LONGA DURAÇÃO

Medidas da Desigualdade? Um olhar a partir da arqueologia funerária para a Idade do Ferro Europeia

Adriene Baron Tacla⁵

A princípio pode parecer deslocado contar em uma obra como essa com discussões de pré-história juntamente com trabalhos de história contemporânea, sem que estejamos traçando o surgimento das desigualdades ou mesmo a historicidade do pensamento acerca das desigualdades em nossa área. As desigualdades são uma preocupação e um problema global que tradicionalmente têm inquietado pesquisadores das humanidades e ciências sociais aplicadas, políticos e movimentos sociais; e não é estranho que elas configurem um problema de pesquisa também para arqueólogos e historiadores que trabalham com a antiguidade ou com pré-história; afinal não só é uma questão basal no desenvolvimento dessas disciplinas, como também somos todos indivíduos de nosso tempo, e nossas inquietações ante as sociedades atuais também embasam nosso olhar para o passado.

O relatório da UNESCO (2016) já apontava o crescimento das desigualdades globais, que foi ampliado pela COVID-19⁶ (Cf. SANTOS, 2020;

5. NEREIDA/IHT, PPGH/UFF. Email: adrienebt@yahoo.com.br

6. A COVID-19 derrubou a interpretação de que epidemias seriam um dos grandes niveladores sociais ao longo da história (como era o argumento de SCHEIDEL, 2017, por exemplo), ante as assimetrias em termos de acesso à saúde e tecnologia, bem como em condições de trabalho e habitação. As projeções do IHME estimam o total de mais de 18 milhões de

AHMED *et al.*, 2021). Dados do WID.world 2022⁷ mostram que os níveis de desigualdade hoje são equivalentes aos do início do século XX, em pleno imperialismo ocidental. E apesar de modelos preditivos que têm mostrado o crescimento das desigualdades mundiais mesmo em países com melhor distribuição de renda, fica evidente que as desigualdades não são forçadas e sim uma opção política (BOGHOSIAN, 2019)⁸. É, pois, premente a definição de novos programas e políticas públicas, bem como o aprofundamento de nosso conhecimento sobre o fenômeno e que possibilitem traçar alternativas para o combate e a redução das diversas formas de desigualdades que hoje enfrentamos.

Nos últimos anos, obras como aquelas de Piketty (2014) e Pickett e Wilkinson (2009) alertaram para a necessidade de avançarmos na compreensão do fenômeno das desigualdades socioeconômicas para a reflexão acerca das sociedades contemporâneas. Entretanto, se nelas a concentração de riqueza e a distribuição de renda são fatores centrais de análise, não podemos pensar que sejam eles determinantes ou primordiais para todos os períodos históricos; há desigualdades econômicas, sociais, culturais, políticas, ambientais, espaciais e de conhecimento (como enumeradas no próprio relatório da UNESCO 2016) e nem todas derivam da riqueza e da distribuição de renda nos diferentes períodos históricos.

Com efeito, se em certos contextos estamos lidando com “desigualdades persistentes”, como observou Tilly (1999), isto é, geradas em diferentes esferas de atuação, que se perpetuam em sociedade, em um sistema e uma “ordem mundial”, em outros temos processos distintos em operação e não se pode presumir um desenvolvimento linear das desigualdades ao longo de toda a

mortes em escala global ocasionadas por COVID-19 de 2020 a 2023 (dados disponíveis em <https://covid19.healthdata.org/global?view=cumulative-deaths&tab=trend> Acesso em: 25 fev. 2023), em que se avalia que a população em situação de vulnerabilidade foi a mais atingida. Em relatório apresentado em Davos (AHMED *et al.* 2021), a Oxfam calcula que a COVID-19, com o confinamento, o isolamento social e as quarentenas, levou mais de 160 milhões de pessoas à pobreza, sobretudo mulheres pobres, que são chefes de família e têm menor instrução, que perderam seus empregos e não conseguiram recolocação.

7. Disponível em: <https://wir2022.wid.world> Acesso em: 01 mar. 2023.

8. Físicos e matemáticos têm se dedicado a compreender a “física da desigualdade” em busca de métricas que permitam alcançar a dimensão do problema atual, permitindo novos modelos preditivos, particularmente no que se refere à distribuição de renda (a exemplo de BANERJEE *et al.*, 2020; BOGHOSIAN, 2019; CHATTERJEE *et al.*, 2015).

história humana, da pré-história à contemporaneidade. Para compreendê-las, é preciso, pois, ter em mente que se trata de fenômeno multidimensional e multifacetado, que deve ser analisado para cada contexto, considerando suas especificidades, bem como a singularidade da documentação e dos dados disponíveis para cada um deles.

Uma abordagem transcultural e comparativa tem um grande potencial para nos ajudar a avançar no estudo do fenômeno, a exemplo das obras de Flannery e Marcus (2012), Lalueza-Fox (2022) e Scheidel (2017), mas especialmente de grupos de pesquisa comparada com diferentes especialistas para debate e não feitos somente por um único estudioso tal como nos grandes projetos temáticos do CNRS e DFG. Inspirados por essas propostas e formas de discussão, é que o projeto coletivo CAPES/PRINT intitulado “Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial” vem analisar a formação e a reprodução das desigualdades globais na longa duração (da pré-história ao capitalismo contemporâneo) e na dinâmica global-local.

Aqui, levantamos algumas das principais questões sobre a investigação acerca das desigualdades do ponto de vista das pesquisas em arqueologia pré-histórica europeia apontado alguns dos caminhos de reflexão dos capítulos que o seguem (escritos por Thaís Rodrigues dos Santos e José Eduardo Macedo de Medeiros), que se propõe a pensar sobre a aplicabilidade do conceito para contextos pré-históricos⁹, em especial para a Idade do Ferro europeia, bem como considerar as possibilidades metodológicas cabíveis para documentação arqueológica. Aqui, e nesses capítulos vimos pensar o potencial de análises quantitativas e qualitativas, que se conciliadas têm grande potencial para pensarmos sobretudo os conjuntos funerários e a cultura visual dessas comunidades da Idade do Ferro.

9. Aqui, considero pré-história não somente como recorte temporal, mas sobretudo como área de pesquisa (tal como tratada inclusive pelo CNPq e CAPES), isto é, como um campo em que se compartilha questões de investigação e métodos de coleta e processamento de dados, e por isso abarca do Paleolítico até o final da Idade do Ferro. Só farei, então, distinção entre pré- e proto-histórias quando necessário devido a questões específicas do debate na área.

O dever de um conceito na pré-história?

Nem como conceito, nem categoria analítica, as desigualdades são recentes nos estudos de sociedades antigas e pré-históricas. Em verdade, se remontarmos aos antiquários, já neles tem-se o interesse na formação e organização dessas sociedades e suas construções acerca do poder e do fausto. Sobretudo no que se refere aos achados das Idades do Bronze e do Ferro, temos a associação dos contextos funerários e dos assentamentos fortificados a elites principescas (como designadas desde o século XIX para os territórios ditos célticos) ou a heróis míticos (como especificamente no caso de minoicos e micênicos). Se hoje, por um lado, nos afastamos da interpretação desses achados à luz da documentação textual – dos textos homéricos para o caso helênico ou de identificação com relatos míticos medievais, para a Europa centro-ocidental por exemplo –, por outro o debate tem se dedicado à compreensão da produção e concentração da riqueza nas sociedades pré-históricas e à construção de um ideário em torno dessas elites, particularmente evidenciado nas práticas funerárias¹⁰.

Entretanto, é importante frisar que quer dentre antiquários, quer entre os pesquisadores ou mesmo no senso comum, por muito tempo vigorou a crença de que a pré-história é marcada por sociedades igualitárias (do Paleolítico ao Neolítico), sendo as desigualdades marca do processo de hierarquização social típico de sociedades mais complexas (a partir da Idade do Bronze e do Ferro). Entretanto, e como observa Groves (2022), isso é cada vez mais improvável não só ante o conhecimento que hoje se tem das espécies tanto de primatas quanto de homínídeos, mas também diante das evidências de especialização de ofícios desde o Paleolítico (particularmente desde o Magdalenense Superior) e dos usos de artefatos rituais (como as ditas estátuas “Vênus” e mais recentemente de achados como o da “Vênus” de Hohle Fels). São justamente as análises acerca dos ofícios e da divisão do trabalho (principalmente os estudos de *cadeia operatória* e de transformações técnicas)

10. Indiscutivelmente, o debate sobre desigualdades é fundamental no campo da arqueologia funerária e não apenas por ser o contexto funerário privilegiado para identificação das desigualdades, mas também por ser o cerne do debate da arqueologia social desde os anos de 1970 (haja vista os estudos de Bindford, Chapman, Fleming, Renfrew e Saxe, para citarmos apenas alguns dos principais pesquisadores do campo).

que têm ajudado a ampliar o debate, rompendo com visões preconcebidas sobre essas populações, aprofundando nosso conhecimento sobre o domínio técnico (o saber fazer) e a atuação das práticas artesanais e dos artesãos em sociedade, indo além da questão da riqueza e destacando a singularidade das práticas da época.

No que concerne especificamente ao debate em teoria arqueológica, sobretudo com aplicação à pré-história europeia, cabe observar que a desigualdade é um tema central à própria disciplina e ao desenvolvimento do debate teórico, sobretudo com as discussões e abordagens suscitadas pela arqueologia marxista e pelo movimento da arqueologia processual, com a virada teórica para a arqueologia. Podemos, porém, dizer que foi com o trabalho seminal de Renfrew (1972, 1973) que os estudos de desigualdade ganharam destaque para a compreensão quer dos assentamentos e primeiras formações urbanas, quer para a construção do poder através de contextos privilegiados, como os enterramentos. Esses foram trabalhos neoevolucionistas que presumiam uma trajetória linear de desenvolvimento de complexidade social, calcada em uma teoria de tipologia de assentamentos/sociedades/instituições, seguindo uma sequência tipológica social dos “bandos”, às tribos, às chefias e chegando ao surgimento do “Estado”. Eles não identificavam desigualdades entre as populações do paleolítico, mesolítico, neolítico ou mesmo no início da Idade do Bronze, em contraste com aquelas sociedades das Idades do Bronze média e final e da Idade de Ferro quando identificavam, ou melhor dizendo, conjecturavam uma maior especialização dos ofícios derivando do aumento da produção, que por sua vez contribuía para um aumento das trocas e, por conseguinte, um acúmulo de riqueza por parte dos grupos que controlavam essas trocas e que seriam identificados tanto por seus enterramentos faustosos quanto pela criação de grandes construções (no caso dos Egeu com grandes complexos arquitetônicos, designados na literatura como palácios – minoicos e micênicos¹¹). Com efeito, esses estudos foram em busca dos “ricos e poderosos”, como observou Babić (2005).

11. Para um balanço da discussão acerca dos casos minoico e micênico, ver Damilati (2004). Ela propõe que o cerne da análise das desigualdades nessas sociedades está não no acúmulo da riqueza em si, mas na formação de desigualdades relacionais e nas “linguagens da desigualdade” em prática, sobretudo a formação de um capital simbólico pelas elites dessas

Inúmeras pesquisas se dedicaram a modelizar a emergência dessas elites, seu processo de hierarquização e a formação das chefias¹², a partir de uma dicotomia entre “sociedades simples” e “sociedades complexas”. Nesse sentido, a questão central era sempre atinente aos mecanismos de controle social, ao acesso e domínio de mercadorias importadas e de informação e contatos, vendo-os, porém, sempre em uma ótica dita “objetiva”¹³, como apontou o próprio M. Rowlands, inserindo essas comunidades em uma interpretação neoevolucionista que traçava a emergência das elites e do Estado tradicional na proto-história (Cf. Kristiansen e Rowlands, 1998) e onde a vivência e a experiência dessas comunidades seria “orientada” para o surgimento dessas desigualdades e do Estado. Em outras palavras, criara-se uma compreensão causal entre desigualdade e complexidade. O equívoco de uma tal interpretação residia não apenas nessa pressuposta causalidade, mas igualmente em presumir que era possível tipificar os modelos de sociedade a partir da identificação de características básicas de sua organização, alicerçadas em apriorismos e sem analisar essas sociedades por si mesmas; o que resultou no que se passou a designar como uma “arqueologia do *checklist*”.

A crítica a essas interpretações, sobretudo a partir de fins dos anos 1980, pelo movimento chamado de pós-processualismo veio apontar a necessidade de compreendermos os processos de diferenciação dentro dessas sociedades pré-históricas, rompendo com visões unilineares dos grupos sociais, do poder (Cf. PAYNTER, 1989; WASON, 1994; PRICE *et al.*, 1995) e, sobretudo, rompendo com grandes modelos teóricos. Desde fins dos anos de 1990, o grande desafio tem sido ampliar a reflexão social, indo além das elites, ou melhor dizendo, para além de um discurso sobre hierarquização e elites, atentando para o agenciamento dos indivíduos nos diferentes contextos e para a subjetividade tanto nas relações sociais quanto nas relações de poder.

Para tanto, como destacado por Paynter (1989) e mais recentemente por Drennan *et al.* (2010), é fundamental ampliar as fronteiras de análise e

comunidades. Para ela, são as performances funerárias que melhor elucidam a questão, tanto de um ponto de vista ritual, de usos e tratamentos do corpo, como de relacionamentos espaciais na paisagem dessas sociedades.

12. Para esse debate com relação às sociedades ditas de cultura “céltica”, ver Tacla (2016).

13. Sobre objetivismo e subjetivismo entre processualistas e pós-processualistas ver o capítulo de Medeiros neste volume.

buscar compreender as formas e a variabilidade das desigualdades a partir da materialidade. Entretanto, se não mais acreditamos que a tipificação de sociedades explique a mudança social e a vasta gama de achados de que atualmente dispomos, não podemos ignorar que ela ainda esteja no cerne dos debates acerca da concentração da riqueza e das dinâmicas territoriais em sociedades antigas e pré-históricas (Cf. KIELIN e ZIMMERMANN, 2012; FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2017).

Novas e velhas medidas das desigualdades?

Do ponto de vista científico, parte significativa do debate sobre as desigualdades pré-históricas reside nos métodos adotados para traçar os graus e formas de desigualdade a partir da documentação arqueológica. Essa materialidade configura tanto achados de contextos funerários quanto de assentamentos e de locais de culto. Abre-se, pois, uma vasta gama de questões – arquitetônicas, ambientais, espaciais, bioarqueológicas, econômicas e culturais. Para delas tratar, as análises qualitativas seguem hoje com abordagem das performances e práticas culturais a partir (1) das construções e disposições espaciais, enveredando por análises espaciais, (2) dos contextos rituais, (3) das deposições e do mobiliário funerários e (4) bioarqueológicos; estes últimos conciliando o exame dos remanescentes funerários (compreendendo alimentação, formação física e doenças), das práticas rituais e de tratamento do corpo para os enterramentos, bem do mobiliário e dos monumentos funerários. Já as análises computacionais, vêm sendo aplicadas: a) em termos espaciais, com aplicações de (1) GIS (Sistemas de Informação Geográfica, que vêm crescendo com a arqueologia da paisagem desde os idos de 1990) quer para apreensão de mobilidade, quer de monumentalização, do agenciamento e de usos da paisagem, e (2) análises de rede – sobretudo para aprofundar a compreensão do agenciamento e os relacionamentos entre pessoas, lugares e artefatos; b) em termos econômicos, predominam as análises quantitativas, sobretudo a partir do cálculo do coeficiente de Gini, para compreensão dos processos de formação e de acumulação de riqueza.

O coeficiente de Gini e a curva de Lorenz são métodos consolidados para medir as desigualdades econômicas. Particularmente atinentes para compreender a distribuição de renda em sociedades contemporâneas, eles têm também sido discutidos como não sendo a única métrica possível e adequada para o estudo dessas desigualdades¹⁴ e nem sempre sendo o cálculo mais apropriado para explicar as suas diferentes formas. Em arqueologia, o coeficiente de Gini vem sendo aplicado desde os anos de 1980 – com McGuire (1983) e ganhou grande repercussão nos últimos anos com o enfoque acerca das desigualdades em prática agrícola (por investimento e domínio técnico, e a demarcação de fazendas (ver KOHLER *et al.*, 2017; BOGAARD *et al.*, 2019 e FOCESATO *et al.*, 2019¹⁵).

Sua aplicação aos achados arqueológicos tem sido feita para identificar desigualdades de saúde e longevidade, de riqueza, de renda/produzitividade familiar, privilegiando dois tipos de contexto: o doméstico e o funerário. Ou seja, essas questões têm sido largamente discutidas de um ponto de vista eminentemente econômico, em que a riqueza seria verificada pelos conjuntos funerários, tamanhos das casas, conjuntos de ferramentas, fauna e objetos encontrados em contextos domésticos, quando, na verdade, como observaram Peterson e Drennan (2018), precisam ser considerados de um ponto de vista social e, no meu entender, também cultural. Afinal, não apenas está em questão a quantidade/frequência, a posse e os usos desses

14. Vários pesquisadores têm buscado outras métricas como o índice de Robin Hood, índice de Atkinson e índice de Theil, que dão diferentes perspectivas acerca da desigualdade de renda (Cf. DE MAIO, 2007; TRAPEZNIKOVA, 2019). Mais recentemente, tem-se também proposto o uso do coeficiente-k (Cf. CHATTERJEE *et al.*, 2015; BANERJEE *et al.*, 2020), ou ainda buscando novas equações que permitam uma apreensão das diferentes formas de desigualdade como no caso do projeto Gi-Ni (<https://gini-research.org>).

15. Essas publicações resultam de estudo transversal de abordagem econômica que lança a proposta de comparação do coeficiente de Gini para testar o tamanho das casas e a quantidade de artefatos em deposições funerárias como marcadores de riqueza e desigualdade. Para isso, compararam os cálculos de Gini em sociedades tanto de caçadores e recoletores quanto de agricultores da pré-história e antiguidade na Eurásia, abarcando exemplos de 23.000 anos atrás até o I milênio EC, isto é, do Neolítico ao período romano, e do I milênio AEC até o século XVIII para os casos da América do Norte e Central e África. Eles evidenciam um primeiro aumento das desigualdades a partir do desenvolvimento da agricultura em si, e um segundo e substancial crescimento das desigualdades sobretudo a partir das transformações técnicas do período do calcolítico, com a domesticação de rebanhos mais diversificados na Europa e na Ásia, e o desenvolvimento da metalurgia do cobre e do bronze nessas regiões.

conjuntos, mas o seu significado e emprego nessas comunidades; os quais, não podemos esquecer, também variam conforme construções culturais. Isto porque os contextos doméstico e funerário são extremamente pessoais, carregados de subjetividade e são definidos a partir de referências culturais. Neles temos a construção e a expressão das identidades pessoal e coletiva, além de diferentes usos de seus conjuntos nos discursos social e político. São marcas de desigualdades? Sim. Mas são necessariamente de desigualdades de base econômica? Não a meu ver.

Peterson e Drennan (2018) alertaram que a ênfase em uma interpretação econômica pode levar a equívocos, uma vez que nem sempre essas aplicações se referem de fato a questão de riqueza em si, porquanto quando empregado a questões de posição social se refere, por exemplo, à “diferenciação de prestígio” e não à riqueza em si. Ademais, nem sempre as diferenciações caracterizam desigualdades em si; o que demanda uma crítica minuciosa dos dados e atenta às tendências e limites dos dados de que dispomos em cada caso e em cada recorte. Parte do desafio está em definir categorias que permitam comparações entre diferentes culturas e contextos cronológicos e sociais, mas sem ignorar as singularidades de contexto. Logo, não se trata somente de identificar marcadores e calcular sua distribuição. Nesse sentido, cabe avaliar de que pressupostos se está partindo e o que eles ensejam para o exame dos contextos domésticos e funerários tanto no que se refere aos procedimentos de pesquisa quanto à compreensão social.

Para contextos domésticos, deve-se atentar que as dimensões das casas não são sempre indicativas de riqueza; ao contrário, em vários casos apontam para práticas coletivas e para construções e usos simbólicos dentro da comunidade, além de discursos normativos. Ou seja, em muitos casos são práticas de construção da comunidade, de discursos e ideário de coesão e não de distinção ou marginalização. Para a elas chegar, demandaria outras observações complementares. De forma semelhante, o conjunto dos artefatos e deposições associados às casas precisam ser analisados igualmente conforme as práticas culturais e rituais dessas comunidades, considerando o contexto dentro dos assentamentos e residências e não somente a sua frequência. Nesse sentido, há também que se questionar acerca da intencionalidade dessas deposições e de eventuais descartes. Por exemplo, há casos como dos

hillforts da Idade do Ferro na Bretanha, em que se comprovou que supostas covas de dejetos/descarte, na verdade correspondiam a deposições rituais (Cf. HILL, 1995a-b); donde esses artefatos não eram indicativos de estocagem e de dispêndio cotidiano e sim de consumo ritual coletivo, comunitário. O tamanho, desenho, técnica de construção e conjuntos de deposições podem nos fornecer indícios de desigualdades, mas para compreendê-las é preciso ir além.

Já no que se refere ao cálculo de coeficiente de Gini a partir dos contextos funerários, os estudiosos tendem a considerar as deposições funerárias como sinais diacríticos, indicativos de *status* e de acúmulo de riqueza quer pelo indivíduo, quer por sua família extensa. Se essa parece ser uma abordagem a princípio atraente, ela é se não inadequada, pelo menos incompleta. Primeiro porque o cálculo de Gini não explica construções e variabilidade de formas de desigualdade; na melhor das hipóteses assinala desigualdades e pode apontar construções de prestígio (como discutem DRENNAN *et al.*, 2010). Depois, porque partem de uma visão simplista e equivocada dos achados funerários, em que presumem que a quantidade de deposições em um enterramento ou cremação é indício inequívoco de riqueza, isto é, que um enterramento ou cremação com muitos objetos em seu mobiliário é rico, enquanto aqueles com poucos ou sem nenhum artefato são pobres, quer fosse essa riqueza dos indivíduos ou de seu grupo de parentesco. Ora, esse tipo de interpretação já há muito foi criticado em estudos de arqueologia funerária; sobretudo entre colegas da academia no Reino Unido. Há uma série de aspectos que devem ser considerados ao fazer-se a análise do registro funerário.

Ao considerarmos enterramentos, é crucial atentar para as escolhas e regras socioculturais empregadas nos rituais; que em larga medida são feitas pelos vivos ao tratarem de seus mortos. Ou seja, os objetos depositados e a quantidade deles não remete necessariamente a posses específicas do morto ou mesmo de sua família extensa e sim aos interesses e seleções feitas por aqueles que o sepultaram e que participaram de seus funerais; de novo, nem sempre só restritos aos seus familiares. Nesse sentido, é fundamental considerar os tipos e características das cerimônias adotadas, analisando: posicionamento e tratamento do corpo, aspectos tafonômicos, sequenciamento de ações dentro dos rituais, seleção de artefatos para o

mobiliário funerário, posicionamento e tratamento desse mobiliário (bem como sua produção, usos e alterações), construções e relações de gênero, arquitetura e construção da sepultura e de eventual monumento, mobilização e trabalho para a construção dos monumentos, posicionamento das sepulturas e/ou monumentos na paisagem, dados bioantropológicos dos remanescentes humanos (exame de características físicas, traumas, doenças e dieta), além de eventuais deposições de alimentos e/ou de animais. Além disso, há que se considerar as condições de preservação, ocorrência de roubo e violação de tumbas, e igualmente a criação de memoriais funerários, que podem inclusive ocorrer vazios. Todos esses aspectos nos fornecem dados acerca das performances funerárias, de crenças, de seu valor simbólico e de seus usos sociopolíticos e se descartados podem gerar distorções nos resultados.

Se recorrermos a comparações etnográficas, também não podemos considerar que a quantidade de deposições funerárias seja mero indício de entesouramento. Ao invés, há uma vasta gama de práticas que precisam ser consideradas para a formação desses conjuntos; e há que se levar em consideração a economia política dessas comunidades, tanto quanto a circulação de artefatos comuns. Weiner (1992), por exemplo, já nos havia apontado nova interpretação para a dinâmica de circulação no *Kula*, demonstrando haver a prática de “manter enquanto se dá” (*keeping-while-giving*), isto é, de reter-se objetos de grande densidade simbólica contra a demanda social, ofertando, ao invés, artefatos de menor densidade simbólica. Isso significa que há a possibilidade de diferentes fluxos de circulação de artefatos em sociedade, o que permite aos indivíduos reter objetos de maior prestígio social e dá-los em prestação somente em casos excepcionais; o que a meu ver no caso das deposições funerárias nos indica diferentes tipos de performances e de cerimônias funerárias¹⁶.

Por isso, atualmente visa-se a compreensão das múltiplas e distintas trajetórias de artefatos e pessoas, dos relacionamentos espaciais, da agência dos sujeitos sociais e, eventualmente (quando o registro arqueológico assim o permite), de grupos subalternos para falar da desigualdade a partir do ponto de vista dos dominados. Nesse sentido, é que se busca conciliar o

16. Para análise desses aspectos na Idade do Ferro na Europa Centro-Ocidental, ver Tacla (2008).

estudo bioantropológico e aprofundando o exame da cultura material (Cf. QUINN e BECK, 2016; LALUEZA-FOX, 2022).

Afora isso, há também que se considerar a quantidade e as características das amostras consideradas para análise para efetuar o cálculo de Gini, a quantidade de casos desprezados, muitas vezes em virtude das condições de preservação, outras por identificação de gênero e/ou cronológica indefinida. Isso significa que parte da documentação é sistematicamente desconsiderada, pois os pesquisadores precisam estabelecer que parâmetros vão considerar para definir sua amostragem. Essas seleções podem provocar distorções significativas ao se aplicar o cálculo de Gini; esse foi justamente o caso de uma investigação do cemitério de Durankulak (na região danubiana na Idade do Cobre) como destaca Chapman (2017).

Por essas razões, muitos têm buscado novas possibilidades metodológicas e inclusive outras equações para medir as desigualdades a partir da documentação arqueológica. Esse é o caso de Arponen *et al.* (2016) que propuseram adotar a abordagem de capacidade de Amartya Sen, aplicando uma visão relacional da desigualdade, em que esta é produzida pela incapacidade de ter acesso a recursos críticos. No caso por eles analisados (o assentamento neolítico de Okolište, na Bósnia), evidencia a concentração de ferramentas e de artefatos de uso ritual nas mesmas casas; o que sugere acesso controlado às práticas rituais e à produção artesanal (especialmente à tecelagem) por determinados grupos familiares. Essas também são as casas com maior capacidade de estocagem de cereais, o que reforça sua hipótese de capacidade de acesso a recursos e práticas críticas como base da produção das desigualdades nessa comunidade, resultando inclusive na marginalização ou exclusão em práticas rituais.

Em contraste, Oka *et al.* (2018) lançaram a proposta de um “índice de Desigualdade Arqueológica Composta” (CAI), pensado a partir da metodologia de IDH, calculando múltiplos Ginis (para n variáveis), respeitando as especificidades socioculturais dos estudos de caso, a fim de entender tendências de formação de desigualdades. Para eles, quanto maior a quantidade de variáveis de análise, mais confiável e estável pode ser o CAI. No entanto, alertam eles que não se deve usar esse índice para quantificar as desigualdades a partir da documentação arqueológica.

Reconhecendo esses problemas e as várias críticas do uso isolado do coeficiente de Gini para analisar as desigualdades pré-históricas, Großmann (2021) propõe associar análises bioarqueológicas e espaciais ao cálculo de Gini; o que lhe permitiu traçar diferentes graus de desigualdades, inclusive de gênero atentando para as especificidades de época ao comparar os casos de cinco cemitérios no Sudoeste da Alemanha, do Neolítico ao Alto Medievo.

Assim, é preciso destacar que o coeficiente de Gini, se usado como ferramenta de apoio, isto é, conciliado com outras análises quantitativas e qualitativas pode contribuir para a compreensão de padrões e tendências sociais, mesmo em períodos mais remotos. Contudo, não apenas não é a única ferramenta à nossa disposição para medir as desigualdades, como também se aplicado isoladamente e somente de um ponto de vista econômico para sociedades antigas e pré-históricas é possível incorrer em distorções significativas que levem a inferências equivocadas. Por isso, é fundamental termos clareza dos limites de aplicação de cada método empregado e buscar novos métodos não é só desejável como imprescindível para explicarmos as diversas formas das desigualdades pré-históricas e antigas. Da mesma forma, precisamos ter em mente que uma metodologia unificada que se apresenta com o potencial de comparação transversal, pode não dar conta das singularidades culturais e de contexto. Pode-se dizer que as escolhas de pesquisa oscilam na tensão entre objetividade da análise empírica e subjetividade no processamento e interpretação dos dados dos remanescentes arqueológicos.

Considerações finais

Sem dúvida, as desigualdades permeiam a vivência humana em todos os períodos históricos, mas há que se ter cuidado com o estudo do fenômeno e suas bases em diferentes contextos, sociedades e culturas. Quando falamos em desigualdades imediatamente nos reportamos a questões econômicas, muitas vezes olvidando a fundamentação sociocultural desses processos.

Mas que noções de desigualdade são essas que fundamentaram o debate em arqueologia? É a trajetória linear de uma mesma concepção? Não há como persistir em visões evolucionistas ou neoevolucionistas que

pressupõem a associação entre complexidade e desigualdade e propõe uma visão linear do desenvolvimento das desigualdades desde a pré-história. Em arqueologia pré-histórica europeia, o termo geralmente é empregado ao identificar acúmulo de riqueza, marcando distinções hierárquicas e o exercício de poder das elites. Na prática, elas designam assimetrias de *status* e prestígio – apontadas por concentrações na distribuição de artefatos, na criação de grandes edificações ou monumentos. Todavia, são as pesquisas de gênero, agenciamento e performance que nos têm aprofundado a nossa compreensão das assimetrias sociais. É no engajamento entre pessoas, artefatos e lugares que novas perspectivas têm sido abertas, indicando diferentes formas de relacionamentos e uma série de conexões, que enfatizam não apenas desigualdades verticais, mas também horizontais.

Se tem algo que todas as pesquisas têm apontado até o momento é não estamos indo em busca de “resgatar” uma sociedade igualitária ancestral, “perdida” ao longo da história humana. Para darmos conta dessa diversidade social é fundamental conciliar diferentes métodos, que nos permitam explorar mais detalhadamente os remanescentes arqueológicos em conjunto. E não há uma única equação que responda a todas as nossas questões ou que sintetize o processo de formação das desigualdades, sejam elas pré-históricas, antigas ou mesmo contemporâneas.

Bibliografia

AHMED, N. *et al.* *Inequality Kills: The unparalleled action needed to combat unprecedented inequality in the wake of COVID-19*. Oxford: Oxfam, Relatório, 2022.

ARPONEN, V.P.J. *et al.* “Using the Capability Approach to Conceptualise Inequality in Archaeology: the Case of the Late Neolithic Bosnian Site Okolište c. 5200–4600 BCE”, *Journal of Archaeological Method and Theory*, 23, 2016, p.541–560.

BABIĆ, S. “Status Identity and Archaeology.” In: DIAZ-ANDREU, M.; LUCY, S. (Eds.) *Archaeology of Identity: Approaches on Gender, Age, Status, Ethnicity and Religion*. Routledge, 2005, p.67–85.

BANERJEE, S.; CHAKRABARTI, B.K.; MITRA, M.; MUTUSWAMI, S. “Inequality measures: The Kolkata index in comparison with other measures.” *Frontiers in Physics*, 8, 2020.

BOGAARD, A., FOCESATO, M., BOWLES, S. “The farming-inequality nexus: new insights from ancient Western Eurasia”. *Antiquity*, 93, 2019, p.1129–1143.

BOGHOSIAN, B.M. “Is inequality inevitable?” *Scientific American*, 321 (5), 2019, p.70–77.

BOWLES, S. *et al.* “The Emergence and Persistence of Inequality in Premodern Societies: Introduction to the Special Section”. *Current Anthropology* 51, 2010, p.7–17.

CERASUOLO, O. (Ed.) *The Archaeology of Inequality: Tracing the Archaeological Record*. New York: SUNY Press, The Institute for European and Mediterranean Archaeology Distinguished Monograph Series, 2022.

CHAPMAN, J. “The Durankulak cemetery – signs of changing gender tensions”. In: MANOLAKAKIS, L.; SCHLANGER, N.; COUDART, A. (Eds.) *European Archaeology: IDENTITIES & MIGRATIONS/ Archéologie européenne: IDENTITÉS & MIGRATIONS. HOMMAGES À JEAN-PAUL DEMOULE*. Leiden: Sidestone, 2017, p.229–250.

CHATTERJEE, A.; GHOSH, A.; INOUE, J.I.; CHAKRABARTI, B.K. “Social inequality: from data to statistical physics modeling”. *Journal of Physics: Conference Series* 638 (1) 2015.

DAMILATI, K. *Dealing with Inequality in Early Bronze Age Crete*. Sheffield: The University of Sheffield, PhD Thesis, 2004.

DE MAIO, F.G. “Income inequality measures”. *Journal of Epidemiology & Community Health* 61, 2007, p. 849–852.

DRENNAN, R.D.; PETERSON, C.E.; FOX, J.R. “Degrees and kinds of inequality.” In: PRICE, T.D., FEINMAN, G.M. (Eds.) *Pathways to Power: Fundamental Issues in Archaeology*. New York: Springer, 2010, p.45–76.

FLANNERY, K., MARCUS, J. *The Creation of Inequality: How Our Prehistoric Ancestors Set the Stage for Monarchy, Slavery, and Empire*. Harvard University Press, 2012.

FERNÁNDEZ-GÖTZ, M. Contested Power: Iron Age Societies against the State? In: HANSEN, S.; MÜLLER, J. (Eds.) *Rebellion and Inequality in Archaeology*. Proceedings of the Kiel Workshops “Archaeology of Rebellion” (2014) and “Social Inequality as a Topic in Archaeology” (2015). Bonn: Verlag Dr. Rudolf Habelt, 2017, p. 271-288.

FOCHESATO, M., BOOGARD, A., BOWLES, S. “Comparing ancient inequalities: the challenges of comparability, bias and precision”. *Antiquity* 93, 2019, p.853–869.

GROßMANN, R. (Ed.) *Insights into Social Inequality: A Quantitative Study of Neolithic to Early Medieval Societies in Southwest Germany*. Kiel: Sidestone Press, 2021.

GROVE, M. “A comparative perspective on the origins of inequality.” In: MOREAU, L. (Ed.) *Social Inequality before Farming? Multidisciplinary Approaches to the Study of Social Organization in Prehistoric and Ethnographic Hunter-Gatherer-Fisher Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, p. 167–177.

HILL, J.D. “How should We Understand Iron Age Societies and Hillforts? A Contextual Study from Southern Britain”. In: HILL, J.D., CUMBERPATCH, C.G. (Eds.) *Different Iron Ages - Studies on the Iron Age in Temperate Europe*. Oxford: Tempus Reparatum, 1995a, p. 45–66.

HILL, J.D. *Ritual and rubbish in the Iron Age of Wessex: a study on the formation of a specific archaeological record*. Oxford: Tempus Reparatum, 1995b.

KIENKIN, T.L., ZIMMERMANN, A. (Eds.) *Beyond elites: alternatives to hierarchical systems in Modelling Social Formations*. Universitätsforschungen zur prähistorischen Archäologie. Bonn: Verlag Dr. Rudolf Habelt, 2012.

KOHLER, T.A. *et al.* “Greater post-Neolithic wealth disparities in Eurasia than in North America and Mesoamerica”. *Nature*, 551, 2017, p.619–622.

KRISTIANSEN, K., ROWLANDS, M. *Social Transformations in Archaeology: Global and Local Perspectives*. London/New York: Routledge, 1998.

LALUEZA-FOX, C. *Inequality: A Genetic History*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2022.

MCGUIRE, R.H. “Breaking down Cultural Complexity: Inequality and Heterogeneity”. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 6, 1983, p.91–142.

OKA, R.C. *et al.* “Dreaming Beyond Gini Methodological Steps Toward a Composite Archaeological Inequality Index”. In: KOHLER, T.A.; SMITH, M.E. (Eds.) *Ten Thousand Years of Inequality: The Archaeology of Wealth Differences*. Tucson: University of Arizona Press, 2018, p.67–95.

PAYNTER, R. “The Archaeology of Equality and Inequality”. *Annual Review of Anthropology*, 18, 1989, p.369–399.

PETERSON, C.E.; DRENNAN, R.D. “Letting the Gini Out of the Bottle: Measuring Inequality Archaeologically”. In: KOHLER, T.A.; SMITH, M.E. (Eds.) *Ten Thousand Years of Inequality: The Archaeology of Wealth Differences*. Tucson: University of Arizona Press, 2018, p.39–66.

PICKETT, K.; WILKINSON R. *The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stronger*. London: Bloomsbury Press, 2009.

PIKETTY, T. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: Belknap Press, 2014.

PRICE, T.D., FEINMAN, G.M. (Eds.) *Foundations of Social Inequality*. New York: Springer, 1995.

QUINN, C.P.; BECK, J. “Essential Tensions: A Framework for Exploring Inequality Through Mortuary Archaeology and Bioarchaeology”. *Open Archaeology*, 2, 2016, p.18–41.

RENFREW, C. *The Emergence of Civilisation: Cyclades and the Aegean in the third millennium BC*. London: Methuen, 1972.

RENFREW, C. “Monuments, Mobilization and Social Organization in Neolithic Wessex.” In: RENFREW, C. (Ed.) *The Explanation of Culture Change: Models in Prehistory*. London: Duckworth, 1973, p. 539–558.

SANTOS, B.S. *A cruel pedagogia do vírus*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2020.

SCHEIDEL, W. *The Great Leveler: Violence and the History of Inequality from the Stone Age to the Twenty-First Century*. Princeton University Press, 2017.

SPENCER-WOOD, S.M., TRUNZO, J.M.C. “Introduction to Archaeologies Special Issue on Intersectionality Theory and Research in Historical Archaeology”, *Archaeologies* 18, 2022, p.1–44.

TACLA, A.B. “Prestation Economy’: a model for Late Bronze Age and Early Iron Age burial deposition in Central-Western Europe”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 18, 2008, p.133-153.

TACLA, A.B. “Engajamento Comunal e Complexidade Social: Uma Nova Fronteira?”. *Phoînix*, 22 (2), 2016, p. 11-28.

TILLY, C. *Durable Inequality*. Berkeley: University of California Press, 1999.

TRAPEZNIKOVA, I. “Measuring income inequality”. *IZA World of Labor*, 2019.

UNESCO *World Social Science Report 2016: Changing Global Environments*. OECD.

VAN DOMMELEN, P. “Postcolonial archaeologies between discourse and practice”. *World Archaeology*, 43 (1), 2011, p. 1-6.

WASON, P.K. (Ed.) *The Archaeology of Rank*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WEINER, A. *Inalienable possessions: the paradox of keeping-while-giving*. Berkeley: University of California Press, 1992.

Hierarquia e sentido: Um ensaio sobre expressões enfáticas em enterramentos no caso das estelas daunias.

José Eduardo M. de Medeiros¹⁷

Introdução

Enterramentos são uma fonte importante para o estudo da arqueologia e da pré-história (MEINEKE *et al.*, 2010). Boa parte das constatações sobre o que poderia ser chamado de “fatos naturais” (SEARLE, 1995) informam a pesquisa sobre contextos de vida pré-históricos, às vezes até dispensando interpretações de natureza cultural ou sociológica, que são por via de regra mais complexas e difíceis de se inferir com a mesma probabilidade ou certeza de um enunciado sobre algum dado físico como altura do indivíduo, espessura dos ossos ou largura da bacia. Alimentação, saúde, doenças, idade alcançada, a causa e a forma da morte, sexo são exemplos de fatos que em alguns casos podem ser adquiridos a partir do exame de enterramentos com métodos da antropologia física e de outras ciências naturais (PARKER PEARSON, 2003). Além disso, todos esses fatos positivos ou naturais escondem contextos culturais, o que torna análises desse tipo ainda mais interessantes para a arqueologia. Por exemplo: a partir de lesões ósseas se inferem movimentos típicos na vida do indivíduo enterrado e com isso práticas cotidianas vão se revelando e

17. Email: je_medeiros@id.uff.br

até mesmo formas de vida ganham contorno mais explícito. Alimentação, quando possível de se analisar, também pode revelar indiretamente práticas do dia a dia ou rituais (FLECKINGER, 2018: 98).

Nem todos os períodos pré-históricos e, mesmo dentro de um mesmo período, nem todas as regiões exibem enterramentos preservados até hoje (MEINEKE *et al.*, 2010). Em alguns casos, características culturais e ritualísticas como o uso de técnicas de cremação, parcial ou completa, e, em outros casos, características naturais do ambiente como acidez do solo, erosões ou catástrofes naturais, tornam a preservação de enterramentos um fenômeno raro. Além disso, o processo tafonômico de processos e transformações que afetam o registro fóssil torna-se ainda mais complexo, uma vez que monumentos funerários em geral e especialmente os mais visíveis, como túmulos ou monumentos ricos em materiais fúnebres, foram geralmente pilhados ao longo dos séculos restringindo seu valor informativo e exigindo do estudo dessa categoria uma forte crítica da fonte histórico-arqueológica. Tudo isso significa que, nos casos onde a pesquisa de enterramentos pode ser feita, achados dessa categoria ganham uma importância enorme para o estudo da pré-história. Esse é o caso do período da Idade do Ferro apresentado aqui. Como em todo período caracterizado pela ausência de fontes escritas, a tarefa de ganhar conhecimento sobre formas de vidas e rituais da época torna-se duas vezes mais desafiadora. Com suas possíveis descrições de rituais ou eventos, as fontes escritas, enquanto fontes históricas, também têm que necessariamente passar pelo crivo da crítica da fonte. Só que, para além do olhar crítico dirigido à tafonomia, o estudo de enterramentos pré-históricos adquire valor explicativo somente após um longo caminho interpretativo. Nesse contexto se estabelecem comparações arqueológicas e, onde possível, com outras fontes escritas, como estudos etnográficos e até mesmo históricos. Finalmente, esses conhecimentos são estruturados de acordo com tendências teóricas que guiam e organizam as interpretações dos contextos analisados e comparados.

Diferentes perspectivas se misturam na interpretação das fontes arqueológicas em geral e de enterramentos em específico. Neste artigo, vamos discutir dois pontos de vista que precisam ser entendidos como antagônicos e que quando polarizados revelam diferenças nas estruturas de

explicação e nas expectativas que se têm com relação à fonte arqueológica e histórica. Expectativas cognitivas identificam o que torna uma explicação suficiente. Para simplificar a compreensão do artigo, eu chamarei a primeira perspectiva de *hermenêutica* e a segunda de *histórico-genética*. Uma perspectiva hermenêutica procura entender o sentido gerado por práticas que levaram às construções pré-históricas – essas cujo registro material é o que nos resta – procurando por razões em intenções por trás do registro. Essas intenções podem ser maquiadas pelo contexto social dentro do qual certas práticas e construtos culturais fazem sentido. A análise dessas posições permite revelar uma estrutura explicativa que quando superada leva à perspectiva teórica defendida nesse artigo: a perspectiva histórico-genética (DUX, 2011).

Lógicas de interpretação

Signos e a lógica de ação subjetivista

A intuição de que há algo errado com as interpretações arqueológicas tradicionais se desenvolveu rapidamente ao longo do século passado. O desenvolvimento de correntes de pensamento diversas desautorizou em parte visões passadas como teorias histórico-culturais tradicionais criando novas abordagens inspiradas em entendimentos mais modernos e recentes do processo de aquisição de conhecimento e atentas ao desenvolvimento das ciências da natureza, como por exemplo o processualismo. O movimento posterior pós-processualista criticaria essa crença numa objetividade pura inspirada nas ciências naturais ao destacar o aspecto interpretativo, social e subjetivo das teorias arqueológicas, sem no entanto retomar as visões essencialistas de cultura do passado. Finalmente, as correntes de pensamento arqueológico desembocaram no oceano de visões diversas do período que vivemos onde perspectivas tão plurais como fenomenologia, marxismo e o mesmo processualismo podem coexistir em harmonia, discórdia ou em paralelo (TRIGGER, 2007: 386–528).

As pistas mais concretas de que há algo errado nas formas de interpretações tradicionais vêm, no entanto, de estudos em outras áreas, como filosofia e sociologia (AYERS, 2016; BARKER, 2013; POPPER, 2002:

139–144; compare com DUX, 1976: cap. I.9 e DUX 2011). As críticas ao essencialismo no entendimento da cultura, do ser humano e de qualquer outro fenômeno são lugar comum nessas áreas e formam um aspecto definidor do pensamento do século passado (DELACAMPAGNE, 1995). No entanto, é a descrição da lógica de ação subjetivista pelo sociólogo Günter Dux desde a década de 1980 que abre uma perspectiva teórica singular. O entendimento da lógica de ação subjetivista facilita os estudos das formas de pensamento presente em comunidades sem escrita (DUX, 1982) ao mesmo tempo em que permite reconhecer tendências estruturalmente similares no pensamento moderno jurídico, filosófico, sociológico (DUX, 1976, 2011) e arqueológico (DE MEDEIROS, 2021). O conhecimento da forma e da origem da lógica subjetivista estimula uma perspectiva crítica, enquanto deixa claro que – e o porquê que – se deve desconfiar de categorias como “substância”, “intenção” e “origem”. A crítica se aplica ao pensar a fonte histórica em geral, mas especialmente a arqueológica, que tem uma característica subjetiva resultando da dependência de interpretações dos resquícios materiais e da falta de interlocução com registros documentais da época estudada.

Uma das formas mais diretas e recentes de atestar a corrente crítica atual em embate com teorias essencialistas está na discussão sobre simbologia e signos representada por autores como Andrew Meirion Jones. Sua crítica à semiótica e ao conceito de signos (JONES e DÍAZ-GUARDAMINO, 2019) quando se referindo aos signos e símbolos abstratos e geométricos do final do neolítico exprime com clareza a dúvida que paira sobre abordagens tradicionais. A. Jones as nomeia teorias *hyelomórficas* (JONES e DÍAZ-GUARDAMINO, 2019: 15), fazendo assim referência consciente às teorias filosóficas da antiguidade e, finalmente, categorizando-as exatamente por aquilo que são: noções herdadas. O *hyelomorismo* descreve uma visão filosófica dualista que separa categorialmente a matéria, ou *hyle* em grego, da forma ou *morphe*. Inspirado no antropólogo Tim Ingold, A. Jones sugere que é errado tratar a construção de artefatos enquanto processos em que os(as) artesãos(ãs) impõem ou transferem formas mentais internas a objetos materiais do mundo exterior (ibid.). O arqueólogo britânico propõe, em contraste, observar com mais foco as interações dos artesãos(ãs) com o material ao longo do processo de criação (ibid.). Ele conjectura que a partir

dessas relações com o material, uma perspectiva relacional revelaria uma contribuição própria do material para a sua transformação artesanal (ibid.).

Independente da questão de avaliarmos a estratégia de A. Jones como correta ou não, melhor ou não que a tradicional, a sua crítica deixa claro o incômodo com uma certa perspectiva dualista que separa entre o signo e o significante que é análogo à separação entre o aspecto e sua essência, a aparência e a realidade por trás dela, o início de uma ação numa subjetividade e sua execução no mundo (DE MEDEIROS, 2021: 78–81).

No entanto, a razão pela qual a visão tradicional deixa de fazer sentido ou trazer resultados satisfatórios não está esclarecida, uma vez que não se abandona uma visão considerada antiquada somente com críticas ao seu uso ou aos seus resultados julgados insuficientes (DUX, 2017: 3). Para que a crítica desabroche todo seu potencial é necessário explicar que e porque não se pensa da forma como se pensava antes. Isso implica admitir que nós também pensamos em algum momento ou circunstância da forma criticada. A estrutura de interpretação criticada é uma estrutura epistemológica profunda e adquirida cedo na vida de todo indivíduo humano. Por isso, ela se reafirma clandestinamente até mesmo pelas costas de críticos(as) e para a surpresa deles(as) próprios(as). Portanto, há uma necessidade de se demonstrar porque a perspectiva deve ser abandonada, revelando como a perspectiva chegou a fazer sentido em primeiro lugar e isso deve ser feito a partir de uma perspectiva construída sobre estruturas completamente diferentes (DUX, 1976: 30–38).

A lógica subjetivista

O conceito de lógica refere-se às estruturas aplicadas pelo pensamento para conectar elementos do mundo e que determinam aquilo a que chamamos de compreensão ou entendimento. Esquemas cognitivos relacionam fatos, eventos e objetos uns com os outros. Nesse contexto, uma estrutura explicativa funciona como o esqueleto de um sistema de relações. A estrutura lógica se manifesta no caso da relação entre o *explicandum* (aquilo que deve ser explicado) e o *explicans* (aquilo que deve estender, determinar ou elucidar significativamente o *explicandum*). Cada explicação implementa a estrutura

cognitiva de tal forma que explicita o esquema do que pode ser considerado uma explicação que faça sentido. As relações são formadas de tal forma que o sistema de interpretação, sob a forma de declarações ou construtos culturais, revela os paradigmas cognitivos perseguidos na construção da pergunta e da resposta. Portanto, a intuição corriqueira em diversas disciplinas científicas de que as perguntas postuladas pré-formatam as respostas conseguidas porque já contêm em si as respostas possíveis em potencial (BRATHER, 2004: 324) deve ser corrigida por um entendimento de que as nossas interrogações implementam uma estrutura que prescreve o padrão de explicação a ser adotado enquanto expectativa de qual explicação deve ser considerada como uma que faça sentido (DE MEDEIROS, 2021: 19–25).

Colocando em termos extremamente resumidos, os esquemas explicativos primários procedem de tal forma que se procura algo até a sua origem que se encontra por trás dos objetos ou eventos. O sociólogo G. Dux denomina essa estrutura de pensamento uma lógica de ação subjetivista (em alemão, *subjektivische Handlungslogik*). Essa lógica é a mais primária e universal porque é a primeira a ser desenvolvida tanto no desenvolvimento ontogenético dos membros da espécie humana como na própria história cultural dos seres humanos.

A lógica é denominada de ação (*Handlungslogik*) porque o esquema da ação reveste o esqueleto sobre o qual os sujeitos representam os seus mundos. A expectativa de compreender um evento ou representar um objeto no esquema de ação tem razões ontogenéticas. A experiência da primeira infância de aprendizado motor e em contato com os pais ou provedores estrutura o esquema cognitivo das categorias de objeto e de evento. As decepções perante as resistências ainda não assimiladas do mundo são processadas na primeira infância pelo sujeito que dirige a sua atenção para si próprio, a fim de coordenar os erros da atividade motora sob a supervisão da consciência de si (BOHMANN e NIEDENZU, 2020: 7–9). A consequência é que o entendimento do objeto e do sujeito são formados ao mesmo tempo, durante a mesma fase de aquisição de competências cognitivas. A capacidade reflexiva permite assimilar as próprias ações como partindo do interior do indivíduo humano. Mais importante ainda, o desenvolvimento da criança na primeira infância é fortemente moldado pelos responsáveis do cuidado

com a criança. Logo, os eventos mais importantes também são assimilados enquanto resultados de ações.

Segundo G. Dux, a concepção subjetivista da realidade não se deve à transferência das condições sociais para o campo da natureza (DUX, 1976: 45). Não há nenhuma projeção, transferência ou analogia; também não há nenhum momento único quando ocorreria uma projeção assim. O mundo social não existe de forma metafísica anteriormente à realidade natural e tampouco existe uma faculdade cognitiva própria para a concepção da subjetividade humana. Sendo assim, a situação antropológica inicial da necessidade de aprendizado para aquisição de competências para agir no mundo cria uma disposição muito geral para a formação de uma matriz subjetivista sob a qual se compreende o mundo. Isso impõe aos seres humanos uma tendência de interação quase-comunicativa também com os objetos da natureza (DUX, 1976: 45). Nós conhecemos esse fenômeno quando xingamos um computador ou batemos nas máquinas como se essas reações pudessem interferir no processo de funcionamento do artefato.

O fato é que a maior parte das mudanças importantes no ambiente da criança têm realmente um sujeito como causa. Isso propicia que a estrutura subjetiva da ação possa ser aplicada aos dois polos da experiência, ou seja, o objeto e o sujeito, enquanto uma estrutura de compreensão. As estruturas se tornam tão fundamentais e profundas que já não se pode perceber um evento no ambiente que não tenha alguma causa. Conseqüentemente, a realidade é apreendida através de uma lógica de ação subjetivista e isso tem um significado para objetos e outro para eventos. Objetos são concebidos em termos da lógica de substância, como se as suas propriedades emanassem de uma origem virtual dentro ou por detrás do objeto. Eventos são entendidos como consequência de uma causa estática, também por trás do acontecimento.

O importante é que uma consequência já está presente na causa, uma propriedade no núcleo da substância, mesmo que por vezes delineada somente em potencial¹⁸. Substância e causa são concebidas logicamente em termos de

18. Notem bem como o autor S. Brather citado acima também afirma que perguntas contêm respostas em potencial - A afirmação não é um simples erro, nem deve ser entendida como metáfora simplória. Muito pelo contrário, a afirmação atesta a ubiquidade da estrutura subjetivista no pensamento e na linguagem e sua recriação em cada nova geração de sujeitos

origem e pensadas em conjunto nesse mesmo esquema de ação. O momento potencial de uma origem está relacionado com “uma importante propriedade de qualquer ação de ser uma atividade antecipatória, com o objetivo sendo entendido como a razão motivadora da ação” (VOBRUBA, 2020: 108, tradução do autor). Nesse contexto, um outro aspecto da lógica se torna compreensível, nomeadamente a identidade que há entre substância e aspecto, causa e consequência. A lógica de substância inclui assim aspectos de uma lógica de origem, proveniência, emanação e identidade – simultaneamente.

Não há espaço suficiente neste artigo para dissertar sobre todos os aspectos da lógica subjetivista (DE MEDEIROS, 2018, 2021; cf. DUX, 2011: 95–99). Ao leitor fica a sugestão de leitura das obras de G. Dux, uma vez que cito no presente artigo somente uma pequena parte. Para o nosso objetivo é indispensável entender que explicações dentro das regras da lógica primária procuram uma razão final num sujeito por trás do objeto ou de um evento, porque uma ação realmente tem início num sujeito, de modo que a explicação refaz o caminho de uma ação, só que, na direção contrária. A explicação parte do evento, da consequência, ou da propriedade de um objeto, retorna a sua causa em estruturas subjetivistas como intenções ou valores para ver sair dessas causas o evento a ser explicado.

A ligação da estrutura explicativa com o esquema de ação ajuda a entender melhor diferentes formas de pensamento (HUTH, 2021): as chamadas sociedades animistas que não fazem uma distinção absoluta entre

humanos. Há diversos exemplos do uso dessa estrutura sem grandes consequências ou danos ao entendimento ou às atividades humanas como quando se fala que “o sol se pôs” e parece que o sol está carregando a si mesmo. Ou quando se fala que “a neve é branca” e a cor parece emanar da neve ela mesma. Ou quando se responde a uma pergunta como: - Por que essa pessoa está aqui? - Porque eu gosto dela. - Por que os juros estão altos? - Porque o banco central aumentou. Em todos os exemplos, processos complexos são simplificados na estrutura de sujeito e predicado da linguagem. Objetos inanimados ganham agência, como o sol, instituições como o banco central são substancializadas e ganham agência, e processos físicos como a percepção da cor branca nos olhos humanos são resumidos como se a cor emanasse da substância da neve. Também é interessante notar aqui, que as perguntas no nosso exemplo podem ser ampliadas para - E por que você gosta dessa pessoa? ou - E por que o banco central elevou os juros? Isso demonstra outra característica da lógica de abrir uma cadeia de regressão. Para finalizar essa nota e resumo da lógica subjetivista, finalizo por mencionar que essa regressão, em princípio, só tem um fim se achada uma causa que coloque a si mesma no mundo. Dessa forma é que se começa a compreender sobre quais estruturas filosóficas absolutistas foram construídas.

humanos e animais (DESCOLA, 2007), sem ter de categorizar imediatamente como antropomorfismo ou humanização de coisas inanimadas. É também dentro da validade dessa lógica que diferentes sociedades procuram e encontram explicações para acontecimentos significantes no mundo em entidades chamadas de “meta-pessoas” (STRATHERN, 2019). Nesse contexto, fenômenos tais como a atribuição de agências a artefatos ou a construção de relações sociais com coisas materiais, como carros ou bonecos(as) (GELL, 1998: 18–21) também se tornam compreensíveis, uma vez que substâncias ganham movimento e uma dimensão de evento, de acontecimento. Finalmente, o uso dessa forma de explicação aparece tanto no passado como no presente, porque a lógica subjetivista de ação é sempre desenvolvida por completo e de novo na primeira infância de cada nova criança humana. Notem bem que o que se repete é a estrutura, não o conteúdo concreto ou o que se considera causa primeira, nem mesmo todas as expectativas perante essa lógica se mantiveram a mesma durante a história.

Sendo assim, o movimento mental mencionado de tomar algo como objeto na mente e procurar por sua essência e explicação por trás do mesmo exhibe uma característica dualista. A partir desse aspecto dualista, a separação entre início da ação numa interioridade e sua consequência no exterior, pode-se analisar as formas de interpretações semióticas ou aqui chamadas de hermenêuticas, onde se separa o referente do significado, o símbolo de seu real sentido e, por último, o signo de sua ideologia fundadora enraizada numa ordem social considerada ainda mais “fundamental” (DE MEDEIROS, 2021: 78). De fato, é esse movimento explicativo de tomar algo como objeto na mente, projetando sua essência na existência, a partir da qual se espera que aspectos do objeto emanem; enfim, é esse movimento que fundamenta e explica as perspectivas teóricas categorizadas por A. Jones de *hylomórficas*. Somente ao entendermos o processo de formação ontogenético da estrutura cognitiva podemos superar a lógica de ação e evitar conclusões de natureza similar.

A lógica processual

Em concorrência com a lógica “ontogenética inicial e historicamente tradicional” (VOBRUBA, 2020:107) descrita acima está o lento desdobramento de uma lógica processual na visão de mundo moderna. Não há nenhuma relação aqui com a racionalidade da tradição processualista na arqueologia também cunhada de “processual”. Uma teoria histórico-genética da cultura tem como premissa uma mudança nas visões de mundo expressa numa secularização cada vez melhor difundida na modernidade (DUX, 2011: 314–316; cf. STRATHERN, 2019: 1–106). Segundo G. Dux (2011), trata-se de uma alteração radical na compreensão do mundo provocada pela revolução científica dos séculos XVI e XVII e pelas subsequentes revoluções industrial e política dos séculos XVIII e XIX. Vistas assim, transformações históricas sempre tiveram suas consequências cognitivas. Por exemplo, o significado cognitivo das transformações históricas às quais se refere a “revolução científica” reside na eliminação paulatina da lógica “subjetivista” na compreensão da natureza. Uma explicação que pretenda fazer sentido é moldada por uma lógica funcional-relacional e sistêmica; o mundo natural é entendido como um todo independente e de processos autônomos, para os quais não faz sentido procurar por causas anteriores, absolutas e/ou de qualidade mental, exteriores ao próprio fenômeno natural. Já a revolução industrial e a política abriram caminho para uma consciência da construtividade e historicidade dos processos sociais (DUX, 2011: 23–40).

Quando a expectativa de resposta é processual, uma explicação válida descreve um contexto de formação imanente ao processo natural. O mesmo pensamento transferido para o mundo social implica que a explicação de um fenômeno cultural não pode ser baseada numa razão de forma subjetivista como intenções, valores ou o sistema social entendido como um todo abstrato (DUX, 1987). Uma lógica processual na análise das construções sociais e culturais passa, assim, necessariamente por uma perspectiva histórica de longo prazo (BOHMANN e NIEDENZU, 2020: 4–6) e relaciona o desenvolvimento histórico com as estruturas cognitivas dos sujeitos. Assim, a mudança cultural aparece como uma lenta sucessão de formas de organização do conhecimento que primeiro devem ser construídas por cada membro da sociedade desde a primeira infância.

Resumidamente, a conclusão é que vivemos uma época de conflito entre as duas lógicas (processual e subjetivista) e somente a lógica processual promete a satisfação que se espera de teorias e descrições científicas. Nesse contexto se torna compreensível que estratégias que separem entre um signo e o seu significado real por detrás do mesmo e tentam então extrair de intenções dos sujeitos alguma interpretação dos fenômenos culturais pareçam em algum momento - mais cedo que tarde - insuficientes. Além disso, a própria fonte arqueológica não permite constatações de certeza matemática e a boa prática científica na arqueologia pré-histórica tem que “aguentar” e “tolerar” “abstrações” e “indecisões” relacionadas à interpretação da fonte (JUNG, 2010). Aliás, são exatamente as pretensões da lógica de ação subjetivista à uma resposta válida, sua ubiquidade e formação estrutural na primeira infância, que explicam porque a tendência de interpretar de forma “colorida”, com “concreção” e “completude” se mostre tão coercitiva (em alemão *Zwang*) nos estudos arqueológicos (JUNG, 2010: 168; cf. ADAM, 1975).

Sistema social e a estrutura subjetivista

Perspectivas de sistema têm características similares ou inspiração no conceito de fatos sociais totais de Marcel Mauss (MAUSS, 1954), embora haja também paralelos com diferentes correntes do pensamento sociológico (DUX, 2011: 114–115). Não é fácil reconhecer que uma forma de pensamento moderna baseada numa teoria de sistema possa cair na armadilha de um pensamento absolutista. Porém, quando se procura por respostas para uma interpretação histórica no pano de fundo do sistema social e esse é entendido como um todo abstrato, há um risco real de acontecer o *faux pas* subjetivista.

O recurso ao sistema social que forma o pano de fundo para as ações reconstruídas a partir dos resquícios arqueológicos torna-se não somente uma premissa, mas uma forma de explicação que traduziria o contexto cultural como um todo para interpretar a fonte arqueológica (DE MEDEIROS, 2021: 69–114). No entanto, tudo indica que as tentativas de entender descobertas e resultados arqueológicos a partir da postulação de hierarquias e da ordem social (cf. ARAQUE GONZALEZ, 2018: 19–35) pressupõem a existência de uma correlação direta entre estrutura social descoberta e construção cultural.

A raiz do erro está na relação tensa entre ordem social e legitimação numa forma de entendimento sob estruturas dualistas (DE MEDEIROS, 2021: 69–70; DUX, 1976). Consequentemente, hipóteses interpretativas são propostas que postulam, por exemplo, que a comunicação de ideologia através de objetos seja essencial e necessária para a manutenção de uma ordem social. Uma falácia denominada pelo Antropólogo Bryan Pfaffenberger (2001) de *post hoc ergo propter hoc*¹⁹ e que quando organizada sob a matriz da lógica de ação subjetivista leva àquela conhecida concatenação de ações heroicas, narrativas espetaculares repleta de eventos e acontecimentos, jargões retóricos, palavras-chaves como “elites” e “luxo”, desprovida das incertezas inerentes à pesquisa arqueológica (JUNG, 2010) ou dos entediantes acontecimentos que também fazem parte da vida. Em ocasiões assim, o pensamento de sistema moderno incorre numa forma de pensamento de característica subjetivista. O fato de ocorrer pelas costas dos pesquisadores é somente mais um sintoma da origem dessa forma de pensamento na infância de cada um dos indivíduos humanos. O uso de uma estrutura subjetivista de explicação é universal e pode acontecer em qualquer sistema interpretativo (cf. DUX, 2011: 109–114 para um exemplo da filosofia).

Os estudos de R. Araque González (2018) sobre estruturas sociais no Final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro, a investigação de G. Dux (1976) sobre as formas de legitimação de ordens sociais e jurídicas, a análise crítica dos discursos interpretativos do período Hallstatt de M. Jung (2010) se somam a vozes como de A. Jones e M. Diaz-Guadamino (JONES e DÍAZ-GUARDAMINO, 2019) na crítica a um modelo de interpretação que faz uso de conceitos como “elite” e ideias sobre hierarquias sociais sem responder satisfatoriamente ao cerne da questão que tenta compreender por que certos construtos sociais como os túmulos da Idade do Ferro fizeram sentido para aqueles que os construíram (HUTH, 2021). Inspirados(as) em B. Pfaffenberger (2001) temos que enquanto arqueólogos(as) também nos

19. A expressão em latim significa “depois disso, logo, causado por isso”. Se um construto é feito por alguém dentro de uma ordem social cuja existência e legitimidade precede ao indivíduo construtor, a ordem social seria a causa do construto. Se o construto exerce uma função social dentro de uma ordem que precede a sua construção, logo o construto é feito para exercer sua função na ordem.

colocarmos a pergunta: se tamanho, quantidade e exuberância em objetos, túmulos e monumentos falam da grandiosidade dos(as) líderes, quão menor deve ser o tamanho ou a quantidade para revelar a fraqueza de uma elite?

Reconhecer o problema nesse caso não significa propriamente criticar os outros *approaches* enquanto errados ou falsidades, porém, implica muito mais aceitar que a insatisfação está em nossa própria expectativa de que somente uma explicação processual e histórico-cultural faria sentido de tal maneira a fechar a questão. No entanto, uma resposta assim é raramente possível em arqueologia pré-histórica. O recurso a uma obrigação perante uma elite ou a simples menção do esbanjamento de riqueza material não explica o sentido que fazem as práticas para as supostas elites de esbanjar riqueza material (HUTH, 2021). Quando se procura por uma ideologia encarregada de legitimar hierarquias está se procurando por um entendimento do sentido de signos por trás deles, só que, ao invés de achar o significado num substrato subjetivo, a promessa de uma teoria de sistema seria encontrar sentido em um substrato ainda mais fundamental que os indivíduos, e, portanto, na sociedade que estaria por trás dos sujeitos.

Uma proposta histórico-genética

Uma solução inspirada na teoria histórico-genética têm qualidades de uma revolução paradigmática, uma vez que significa uma mudança na forma do que se espera entender. Também têm características frustrantes, já que enquanto teoria estrutural de abordagem cognitiva essa perspectiva nem pretende nem de fato coloca automaticamente a arqueologia na posição utópica de conseguir interpretar achados e descobertas na sua dimensão semântica concreta. O que está de acordo com a posição de M. Jung (2010) de que a pesquisa material arqueológica tem que aguentar uma certa abstração e incerteza.

De certa forma, o ganho a partir da crítica da lógica subjetivista advém em grande parte do reconhecimento de quais passos seriam insuficientes. A reconstrução do organismo humano e a reconstrução da sua dimensão social permitem assumir que o entendimento humano assimila estruturas sociais, sem que a sociedade pense de dentro do sujeito. Assim, o processo

de formação do entendimento perante um sistema social só pode ser compreendido se entendermos o processo de formação do sujeito e do mundo social. Uma vez que é exatamente o nosso conhecimento do último que precisa ser reconstruído arqueologicamente, nenhum pesquisador pode ter certeza absoluta sobre a formação ou a forma de organização. É uma situação tensa, onde a descoberta de hierarquias não permitiria nem começar a revelar os sentidos de construções culturais. Nesse contexto, a abstração e a perspectiva cognitiva funcionam como alternativa para uma compreensão geral do sentido de enterramentos e monumentos funerários que chamam atenção por serem expressivos material-, imagética- ou simbolicamente. Com essa tensão em mente, entre propostas de interpretação ancoradas em estruturas sociais como classes ou hierarquias e a proposta cognitiva estrutural identificada com uma teoria histórico-genética, o presente artigo pretende ser um ensaio para o estudo das estelas daunias.

O caso das estelas daunias

Apesar do número grande de achados e uma variedade importante de motivos figurativos, as estelas funerárias da região daunia, no litoral centro-sul da Itália e ao norte da região da Apúlia, não costumam ganhar a devida atenção nos estudos arqueológicos, de modo que o trabalho mais recente, detalhado e completo dedicado às estelas daunias é de Camilla Norman (NORMAN, 2013). Trata-se de um grupo de estelas de formato retangular, feitas de pedra calcária e datadas entre o VII e V séc. a.C. Uma vez que nenhum exemplar foi achado em seu contexto primário original, a datação é feita relativamente, a partir dos objetos ilustrados, comparando-os com seus referentes reais no registro arqueológico, por via de regra túmulos ou enterramentos. Devido à forma remanescente de um corpo, incluindo a representação plástica de cabeça e ombros, incisões de braços, vestimentas e adornos atribui-se a elas um caráter antropomórfico. A área de distribuição se estende da região do norte do rio Ofanto na planície da Apúlia (it. *Tavoliere delle Puglie*), das montanhas do subappennino dauno ao leste até os afloramentos calcários do promontório de Gargano mais ao norte e para o oeste.

A distribuição desses objetos restrita à região norte da Apúlia é significativa. A pré-história é um período por via de regra de poucas imagens registradas na fonte. Ainda menor é o número de representações do próprio ser humano, com poucas imagens claramente figurativas e raros conjuntos narrativos (HUTH, 2003). De acordo com o estudo de Christoph Huth (2003) o número de representações do ser humano aumenta, no entanto, exatamente na Idade do Ferro, quando figuras antropomórficas entram no repertório de diversas comunidades até mesmo das mais afastadas das culturas do mediterrâneo e ao norte dos alpes. Já nas regiões de influência greco-italicas as imagens humanas enriquecem inclusive ornamentos em cerâmicas com exceção exatamente da região de distribuição das estelas (NORMAN, 2009). Além disso, a região daúnia não possui forma de enterramentos comumente considerados sepultamentos de prestígio como os túmulos principescos da Idade do Ferro da Europa Central e amplamente conhecidos da península itálica do mesmo período. Apesar de contatos com regiões etruscas e outros povoados itálicos, a região daúnia não dispõe das mesmas características de fonte arqueológica das regiões vizinhas. C. Norman afirma que enquanto a península itálica em geral assistia à colonização da Magna Graecia e à expansão da cultura etrusca, restos materiais relacionados à essa fase histórica como fontes epigráficas, arquitetura monumentais tanto em áreas domésticas como públicas e funerárias, cerâmica figurativa, afrescos, esculturas e conjuntos de material funerário que tanto fomentam as discussões sobre desigualdades sociais não fazem parte da fonte arqueológica da região daúnia (NORMAN, 2016: 865). O desenvolvimento da cultura daúnia durante a Idade do Ferro ocorre com certa independência das colônias gregas e em conexão mais forte com povoamentos das costas do mar Adriático, nomeadamente Illyria, Liburnia e Piceno, até a absorção da região na cultura romana no final do IV e início do III séc. a.C. (ibid.). Nesse sentido restrito, podemos falar de uma evolução singular de uma cultura pré-literária cercada de desenvolvimentos em direção a culturas proto-urbanas, urbanas e/ou com introdução da escrita.

Os pesquisadores da região não enxergam marcas de hierarquias sociais claras para a região Daunia. Os indicadores de formas de subsistência e de

assentamentos nos contam, no entanto, sobre uma forma de vida agrária comum na Idade do Ferro, assentamentos compostos de cabanas dispersas localizadas em pontos com vantagem defensiva, grandes e pouco densos, muitas vezes guardados por muros ou muralhas defensivas (NORMAN, 2016: 866; cf. BERTOCCHI, 1985; MAZZEI, 2010). Agricultura, pesca e uma criação de cavalos ímpar e conseqüentemente uma relação de relevância cultural com esses animais e figuras de cavalaria são outros traços importantes que se infere (NORMAN, 2016: 866). No entanto, não parece ser claro o que se ganha no contexto atual ao interpretar os esparsos restos de sepulturas “principescas” com resquícios de acessórios de equitação como indicadores de uma nascente hierarquia social que enfatiza cavaleiros e banquetes. O comércio, por via marítima com as regiões adriáticas ou ao longo dos vales dos rios conectando a Daunia com Etruscos da Campânia, está bem evidenciado e existiam relações de exportação de cereais, cerâmica, lã e tecidos, gado, cavalos e provavelmente sal, assim como importação de âmbar balcânica, ferro, cobre e estanho (NORMAN, 2016: 867). Certamente é importante notar a forma de subsistência, as estruturas dos assentamentos e o comércio desenvolvido, mas o que muda dentro desse contexto no nosso olhar interpretativo ao sabermos da existência ou não de hierarquias sociais? Conseqüentemente, a pergunta pelo sentido dos fenômenos culturais continuaria: por que a relevância da equitação no mundo hierárquico da região? Qual sentido faz para os sujeitos? Por que faria sentido representar em contextos funerários artefatos de equitação? Por que nos túmulos? C. Norman (2016: 867 cf. o último parágrafo) resume, portanto, com extrema precisão intelectual assim como uma atenção exímia aos detalhes arqueológicos e documentais que os fatos sociais mencionados formam somente um pano de fundo. Importantes como são, a coleção de fatos sobre economia ou formação social não significam, assim, o fim da interpretação cultural, porém nos dão pistas de quais estruturas esperar na construção de mundos imagéticos, artísticos e religiosos (cf. KOSSACK, 1999).

Os estudos das estelas daunias foram inaugurados com o trabalho de Lucio Mariani em 1909 (MARIANI, 1909). Após um hiato de meio século, Silvio Ferri e Maria Luisa Nava retomam a pesquisa nos anos 60, 70 e 80

do século passado (NORMAN, 2013: 43). M. L. Nava (NAVA, 1988) levou a cabo uma classificação por critérios tipológicos considerando aspectos morfológicos, técnicos e figurativos, que se mantém até hoje mesmo após revisões críticas (NORMAN, 2013: 43-45, cf. 45-57 para um resumo de sua tipologia.). As estelas antropomorfas da Daunia medem entre 30 e 160 cm de altura (NORMAN, 2016: 868). O conjunto das imagens revela trajas ricos em acessórios e decorações. De acordo com a tipologia válida prevalente, constata-se duas categorias mais gerais de estelas com armamentos e de estelas com ornamentos. Exemplares com armas têm espadas, escudos, capacetes, figuras impressas de objetos, animais e humanos, cavaleiros, cavalos e desenhos geométricos (ibid.) (fig.1). Aquelas com ornamentos apresentam incisões representando itens de adorno no torso, colares, fíbula, pingentes, braços decorados e ornamentos geométricos cobrindo e bordeando a estela (ibid.). Os braços são representados moderadamente flexionados com o antebraço posto sobre o tórax ou sobre a parte inferior do mesmo ou sobre a barriga (ibid.). No total 1380 estelas ou fragmentos foram registrados por C. Norman, número que ela afirma configurar o maior corpo de esculturas proto-históricas do ocidente (NORMAN, 2016: 869). O número impressionante de estelas com ornamentos chega a ser quase seis vezes maior do que o número de exemplares com armamentos (NORMAN, 2013: 44). As imagens figurativas mostram também cenas de caça, pesca, tecelagem, moagem de cereais, procissões, carruagens, jogos agônicos e cenas de combates. Muitos motivos são comuns à Idade do Ferro e aparecem em outras regiões da Europa Central ao norte dos Alpes às regiões mediterrâneas das civilizações antigas da Grécia e Itália.



Fig. 1: Estela com espada na frente e escudo na parte de trás. (NORMAN, 2009: 4)



Fig. 2: Estela com adornos, figuras humanas, braços decorados na frente e uma imagem de cavalo na parte de trás. (NORMAN, 2016: 868)

A distribuição geográfica restrita e o escasso ou tímido registro de imagens sobre outros portadores de imagem em comparação com regiões próximas ressalta o aspecto excepcional de uma expressão figurativa na forma de estelas com algumas técnicas de representação remissivas da “arte aspectiva” da Idade do Cobre (BRUNNER-TRAUT, 1990; HUTH, 2003): objetos tridimensionais transformados imageticamente em duas dimensões nas pedras de acordo com sua expansão espacial e a coexistência com outros objetos representada de acordo com a disposição relativa de uns aos outros no espaço. Sobreposições apresentam desafios contornados pelo uso de diferentes ângulos simultaneamente (por exemplo pés são representados

vistos de lado, enquanto o tronco pode ser visto de frente e a cabeça de lado de novo). No caso dauno temos um convívio de soluções maduras como a perspectiva quase ortogonal (por exemplo cadeiras ou troncos apresentam duas pernas sendo que fica a cargo da imaginação visualizar outras duas pernas por trás), com soluções mais simples como a redução de objetos a motivos chave, por exemplo rostos reduzidos a olhos enquanto ponto(s) e bocas que lembram um bico de pato (ou seria um véu ou adereços? Ambiguidade é comum quando objetos são reduzidos a cifras). Assim, na Daunia é possível ver em uma mesma estela cavalos com as quatro pernas distintas e cavaleiros montados junto a imagens de um ser humano que parece estar em pé sobre o cavalo (NORMAN, 2013 pl. 536 M 65). A solução de representar o cavaleiro de pé sobre o cavalo está ancorada numa configuração conhecida também de outras áreas pré-históricas como nos vasos de Beilngries (Kr. Eichstätt, DE) ou de Schirndorf (Kr. Regensburg, DE) (fig. 3). O que se vê é um sistema topológico de representação em desenho (HUTH, 2003: 72). O sistema de transformações topológicas, hoje em dia mais conhecido dos mapas de metrô, das ruas ou de diagramas de circuitos elétricos, lida com sobreposições adicionando transparência ao objeto da frente ou os posiciona um do lado do outro (HUTH, 2003: 43). O que se representa é o lugar relativo de um objeto em relação ao outro, por exemplo se um objeto está ao lado, abaixo, sobre ou acima, mais próximo ou mais distante do outro. Num outro exemplar dauno vemos um cavaleiro cuja perna aparece amputada do corpo pendurada na barriga do cavalo (NORMAN, 2013 pl. 537 M 66). Com certeza seria uma maneira radical de tornar a perna mais transparente.

O importante é que na produção das imagens daunias a técnica de desenhar o cavaleiro sentado sobre o cavalo é conhecida e, no entanto, o caso da estela M 65 (NORMAN, 2013, pl. 536) não é único. O desenho numa mesma estela de cavaleiros em pé sobre o cavalo desenhados junto a cavaleiros desenhados sentados se repete em outra estela de armas (NORMAN, 2009: 13). O conjunto de duas técnicas no mesmo *medium* indica fortemente um uso não acidental. A conclusão que se tira é que um “sistema de elaboração de desenho” (“*drawing system*”) mais primário foi utilizado aqui junto a um mais complexo para exprimir um outro significado, por exemplo dois

cavaleiros diferentes ou duas posições de equitação, criando o “sistema de denotação” singular da Daunia (“*denotation system*”) (WILLATS, 1997). Não quero me restringir na interpretação aqui. As cenas com um cavaleiro montado e um outro em pé podem significar formas diferentes de cavalgar, se referir a duas pessoas distintas ou mostrar dois momentos no tempo, por exemplo um sentado a caçar e outro em pé a comemorar a presa, ou ser resultado das dificuldades de sobreposição da técnica de desenho empregada. No presente contexto não importa o significado concreto, porém o fato de que a reconstrução das estruturas cognitivas permite a comparação com outras culturas pré-históricas e a subsequente reflexão explorando a evolução das estruturas cognitivas relacionadas às técnicas de desenhar. Notem como a figura em pé sobre o cavalo parece menor indicando uma falta de proporcionalidade ou talvez duas pessoas de tamanhos diferentes e como os pés são vistos de lado a perna e o tronco aparecem de frente utilizando a mistura de ângulos conhecidos de transformações topológicas.

O motivo do pássaro utilizado enquanto cifra demonstra que a cena acontece ao ar livre. Técnica similar é empregada na arte das síntulas que se espalha por uma área da Emília-Romanha até a Eslovênia e o leste dos Alpes (HUTH, 2003: 160–244). Importante também é que depois da reflexão reconstruindo estruturas cognitivas do sujeito alguns fatos conhecidos da historiografia, por exemplo os relatos da época de que o “povo” da “Daunia” teria excelente técnicas de equitação serve então de material para a nossa reflexão: se o uso de duas técnicas não é somente uma questão de uma impossibilidade técnica de desenhar superposições é provável estarmos a lidar com a expressão imagética das formas de equitação da época. A perspectiva se abre ao pensarmos histórico-geneticamente ao invés de aceitar como premissa que estruturas sociais ou valores “devem” ser expressados em objetos materiais e através de imagens. Só que, para desenvolver melhor esse ponto de vista é preciso haver mais pesquisa e debate sobre as estelas Daunia e mais autores discutindo o assunto, o que ainda não é o caso no momento.

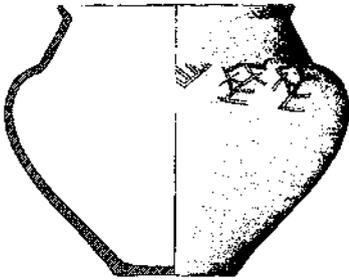


Fig. 3: Vaso de Beilngries, Im Ried West, Gr. 18 (Kr. Eichstätt, DE) (HUTH, 2003 Taf. 12-7)

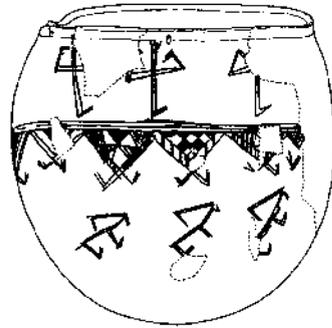


Fig. 4: Schirndorf, Hgl.1, (Kr. Regensburg, DE) (HUTH, 2003 Taf. 12-6)



Fig. 5: Cena de caca a dois cervos (NORMAN, 2013: 409 Fig. 51).

Conclusão

Um fenômeno comparável de construção de estelas acontece na Espanha e em Portugal com as chamadas estelas ibéricas na transição da Idade do Bronze à Idade do Ferro (cerca de 1300 à cerca de 650 a.C.) (ARAQUE GONZALEZ, 2018). No entanto, a situação histórica por lá é diferente: a região ibérica se encontra em fase diferente do processo de colonização do

Mediterrâneo, conhece influências de culturas diferentes e também não tem os grupos culturais vizinhos em fases mais ou menos avançadas no processo de assimilação das civilizações colonizadoras como na península itálica. A região daúnia é portanto única. Mas similaridades em ambos desenvolvimentos podem ser apontadas na escolha do material de trabalho em pedra, no meio de expressão em estelas, na qualidade técnica de incisão sobre pedra exigente de seus(suas) fazedores(as) e no próprio uso de imagens enquanto meio de expressão (em contraste com expressões materiais por meio do uso de objetos reais), numa época de intenso contato e encontro entre grupos de formas diferentes de organização da vida.

A maior diferença entre as duas áreas está no número de representações. Enquanto na península ibérica armamentos formam o motivo principal, na Daunia o número de ornamentos é soberano. As estelas da Iberia exibem inicialmente armas, no caso paradigmático da fase inicial um tríade de espada, escudo e lança. Notem como a primeira fase utiliza coisas, objetos e os transfere para imagens. Na fase posterior aparecem novos motivos como figuras humanas, pentes, fíbula, capacetes, instrumentos musicais, animais, arcos, pás ou espelhos, carros e panos quadriculados. No final das contas e ao levar em conta todos os períodos, os escudos e armamentos em geral são os objetos mais vezes representados. Em contraste, as estelas da Daunia reproduzem massivamente ornamentos. Os desenhos geométricos bordeando e recheando as estelas daúnicas podem ser interpretados como partes da vestimenta, bordados da manufatura têxtil (NORMAN, 2013: 151) cujas cenas também figuram como motivo, de modo que o conjunto da obra é uma ode à arte ornamental. Somente num distante segundo lugar encontramos o número de motivos de armamentos. Duas perguntas surgem naturalmente dessa reflexão comparativa: Primeiro, por que as estelas Daúnicas recebem tão pouca atenção? Segundo, por que aqui a visibilidade de ornamentos e acessórios de vestimentas é tão expressiva?

Há indícios do valor cultural desses ornamentos em outras regiões. Surpreendente não é que exista na Daunia uma avalanche visual de vestimentas, ornamentos e materiais do artesanato têxtil, porém que recebam tão pouca atenção de pesquisadores que devotam tantos livros à ideologia

guerreira de uma suposta elite da época. A colega C. Norman critica o uso das categorias neutras de “estelas com ornamentos” e “estelas com armamentos”, porque acredita que a atribuição das primeiras a figuras do sexo feminino e das últimas àquelas do sexo masculino não se fundamenta somente na simples constatação da presença de armas ou ornamento e a autora assinala principalmente o avental e as tatuagens, as últimas sendo de atribuição exclusiva a figuras femininas (NORMAN, 2016: 869–870, cf. NORMAN 2009). C. Norman também reconhece que uma relação direta entre ornamento e gênero e ou sexo sem levar em conta outros aspectos é impossível, uma vez que algumas joias e ornamentos feitos de metal não são privilégio únicos de mulheres (NORMAN, 2009: 3). Ela também admite que o entendimento de gênero da época pode diferir do nosso de tal forma que não faria sentido dividir as categorias de estelas baseadas exclusivamente em gênero (ibid.).

A pesquisa deixa, no entanto, a suspeita de que a desconstrução de gênero aqui diminui a participação feminina da imagem que fazemos do período. Diversos motivos pictóricos das estelas daunias se repetem em regiões como na área cultural das sítulas e são correlacionados a imagens de mulheres. Na interpretação proposta por C. Huth (2003) as imagens estão correlacionadas a rituais onde a imagem feminina tem papel central (HUTH, 2019). Representado tanto por imagens como por *realia* nos túmulos da Idade de Ferro estariam casamentos sagrados ou *hierogamias*, cuja narrativa renovaria a ligação de figuras cardeais com as forças numinosas do mundo, sendo que a figura intermediadora é uma figura feminina. Nas sítulas o motivo da libação se repetiria de tal forma que C. Huth pensa ver a doação de alguma bebida ritual uma vez ao pai, talvez falecido, e outra vez ao filho, que entraria, assim, em comunhão com a sacerdotisa ou Deusa a renovar a ligação com o numinoso (fig. 6). Não somente o serviço de bebida ritual, famoso do carro de Strettweg (fig. 7) achado na Estíria, Áustria, com figuras similares encontradas também nos pés do sofá de Hochdorf, mas também as cenas têxteis estão associadas com imagens femininas como no trono da tumba 89 de Verucchio (cf. imagem em HUTH, 2003 Taf. 80), aliás com imagens de mulheres fortes uma vez que no famoso tintinábulo de Bolonha as figuras

sentam em verdadeiros tronos (fig. 8). Dessa forma, não surpreende que imagens de caça, cavalaria ou guerra estejam matematicamente relacionadas às estelas com armas enquanto imagens de tecelagem com as estelas de ornamento (NORMAN, 2009). Além disso, é conhecido que a tecelagem e seus produtos tinham papel funcional em rituais de casamento (NORMAN, 2011), fato popularizado pelo mito de Penélope na Odisseia e conhecido de ritos matrimoniais de troca têxteis documentados nos *cippi* etruscos de Chiusi (HUTH e KONDZIELLA, 2017: 148). C. Norman interpreta as tatuagens dos braços enquanto prática comum a várias culturas que marca a passagem de uma menina à vida adulta ao sublinhar, p.ex., sua preparação ou maturidade para o casamento. Os entendimentos que C. Huth chega a partir da comparação do conjunto de imagens ao norte e ao sul dos Alpes converge assim com aspectos da perspectiva de C. Norman a partir do estudo da região Daunia e comparações etnoarqueológicas: o primeiro afirma com todas as letras a centralidade de figuras femininas nas práticas de libação representadas nas sítulas e a última interpreta as tatuagens como aspectos ligados a rituais de passagem femininos e casamentos. É possível que nessas sociedades alguma forma de legitimação matrilinear ganhe expressão nos destaques de atividades relevantes ao tema do matrimônio no conjunto das expressões exageradas tanto de túmulos luxuriosos como nas estelas tão repletas de imagens ornamentais. De acordo com a lógica subjetivista da ação, sujeitos importantes são substancializados e origens ganham um papel ativo na transformação da história, sendo que poderíamos esperar que a linha maternal fosse enquadrada como origem da abundância, prosperidade e boas colheitas, origem de legitimação de posições na sociedade – também a dos esposos. Ainda que fique aqui um gosto de especulação, seria importante prosseguir numa linha de pesquisa sobre o tema.



Fig. 6: 1. Recorte de imagens de oferenda de bebida da Sítula de Providence, proveniência provável de Bologna (HUTH, 2003 Taf. 58). 2. Imagem de oferenda em fragmento de estela daunia (NORMAN, 2016: 874 fig. 61.4).



Fig. 7: O Carro ritual de Strettweg (gd. Judenburg, AT) (HUTH, 2003 Taf. 45.1).

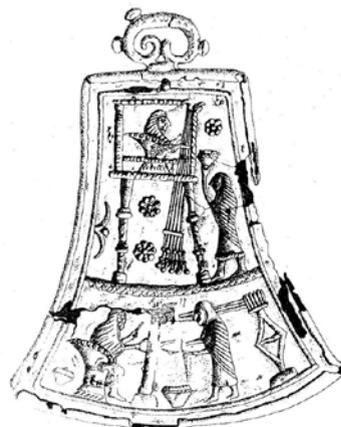


Fig. 8: O Tintinábulo da Tomba degli ori, Bologna (HUTH, 2003 Taf. 81).

Em conclusão, dois pontos se tornam evidentes: Primeiro, uma comparação ainda mais intensiva e detalhada entre motivos das estelas daunias e o imaginário mais ao norte incluindo as regiões do círculo das sítulas, o leste dos alpes e até mesmo regiões ao norte dos alpes é mais que necessária e tem potencial enriquecedor para uma compreensão da região daunia. Até mesmo para melhor entender a singularidade de uma região tão única em comparação com a sua vizinhança direta. Segundo, a perspectiva cognitiva, vista aqui como passo essencial de uma teoria histórico-genética, permite a comparação inter-regional proposta e respeita os primados da consciência moderna, nomeadamente a construtividade e a historicidade do conteúdo semântico de construtos culturais. Em comparação, propostas amparadas em conceitos dualísticos de símbolos ou sobre ideais de organização social e hierarquia precisam passar por uma reflexão crítica frente ao embate atual da lógica de ação subjetivista e a processual se pretendem se manter relevantes. Ao mesmo tempo, a reconstrução do processo de construção de imagens a partir das estruturas cognitivas dos sujeitos atende à expectativa moderna, segundo a qual a construção de representações de mundo converge para processos cognitivos nos sujeitos. Ainda assim, apresentamos uma possibilidade de refletir sobre o sentido de motivos imagéticos, como no exemplo dos cavaleiros acima mencionados. Um exemplo de análise ainda solitário na literatura²⁰ de modo a transparecer um estado de coisas pouco ideal no estudo das estelas daunias. Afinal, investir nas possibilidades de comparação inter-regionais e intensificar o estudo das estelas daunias ainda poderá enriquecer o entendimento da Idade do Ferro, com consequências até mesmo para o contexto europeu em geral.

Bibliografia

ADAM, Jean-Pierre. *L'Archéologie devant l'Imposture*. Paris: Laffont, 1975.
ARAQUE GONZALEZ, Ralph. *Inter-cultural communications and iconography in the western Mediterranean during the Late Bronze Age and the Early Iron Age*. Rahden/Westf.: VML, 2018.

20. Fato substanciado em comunicação pessoal com C. Norman.

AYERS, Michael. “Substance”. *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. 1. ed. London: Routledge, 2016. Disponível em: <<https://www.rep.routledge.com/articles/thematic/substance/v-1>>. Acesso em: 24 ago.2022.

BARKER, Matthew J. “Essentialism”. KALDIS, B. (Org.). *Encyclopedia of Philosophy and the Social Sciences*. London: Sage, 2013.

BERTOCCHI, Fernanda Tinè. *Le necropoli daunie di Ascoli Satriano e Arpi*. Genoa: Sagep, 1985.

BOHMANN, Gerda e NIEDENZU, Heinz-Jürgen. *Historisch-Genetische Theorie*. Wiesbaden: Springer, 2020.

BRATHER, Sebastian. *Ethnische Interpretationen in der frühgeschichtlichen Archäologie Geschichte, Grundlagen und Alternativen*. Berlin: de Gruyter, 2004.

BRUNNER-TRAUT, Emma. *Frühformen des Erkennens am Beispiel Ägyptens*. Darmstadt: Wiss. Buchges., 1990.

DE MEDEIROS, José Eduardo M. *Hortfunde der Spätbronze- und Früheisenzeit ein prozesslogischer Paradigmawechsel*. Leiden: Sidestone Press, 2021.

DE MEDEIROS, José Eduardo M. “Os desafios da educação patrimonial à altura do nosso tempo”. In: CAMPOS, Juliano; RODRIGES, Marian; SANTOS, Marcos (Org.). *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: Educação Patrimonial e Ambiental*. Curitiba: Multideia. v. 3.. 2018, 19-43.

DELACAMPAGNE, Christian. *Histoire de la philosophie au XXe siècle*. Paris: Éd. du Seuil, 1995.

DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2007.

DUX, Günter. “Das Ende der Werte. Zur Selbstbehauptung des Subjekts”. In: OLK, Thomas; OTTO, Hans-Uwe (Org.). *Soziale Dienste im Wandel*. Neuwied: Luchterhand, v. 1., 1987.

DUX, Günter. *Die Evolution der humanen Lebensform als geistige Lebensform Handeln • Denken • Sprechen*. Wiesbaden: Springer VS, 2017.

DUX, Günter. *Die Logik der Weltbilder Sinnstrukturen im Wandel der Geschichte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1982.

DUX, Günter. *Historico-genetic theory of culture on the processual logic of cultural change*. Bielefeld: Transcript, 2011.

DUX, Günter. *Strukturwandel der Legitimation*. Freiburg: Alber, 1976.

FLECKINGER, Angelika. *Ötzi, der Mann aus dem Eis alles Wissenswerte zum Nachschlagen und Staunen*. 9. ed. Wien: Folio Verlag, 2018.

GELL, Alfred. *Art and agency an anthropological theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

HUTH, Christoph. “Ist der Papst katholisch? Glaubte der Papst an Gott? Überlegung zur Logik und Praxis früheisenzeitlicher Weltanschauung”. In: WEIDINGER, Alfred; LESKOVAR, Jutta (Org.). *Interpretierte Eisenzeiten*. Linz: OÖ Landes-Kultur, 2021, p. 15–24.

HUTH, Christoph. *Menschenbilder und Menschenbild anthropomorphe Bildwerke der frühen Eisenzeit*. Berlin: Reimer, 2003.

HUTH, Christoph. “Montebelluna-Posmon, Grab 244: Betrachtungen zu einem neu entdeckten Werk der Situlenkunst”. *Hallstatt und Italien: Festschrift für Markus Egg*. Mainz: Verlag des Röm.-Germ. Zentralmuseums, 2019. p. 453–468.

HUTH, Christoph e KONDZIELLA, Monika. “Textile symbolism in Early Iron Age burials”. *Connecting elites and regions: perspectives on contacts, relations and differentiation during the Early Iron Age Hallstatt C period in Northwest and Central Europe*, p. 145–160, 2017.

JONES, Andrew e DÍAZ-GUARDAMINO, Marta. *Making a mark image and process in Neolithic Britain and Ireland*. Oxford: Oxbow Books, 2019.

JUNG, Matthias. “Hofberichterstattung. Zur Wirkmächtigkeit des narrativen Ideals in der Hallstattforschung”. *Ethnographisch-Archäologische Zeitschrift*, Jahrgang 51, p. 151–172, 2010.

KOSSACK, Georg. *Religiöses Denken in dinglicher und bildlicher Überlieferung Alteuropas aus der Spätbronze- und frühen Eisenzeit (9. - 6. Jahrhundert v. Chr. Geb.)*. München: Verl. der Bay. Akad. der Wiss., 1999.

MARIANI, Lucio. “Di una stele sepolcrale salapina: nota”. *Rendiconti dell'Accademia Nazionale dei Lincei*. 1909.

MAUSS, Marcel. *The gift forms and functions of exchange in archaic societies*. London: Cohen & West, 1954.

MAZZEI, Marina. *I Dauni: archeologia dal IX al V secolo a. C.* Grenzi, 2010.

MEINEKE, Eckhard et al. Grab und Grabbrauch. In: BRATHER, Sebastian; HEIZMANN, Wilhelm; PATZOLD, Steffen. (Org.). *Germanische Altertumskunde Online*. Berlin: De Gruyter, 2010. Disponível em: <https://www.degruyter.com/database/GAO/entry/RGA_2046/html>. Acesso em: 19 jul. 2022.

- NAVA, Maria Luisa. *Le stele della Daunia*. Milano: Electa, 1988.
- NORMAN, Camilla R. “Daunian women: costume and actions commemorated in stone”. *Women in antiquity*. London: Routledge, 2016. p. 865–876.
- NORMAN, Camilla R. *The Iron Age Stelae of Daunia (Italy)*. 2013. PhD Thesis – 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2123/9809>>.
- NORMAN, Camilla R. “Warriors and weavers: sex and gender in Daunian stelae”. In: LOMAS, Kathryn; HERRING, Edward. (Org.). *Gender Identities in Italy in the First Millennium BC*. Oxford: Archaeopress, 2009. p. 37–54.
- NORMAN, Camilla R. “Weaving, gift and wedding: a local identity for the Daunian Stelae”. In: GLEBA, Margarita; HORSNÆS, Helle W. (Org.). *Communicating Identity in Italic Iron Age Communities*. Oxford: Oxbow Books, 2011. p. 33–49.
- PARKER PEARSON, Michael. *The archaeology of death and burial*. Stroud: Sutton Publ., 2003.
- PFÄFFENBERGER, Bryan. “Symbols do not create meanings-activities do: or, why symbolic anthropology needs the anthropology of technology”. *Anthropological perspectives on technology*, v. 1, 2001.
- POPPER, Karl R. *Conjectures and Refutations. The Growth of Scientific Knowledge*. London: Routledge, 2002.
- SEARLE, John R. *The construction of social reality*. London: Penguin Books, 1995.
- STRATHERN, Alan. *Unearthly powers religious and political change in world history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- TRIGGER, Bruce G. *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- VOBRUBA, Georg. “Einfachdenken in der komplexen Gesellschaft. Das Volk, die repräsentative Demokratie und der Populismus”. In: VOBRUBA, Georg; NISSEN, Silke; ENDRESS, Martin (Org.). *Aktualität der Demokratie. Strukturprobleme und Perspektiven*. Weinheim: Beltz Juventa, 2020. p. 105–155.
- WILLATS, John. *Art and representation new principles in the analysis of pictures*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

*Explorando as assimetrias da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro*²¹

Thaís Rodrigues dos Santos²²

Introdução

Desigualdades não se encontram presentes apenas na Contemporaneidade. Elas aparecem desde a pré-história, e não necessariamente retratam contrastes econômicos (cf. Großmann, 2021). Diferentes fatores podem se relacionar às diferenças encontradas em variados contextos. Podemos citar como exemplo questões de gênero e idade, que se vinculam à temática da identidade.

Tendo em vista esse cenário, refletimos sobre as assimetrias encontradas no contexto funerário do sul da França da Primeira Idade do Ferro, com base nas sepulturas da Necrópole de Martinet. Por meio desse texto, buscamos elucidar se, neste contexto, as diferenças referentes às variáveis como idade, tamanho da cova, tipo de cobertura, e características do mobiliário podem contribuir para a compreensão de desigualdades em diferentes temporalidades e espacialidades. Entretanto, é necessário enfatizar que as análises apresentadas neste artigo limitam-se ao contexto mortuário, e especulações mais gerais acerca da desigualdade social das populações locais do sul da França devem englobar outros contextos, como o habitacional.

21. Este artigo deriva da pesquisa de doutorado sobre diversidade social no final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro no sul da França em curso no PPGH/UFF, sob orientação da Profa. Dra. Adriene Baron Tacla e com financiamento do CNPq.

22. Email: thaiss.rds91@gmail.com, bolsista de Doutorado do CNPq

Além disso, tendo em vista que os dados funerários propiciam informações acerca de rituais, defendemos que eles apresentem tanto comportamentos restaurados quanto o dinamismo característico das performances (cf. Schechner, 2013). Dessa maneira, realizamos análises estatísticas (tabelas de frequência, proporções e porcentagens, diagramas de caixa, gráficos de setores, gráficos de barras, histogramas e testes de regressão linear) para identificar quais padronizações e variações de execução nesses rituais podem ser detectadas através dos vestígios materiais das sepulturas da Necrópole de Martinet.

Por fim, buscamos auxiliar na compreensão do contexto funerário do sul da França da Primeira Idade do Ferro, e refletimos acerca da concepção tradicional sobre esse período, que defende o surgimento de uma diferenciação social, aumento da hierarquização e complexidade no sul da França proto-histórica.

Introdução ao sul da França da Primeira Idade do Ferro

O contexto funerário é um dos principais através dos quais conhecemos as populações do sul da França da Primeira Idade do Ferro, dada à profusão de dados encontrados nele. Entretanto, apesar de a dificuldade da identificação de construções em materiais menos duráveis, como a madeira, também possuímos informações sobre o contexto habitacional. Temos conhecimento de que a maioria das pessoas da região morava em casas de um cômodo, que abrigavam entre quatro e seis pessoas (cf. Py, 1993). Tendo em vista o tamanho limitado dessas habitações, estima-se que sua função principal fosse dormir, enquanto a maior parte das outras atividades ocorresse no ambiente externo.

Py (1993) argumenta que “células domésticas” ocupavam essas casas. Chamaremos esses grupos de “agregados familiares” (*households*), nos referindo às pessoas que habitariam em conjunto, mas que não necessariamente possuíam laços consanguíneos (até mesmo pela dificuldade de averiguação desse quesito) (cf. Fernández-Götz, 2014). Consideramos que esses “agregados familiares” poderiam formar povoados, a partir da concentração de diversas habitações. Apesar disso, também havia residências mais dispersas pela

paisagem local, cuja estimativa da relação com os povoados é considerada difícil.

O artesanato poderia ser produzido tanto no ambiente doméstico, no caso da fabricação de tecidos, quanto em ambientes especializados, como a produção de metal e também de algumas cerâmicas (dada à complexidade da queima) (cf. Py, 1993:90 e Gailledrat, 2021).

Gailledrat (2021) defende o surgimento de uma ideologia guerreira a partir dos primeiros achados de armamentos na Primeira Idade do Ferro, no séc. VII a.C. Contudo, ponderamos que é necessária cautela nesta questão, pois apesar de identificarmos a maior frequência de armamentos nesse período, estimamos uma maior minúcia, dada a possível presença de especificidades nesses objetos em diferentes momentos, sejam elas em relação à: origem, decoração, associação com outros objetos, variação de tamanho e classificação, dentre outras variáveis. Como exemplos, podemos citar que alguns desses armamentos são chamados de espadas (*épée*), como na T. 533 da Necrópole de Causses (cf. GIRAUD, PONS e JANIN, 2003b), e outros de punhais (*poignard*), como no *dolmen* reutilizado 2 de Rieux, em Lussas (cf. DEDET E DURAND:80-84). Consideramos que essa diferença de nomenclatura possa se vincular com uma distinção de função. Além do mais, devemos refletir se a presença de armamentos nas sepulturas no contexto de pré-colonização grega possui o mesmo significado do que a sua presença no contexto colonial. Maiores informações sobre esses diferentes contextos serão dadas a seguir.

A colonização grega no sul da França foi efetivada apenas a partir de VI a.C., com a fundação de Massália, a 43 km da boca leste do rio Ródano. Esta localização facilitava tanto o contato dos gregos com as populações locais da própria região, assim como com as populações do interior da França, não sendo por acaso que a característica comercial dessa *pólis* chama a atenção dos pesquisadores (cf. MOREL, 2006 e DIETLER, 2010). Não obstante, os primeiros contatos entre os gregos e as populações locais do sul da França são identificadas antes desse evento, datando de VII a.C. Podemos citar como exemplo as cinco taças de beber e uma enócoa de estilo protocoríntio subgeométrico encontradas neste século na necrópole de Agde (cf. BATS,

2012:145). Elucida-se que esses dados representem contatos mais esporádicos entre essas populações, mas que se tornam frequentes após a fundação de Massália (cf. MOREL, 2006). Isso é argumentado com base na quantidade de cerâmicas gregas encontradas no sul da França. Durante a Primeira Idade do Ferro, esses vasos são identificados em menor quantidade do que na Segunda Idade do Ferro (cf. DIETLER, 2010).

Ainda na Primeira Idade do Ferro, defende-se o surgimento de uma proto-urbanização no sul da França (cf. PY, 1993; GARCIA, 2014 e GAILLED RAT, 2021). Ela seria marcada pelo aumento da frequência de construções em materiais duros, como pedras, em detrimento a materiais mais perecíveis, como a madeira. Esse processo ocorre gradualmente durante a Primeira Idade do Ferro e torna-se a norma das construções durante a Segunda Idade do Ferro. Além das diferenças quanto à matéria-prima, observamos o aumento do planejamento e organização do espaço, sendo identificados quarteirões e ruas. Soma-se a esse quadro o aumento gradual da quantidade de cômodos das construções. Considera-se que esse processo culmina no surgimento dos chamados *oppida* do sul da França (cf. GARCIA, 2014).

O contexto funerário do sul da França da Primeira Idade do Ferro

Considerando todo o sul da França, observamos que tanto durante a Idade do Bronze Final quanto durante a Primeira Idade do Ferro existe uma grande variedade no contexto funerário. Ela é expressa pela opção da cremação primária ou secundária dos mortos e pela inumação, através das diferenças na arquitetura funerária (que podem apresentar covas rasas e planas mais ou menos demarcadas, montículos de vários tamanhos, reutilizações de monumentos funerários anteriores, cofres funerários, dentre outras opções), assim como a partir da variedade do mobiliário. Essas diferenças podem ser pensadas em termos de distinções regionais.

A parte Ocidental do sul da França (Roussillon, Languedoc Ocidental, Tarn, Toulousain e Quercy) apresenta majoritariamente cemitérios de cremação com dezenas a centenas de sepulturas com covas planas e rasas (cf. DEDET, 2018). Usualmente, esses cemitérios vinculam-se a algum *oppidum*, dialogando com o processo de proto-urbanização local. Dessa

maneira, as necrópoles podiam ser mais planejadas, com divisões e vias de circulação, como no caso da Necrópole de Agde (cf. NICKELS *et al.*, 1989). Apesar disso, evidências desse processo no contexto funerário variam, até mesmo pela ausência de dados da parte superior de sepulturas quando os sítios encontram-se menos preservados. No caso da Necrópole de Moulin (Mailhac), não possuímos essas evidências (cf. JANIN *et al.*, 1998). Além disso, também devemos mencionar as necrópoles de Tarn (Causses, Martinet e Goujarde), que são sítios importantes do Ocidente do sul da França, pela profusão de dados identificados.

Conforme avançamos para o leste do sul da França (Languedoc Oriental, Causses, Provence e sul dos Alpes) nesse período, encontramos uma arquitetura funerária mais diversificada, tendo em vista a presença de montículos de tamanhos variados de pedras e terra local, além da reutilização de monumentos funerários megalíticos, como *dolmens* e cofres do Calcolítico (cf. DEDET, 2001; DEDET e DURANT, 2015; DEDET, 2018). Esses monumentos podem estar mais aglomerados ou isolados. Como exemplos podemos citar as sepulturas de Grands Causses do Gévaudan (Aveyron, Gard e Lozère).

A concomitância das práticas da cremação e da inumação torna esse quadro ainda mais complexo. Como já mencionado, nos cemitérios da parte ocidental do sul da França existe a prevalência da prática da cremação, embora não exclusiva, pois encontramos algumas sepulturas com inumações dentre as com cremações. Como exemplo, podemos citar as nove inumações encontradas na Necrópole de Causse. Além disso, podemos diferenciar as cremações entre primárias e secundárias. Na cremação primária, o morto é cremado no próprio local da sepultura, sendo essas também chamadas de “sepultura-pira”. Já na cremação secundária, o morto é deslocado do local da cremação (*ustrinum*) para o local da cova.

Ao mesmo tempo, as sepulturas mais a leste do sul da França apresentam maior frequência da prática da inumação, apesar de também encontrarmos cremações entre elas. Esse cenário reflete a concorrência dessas duas práticas, de maneira que a cremação se torna cada vez mais frequente em todo o sul da França ao decorrer da Primeira Idade de Ferro, e passa a ser prática

predominante em toda a região na Segunda Idade do Ferro (cf. DEDET, 2004 e 2018; SCHWALLER *et al.*, 2018).

Igualmente, devemos mencionar o mobiliário presente nessas sepulturas. Ele pode ser agrupado da seguinte maneira: objetos de higiene (navalha e pinça), adornos e objetos de vestimenta (enfeites de cabelo, fíbulas, alfinetes, cintos, torques), objetos de banquete (pratos, copos, taças, vasos de cozinha, *scaptorium* – concha frequentemente de bronze, facas) e armamentos (punhais e espadas); embora facas também possam ser objetos vinculados à caça.

Usualmente, no contexto funerário, esses objetos são interpretados em termos de gênero, sendo considerados objetos de conotação feminina: adornos – principalmente em abundância (alfinetes, colares de contas, enfeites de cabelo, torques até o séc. V a.C., braceletes, tornozeleiras, anéis, pesos de tear, agulhas e conchas); em contrapartida, seriam considerados masculinos objetos cortantes no geral, como armamentos ofensivos (espadas, punhais, lanças, pontas de flecha, dardos) além de navalhas, facas ou cutelos, mais arreios de cavalo, fechos de cinto, *scaptorium* e vasos de metal (cf. DEDET, 2018:177). Cogitamos a possibilidade de que a divisão de objetos em termos de gênero possa ser mais complexa do que a apresentada por Dedet (2018), no entanto novas análises referentes ao tema são necessárias.

Como já mencionado, a interpretação tradicional sobre o contexto funerário da Primeira Idade do Ferro defende uma maior diferenciação dos indivíduos em detrimento da Idade do Bronze Final, tendo em vista o aumento da quantidade de armamentos, oferendas funerárias e objetos importados encontrados nas sepulturas (como vasos cerâmicos gregos e etruscos) (cf. PY, 1993 e DEDET, 2018). Esse quadro retrataria um aumento da hierarquização e complexidade social (cf. PY, 1993 e DEDET, 2018). Entretanto, é necessário mencionar que pesquisadores, como Gailledrat (2021), já começam a questionar a ideia de que uma diferenciação entre indivíduos apenas começa a surgir na Primeira Idade do Ferro. É possível que a Idade do Bronze não seja tão homogênea em termos de diferenciações sociais, mas o autor não nos concede muitos detalhes sobre essa interpretação.

Ainda segundo a perspectiva tradicional, os indivíduos com maior quantidade de mobiliário funerário e objetos importados da Primeira e Segunda Idade do Ferro são interpretados como intermediários entre comerciantes estrangeiros e as populações locais, e, por isso, teriam ganhado prestígio e influência local, sendo “personagens excepcionais” (cf. DEDET, 2018:187-192). No entanto, consideramos que esta abordagem conceda demasiada ênfase à presença de objetos importados de outras populações mediterrâneas e pouca consideração a objetos pouco correntes e raros que circulavam em outras localidades da Europa Ocidental (como a espada da T. 533 da Necrópole de Causse), assim como da importância da monumentalização de sepulturas de montículos. Dessa forma, defendemos que essa interpretação seja revisitada e as assimetrias apresentadas por essas sepulturas sejam analisadas de maneira a buscar novas explicações para a diversidade de dados encontrados.

As Necrópoles de Tarn e o caso de Martinet

A Necrópole de Martinet faz parte de um grupo de necrópoles de comunidades vizinhas chamadas de Necrópoles de Tarn, que englobam também as necrópoles de Causse e Gourjade. Elas são assim identificadas por se encontrarem em um raio de 6 km da cidade de Castres (Tarn). Juntas, elas nos apresentam um conjunto de mais de 1200 sepulturas. Nesse estudo, do total de 183 sepulturas notificadas por Giraud, Pons e Janin (2003b) na Necrópole de Martinet, incluímos as 126 sepulturas que possuem os vestígios ósseos identificados e analisados.

As Necrópoles de Tarn são equiparadas às outras do sul da França da região do Languedoc, as Necrópoles de Mailhac e Agde, tanto pela sua contemporaneidade, quantidade de dados, e característica do mobiliário. Como esperado, esse conjunto funerário apresenta a prática da cremação como norma, com exceção de nove inumações encontradas na Necrópole de Causses. De modo geral, realizava-se uma cremação secundária do morto para uma cova, com a deposição dos vestígios ósseos em um vaso não-torneado local (cf. GIRAUD, PONS e JANIN, 2003b:248).

A Necrópole de Martinet encontra-se na margem esquerda de l'Agout, em proximidade da Necrópole de Goujarde (à 500m). Ela foi escavada em 1993 por Frédéric Vidaillet (cf. GIRAUD, PONS e JANIN, 2003b:15). Algumas de suas partes foram perturbadas pela construção de um campo de aviação civil na década de 1930, além de outras ocupações desse espaço, como para fins militares durante a Primeira Guerra Mundial. Isso ocorreu, no geral, com todas as Necrópoles de Tarn (cf. GIRAUD, PONS e JANIN, 2003b: 21-23).

Ainda não sabemos se essa necrópole foi completamente escavada, sendo possível que os seus limites estendam-se mais para o sul. De acordo com o conhecimento atual, ela é relativamente retangular (90m de comprimento x 60m de largura), com uma área de cerca de 4500m² (cf. GIRAUD, PONS e JANIN, 2003b:25-26).

Sua cronologia se destaca das demais necrópoles do Tarn, pois não apresenta ocupação relativa à fase I (Bronze Final IIIb: 900-775 a.C.) e à fase II (transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro: 775-725 a.C.). Assim, os dados apresentados neste caso de estudo apenas referem-se à Idade do Ferro, sendo possível classificar as sepulturas quanto à cronologia da fase III (início da Idade do Ferro: 725-675 a.C.), fase IVa (675-625 a.C.), fase IVb (625-575 a.C.) e fase V (575-550 a.C.) (cf. GIRAUD, PONS e JANIN, 2003b:179-180).

Análise estatística das assimetrias da Necrópole de Martinet

Exploraremos a presença de assimetrias quanto à arquitetura funerária (incluindo o tipo de cobertura e o tamanho das covas), ao mobiliário de acompanhamento e à idade dos mortos na Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro. A cobertura dessas sepulturas é habitualmente classificada como simples (composta por uma única estrutura, como um bloco de pedra) ou múltipla (composta por um conjunto de estruturas, como vários blocos e/ou pedras de variados tamanhos).

Segundo o nosso estudo estatístico, possuímos 90% de confiança de que, na Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro, a proporção de sepulturas com cobertura simples é de $0,12 \pm 0,05$ (ou porcentagem de $12\% \pm 5\%$), a proporção de sepulturas com cobertura múltiplas é de $0,24 \pm 0,06$

(ou porcentagem de $24\% \pm 6\%$), e a proporção de sepulturas cujo tipo de cobertura não pode ser identificada é de $0,64 \pm 0,07$, ou porcentagem de $64\% \pm 7\%$; como podemos observar na tabela a seguir (Tabela 1). Produzimos o Gráfico 1 para ilustrar esta tabela.

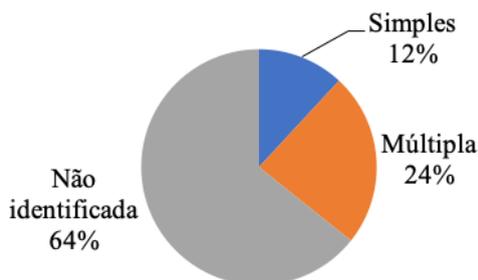
Tabela 1 – Tabela do tipo de cobertura da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro

Tipo de cobertura da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro			
Tipo de cobertura	Frequência	Proporção	Porcentagem
Simple	15	$0,12 \pm 0,05$	$12\% \pm 5\%$
Múltipla	30	$0,24 \pm 0,06$	$24\% \pm 6\%$
Não identificada	81	$0,64 \pm 0,07$	$64\% \pm 7\%$
Total	126	1	100%

Fonte: Tabela do autor

Gráfico 1 – Gráfico de setores dos tipos de cobertura da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro

TIPO DE COBERTURA DA NECRÓPOLE DE MARTINET DA PRIMEIRA IDADE DO FERRO



Fonte: Gráfico do autor

Com base nos dados apresentados pela Tabela 1 e pelo Gráfico 1, observamos a maior frequência das sepulturas com cobertura múltipla (porcentagem de $24\% \pm 6\%$), ou seja, na maioria dos casos optou-se por coberturas que demandassem maior investimento de tempo e recursos em detrimento de coberturas demasiadamente simples, assim sendo menos usual que elas fossem cobertas apenas por um único bloco de pedra. Dessa maneira, observamos que seria menos recorrente que as sepulturas possuíssem uma cobertura de menor complexidade.

Conhecidos os resultados acima, nos perguntamos se uma maior atenção dada à construção da cobertura das sepulturas estaria relacionada com a idade do morto, isto é, adultos teriam sepulturas com coberturas mais elaboradas do que as crianças, no entanto, existe uma baixa quantidade de sepulturas de crianças com o tipo de cobertura identificada (apenas três); por isso, julgamos que esse questionamento não pode ser adequadamente observado neste sítio.

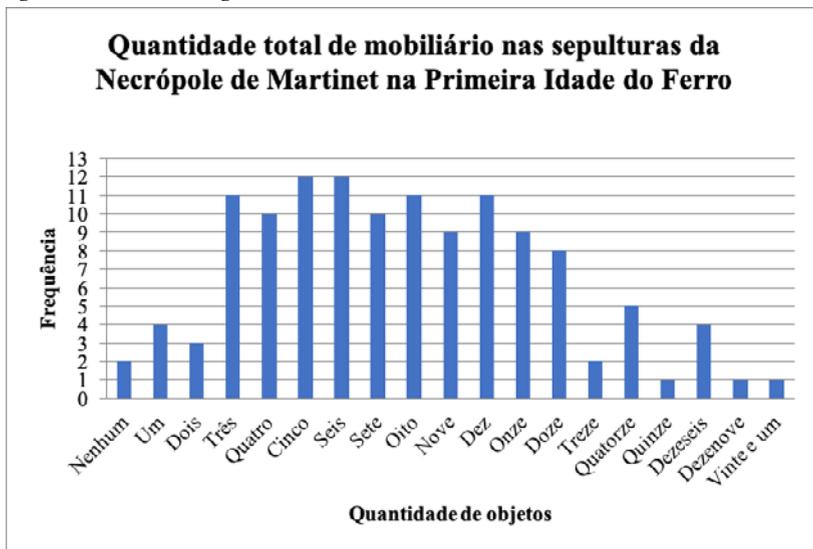
Seguindo com a averiguação das diferenciações apresentadas neste contexto, realizamos uma análise da quantidade de mobiliário total das sepulturas (somando a quantidade de vasos cerâmicos inteiros, objetos de metal, e objetos de outros materiais). Com 90% de confiança das proporções, os resultados seguem na Tabela 2 e nos Gráficos 2 e 3. A partir deles, evidenciamos que ao somarmos as quantidades de mobiliário de diversos tipos produzimos um gráfico de barras (Gráfico 2) multimodal, no qual não encontramos uma única tendência em relação à deposição desses objetos; ou seja, ele não apresenta uma simetria na distribuição das frequências (que podem ser, no geral, simetrias simétricas, assimétricas positivas ou negativas). O que encontramos foi uma grande variedade de combinações, ou respostas.

Tabela 2 – Tabela da quantidade total de mobiliário nas sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro

Quantidade total de mobiliário nas sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro			
Quantidade	Frequência	Proporção	Porcentagem
Nenhum	2	0,02 ± 0,02	2% ± 2%
Um	4	0,03 ± 0,025	3% ± 2,5%
Dois	3	0,02 ± 0,02	2% ± 2%
Três	11	0,09 ± 0,04	9% ± 4%
Quatro	10	0,08 ± 0,04	8% ± 4%
Cinco	12	0,10 ± 0,04	10% ± 4%
Seis	12	0,10 ± 0,04	10% ± 4%
Sete	10	0,08 ± 0,04	8% ± 4%
Oito	11	0,09 ± 0,04	9% ± 4%
Nove	9	0,07 ± 0,04	7% ± 4%
Dez	11	0,09 ± 0,04	9% ± 4%
Onze	9	0,07 ± 0,04	7% ± 4%
Doze	8	0,06 ± 0,035	6% ± 3,5%
Treze	2	0,02 ± 0,02	2% ± 2%
Quatorze	5	0,04 ± 0,03	4% ± 3%
Quinze	1	0,01 ± 0,01	1% ± 1%
Dezesseis	4	0,03 ± 0,025	3% ± 2,5%
Dezenove	1	0,01 ± 0,01	1% ± 1%
Vinte e um	1	0,01 ± 0,01	1% ± 1%
Total	126	1	1

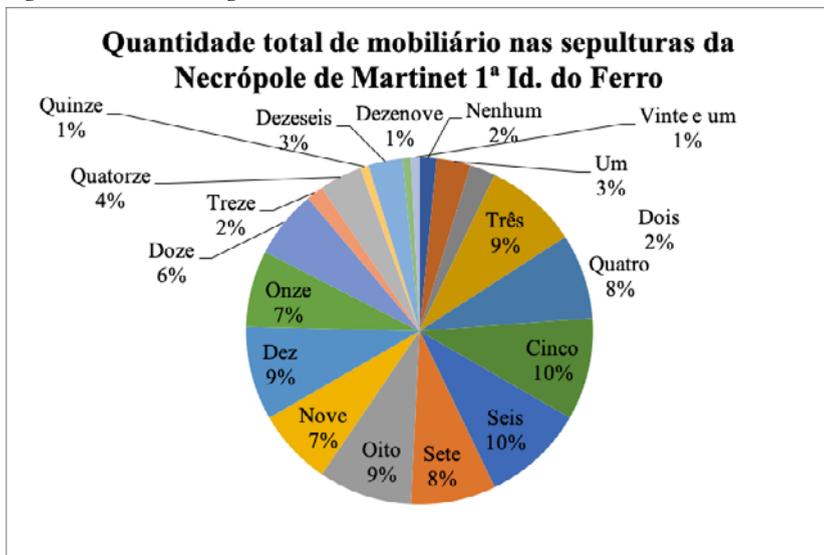
Fonte: Tabela do autor

Gráfico 2 – Gráfico de barras da quantidade total de mobiliário nas sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro



Fonte: Gráfico do autor

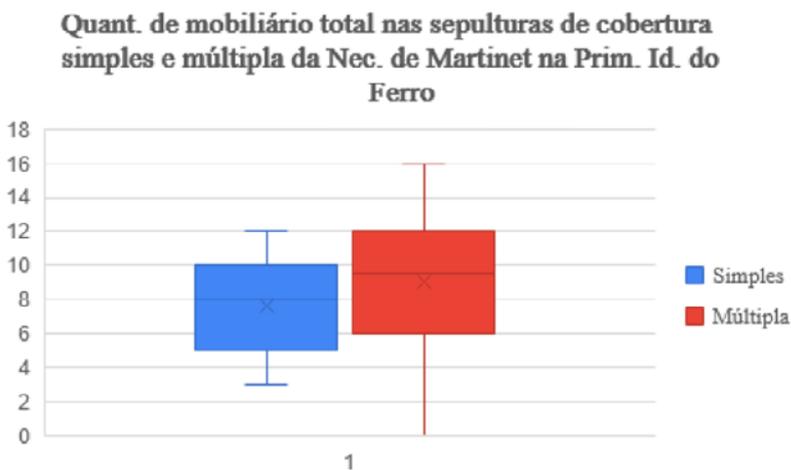
Gráfico 3 – Gráfico de setores da quantidade total de mobiliário nas sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro



Fonte: Gráfico do autor

A partir dos resultados acima, também indagamos se haveria relação entre a quantidade total de mobiliário e o tipo de cobertura nas sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro, e pesquisamos se as que possuem maior complexidade na cobertura também possuem maior quantidade de mobiliário, em detrimento das sepulturas de cobertura simples. Para isso, realizamos o diagrama de caixa (Gráfico 4) que se encontra abaixo:

Gráfico 4 – Diagrama de caixa da quantidade de mobiliário total nas sepulturas de cobertura simples e múltipla da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro



Fonte: Gráfico do autor

O gráfico acima nos aponta que a mediana da quantidade de mobiliário total nas sepulturas de cobertura múltipla é maior (9) do que a mediana da quantidade de mobiliário total nas sepulturas de cobertura simples (7,6). O mesmo pode ser dito do primeiro quartil da quantidade de mobiliário total nas sepulturas de cobertura múltipla (6) em detrimento do primeiro quartil da quantidade de mobiliário total nas sepulturas de cobertura simples (5); igualmente, o terceiro quartil da quantidade de mobiliário total nas sepulturas de cobertura múltipla (12) é maior do que o da quantidade de mobiliário total nas sepulturas de cobertura simples (10); e o limite superior das sepulturas com cobertura múltipla é superior (16) ao limite superior das

sepulturas com cobertura simples (12). Apesar de a tendência aos dados mais elevados nas sepulturas de cobertura múltipla, é necessário mencionar que o limite inferior das sepulturas delas é menor (o) do que o limite inferior das sepulturas com coberturas simples (3). Assim, concluímos que a quantidade de mobiliário total das sepulturas de cobertura múltipla é, no geral, maior do que a quantidade de mobiliário nas sepulturas de cobertura simples, embora a diferenciação apresentada não seja exacerbada.

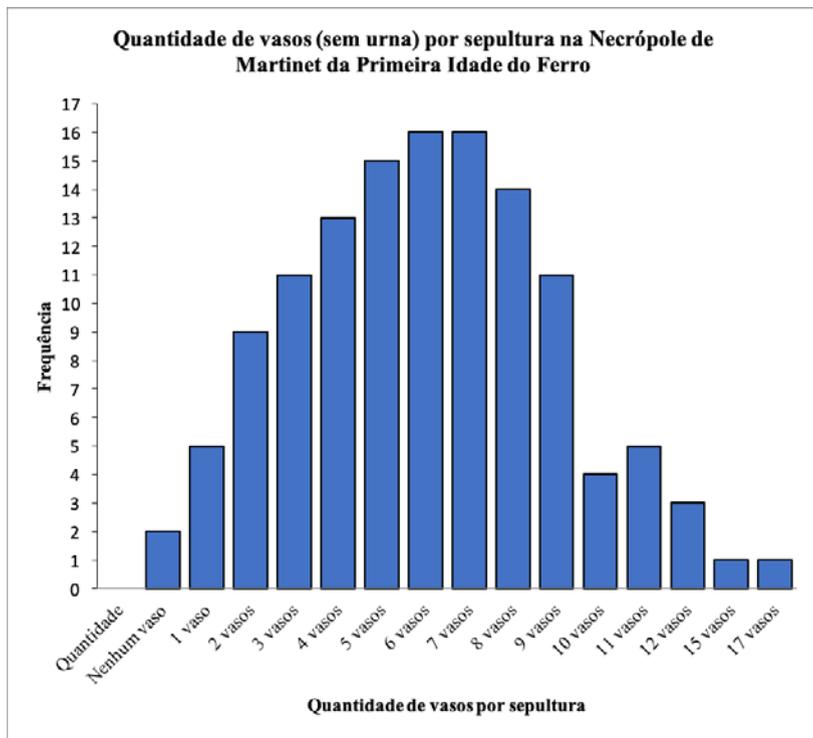
Seguindo a análise, averiguamos as assimetrias da quantidade de mobiliário nas sepulturas, mas mais especificamente da quantidade de vasos de acompanhamento (sem as urnas funerárias) por sepultura. Possuímos 90% de confiança de que a proporção da quantidade de vasos dispostas na Necrópole de Martinet neste período se encontra de acordo com a Tabela 3:

Tabela 3 – Tabela da quantidade de vasos de acompanhamento (sem as urnas funerárias) por sepultura na Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro

Quantidade de vasos de acompanhamento (sem urnas funerárias) por sepultura na Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro			
Quantidade	Frequência	Proporção	Porcentagem
Nenhum vaso	2	0,02 ± 0,02	2% ± 2%
1 vaso	5	0,04 ± 0,03	4% ± 3%
2 vasos	9	0,07 ± 0,04	7% ± 4%
3 vasos	11	0,09 ± 0,04	9% ± 4%
4 vasos	13	0,10 ± 0,04	10% ± 4%
5 vasos	15	0,12 ± 0,05	12% ± 5%
6 vasos	16	0,13 ± 0,05	13% ± 5%
7 vasos	16	0,13 ± 0,05	13% ± 5%
8 vasos	14	0,11 ± 0,05	11% ± 5%
9 vasos	11	0,09 ± 0,04	9% ± 4%
10 vasos	4	0,03	3%
11 vasos	5	0,04 ± 0,03	4% ± 3%
12 vasos	3	0,02 ± 0,02	2% ± 2%
15 vasos	1	0,01 ± 0,025	1% ± 2,5%
17 vasos	1	0,01 ± 0,025	1% ± 2,5%
Total	126	1	100%

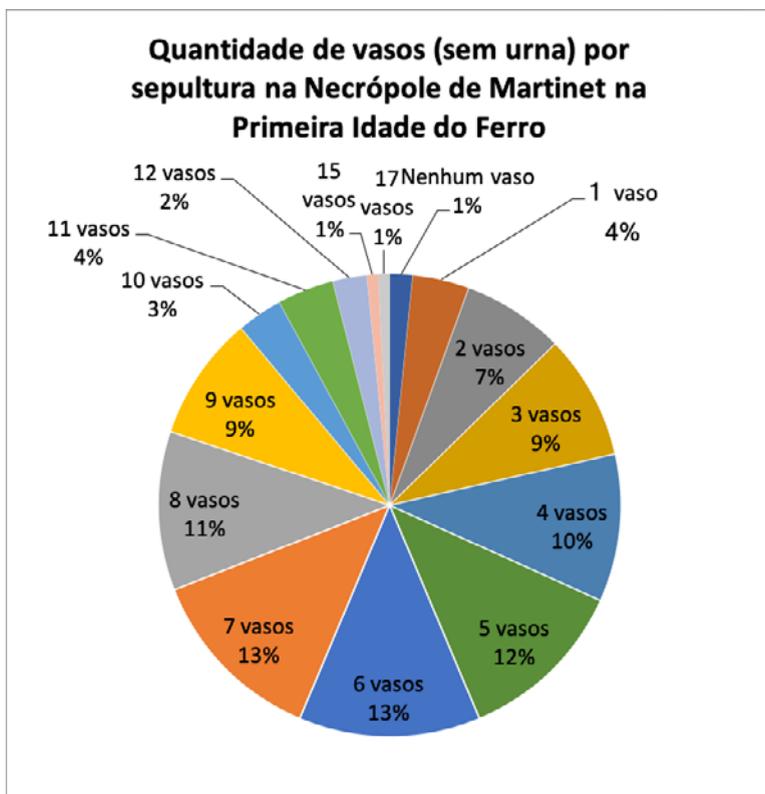
Fonte: Tabela do autor

Gráfico 5 – Gráfico de barras da quantidade de vasos de acompanhamento (sem urnas funerárias) por sepultura na necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro



Fonte: Gráfico do autor

Gráfico 6 – Gráfico de setores da quantidade de vasos de acompanhamento por sepultura na Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro



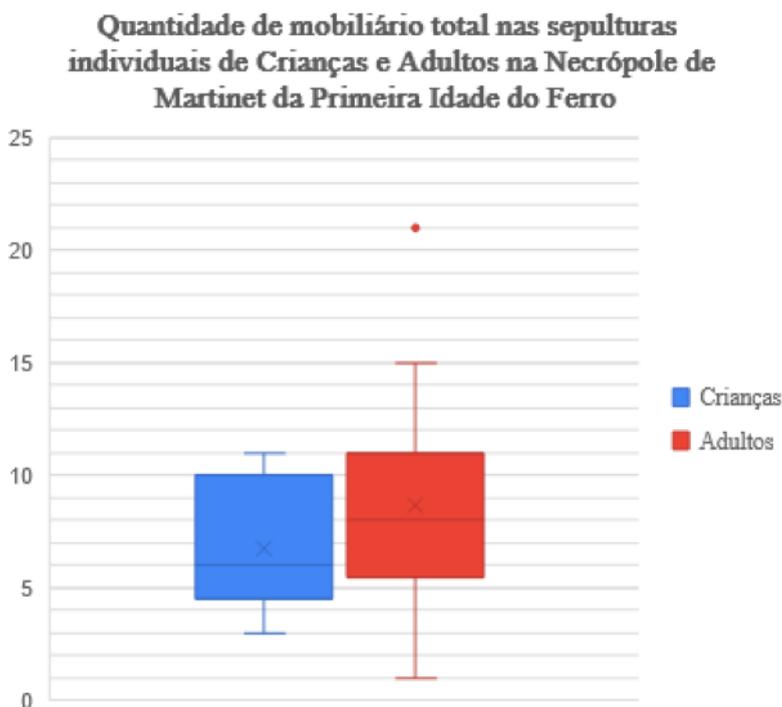
Fonte: Gráfico do autor

Para auxiliar na compreensão da Tabela 3, geramos os Gráficos 5 e 6. A partir deles, observamos como a quantidade de vasos depositados varia significativamente de uma sepultura para a outra. As quantidades de 3 a 9 vasos possuem porcentagens em torno de 10% (de 9% a 13%), sendo mais usual que as sepulturas possuam 6 ou 7 vasos (13% cada). Consequentemente, constatamos que, neste contexto, é raro que indivíduos sejam enterrados com quantidades de vasos de acompanhamento acima de 9 vasos e abaixo de 3 vasos. Assim, produzia-se uma diferenciação entre os mortos no contexto funerário a partir da deposição de uma quantidade de vasos de

acompanhamento acima da habitual (a partir de 10) e abaixo dela (menos de 3 vasos). Visto que esses vasos denotam o cenário de um banquete, inferimos que alguns mortos se vinculassem a ocasiões com banquetes de maior proporção, pois uma maior quantidade de vasos apontaria para a presença de mais comida, bebida ou até mesmo pessoas. Semelhantemente, de forma geral, uma maior quantidade de vasos nas sepulturas poderia apontar para maior esforço de algumas pessoas (possivelmente das famílias), ou até mesmo de uma maior quantidade de pessoas (que poderia abranger maior parcela dessa sociedade), em construir sepulturas diferenciadas para determinados falecidos; ao mesmo tempo em que o contrário ocorreria com alguns indivíduos, sendo esses enterrados sem nenhuma ou com baixa quantidade de vasos cerâmicos.

Em continuidade, questionamos se a quantidade do mobiliário funerário possuiria relação com a idade do morto, e por isso, criamos um diagrama de caixa da quantidade de mobiliário total nas sepulturas individuais de crianças e adultos (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Diagrama de caixa da quantidade de mobiliário total nas sepulturas individuais de crianças e adultos na Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro

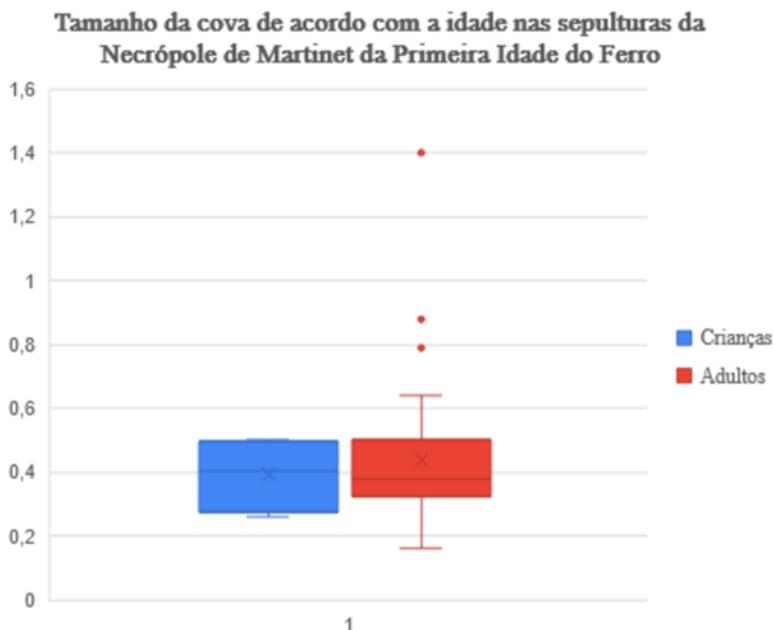


Fonte: Gráfico do autor

No Gráfico 7, observamos tanto pela marcação das medianas (crianças = 6 e adultos = 8) quanto dos limites superiores (crianças = 11 e adultos = 15), dos primeiros quartis (crianças = 4,5 e adultos = 5,5) e também dos terceiros quartis (crianças = 10 e adultos = 11) que, em geral, as sepulturas de adultos apresentam maior quantidade de mobiliário total. Apesar disso, notamos pelos limites inferiores (crianças = 3 e adultos = 1) que as sepulturas de adultos podem apresentar menor quantidade de mobiliário do que as sepulturas de crianças, em alguns casos. Entretanto, via de regra, consideramos que a idade é um fator que influi sobre a desigualdade da distribuição de mobiliário no contexto funerário, de maneira que os recursos costumavam ser depositados em maiores quantidades ou em quantidades muito baixas nas sepulturas de indivíduos de faixa etária adulta.

Tendo em vista o resultado acima, investigamos quais outras diferenciações poderiam se vincular à idade, como o tamanho da cova, a partir do Gráfico 8 abaixo:

Gráfico 8 – Diagrama de caixa do tamanho da cova das sepulturas individuais de crianças e adultos na Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro



Fonte: Gráfico do autor

Com base no Gráfico 8, percebemos como a mediana do tamanho das covas de sepulturas de crianças e adultos são semelhantes (crianças = 0,405 e adultos = 0,437), assim como os terceiros quartis (crianças = 0,495 e adultos = 0,5). No entanto, as maiores covas são de adultos (observar o limite superior de 0,64 e os valores discrepantes dos adultos = 0,79, 0,88 e 1,4). Verificados estes dados, concebemos que, comumente, a idade do morto não interfere muito significativamente no tamanho das covas, com exceção de alguns casos maiores e menores, visto os limites superiores de crianças = 0,5 e adultos = 0,64; os primeiros quartis de crianças = 0,2775 e

adultos = 0,3225; e os limites inferiores de crianças = 0,26 e adultos = 0,16), além dos tamanhos discrepantes, que se tratam todas de covas de adultos.

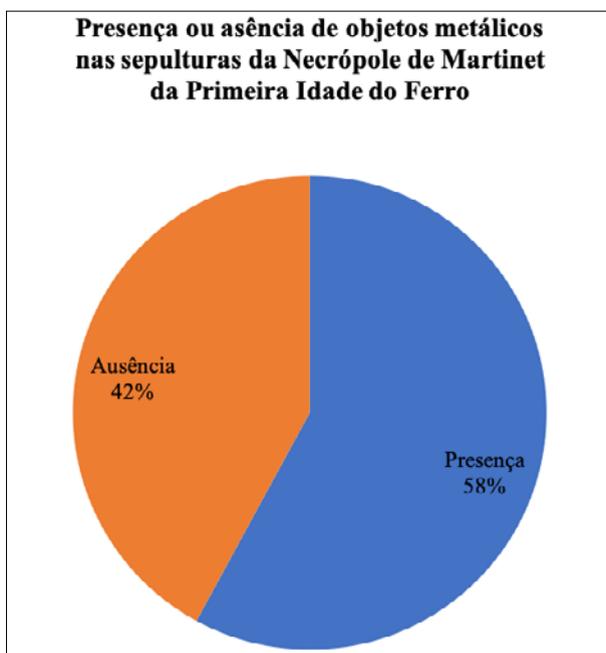
Proseguindo o estudo, identificamos diferenças nas sepulturas quanto à presença de mobiliário metálico. Como apontam a Tabela 4 e o Gráfico 9, possuímos 90% de confiança de que a proporção de sepulturas que não possuem nenhum objeto metálico é de $0,42 \pm 0,07$ (ou $42\% \pm 7\%$), o que julgamos que seja um número significativo. Dessa maneira, dada à restrição de deposição desses objetos nas sepulturas, é possível que esses fossem objetos mais raros e, conseqüentemente, valorosos, já que eram depositados de maneira mais escassa. Ainda assim, essa não se trata da única hipótese possível. Ao mesmo tempo, especulamos que esses objetos pudessem ser mais raros porque se associavam a construção da identidade de algumas pessoas particulares nessa sociedade.

Tabela 4 – Tabela de presença ou ausência de objetos metálicos nas sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro

Presença ou ausência de objetos metálicos nas sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro			
	Frequência	Proporção	Porcentagem
Presença	73	$0,58 \pm 0,07$	$58\% \pm 7\%$
Ausência	53	$0,42 \pm 0,07$	$42\% \pm 7\%$
Total	126	1,00	100%

Fonte: Tabela do autor

Gráfico 9 – Gráfico de setores de presença ou ausência de objetos metálicos nas sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro



Fonte: Gráfico do autor

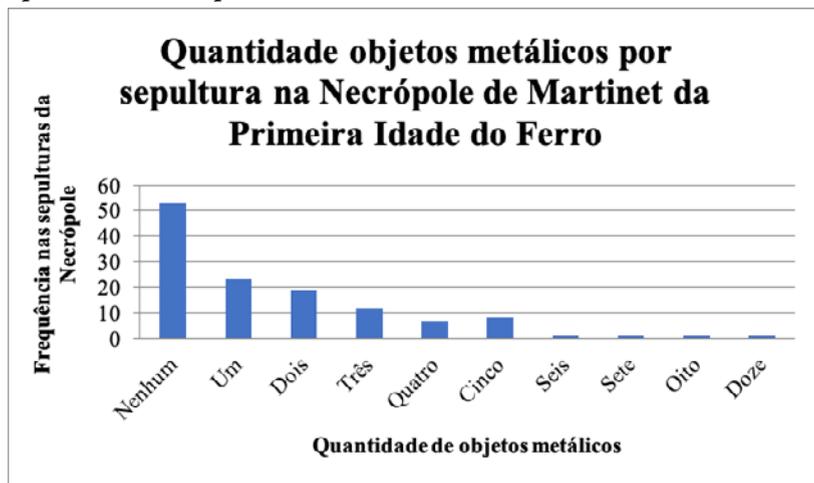
Avançamos nas observações sobre os objetos de metal notando diferenças quanto às quantidades nas sepulturas. Possuímos 90% de confiança na proporção das quantidades de objetos metálicos por sepultura apresentados na Tabela 5. Para ilustrar esses dados, criamos os Gráficos 10 e 11. Os seus resultados confirmam o panorama apontado pela Tabela 4 e pelo Gráfico 9, uma vez que constatamos que a quantidade de objetos metálicos mais recorrentes nas sepulturas estudadas é zero, ou nenhuma (42% ± 7%). Ao mesmo tempo, a assimetria positiva característica do Gráfico 10 nos aponta que quanto maior a quantidade de objetos metálicos em uma sepultura, menos recorrente essa quantidade é encontrada na necrópole. Dessa forma, reforçamos a hipótese de uma contenção na distribuição desses objetos neste contexto, que inclusive torna a deposição de mais de cinco objetos apenas presente em 4% das sepulturas.

Tabela 5 – Tabela de presença ou ausência de objetos metálicos nas sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro

Quantidade objetos metálicos por sepultura na Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro			
Quantidade	Frequência	Proporção	Porcentagem
Nenhum	53	0,42 ± 0,07	42% ± 7%
Um	23	0,18 ± 0,06	18% ± 6%
Dois	19	0,15 ± 0,05	15% ± 5%
Três	12	0,10 ± 0,04	10% ± 4%
Quatro	7	0,06 ± 0,035	6% ± 3,5%
Cinco	8	0,06 ± 0,035	6% ± 3,5%
Seis	1	0,01 ± 0,01	1% ± 1%
Sete	1	0,01 ± 0,01	1% ± 1%
Oito	1	0,01 ± 0,01	1% ± 1%
Doze	1	0,01 ± 0,01	1% ± 1%
Total	126	1,00	100%

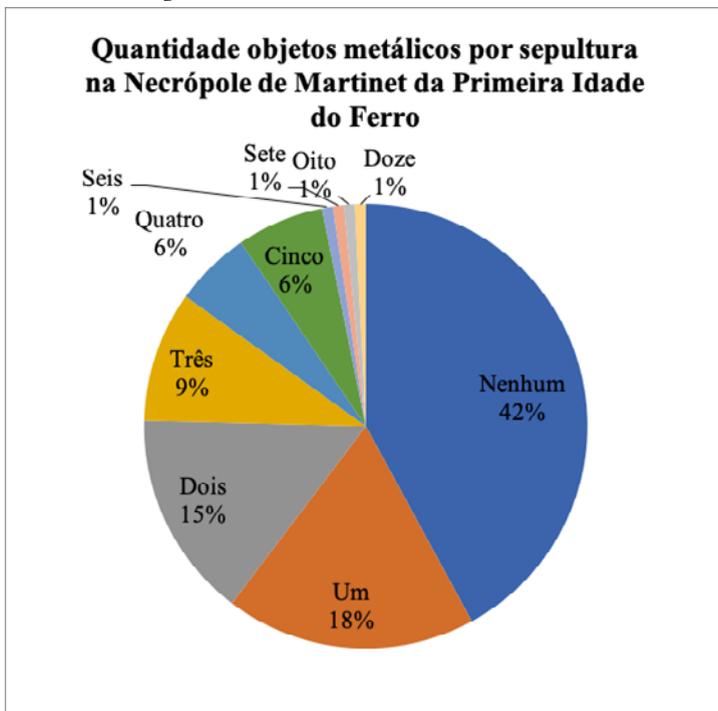
Fonte: Tabela do autor

Gráfico 10 – Gráfico de barras da quantidade de objetos metálicos por sepultura na Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro



Fonte: Gráfico do autor

Gráfico 11 – Gráfico de setores da quantidade de objetos metálicos por sepultura na Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro



Fonte: Gráfico do autor

Igualmente, buscamos entender as assimetrias referentes às formas das sepulturas, de maneira que possuímos 90% de confiança nas proporções apresentadas na Tabela 6. As porcentagens presentes nessa tabela também podem ser visualizadas no Gráfico 12. Percebemos que a maioria das sepulturas estudadas não possui a forma passível de identificação (porcentagem de $51\% \pm 7\%$); algumas delas foram classificadas como provavelmente de algum formato ($23\% \pm 6\%$ são provavelmente circulares, $2\% \pm 2\%$ são provavelmente ovais e $2\% \pm 2\%$ são provavelmente circulares ou ovais). Além disso, $8\% \pm 4\%$ são certamente circulares ou ovais. Assim, possuímos apenas $15\% \pm 7\%$ de sepulturas cuja forma foi certamente identificada. Das sepulturas cuja forma da cova foi identificada, a maioria é circular ($13\% \pm 5\%$), e em raros casos ela poderia ser oval ou retangular ($1\% \pm 1\%$ cada). Dada a pequena quantidade

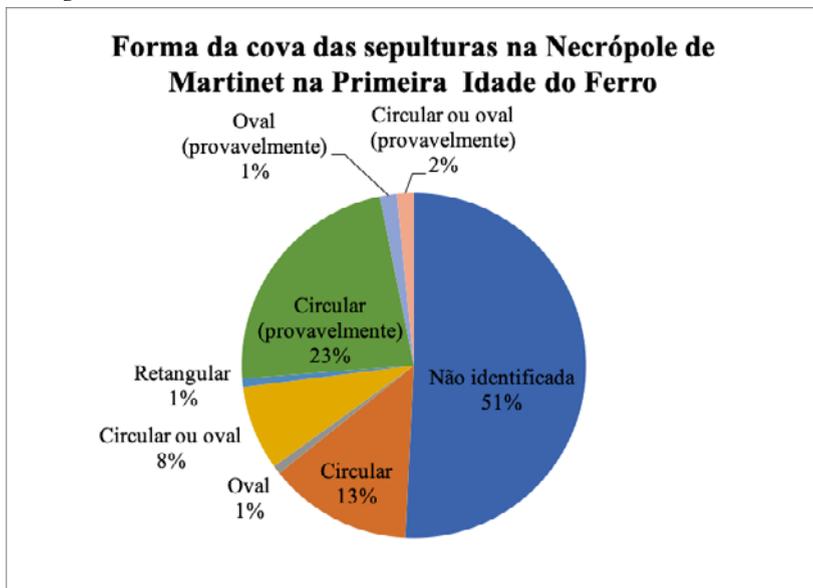
de sepulturas com covas retangulares e ovais constatadas, consideramos inviável a notificação dos motivos para a construção das várias formas das covas encontradas na Necrópole de Martinet, e, por isso, não avançamos em investigações da relação dessa variável com outras (como idade, dentre outras possibilidades).

Tabela 6 – Tabela da forma das covas das sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro

Forma das covas das sepulturas na Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro			
Forma	Frequência	Proporção	Porcentagem
Não identificada	64	0,51 ± 0,07	51% ± 7%
Circular	17	0,13 ± 0,05	13% ± 5%
Oval	1	0,01 ± 0,01	1% ± 1%
Circular ou oval	10	0,08 ± 0,04	8% ± 4%
Retangular	1	0,01 ± 0,01	1% ± 1%
Circular (provavelmente)	29	0,23 ± 0,06	23% ± 6%
Oval (provavelmente)	2	0,02 ± 0,02	2% ± 2%
Circular ou oval (provavelmente)	2	0,02 ± 0,02	2% ± 2%
Total	126	1	100%

Fonte: Tabela do autor

Gráfico 12 – Gráfico de setores da forma das covas das sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro



Fonte: Gráfico do autor

Apesar de a dificuldade de determinação da forma das covas, possuímos 90% de confiança de que a maior parte das sepulturas ($63\% \pm 7\%$, ou $0,63 \pm 0,07$ da proporção) possui o seu tamanho mínimo estimado, como podemos conferir na Tabela 7. Em função disso, realizaremos algumas inferências a partir dos tamanhos identificados (cujos dados com 90% de confiança são apresentados na Tabela 8 e nos Gráficos 13 e 14).

Tabela 7 – Tabela de identificação do tamanho mínimo das covas das sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro

Identificação do tamanho mínimo das covas das sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro			
Tamanho da cova	Quantidade	Proporção	Porcentagem
Identificado	79	0,63 ± 0,07	63% ± 7%
Não identificado	47	0,37 ± 0,07	37% ± 7%
Total	126	1	100%

Fonte: Tabela do autor

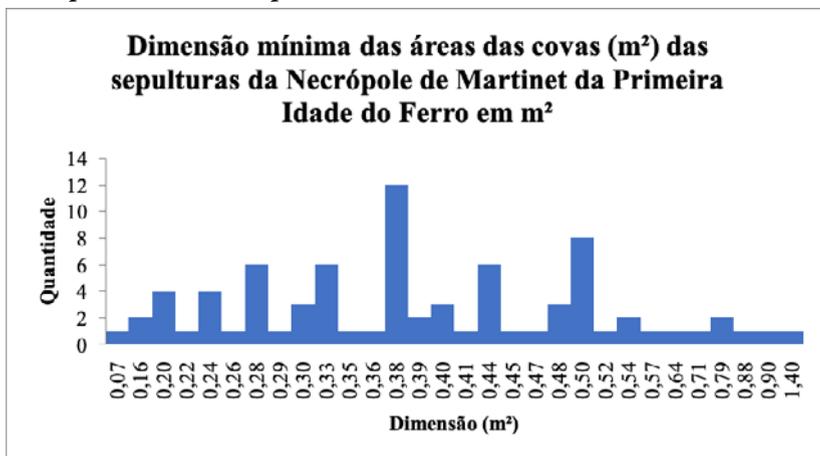
Tabela 8 – Tabela da dimensão mínima das áreas das covas (m²) das sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro

Dimensão mínima das área das covas das sepulturas da Necrópole de Martinet na Primeira Idade do Ferro			
Dimensão (m)	Frequência	Proporção	Porcentagem
0,07	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,16	2	0,03 ± 0,03	3% ± 3%
0,20	4	0,05 ± 0,04	5% ± 4%
0,22	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,24	4	0,05 ± 0,04	5% ± 4%
0,26	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,28	6	0,08 ± 0,05	8% ± 5%
0,29	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,30	3	0,04 ± 0,04	4% ± 4%
0,33	6	0,08 ± 0,05	8% ± 5%
0,35	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,36	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,38	12	0,15 ± 0,07	15% ± 7%
0,39	2	0,03 ± 0,03	3% ± 3%
0,40	3	0,04 ± 0,04	4% ± 4%
0,41	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,44	6	0,08 ± 0,05	8% ± 5%
0,45	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,47	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%

Dimensão mínima das áreas das covas das sepulturas da Necrópole de Martinet na Primeira Idade do Ferro			
Dimensão (m)	Frequência	Proporção	Porcentagem
0,48	3	0,04 ± 0,04	4% ± 4%
0,50	8	0,10 ± 0,06	10% ± 6%
0,52	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,54	2	0,03 ± 0,03	3% ± 3%
0,57	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,64	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,71	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,79	2	0,03 ± 0,03	3% ± 3%
0,88	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
0,90	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
1,40	1	0,01 ± 0,02	1% ± 2%
Total	79	1	100%

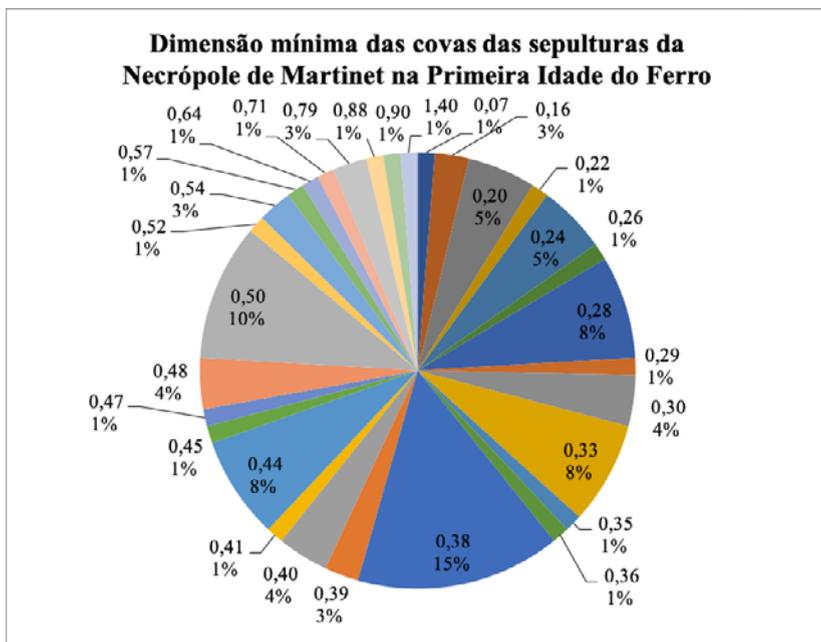
Fonte: Tabela do autor

Gráfico 13 – Histograma da dimensão mínima das áreas das covas (m²) das sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro



Fonte: Gráfico do autor

Gráfico 14 – Gráfico de setores da dimensão mínima das áreas das covas (m^2) das sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro

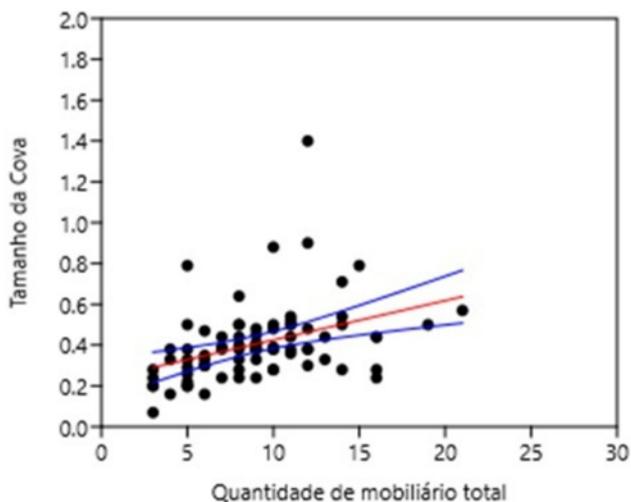


Fonte: Gráfico do autor

Reparamos como as covas das sepulturas apresentam uma diversidade de dimensões mínimas. Algumas variam em dezenas de centímetros, mas outras, apresentam cerca de $1m^2$. Também averiguamos que a média do tamanho mínimo das covas da Necrópole de Martinet é de $0,46m^2$, sendo os tamanhos mais recorrentes próximos à ela, sendo eles: $0,38m^2$ (presentes em $15\% \pm 7\%$ das sepulturas) e $0,50m^2$ ($10\% \pm 6\%$).

A fim de averiguar se o tamanho mínimo das covas varia em função da quantidade total de mobiliário, realizamos o teste de regressão linear abaixo:

Gráfico 15 – Análise de regressão linear do tamanho mínimo das covas pela quantidade total de mobiliário nas sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro com 95% de confiança ($y = 0,02x + 0,23$)

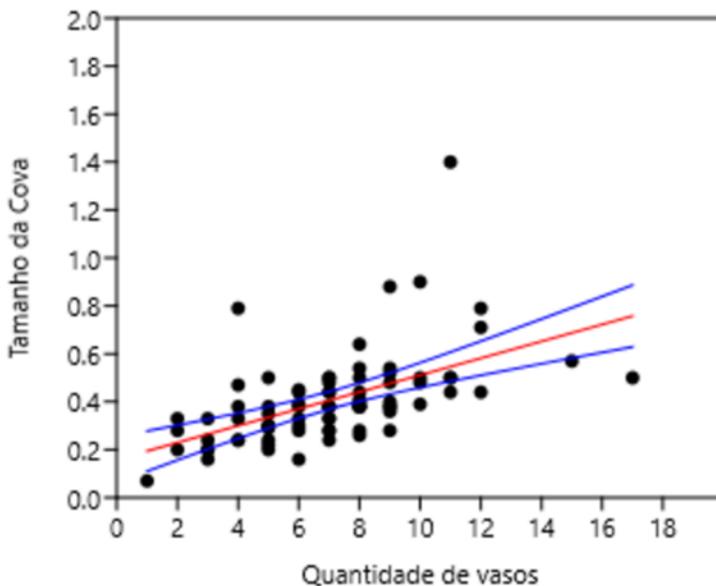


Fonte: Gráfico do autor

A partir deste teste, identificamos uma correlação positiva entre o tamanho mínimo das covas das sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro e a quantidade total de sepulturas que explica 15% da variação da quantidade total de sepulturas ($Y = 0,02 + 0,23$; $r = 0,3897$; $t = 3,7131$; $p = 0,0009$).

Da mesma maneira, realizamos um teste de regressão linear para saber se o tamanho mínimo das covas varia de acordo da quantidade de vasos de acompanhamento, especificamente:

Gráfico 16 – Análise de regressão linear do tamanho mínimo das covas pela quantidade de vasos de acompanhamento da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro com 95% de confiança ($y = 0,04x + 0,16$)

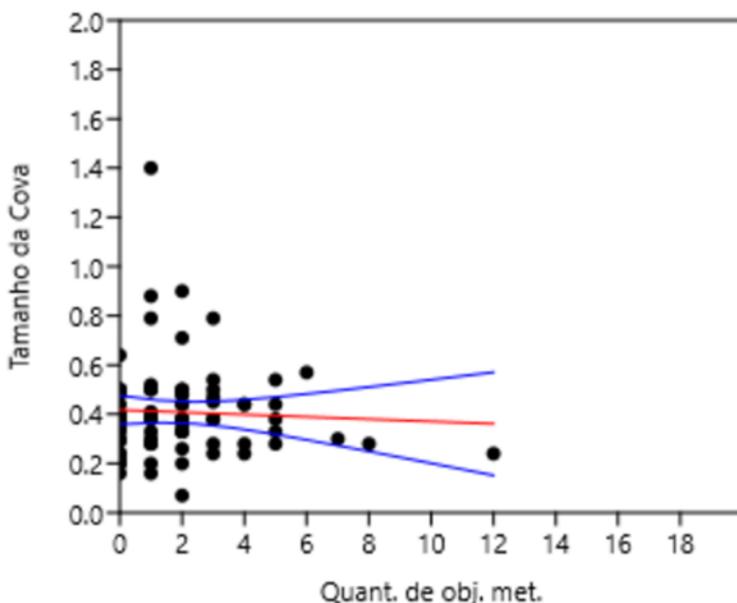


Fonte: Gráfico do autor

Desta vez, observamos uma correlação positiva entre o tamanho mínimo das covas das sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro e a quantidade de vasos de acompanhamento que explica 29% da variação da quantidade total de sepulturas ($Y = 0,04 + 0,16x$; $r = 0,54075$; $t = 5,6409$; $p = 0,000003$).

Por fim, realizamos outro teste de regressão linear para verificar se o tamanho da cova varia em função da quantidade de mobiliário metálico, especificamente:

Gráfico 17 – Análise de regressão linear do tamanho mínimo das covas pela quantidade de mobiliário metálico da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro com 95% de confiança ($y = -0,005x + 0,42$)



Fonte: Gráfico do autor

Constatamos uma correlação negativa entre o tamanho mínimo das covas das sepulturas da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro e a quantidade de mobiliário metálico que explica 0,27% da variação da quantidade total de sepulturas ($Y = -0,005 + 0,42$; $r = -0,05204$; $t = -0,45727$; $p = 0,64877$).

Conclusões

Ponderando os resultados estatísticos observados nesse texto, obtivemos algumas respostas acerca das assimetrias produzidas nas performances funerárias da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro. Quanto à cobertura das sepulturas, poderíamos presumir inicialmente, dada a interpretação tradicional sobre as sepulturas do sul da França, que uma maior

complexidade da cobertura seria reservada a poucos indivíduos. Entretanto, o quadro identificado é o oposto: poucos indivíduos possuíam coberturas simples. Nesse sentido, concluímos que a assimetria produzida pelas coberturas das sepulturas destaca positivamente a maioria dos indivíduos, mas restringe outros do tipo de cobertura múltipla concedido à maioria. Assim, um maior empenho na construção da cobertura das sepulturas é considerado a regra para toda a Necrópole de Martinet. Apesar disso, é necessário destacar que, como já mencionamos, a necrópole de Martinet possui sepulturas de covas planas e rasas, e neste sentido, uma monumentalização da cobertura das sepulturas não é um traço característico deste contexto (assim como para toda a parte mais ocidental do sul da França na Primeira Idade do Ferro). Todavia, identificamos esta assimetria na construção das coberturas das sepulturas.

Também depreendemos que as sepulturas com coberturas múltiplas tendem a apresentar maior quantidade de mobiliário total comparativamente com as sepulturas de coberturas simples, mas consideramos que essa assimetria não denota a presença de grandes diferenciações. Refletimos que simplesmente pelas análises realizadas neste artigo seja difícil encontrar explicação para a opção por uma sepultura com cobertura simples ou múltipla neste contexto, embora não possamos negar que uma diferenciação intencional tenha sido realizada.

Da mesma forma, detectamos assimetrias quanto à distribuição do número de vasos de acompanhamento por sepultura da Necrópole de Martinet da Primeira Idade do Ferro. Consideramos complexa a explicação dos motivos pelos quais alguns indivíduos poderiam ser enterrados com mais vasos de acompanhamento do que outros. Julgamos possível a interpretação da vinculação de uma maior quantidade de pessoas ou de alimentos relacionadas aos mortos enterrados com uma quantidade de vasos de acompanhamento superior a usual (a partir de 10), dada à necessidade de uma maior quantidade de vasos, produzindo banquete de maior dimensão. Seria possível que isso se devesse à condição financeira do morto e da sua família, ou da sua influência naquela sociedade. Todavia, o contexto funerário é sujeito às construções e às idealizações sociais que vinculam-se tanto às circunstâncias da morte dos indivíduos quanto aos interesses dos vivos. Dessa maneira, no momento,

também concebemos como possível apenas afirmar a intencionalidade do enterramento dos mortos com banquetes de diferentes proporções (maiores, regulares ou quase inexistentes).

Já quanto à quantidade total de mobiliário nas sepulturas, é possível identificar que, de modo geral, os adultos costumam ser acompanhados com maior quantidade de objetos. No entanto, a menor quantidade de mobiliário total também é apresentada na sepultura de um adulto; logo, esses apresentam uma maior variação e/ou amplitude dessa variável. Dessa maneira, consideramos que os adultos apresentam maior desigualdade de deposição desses objetos, o que não apresenta equivalência com a situação das crianças. Ademais, dada a baixa quantidade de crianças identificada na necrópole, é possível que apenas algumas crianças consideradas diferenciadas fossem ali enterradas, como filhos de membros da elite, e por isso, pudessem apresentar quantidade de mobiliário total maior do que alguns adultos que não fizessem parte desse grupo seletivo.

Não obstante, concluímos que a diferenciação do tamanho das covas não se encontra pautadas nas diferenças de idade entre os mortos, com exceção dos casos desviantes, cujas causas também são difíceis de serem interpretadas unicamente nos respaldando pelos dados existentes.

Igualmente, constatamos que os objetos metálicos eram distribuídos de forma escassa nas sepulturas da Necrópole de Martinet, o que nos permite inferir que fossem objetos valorizados, que pudessem agregar *status* para o morto como mobiliário funerário. Consideramos possível que esses objetos pudessem refletir o *status* do morto ou o seu gênero, mas não avançaremos nessas temáticas nesse capítulo.

Entendemos que a ausência de tendências em histogramas ou gráficos de barras, isto é, a presença de gráficos multimodais (vide o caso do gráfico de barras da quantidade total de mobiliário nas sepulturas – Gráfico 2 e do histograma do tamanho mínimo das covas das sepulturas – Gráfico 13), possa nos indicar aspectos dos rituais funerários de Martinet sujeitos a particularidades. Ou seja, embora consideremos a existência de uma restrição quanto à possibilidade de deposição de objetos de metal, não podemos dizer o mesmo da quantidade total de mobiliário de diversificadas matérias-primas (somando-se objetos de cerâmica, terracota, vidro, dentre

outros materiais), pois identificamos uma fluidez de escolhas, próprias dos indivíduos participantes dos funerais, que poderiam incluir escolhas particulares da família do morto, por exemplo.

De maneira semelhante, consideramos que a variedade dos tamanhos da área mínima das covas também aponte para o dinamismo característico das performances, pois, por mais que a maioria das covas apresentem dezenas de centímetros (entre 0,20-0,64m²), uma padronização do tamanho dessas covas pode ser difícil de ser realizada em termos práticos. Identificamos apenas a presença de um tamanho médio das covas, que é pouco acurado. Em outras palavras, entendemos que havia uma normatização da construção de sepulturas com covas planas e rasas, o que configuraria comportamentos restaurados nessas performances rituais, mas uma uniformização minuciosa não foi realizada, e as suas dimensões em m² estavam sujeitas a improvisações, acasos ou à satisfação dos responsáveis pela realização de cada ritual. Não possuímos evidências sobre como esses espaços eram produzidos, mas o uso de ferramentas diferentes e variação na quantidade e/ou força das pessoas auxiliando no processo poderia ser suficiente para gerar assimetrias nessa confecção. Verificamos se o tamanho mínimo das covas poderia ser explicado pela quantidade de mobiliário total, pela quantidade de vasos de acompanhamento ou pela quantidade de mobiliário metálico nas sepulturas, através dos testes de regressão linear (apresentados pelos gráficos 15 a 17) e concluímos que essas variáveis não são capazes de explicar o tamanho mínimo das covas.

Finalmente, sobre a Teoria tradicional para o contexto funerário do sul da França da Primeira Idade do Ferro, podemos afirmar que este cenário aponta para a presença de desigualdades, que gera maior notoriedade de alguns mortos em detrimento de outros, que, como vimos, pode figurar principalmente em termos do tipo de cobertura e da quantidade e matéria-prima do mobiliário. Uma análise que englobasse outros sítios da região, explorasse outras teorias e hipóteses mais detalhistas para compreender os dados estatísticos seria profícua tanto para uma melhor compreensão do sul da França da Primeira Idade do Ferro, assim como para o campo de estudos sobre desigualdades. Esperamos obter uma maior quantidade de respostas com o desenvolver da nossa pesquisa.

Referências bibliográficas

Documentação Arqueológica

GIRAUD, Jean-Pierre. PONS, Fabrice. JANIN, Thierry. *Nécropoles protohistoriques de la région de Castres (Tarn): La Causse, Gourjade, Le Martinet*. Volume 2: Catalogue des ensembles funéraires. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2003a.

Obras de referência

BATS, Michel. “Les Phocéens, Marseille et la Gaule (VIIe-IIIe s. av. J.-C.)”. *Pallas* 89, p. 145-156, 2012.

DEDET, Bernard. *Tombes et pratiques funéraires protohistoriques des Grands Causses du Gévaudan (Aveyron, Gard, Lozère)*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'Homme, 2001.

DEDET, Bernard. “Variabilité des pratiques funéraires protohistoriques dans le sud de la France: défunts incinérés, défunts non brûlés”. *Gallia* 61, 2004, p. 193-222.

DEDET, Bernard. DURAND, Éric. “Sépultures et pratiques funéraires em Ardèche méridionale au Bronze final III et au premier âge du Fer”. *Documents d'Archéologie Méridionale* 38, 2017.

DEDET, Bernard. *Coutumes Funéraires em Gaule du Sud durant la Protohistoire (IX-II siècle av. J.-C.)*. Arles: Éditions Errance, 2018.

DIETLER, Michael. *Archaeologies of Colonialism: Consumption, Entanglement, and Violence in Ancient Mediterranean France*. London: University of California Press, 2010.

FERNÁNDEZ-GÖTZ, Manuel. *Identity and Power: The Transformation of Iron Age societies in Northeast Gaul*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2014.

GAILLED RAT, Éric. “From household to cities: habitats and societies in southern France during the Early Iron Age.” In: GLEBA, Margarita. MARÍN-AGUILERA, Beatriz. DIMOVA, Bela. (ed.) *Making cities. Economies of production and urbanization in Mediterranean Europe, 1000-500 BC*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, 2021.

GARCIA, Dominique. *La Celtique Méditerranéenne: Habitats et sociétés em Languedoc et em Provence. VIII-II siècles av. J.-C.* Arles: Éditions Errance, 2014.

GIRAUD, Jean-Pierre. PONS, Fabrice. JANIN, Thierry. *Nécropoles protohistoriques de la région de Castres (Tarn): La Causse, Gourjade, Le Martinet.* Volume 1: Études et synthèses. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2003b.

GROßMANN, Ralph. *Insights into Social Inequality: A Quantitative Study of Neolithic to Early Medieval Societies in Southwest Germany.* Leiden: Sidestone press, 2021.

JANIN, Thierry. TAFFANEL, Odette. TAFFANEL, Jean. “La nécropole du moulin à Mailhac (Aude)”, *Monographies d'Archéologie Méditerranéenne* 2, 1998.

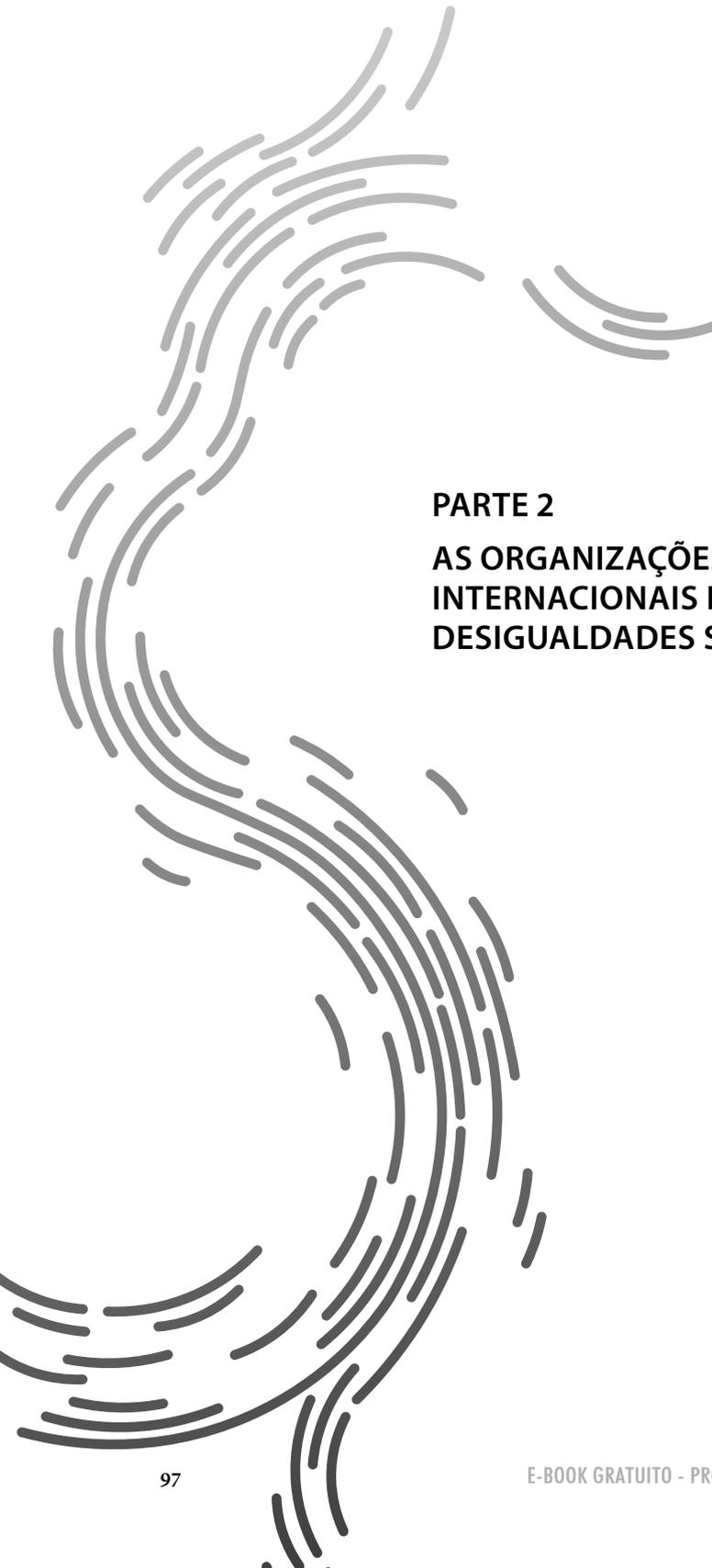
MOREL, Jean-Paul. “Phocean Colonization.” In: TSETSKHLADZE, Gocha. (Ed.). *Greek Colonization: An Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas.* Volume 1. Leiden: Brill, 2006.

NICKELS, André. MARCHAND, Georges. SCHWALLER, Martine. *Agde: La Nécropole du Premier Âge du Fer.* Paris: Éditions du centre national de la recherche scientifique, 1989.

PY, Michel. *Les Gaulois du Midi: De la fin de l'âge du Bronze à la Conquête Romaine.* Paris: Éditions Errance, 1993.

SCHECHNER, Richard. *Performance Studies: An Introduction.* London: Routledge, 2013.

SCHWALLER, Martine. MARCHAND, Georges. LEJARS, Thierry. *Ensérune: La Nécropole du Second Âge du Fer.* Lattes: Association pour le Développement de l'Archéologie en Languedoc-Roussillon (ADAL), 2008.

An abstract graphic composed of numerous curved, parallel lines of varying lengths and thicknesses, creating a sense of movement and depth. The lines are primarily grey and white, and they curve around the central text area.

PARTE 2
AS ORGANIZAÇÕES
INTERNACIONAIS E AS
DESIGUALDADES SOCIAIS

Desigualdade e educação na América Latina: Perspectivas em disputa no Correio da UNESCO

Giselle Martins Venancio²³

Ana Clara Cavalcanti²⁴

Em recente artigo publicado no site *La vie des idées*, órgão de difusão acadêmica associado ao College de France, Pierre Levasseur ²⁵ argumenta que a obesidade se tornou uma epidemia mundial que desafia cientistas e médicos. Com foco especificamente no caso mexicano, o autor aponta que este país foi um dos primeiros do mundo a declarar estado de urgência sanitária no caso dessa epidemia não transmissível: a obesidade e suas comorbidades crônicas.²⁶ Segundo o autor, hoje, no México, dois em cada três adultos tem sobrepeso e um, em cada três, é obeso, o que tornou as comorbidades crônicas associadas à obesidade a primeira causa de mortalidade no país.

23. Professora do Departamento e da pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Este texto apresenta resultados parciais da investigação que vem sendo desenvolvida por Ana Clara Cavalcanti em projeto de pesquisa com foco nos debates sobre desigualdades socioeconômicas no periódico *Correio da Unesco*, financiado com bolsa de PIBIC/FAPERJ, sob a minha orientação. Email: gisellevenancio@id.uff.br

24. Bolsista PIBIC/FAPERJ no curso de graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Email: anaclarabarbosa@id.uff.br

25. LEVASSEUR, P. Sôcio-économie de l'obesité. *La vie des idées* (https://lavedesidees.fr/IMG/pdf/20221206_mex-2.pdf) – Acesso em: fev. 2023.

26. Segundo o autor, em 2016, as autoridades de saúde pública do México declararam estado de urgência sanitária devido ao crescimento das comorbidades provenientes da obesidade crescente da população mexicana. Entre as comorbidade destacavam-se a diabete de tipo 2, as doenças cardiovasculares e o câncer colorretal.

Levasseur aponta ainda que o México não é um caso isolado. Essa mesma tendência pode ser observada em países como a África do Sul, o Brasil e regiões do Oriente Médio, tornando a obesidade uma epidemia mundial, e que projeta números assustadores, até 2025, a metade da população do planeta terá sobrepeso, e um quarto será obesa²⁷.

Mas, por que começarmos nos referindo à obesidade em um texto que tem como foco a questão da desigualdade na América Latina? Qual a relação entre essas duas temáticas?

É nesse ponto, precisamente, que o principal argumento de Levasseur nos faz refletir. Ele afirma que a “*obesidade é uma epidemia que atinge hoje as populações pobres dos países enriquecidos*”²⁸. Assim como outros indicadores econômicos, culturais e educacionais, a questão nutricional alcança de forma desigual os ricos e os estratos socioeconômicos inferiores da população: *Anteriormente associado à riqueza, à prosperidade e à boa saúde, o excesso de peso tornou-se agora uma doença de pobres, facilmente identificável na maioria dos países de rendimento nacional mais elevado*²⁹.

Na opinião do autor é, justamente, a desigualdade que causa o avanço da obesidade. Entre as razões para essa afirmação, ele destaca que as pessoas que enfrentam significativos constrangimentos socioeconômicos em seu cotidiano possuem níveis de escolaridade e conhecimento nutricional relativamente baixo e um orçamento limitado que restringe o acesso a alimentos saudáveis com menos calorias. Portanto, a causa fundamental da obesidade e suas comorbidades, assim como da fome e suas consequências, é a desigualdade.

As desigualdades sociais, culturais, políticas ou econômicas, existem nos mais distintos modelos de sociedade por meio dos quais a humanidade se agrupou e se organizou ao longo de sua história. Por muito tempo, discussões sobre a mitigação desse problema eram relativamente marginalizadas e pouco influentes, considerando uma conjunção de opressão estatal, falta de (e ataques à) organização coletiva e descaso da intelectualidade em pensar o problema de forma aprofundada.

27. NCD-RISK FACTOR COLLABORATION, 2016, « Trends in adult body-mass index in 200 countries from 1975 to 2014: a pooled analysis of 1698 population-based measurement studies with 19.2 million participants », *The Lancet*, 387(10026), p. 1377-1396 *apud* LEVASSEUR, P. op. cit.

28. LEVASSEUR, P. op. cit. p. 1

29. LEVASSEUR, P. op. cit. p. 4

Contudo, desde o fim da Segunda Guerra Mundial e, especialmente, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, o combate à desigualdade tornou-se uma pauta mais frequente. Desde então, múltiplas abordagens foram desenvolvidas, divulgadas e, em muitos casos, influenciaram políticas públicas ou movimentos concretos da sociedade civil. Tais visões sobre a desigualdade não estavam/estão imunes às influências de seu contexto sócio-histórico, da ideologia que lhes cerca e dos interesses de quem as propõem. Dessa forma, é fundamental compreender como tais abordagens surgiram, se propagaram e marcaram medidas reais tomadas por Estados, organizações civis e órgãos transnacionais, com o intuito de entender o debate sobre desigualdades e seu desenvolvimento na história recente.

No pós-Segunda Guerra, devido à preocupação em evitar que os horrores do conflito se repetissem e buscando criar instâncias de cooperação internacional (mesmo que essas fossem e ainda sejam controladas pelos países hegemônicos), criou-se, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU). A instituição, estruturada em cinco órgãos principais (a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social [ECOSOC], o Secretariado e o Tribunal Internacional de Justiça), também contaria com diversas órgãos especializados. Dentre eles, vale destacar a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o qual, desde suas origens, tem como objetivo estabelecer uma cooperação intelectual internacional com vistas à garantia da paz e do desenvolvimento, por meio de ações nas áreas da educação, da cultura e da ciência.

Nesse sentido, a reflexão sobre as políticas educacionais dos países membros ocupam um lugar de destaque nos debates da UNESCO, como definido em seu *site* oficial: *“a Educação transforma vidas e está no coração da missão da UNESCO para construir a paz, erradicar a pobreza e impulsionar o desenvolvimento sustentável”*³⁰.

30. Tradução livre. No original: *“Education transforms lives and is at the heart of UNESCO’s mission to build peace, eradicate poverty and drive sustainable development. It is a human right for all throughout life. The Organization is the only United Nations agency with a mandate to cover all aspects of education.”*. In: UNESCO. *Education transforms life*. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/education>. Acesso em: 01 mar. 2023.

A Educação é vista, assim, pela UNESCO como índice de desenvolvimento socioeconômico e como instrumento de transformação e mitigação das assimetrias entre os países. Por esse motivo, os debates sobre as políticas educacionais estiveram, de forma perene, entre os principais temas articulados pela UNESCO quando se trata de observar, registrar e combater as desigualdades.

Desse modo, o presente trabalho pretende analisar historicamente como o debate sobre desigualdades socioeconômicas se desenvolveu no interior da UNESCO, utilizando para esse fim a publicação *Correio da UNESCO*, órgão oficial de difusão dos conteúdos em pauta no interior da agência. A revista *Courrier de l'Unesco* (Correio da Unesco) teve origem nos primeiros momentos da formação da organização, em fins dos anos 1940. Inicialmente, a UNESCO publicava o *The Monitor*, um boletim mensal em inglês, francês e espanhol, formado por anúncios e reportagens oficiais e apenas de circulação interna. Contudo, em 1948, seguindo a proposta do jovem jornalista Sandy Koffler, nasce *O Correio da UNESCO*: uma revista voltada para o público geral, informando-o sobre os ideais e as atividades da agência³¹.

Ao longo dos 75 anos de publicação do periódico, a temática das desigualdades socioeconômicas em diversas regiões do mundo aparece constantemente, ainda que de formas muito distintas e ligadas aos mais variados assuntos. Entretanto, quando se trata especificamente de refletir sobre os países da América Latina, um assunto permanece, ao longo de todas as décadas, relacionado às desigualdades: a questão da educação³².

31. CAMPBELL, Alan Tomaid. The UNESCO Courier is 70! An inspiring read. In: *The Unesco Courier*: “Education: Still searching for utopia?” p. 58-61, 2018. Disponível em: <https://en.unesco.org/courier/january-march-2018/unesco-courier-70-inspiring-read>. Acesso em: 27 ago. 2021.

32. O *Correio* contava, até dezembro de 2022, com um total de 678 edições, tendo sido todas analisadas e sistematizadas para a pesquisa aqui realizada. Nelas, a palavra desigualdade(s) aparece 798 vezes em 290 dos 678 números do periódico. As publicações, em sua grande maioria, fazem referências à América Latina, seja na forma de citações breves, seja com um ou mais artigos sobre a região ou sobre um país latino-americano específico. Das 678, 622 trazem ao menos alguma menção à América Latina, enquanto 56 não o fazem. Importante destacar que consideramos as palavras em inglês “*inequality(ies)*” e “*inequity(ies)*”, sinônimos. Optou-se por examinar as revistas em inglês pois é o único idioma em que se tem todas as edições disponíveis no *site* da UNESCO, facilitando uma padronização na análise da aparição do termo ‘desigualdade’.

Nesse sentido, pretende-se, aqui, apresentar e analisar de que forma a revista expõe e discorre sobre a questão da desigualdade educacional na América Latina em dois momentos bastante distintos de sua história: nos anos 1950 e na história recente, na atualidade.

Tal abordagem é fundamental, considerando os novos e os já antigos desafios educacionais enfrentados pela América Latina a partir de uma posição global de dependência frente aos países ditos ‘desenvolvidos’. Além disso, compreender como tal tema é debatido na UNESCO é crucial, considerando a significativa atuação ou intervenção de órgãos internacionais na formulação de políticas públicas para educação na América Latina³³.

No entanto, vale destacar que o conceito de educação, assim como o de desigualdade, não é monolítico ou a-histórico. De acordo com Carlos Rodrigues Brandão, diferentes formas de educação são produzidas e praticadas por diferentes sociedades, envolvendo as trocas de símbolos, bens e poderes. Assim, a educação pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum aquilo que é comunitário, mas também pode ser um sistema imposto por um poder centralizado, que usa o controle sobre o saber como arma que reforça a desigualdade³⁴.

Considerando, como dito anteriormente, que a educação é um dos temas principais da UNESCO, a ação da agência sobre a educação na América Latina começa logo após a fundação da mesma, e se consolida nos anos 1950 e 1960. Tal atuação foi profundamente influenciada por um contexto internacional de Guerra Fria, adoção da economia de bem-estar social pela Europa Ocidental (visando impedir a expansão do socialismo) e por teorias e práticas estatais desenvolvimentistas. A UNESCO implementou diferentes projetos regionais, como bibliotecas e programas de alfabetização. Nesse contexto, as propostas da organização eram caracterizadas pela combinação entre a descentralização na gestão da educação, de inspiração liberal, e um sistema de planejamento, inspirado na experiência de planificação central dos países socialistas.

33. SANDER, Brenno. Educação na América Latina: Identidade e globalização. *Educação*, v. 31, n. 2, 14 mar. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.puocs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2766>. Acesso em: 22 out. 2022.

34. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é a educação?* Disponível em: https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/o_que_educacao.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023

Essa presença marcante da UNESCO perde força na década de 1980, sobretudo devido à saída dos EUA do órgão, seguido pelo Reino Unido e por Singapura. Tal evento levou a uma queda significativa na verba para a organização e, conseqüentemente, para seus projetos educacionais latino-americanos. Ademais, a desidratação de recursos da agência levou os bancos internacionais, especialmente o Banco Mundial, a ocupar o vazio deixado por ela e investir maciçamente em educação nos países em desenvolvimento. A UNESCO, é claro, não perdeu seu papel e continua ativa e atuante até hoje. Contudo, tornou-se um tanto subordinada, não apenas aos interesses e recursos de seus países membros (como é de sua própria natureza), mas também de grandes agências de financiamento internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.³⁵ Ao estudar, comparar, relacionar e conectar as discussões sobre desigualdade e educação na América Latina nos dois momentos selecionados, pode-se contribuir para a reflexão não apenas de como elas aparecem no *Correio da UNESCO*, mas também sobre as formas como se associam ao contexto socioeconômico e geopolítico mais amplo e à atuação específica de tal instituição frente ao desafio educacional³⁶.

Nessa perspectiva, cabe reconhecer que a revista, em suas mais de sete décadas, não tratou da questão de forma homogênea, destacando os múltiplos usos e significados atribuídos ao conceito de ‘desigualdade’ e relacionando tal conceito à educação de maneiras diversas, desde às análises sobre alfabetização até debates sobre o ensino superior. Assim como o conceito de ‘desigualdade’ não é um dado atemporal, determinado *a priori*, e sim um termo em disputa, a noção de ‘educação’ pode englobar diferentes visões de mundo e projetos de sociedade. Contudo, no *Correio da Unesco*, a desigualdade educacional na América Latina é, invariavelmente, tratada como de fato é, uma realidade concreta e tangível, que causa inúmeros prejuízos aos povos da região.

35. *Ibidem*.

36. Importante fazer uma ressalva quanto ao escopo do presente trabalho: seu objetivo não é desenvolver uma pesquisa aprofundada sobre a história da educação na América Latina, nem um estudo de história econômica sobre as desigualdades na região. Tendo como fonte principal a revista *O Correio da UNESCO*, seu foco é na forma como as desigualdades educacionais latino-americanas são tratadas e debatidas nas diversas publicações do periódico.

Modernidade X tradição: os debates educacionais no Correio da Unesco nos anos 1950

A década de 1950 foi marcada por importantes transformações e descobertas científicas e tecnológicas, além de mudanças sociais e culturais. No cenário internacional, é essencial pontuar a centralidade da Guerra Fria, a qual estava ainda em seus anos iniciais, incluindo a Guerra da Coreia (1950-1953) e o início da Guerra do Vietnã (até 1954 contra os colonizadores franceses e a partir do ano seguinte contra os EUA). É um momento marcado também pelas lutas de libertação nacional, as quais varreram sobretudo a África e a Ásia no pós-guerra, como exemplifica as guerras de independência da Argélia (1954-1962). Assim, a situação em que se encontravam os países pós-coloniais tornou-se uma das preocupações centrais da ONU e de suas agências especializadas.

A fim de analisar as perspectivas adotadas pelo *O Correio da UNESCO* nos debates e análises sobre a desigualdade na educação na América Latina, é fundamental apontar que tais abordagens foram profundamente influenciadas pela Teoria da Modernização³⁷, a qual, dividindo as sociedades entre as que seriam “tradicionais” e as que seriam “modernas”, acabou por unificar todos os países da América Latina³⁸, Ásia e África no âmbito de uma única

37. Parte importante do pensamento científico social americano após a Segunda Guerra Mundial, a Teoria da Modernização teve seu ápice nas décadas de 1950 e 1960, quando influenciou grande parte do debate intelectual sobre aspectos econômicos, políticos e sociais no mundo pós-colonial. Apesar de geralmente estar relacionada a um pensamento mais conservador, a teoria da modernização é uma manifestação do liberalismo americano do pós-guerra. Ela apresenta uma visão dicotômica entre as sociedades que seriam “tradicionais” e as que seriam “modernas”, e os teóricos da modernização analisaram essa dicotomia através da hipótese da convergência: a suposição de que o desenvolvimento implicava uma convergência universal em uma “modernidade” monolítica. Essa modernidade seria bastante semelhante em todos os lugares, materialmente, politicamente e culturalmente falando. A teoria tinha uma visão muito hierárquica e desigual das diferentes sociedades, idealizando os EUA e colocando-o em uma espécie de pedestal. Ela justificou as desigualdades existentes entre os países por estarem supostamente em diferentes estágios do “caminho para a modernidade”. Ver: GILMAN, Nils. *Mandarins of the future: modernization Theory in Cold War America*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2003.

38. É importante destacar que, ao longo dos anos 1960, a UNESCO criou comitês específicos para discutir os aspectos culturais da América Latina, assim como da Ásia e da África. No que se refere à América Latina, entre as diversas formas culturais fragmentárias que se pode identificar na região, a UNESCO, em seus debates, buscava encontrar modos e culturas que pudessem atribuir uma possível unidade à região. Por esse motivo, na XIV Conferência

categoria e nomeados como “tradicionais”, enquanto os EUA (e também a Europa ocidental, em certo grau) eram tidos como muito próximos de um ideal-tipo de Modernidade. Muitas políticas e diretrizes educacionais adotadas pela UNESCO nesse período dialogam diretamente com as ideias da Teoria da Modernização sobre superação de atrasos e desigualdades entre as sociedades ‘tradicionais’ e as ‘modernas’.

Cabe comentar, ainda que brevemente, os projetos da própria UNESCO, neste momento. Um dos principais pontos a destacar é a adoção, pela UNESCO, em 1956, do programa conhecido como “*projeto Oriente-Occidente*”, que visava a “*apreciação mútua dos valores culturais do Oriente e do Occidente*”.³⁹ Coordenado pelo francês Jacques Havet, foi posto em prática entre 1957 e 1966. De acordo com a organização, ele buscava estabelecer um intercâmbio cultural que destacasse as influências recíprocas e o “*caráter universal de cada cultura*”⁴⁰, mesmo que o ideário universalista da UNESCO tenha sido e ainda seja comumente suprimido por certo eurocentrismo e/ou um “ocidente-centrismo”.

Portanto, é fundamental conhecer como se deram os debates sobre educação no *Correio da UNESCO* no começo da organização, durante o fim dos anos 1940 e a década de 1950. Para isso, vamos partir tanto de um exame detalhado da forma como os desafios da educação aparecem no periódico quanto de uma análise do contexto sociopolítico, econômico e cultural latino-americano desse período. Com isso, pretende-se entender melhor como a categoria ‘desigualdade’ era mobilizada e relacionada a temas educacionais e como a UNESCO atuou quanto à educação na América Latina.

Geral da Unesco, realizada em Paris em 1966, a instituição aprovou a resolução 3325, que tinha por objetivo criar um grupo de estudos para conhecer e sistematizar aspectos de uma concebível identidade cultural latino-americana. Nos anos seguintes, o resultado dos estudos desenvolvidos por este grupo promoveria a publicação de uma coleção de livros intitulada “*América Latina em su cultura*”, publicada pela editora mexicana *Siglo XXI*.

39. MAUREL, Chloé. “L’UNESCO entre européocentrisme et universalisme (1945-1974)”, *Les cahiers Irice*, vol. 9, no. 1, 2012, pp. 61-72. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/lci.009.0061>. Acesso em: 5 set. 2021.

40. *Le Courrier de l’UNESCO*, dezembro de 1958, p. 3. *apud* MAUREL, Chloé. “L’UNESCO entre européocentrisme et universalisme (1945-1974)”, *Les cahiers Irice*, vol. 9, no. 1, 2012, pp. 61-72. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/lci.009.0061>. Acesso em: 5 set. 2021.

Desde o começo, a Educação aparece com grande frequência no periódico *O Correio da UNESCO*, até por ser um dos fios condutores da atuação da agência e, como já se afirmou, ser um tema utilizado, ao mesmo tempo, como diagnóstico da desigualdade e instrumento de sua superação. Ao analisar as primeiras décadas da publicação, nota-se que o debate se centra, sobretudo, nos inúmeros obstáculos e desafios impostos pelo analfabetismo.

Ao se situar a análise no contexto latino-americano, nota-se que, a partir da segunda metade do século XX, os Estados da região tentaram universalizar as condições de acesso à educação básica e produzir mão de obra mais qualificada para as novas demandas da produção capitalista.⁴¹ No Brasil, por exemplo, as taxas de analfabetismo entre adultos (15 anos ou mais) chegavam a 51% em 1950 e, apesar da melhora significativa de onze pontos percentuais, manteve-se ainda alta em 1960, com 40% de analfabetos.⁴² Em outros países, os níveis não sinalizavam uma situação mais animadora: Honduras possuía 65% de taxa de analfabetismo; México, 43%; Equador, 44%; República Dominicana, 57%; Colômbia, 38% e Chile, 20%.⁴³

Por esse motivo, entre os assuntos mais recorrentes no *Correio da Unesco* estavam, justamente, a formação de professores, o desenvolvimento educacional e a criação do *Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe* (CREFAL).

Quanto ao analfabetismo, é possível citar diversas edições do *Correio* que trazem reportagens e ensaios sobre o tema. Em publicações nos primórdios do periódico, em 1949, já é possível notar a força de tal debate no interior da agência. A edição *Torres Bodet reaffirms streamlined action of UNESCO*, de junho de 1949, traz citações diretas da fala do então presidente-geral da UNESCO, o mexicano Jaime Torres Bodet quanto a tal problemática: “*Na verdade, hoje, mais da metade da humanidade é analfabeta. Existem muitos*

41. COSTA, Fabio Luciano Oliveira. As reformas educacionais na América Latina na década de 1990. *Revista Ver a Educação*, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 65-88, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rve/article/view/1002>>. Acesso em: 26 fev. 2023

42. SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. *O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico*. Brasília, Ipea, 1999 (Textos para Discussão, n.639), p. 7. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2644/1/td_0639.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

43. GENTILI, Pablo. Educação. *Enciclopédia Latino-americana*. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/educacao>. Acesso em: 1 mar. 2023.

*países onde a proporção de analfabetos é superior a 60% e na África e na Ásia a cifra costuma chegar a 90%”.*⁴⁴

Na mesma edição, encontra-se um texto sobre o VI Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos. Destaca-se, inicialmente, o grande número de analfabetos no mundo e o surgimento de campanhas contra o analfabetismo no Brasil, no Haiti, no México e em outros países latino-americanos. Em seguida, o texto afirma que o Brasil sediará um seminário de seis semanas promovido pela UNESCO⁴⁵ e pela União Pan-Americana. Diversos delegados e membros da agência se reuniram para discutir as causas do analfabetismo na América Latina e a preparação, os métodos e os materiais para campanhas de alfabetização.

O tema do analfabetismo segue sendo recorrente nas edições seguintes. Na edição *Duties of the State*, de setembro do mesmo ano, há novamente citações diretas a um discurso de Bodet, no qual ele cita o analfabetismo em seu próprio país, o México. Já na edição de setembro de 1950, há um texto sobre o projeto de alfabetização de Zilma Coelho Pinto em Cachoeiro, no Brasil. A publicação imediatamente posterior, de outubro, conta com um artigo sobre a luta nacional contra o analfabetismo pelos jornais do Equador. Posteriormente, a partir dos anos 1960, a revista fez inúmeras referências ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em dezembro de 1967, pela Lei nº 5.379. Fundado em plena ditadura militar, seu objetivo era ocupar os espaços de alfabetização e educação de adultos antes preenchidos

44. Tradução livre. No original: “*In fact, today, more than half of mankind is illiterate. There are many countries where the proportion of illiterates is over 60% and in Africa and Asia the figure is often as high as 90%.*” The UNESCO Courier (1949). *Torres Bodet reaffirms streamlined action of UNESCO*. Unesco, 7, Place de Fontenoy, 75700 Paris. Nº 6, Junho, 1949.

45. Realizado no Hotel Quitandinha, Petrópolis, Rio de Janeiro, de 27 de julho a 02 de setembro de 1949, o VI Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos contou com a colaboração da UNESCO, da OEA, da Organização Internacional do Trabalho [OIT], da Organização Mundial da Saúde [OMS], do Escritório Internacional de Educação de Genebra e do Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura [IBCEC]. Para mais informações sobre o seminário, ver: SILVA, R. R. DO N.; MESQUITA, I. M. DE; NERY, A. C. B. “Homens que ensinaram a América ler’: a educação de adultos no Brasil e México (1947-1956)”. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 21, n. 1, p. e155, 23 dez. 2020. TEJADA, Carmela. *The Inter-American seminar on literacy and adult education*, Rio de Janeiro, 1950.

por programas ligados aos movimentos sociais ou ao governo democrático derrubado com o golpe de 1964.⁴⁶

Esses e outros exemplos deixam explícita uma preocupação da UNESCO, desde seu surgimento, para com o desafio educacional representado pelo analfabetismo na América Latina. Esse é, senão o tema relacionado à educação mais frequente nesses primeiros anos, um dentre eles. A educação de adultos e algumas campanhas promovidas pela própria UNESCO também são frequentemente citadas, considerando mesmo a função do *Correio* de divulgar os projetos e ideais da agência.

Contudo, a revista trata também de outras questões educacionais, como o ensino para mulheres. A edição *Are women inferior beings? The Changing outlook in politics, education, employment, society, the home*, de novembro de 1955, traz alguns dados sobre o assunto. De acordo com o periódico, as mulheres dos países latino-americanos tinham uma participação muito pequena nas profissões, no comércio e na indústria. No México, apenas 5% das mulheres estavam empregadas, com valores próximos em Cuba (7%) e Honduras (7,5%). A exceção era a Colômbia (47%), dado que é apresentado sem justificativa ou explicação. Além disso, afirma-se que o analfabetismo feminino era muito mais alto do que o masculino em algumas partes da América Latina. Por outro lado, a edição também destaca que vários países da América Latina (República Dominicana, Chile, Colômbia, Panamá), nos quais as escolas primárias são abertas para meninas e meninos, estavam passando a também oferecer vagas para mulheres nas escolas secundárias e profissionais.

Além disso, vale citar dois grandes projetos de grande impacto desenvolvidos pela UNESCO em seus anos iniciais: o *Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e no Caribe* (CREFAL), inaugurado em 1951, em Pátzcuaro, Michoacán, no México, e o *projeto do Vale do Marbial*, no Haiti. Os projetos tinham como sustentáculo o conceito de educação fundamental, o qual torna-se ponto de partida para um diagnóstico geral da região. Tal conceito, muito mobilizado no já citado VI Seminário

46. ARQUIVO NACIONAL. MOBREAL. In: *Que república é essa? Portal Estudos do Brasil Republicano*. Disponível em: <http://quererepublicaeessa.an.gov.br/temas/66-filme/191-mobreal.html>. Acesso em: 16 out. 2022.

Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, tem como marco a teoria da modernização e é definido pelo próprio CREFAL da seguinte maneira:

“Dá-se o nome de educação fundamental ao mínimo de educação geral que tem por objetivo ajudar as crianças e os adultos, que não desfrutam das vantagens de uma boa instrução escolar, a compreender os problemas peculiares do meio em que vivem, para que formem uma ideia exata de seus direitos e deveres cívicos e individuais e para que participem mais eficazmente no progresso social e econômico da comunidade a qual pertencem. Essa educação é fundamental porque proporciona o mínimo de conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis para alcançar um nível de vida adequado. É um requisito prévio indispensável para que a atividade dos serviços especializados (higiene, agricultura, etc.) possa ser plenamente eficaz.”⁴⁷

Essa ideia guiou, na América Latina, inúmeras políticas públicas. A edição *“Humanity is under no compulsion to abdicate”* destaca que Jaime Torres Bodet, na quinta sessão da Conferência Geral da UNESCO, de junho de 1950, apresentou um projeto levado a cabo pelo Peru e pela Bolívia. Os Ministérios da Educação, Assuntos Sociais e Agricultura de ambos os países elaboraram, com a ajuda do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), um programa de educação fundamental. Porém, com um conjunto padronizado de técnicas de intervenção, esses projetos ignoravam particularidades locais.⁴⁸ Apesar da preocupação essencial com a educação,

47. Tradução livre. No original: *“Se da el nombre de educación fundamental al mínimo de educación general que tiene por objeto ayudar a los niños y a los adultos, que no disfrutaban de las ventajas de una buena instrucción escolar, a comprender los problemas peculiares del medio en que viven, a formarse una idea exacta de sus derechos y deberes cívicos e individuales y a participar más eficazmente en el progreso social y económico de la comunidad a que pertenecen. Esa educación es fundamental porque proporciona el mínimo de conocimientos teóricos y técnicos indispensables para alcanzar un nivel de vida adecuado. Es un requisito previo indispensable para que la actividad de los servicios especializados (higiene, agricultura, etc.) pueda ser plenamente eficaz”*. Centro Regional de Educación Fundamental para la América Latina [Crefal], 1952, p. 14-15

48. SILVA, R. R. DO N.; MESQUITA, I. M. DE; NERY, A. C. B. ‘Homens que ensinaram a América ler’. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 21, n. 1, p. e 155, 23 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e155>. Acesso em: 25 out. 2022.

vale destacar que o texto traz ideias evolucionistas, o que gerava posições que podem ser vistas atualmente como preconceituosas, como fica explícito no trecho a seguir: “É difícil dar instruções em higiene para pessoas que, ao invés de chamar um médico ou se deixar vacinar, preferem chamar curandeiros.”⁴⁹

A matéria também afirma, nem tão implicitamente assim, um ideal evolucionista calcado na ideia do ‘fardo do homem branco’ de levar “civilização” aos indígenas, presente também na teoria da modernização e sua perspectiva de divisão entre sociedades tradicionais e modernas: “os novos “núcleos escolares” vão logo dar aos indígenas a chance de escapar da miséria à qual a história os reduziu há séculos.”⁵⁰

As discussões sobre educação primária na América Latina aparecem em diversas outras edições, mas, para não nos estendermos muito, faremos referência a uma última publicação, a de outubro de 1957, inteiramente voltada para o tema dos direitos das crianças. Nela, está presente um texto sobre a situação latino-americana, sobre a qual se destaca a falta de professores e, conseqüentemente, a necessidade urgente de se fundar escolas de treinamento docente. Nota-se também uma preocupação com o crescimento da população da região, na qual está implícita a tese neomalthusiana de que o crescimento demográfico gera a ampliação da pobreza. A matéria termina afirmando que a UNESCO e a Organização dos Estados Americanos (OEA) agiriam em conjunto em um projeto de ajuda à América Latina, voltado sobretudo para a melhoria das estatísticas educacionais, a formação de professores de escolas normais (centros de formação docente), a organização de um sistema de “universidades associadas”, a criação de um programa de bolsas e a operação de escolas rurais.

Portanto, é inegável a atenção constante e fremente dada pela UNESCO à educação na América Latina. A atuação da agência na região mostrou-se, desde o começo, intensa, bem-organizada e consideravelmente ampla.

49. Tradução livre. No original: “It is difficult to give instruction in hygiene to people who, rather than call a doctor or allow themselves be vaccinated, prefer to call medicine men”. The UNESCO Courier (1950). “Humanity is under no compulsion to abdicate”; Jaime Torres Bodet, to the 5th session of the UNESCO General Conference. Unesco, 7, Place de Fontenoy, 75700 Paris. N° 6, Junho, 1950, p. 12.

50. Tradução livre. No original: “the new “school nuclei” will soon give the Indians a chance to escape from the misery to which history reduced them centuries ago”. Ibidem, p. 12.

Iniciativas como o CREFAL foram essenciais para a expansão do acesso à educação e tiveram um impacto significativo no desenrolar da história latino-americana desde então. No entanto, uma leitura crítica é capaz de notar que tais projetos são comumente sustentados por visões reducionistas, que entendem os povos e países da região como menos evoluídos, atraso que, na opinião do periódico, seria possível resolver de forma padronizada, aplicável aos mais diferentes contextos. Assim, a UNESCO, por meio de campanhas de educação, ciência e cultura, teria sido uma organização empenhada em levar uma suposta ideia de ‘modernidade’ à América Latina.

O debate atual: novas questões, novos desafios

Desde os anos 1950, os países latino-americanos passaram por diferentes e complexos processos sociais, políticos, econômicos e culturais, os quais implicaram, direta ou indiretamente, em suas políticas educacionais. Desde a década de 1950, a região viu grandes avanços na educação. Hirschman aponta melhoras significativas nos países latino-americanos, como a queda nas taxas de analfabetismo e o crescimento das matrículas escolares e com uma frequência quase universal à escola primária. Segundo o autor, os números mais confiáveis são aqueles relativos aos ensinos secundário e superior:

“Em países como Brasil, Colômbia e México, as matrículas nos cursos secundários cresceram dos cerca de 10% em 1950 para algo como 50% atualmente, enquanto que, ao nível universitário, para esses mesmos países, a progressão foi dos 2 a 3% dos anos 50 para aproximadamente 12 a 15% hoje. A pirâmide educacional aparentemente está crescendo e achatando-se ao mesmo tempo.”⁵¹

Contudo, apesar dos avanços nesses setores educacionais, como apontam Leonardo Marques e Tãmis Parron, a bibliografia significativa sobre desigualdades e o combate às mesmas que vem se desenvolvendo desde os anos 1990, mantém semelhanças importantes com a Teoria da

51. HIRSCHMAN, Albert O. A Economia Política do Desenvolvimento Latino-americano: sete exercícios de retrospectiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 3, fevereiro de 1987. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/03/rbcso3_04.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

Modernização. Ambas apresentam claras aproximações metodológicas, como o fato de ignorarem os processos globais de acumulação de capital ao formularem uma análise excessivamente centrada em unidades nacionais, invisibilizando a questão do capital como problema histórico e categoria de análise. Ademais, segundo eles, tanto os autores da Teoria da Modernização quanto os atuais costumam negligenciar a problemática ecológica e a exaustão ambiental do planeta.⁵²

Nos debates propostos pelo *Correio da Unesco*, a questão educacional aparece, muitas vezes, como reflexo da teoria da modernização, mas, outras, associada às questões ambientais e sanitárias, como se poderá verificar.

No início dos anos 2000, já é possível perceber o surgimento de discussões sobre educação antes inexistentes ou secundárias no *Correio*. Na edição especial *Education: roads closed* (2008), há uma interessante reportagem sobre a educação no Equador e o programa BDH (*Bono de Desarrollo Humano*). O BDH é um abono pecuniário, um *voucher*, criado em 1999 que oferecia um subsídio de US\$30 por mês. Esse dinheiro era dado às famílias para que enviassem seus filhos à escola. O texto afirma que esse projeto teve impactos significativos, causando um aumento de 17 pontos na escolaridade e uma redução de 10 pontos no trabalho infantil. Vale destacar que, apesar de não citado no texto, o programa brasileiro Bolsa Família, criado em 2003 no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, requeria também a assiduidade das crianças das famílias beneficiadas na escola, gerando, conseqüentemente, um crescimento da frequência escolar.

Além disso, nesta e em outra edição do mesmo ano, o texto *Education: the other global emergency* trata dos desafios educacionais e do papel da intervenção estatal na educação latino-americana, exemplificados pelos programas equatoriano e brasileiro. Destaca o reconhecimento, pela UNESCO, da importância, para a educação, de políticas públicas de caráter social, voltadas para a redistribuição de renda:

52. Para mais informações sobre a literatura contemporânea sobre desigualdades, ver: MARQUES, Leonardo; PARRON, Tâmis. Os sete pecados capitais da literatura sobre desigualdades. In: FERRERAS, Norberto. *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 234-275.

Na América Latina, vários países estão matriculando e mantendo mais crianças nas escolas por meio de programas inovadores de transferência de renda para as famílias mais pobres com pagamentos condicionados à frequência escolar e às visitas de saúde. Mais notavelmente, o programa Oportunidades do México, um dos maiores esquemas de educação do país, está agora sendo testado no sistema escolar de Nova York.⁵³

Em 2017, após uma pausa de 5 anos em sua publicação, o *Correio da UNESCO* volta a ser publicado.⁵⁴ Examinando a nova fase do periódico, percebe-se que o termo ‘desigualdade’ (*inequality(ies)*) aparece com muito mais frequência do que na época dos anos 1950 e 1960. Além disso, ele surge aliado a outras temáticas, como preservação do meio ambiente, mulheres cientistas, ensino superior, entre outros.⁵⁵

A Educação permanece sendo um carro-chefe da agência e, assim, de sua revista. Nota-se sua aparição ligada tanto a pontos antigos, como a já conhecida necessidade de acesso universal à educação, quanto a novas temáticas e novos recortes: educação para migrantes, educação e mudanças climáticas, impacto da guerra na educação e, mais recentemente, as consequências da pandemia para a educação.

Assim, é sintomático que a primeira edição do *Correio* após seu retorno seja justamente sobre a Agenda 2030, descrita pela própria ONU como

53. Tradução livre. No original: “*In Latin America, several countries are enrolling and keeping more children in schools through innovative cash transfer programmes for the poorest households, with payments made conditional on school attendance and health visits. Most remarkably, Mexico’s Oportunidades programme, one of the country’s largest education schemes, is now being pilot tested in the New York school system*”. The UNESCO Courier (2008). *Education: roads closed*, pp.3-4. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000179406?posInSet=15&queryId=N-cf8a6185-5c54-4be2-ae6b-1b176cdb20cd>. Acesso em: 27 out. 2022.

54. O periódico retorna num modelo trimestral, com quatro edições por ano: janeiro-março, abril-junho, julho-setembro, outubro-dezembro. Desde seu retorno, a revista conta com 22 publicações.

55. Nas 21 edições publicadas entre 2017 e hoje, o termo ‘desigualdade(s)’ aparece em 16 delas, contabilizando um total de 83 aparições. Dezesete dessas publicações contam com ao menos um artigo sobre a América Latina ou um dos países da região, três fazem apenas referências breves a ela e em só uma nenhuma questão latino-americana é abordada. Nesse período, notou-se a presença de pelo menos seis artigos especificamente sobre desigualdade educacional, incluindo desigualdade de gênero na educação ou desigualdade no acesso às tecnologias digitais por estudantes.

uma iniciativa ambiciosa para enfrentar os principais desafios globais de desenvolvimento. A Agenda seria um plano de ação a ser implementado por todos os países e partes interessadas (*stakeholders*) que procura o fortalecimento da paz universal, maior liberdade e erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões. Nessa perspectiva, coloca-se a superação da pobreza extrema como requisito crucial para o desenvolvimento sustentável.⁵⁶

Tal destaque dado ao desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado aos debates crescentes sobre mudanças climáticas e aquecimento global. Ao pensar a educação na América Latina, esses pontos também passam a ter maior visibilidade, como exemplifica a edição *The ethical challenges of climate change* do trimestre julho-setembro de 2019. Nela, uma matéria analisa a aplicação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) nos países latino-americanos. Cita-se o exemplo do México, no qual a ESD está sendo implementada em todos os níveis do sistema escolar, mas também os da Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala e Peru, onde diversas estratégias estão sendo desenvolvidas: publicações de livros, programas de televisão e rádio, visitas a áreas naturais protegidas e treinamento de professores sobre essas questões, entre outras. O texto também menciona dados bastante animadores da Rede de Indicadores de Avaliação da Sustentabilidade em Universidades Latino-Americanas (RISU): 70% das instituições têm uma autoridade universitária para aplicar medidas, 86% realizam atividades extracurriculares de comunicação e conscientização sobre sustentabilidade e questões ambientais e 46% realizam pesquisas nessas duas áreas. A matéria argumenta, no entanto, que o foco vem sendo nos aspectos ambientais dos Objetivos de Desenvolvimento Social (ODS), enquanto os aspectos sociais ainda precisam ser levados mais em conta na definição de políticas e práticas universitárias.

Outro assunto que não foi (nem poderia ser) ignorado pela UNESCO é a pandemia da covid-19. Na edição do trimestre abril-junho de 2021, o *Correio* cita os impactos da pandemia sobre a educação. Segundo as conclusões de um estudo do Instituto de Estatística da UNESCO publicado em março de

56. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. *Department of Economic and Social Affairs: Sustainable Development*. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 18 jul. 2022.

2021, as maiores perdas de aprendizado no contexto pandêmico foram na região da América Latina e Caribe, e na Ásia Central e Meridional. Soma-se a isso a possibilidade de se levar uma década para retornar à situação anterior à pandemia.

Relacionado ainda a essa questão, há um relatório produzido conjuntamente pela *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL) e o *Escritório Regional de Educação para a América Latina e o Caribe* (OREALC/UNESCO Santiago). De acordo com as informações coletadas sobre os 33 países da América Latina e do Caribe, até 7 de julho de 2020, e considerando a contração da atividade econômica prevista para a região, seria urgente salvaguardar o financiamento para os sistemas educativos nacionais, a fim de protegê-los do aumento das desigualdades educacionais. Também se discute a necessidade de iniciativas governamentais de apoio aos docentes, os impactos na saúde psicológica e socioemocional dos estudantes e a priorização de grupos mais vulneráveis, como povos indígenas, pessoas afrodescendentes, refugiados, e pessoas com deficiência. Destaca-se, no âmbito da continuidade dos aprendizados e do impacto curricular, a questão do ensino remoto. Segundo o documento, a maioria dos países conta com recursos e plataformas digitais para a conexão remota, que foram reforçados numa velocidade sem precedentes pelos Ministérios de Educação. Contudo, uma minoria deles dispõe de estratégias nacionais de educação digital. A isso soma-se o acesso desigual à internet e a dispositivos eletrônicos, o que se traduz numa distribuição assimétrica de recursos que afeta principalmente os setores mais pobres e mais vulneráveis. O relatório aponta como tal desigualdade não só aumenta as disparidades pré-existentes no acesso à informação e ao conhecimento, como dificulta a socialização e inclusão em geral.

Quanto a possíveis respostas para a crise, o texto argumenta como as estratégias de retorno e recuperação dos processos educativos requerem a articulação do planejamento e a execução do setor educativo com a de outros setores, sobretudo saúde, nutrição e proteção social. Nota-se uma significativa preocupação quanto às consequências da pandemia para o cumprimento do compromisso coletivo assumido na Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável, especialmente do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, que busca assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.⁵⁷

No entanto, ainda é possível perceber insuficiências na forma como a questão educacional é tratada no periódico. Apesar do reconhecimento pelos editores da revista de que a pandemia afetou os índices educacionais das regiões da América Latina e Caribe, e na Ásia Central e Meridional, a edição especial de novembro de 2021, que trata especificamente de um novo contrato para a educação ignora os desafios a serem enfrentados pela América Latina: esta edição não faz nenhuma referência direta à região ao longo de suas páginas. Logo, embora reconheça que essa foi uma das áreas do planeta com maior prejuízo educacional durante a pandemia de covid 19, o *Correio da Unesco* ao tratar dos desafios educacionais futuros ignora as especificidades da região, o que evidencia que ainda há muitas discussões a serem desenvolvidas e aprofundadas.

Desigualdade e educação na América Latina no Correio da Unesco: combates permanentes e impasses metodológicos

Como se buscou evidenciar no texto, tanto o conceito de desigualdade quanto a noção de educação não são dados atemporais, mas categorias em constante disputa, englobando variados projetos de sociedade. No entanto, é possível notar uma continuidade ao longo dos 75 anos de publicação de *O Correio da UNESCO*: a permanência do debate sobre a questão das desigualdades educacionais na América Latina e a busca por formas de superá-las.

Não se ignora, evidentemente, que ocorreu um refinamento do debate sobre educação. Enquanto nos anos 1950 a maior preocupação era garantir o acesso das crianças à educação básica e combater o analfabetismo, as discussões atuais passam a se centrar sobre o que está sendo ensinado nas

57. CEPAL, N. (2020). *La educación en tiempos de la pandemia de COVID-19*. Informe COVID-19 CEPAL-UNESCO, 13 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45904-la-educacion-tiempos-la-pandemia-covid-19>. Acesso em: 25 out. 2022.

escolas, sobre formas de financiamento e investimento na educação, além de tratar, com maior atenção, níveis superiores de ensino formal, como as universidades.

Todavia, as desigualdades de acesso e permanência no meio escolar/universitário ainda são pautadas por questões socioeconômicas como renda, gênero, raça. Dentre elas, podemos citar os desafios enfrentados pela educação indígena, pelas pessoas com deficiência (PCDs) e pelas pessoas LGBTQIA+, além dos já conhecidos entraves impostos às classes menos favorecidas economicamente. Assim, é justo que se trate diferente os desiguais, a fim de alcançar equidade e reparação (nesse caso, educacionais). É preciso buscar o direcionamento de políticas públicas ao combate às desigualdades na educação para garantir direitos, acesso a bens culturais e boas condições de estudo àqueles aos quais uma educação de qualidade sempre foi negada ou limitada. A educação, devido à sua importância na conformação ou transformação das sociedades, segue sendo um campo de constantes e permanentes combates entre forças desiguais que pretendem delinear a metodologia e a gestão educacional de acordo com seus ideais e objetivos.

Assim, como afirma Costa,

“Sem a quebra das circunstâncias políticas, econômicas, sociais e culturais que, tradicionalmente, conduzem às desigualdades extremas, em que os processos educacionais teriam importante papel a cumprir, a tendência é que os grupos minoritários em variadas partes do mundo continuem a desfrutar das novas e velhas técnicas de exploração sobre os grandes contingentes populacionais.”⁵⁸

Ações isoladas, como aponta Lavesseur em seu texto sobre a obesidade no México, não serão suficientes para reverter tendências e as autoridades públicas devem adotar medidas ousadas e de longo alcance.⁵⁹ Tanto a obesidade quanto a educação são temas marcados profundamente pelas desigualdades sistêmicas, sobretudo nos países dependentes, áreas periféricas do capitalismo global.

58. COSTA, op. cit., p. 84

59. LEVASSEUR, op. cit., p.10

De que forma a UNESCO e as demais agências de cooperação internacionais atuam e atuarão na luta para superar essas desigualdades, no contexto de aprofundamento das assimetrias socioeconômicas e de crise climática, é algo que merece grande atenção, dada as oportunidades de cooperação surgidas em seu seio, mas também por suas limitações, devido a sua dependência em relação aos seus países membros, principalmente os hegemônicos, e também a instituições financeiras como o Banco Mundial. Porém, ao que tudo indica, *O Correio da UNESCO* permanecerá uma fonte fundamental para se compreender bem as pautas e os projetos levados à frente pela organização.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. MOBREAL. *In: Que república é essa? Portal Estudos do Brasil Republicano*. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/66-filme/191-mobreal.html>. Acesso em: 16 out. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é a educação?* Disponível em: https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/o_que_educacao.pdf

CAMPBELL, Alan Tomaid. *The UNESCO Courier is 70! Na inspiring read*. Disponível em: <https://en.unesco.org/courier/january-march-2018/unesco-courier-70-inspiring-read>. Acesso em: 27 ago. 2021.

Centro Regional de Educación Fundamental para la América Latina [CREFAL]. *Educación fundamental: ideário, principios, orientaciones metodológicas*. Pátzcuaro, MX, 1952. https://www.crefal.org/index.php?option=com_content&view=article&id=540&Itemid=202. Acesso em: 25 out. 2022.

CEPAL, N. (2020). *La educación en tiempos de la pandemia de COVID-19*. Informe COVID-19 CEPAL-UNESCO, 13 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45904-la-educacion-tiempos-la-pandemia-covid-19>. Acesso em: 25 out. 2022.

COSTA, Fabio Luciano Oliveira Costa. As reformas educacionais na América Latina na década de 1990. *RVE - Revista Ver a Educação*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 65-88, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rve/article/view/1002>>. Acesso em: 26 fev. 2023

GENTILI, Pablo. Educação. *Enciclopédia Latino-americana*. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/educacao>.

HIRSCHMAN, Albert O. A Economia Política do Desenvolvimento Latino-americano: sete exercícios de retrospectiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 3, fevereiro de 1987. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/03/rbcso3_04.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

LEVASSEUR, P. Sôcio-économie de l'obésité. *La vie des idées* (https://laviedesidees.fr/IMG/pdf/20221206_mex-2.pdf) – acesso em fevereiro de 2023.

MARQUES, Leonardo; PARRON, Tâmis. Os sete pecados capitais da literatura sobre desigualdades. In: FERRERAS, Norberto. *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial*. São Paulo:Hucitec, 2021. p. 234-275.

MAUREL, Chloé. “L'UNESCO entre européocentrisme et universalisme (1945-1974)”, *Les cahiers Irice*, vol. 9, no. 1, 2012, pp. 61-72. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/lci.009.0061>. Acesso em: 5 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. *Department of Economic and Social Affairs: Sustainable Development*. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SANDER, Brenno. Educação na América Latina: Identidade e globalização. *Educação*, v. 31, n. 2, 14 mar. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2766>. Acesso em: 22 out. 2022.

SILVA, R. R. DO N.; MESQUITA, I. M. DE; NERY, A. C. B. “Homens que ensinaram a América ler: a educação de adultos no Brasil e México (1947-1956)”. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 21, n. 1, p. e155, 23 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e155>. Acesso em: 25 out. 2022.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. *O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico*. Brasília, Ipea, 1999 (Textos para Discussão, n.639). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2644/1/td_0639.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

TEJADA, Carmela. *The Inter-American seminar on literacy and adult education*. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000201159>. Acesso em: 25 fev. 2023.

The UNESCO Courier (1949). *Torres Bodet reaffirms streamlined action of UNESCO*. Unesco, 7, Place de Fontenoy, 75700 Paris. Nº 6, Junho, 1949.

The UNESCO Courier (1949). *Duties of the State*. Unesco, 7, Place de Fontenoy, 75700 Paris. Nº 9, Setembro, 1949.

The UNESCO Courier (1950). “*Humanity is under no compulsion to abdicate*”; *Jaime Torres Bodet, to the 5th session of the UNESCO General Conference*. Unesco, 7, Place de Fontenoy, 75700 Paris. Nº 6, Junho, 1950.

The UNESCO Courier (1955). *Are women inferior beings? The Changing outlook in politics, education, employment, society, the home*. Unesco, 7, Place de Fontenoy, 75700 Paris. Nº 11, Novembro, 1955.

The UNESCO Courier (1957). *The Rights of 900 million children*. Unesco, 7, Place de Fontenoy, 75700 Paris. Nº 10, Outubro, 1955.

The UNESCO Courier (2008). *Education: roads closed*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000179406?posInSet=15&queryId=N-cf8a6185-5c54-4be2-ae6b-1b176cdb20cd>. Acesso em: 27 out. 2022.

The UNESCO Courier (2008). *Education: the other global emergency*. In: *Sixty years of views on the world*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000189457?posInSet=3&queryId=N-cf8a6185-5c54-4be2-ae6b-1b176cdb20cd>. Acesso em: 27 out. 2022.

The UNESCO Courier (2017). *Agenda 2030: challenges for usall*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000248106.locale=en>. Acesso em: 27 out. 2022.

The UNESCO Courier (2019). *The ethical challenges of climate change*. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000370032_eng. Acesso em: 27 out. 2022.

The UNESCO Courier (2021). *The 20s: the best age to be?*. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000376726_eng?posInSet=29&queryId=N-cf8a6185-5c54-4be2-ae6b-1b176cdb20cd. Acesso em: 27 out. 2022.

The UNESCO Courier (2021). *A new social contract for education*. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000379764_eng.locale=en. Acesso em: 27 out. 2022.

Semear os campos para encher os pratos: a FAO e a homogeneização agrônômica para o desenho do mapa alimentar planetário⁶⁰

Karen Souza da Silva⁶¹

María Verónica Secreto⁶²

Escritas da História Historiografias do Sul - UFF

Muchas hambrunas ocurren sin que exista una disminución de la disponibilidad de alimentos.
Amartya Sen, Propiedad y hambre, 2001

Situações extremas demandam medidas extremas. Mas não é o que temos visto acontecer. Diante da crise sanitária/alimentar de 2020/2022 voltaram a ser blindados os mercados. Os organismos internacionais apelaram para que se deixassem livres os mercados, entendendo que dessa forma se evitará a escassez-carestia de alimentos.

Essa conjuntura pode ser comparada com alguma outra? Há antecedentes que possam servir de parâmetro? Quais as ferramentas de que se dispõe em termos de governança global de alimentação? As ferramentas disponíveis são efetivas?

Os organismos desenhados para a governança global sobre alimentação foram criados em outra crise, resultado de reflexões que se desenvolveram entre a Grande Depressão e o fim da Segunda Guerra Mundial. Testados

60. Esta pesquisa recebe apoio do CNPQ através do edital Universal 2018 e de CAPES/PrInt.

61. Email: karensouzs@gmail.com

62. Email: mariaveronica@id.uff.br

durante a crise de 1970, demonstraram que sua eficácia dependia dos diagnósticos e paradigmas sobre as causas da fome. Na década de 1970 ainda se pensava nela como uma crise de produção, pelo qual o aprofundamento da Revolução Verde e da “modernização agrária” foi a resposta. Os sociólogos e economistas identificaram no final da década que haviam presenciado uma mudança substancial na forma de reger a governança global dos alimentos (HOPKINS e PUCHALA, 1978, 581-616, FRIEDMANN, 1982, 248-286, FRIEDMANN e MCMICHAEL, 1989). Mas, estariam mesmo em presença de uma mudança substancial?

Política estrutural/política de conjunturas

Em setembro de 2021 a ONU convocou uma nova conferência de governança global: a cúpula dos sistemas alimentares. Sentaram-se à mesa, sem comida, mas também não precisavam, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação), o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário) e o WFP (Programa Mundial de Alimentos), em uma reunião transcorreu em Nova York. Se o panorama na produção e distribuição de alimentos parecia estar por um fio nesse contexto de crise sanitária e global decorrente da Pandemia de Coronavírus (COVID-19), o cenário não melhorou no ano seguinte, no que estamos. A guerra entre Ucrânia e Rússia fez com que o Diretor Geral da FAO, Qu Dongyu, incluísse em seu discurso da 169ª sessão do Conselho da organização a necessidade de manter as cadeias globais de abastecimento. Leia-se: as questões políticas e as sanções e embargos só vão agravar a crise alimentícia, que, como sempre, ou desde o século XIX, é uma crise de mercado.

Quando o Diretor Geral pronunciou a declaração, tinham transcorrido mais de dois anos desde o início da pandemia, mas as repercussões ainda se sentiam, castigando sobremaneira os mais pobres. Os preços dos alimentos e combustíveis foram os que mais aumentaram. No mês de abril, segundo as medições da FAO, os preços dos alimentos estavam 12,6% mais caros que em fevereiro. Entre os produtos que provocaram esse aumento, destacava o conferencista, estão os cereais, que tinham aumentado 17,1% e os óleos vegetais com um aumento de 23,2%. Nessa métrica já é possível perceber os efeitos da guerra. No mesmo sentido, *The Economist* publicou, no mês seguinte, uma

matéria com título dramático: The coming food catastrophe. War is tipping a fragile world towards mass hunger. Fixing that is everyone's business.⁶³

Há três mercados entrelaçados que contribuem para o aumento dos preços dos alimentos: o dos cereais, o dos fertilizantes e o dos combustíveis. Nesses três, a Rússia e a Ucrânia são atores importantes. “Em conjunto representam quase 30% das exportações mundiais de trigo e aproximadamente 80% das exportações mundiais de óleo de girassol e, a Federação Russa, é a maior exportadora de fertilizantes. As perturbações do fornecimento nesses dois países se manifestaram nos sistemas agroalimentares mundiais” (QU DONGYU, 2022).

Desde o início do ano o trigo tem acumulado um aumento de 40%, aproximadamente, o que levou um país como a Índia a suspender a exportação para garantir a segurança alimentar interna. Passou o tempo em que a Inglaterra e sua política de governança planetária podiam “decretar” a insegurança alimentar da Índia para que os mercados funcionassem sem entraves (DAVIS, 2001).

É nos momentos excepcionais que podemos ver, por causa da lente de aumento, como funcionam as coisas nos tempos «normais». Como quando, no século XVIII, Mr. Peel teve que ir até a Austrália para desvendar as condições de produção imperantes na Inglaterra. (MARX, 1986, 651).

A criação da FAO: evitar a fome sem incomodar o mercado?

A criação da FAO como parte da “família” ONU - como gostam de definir-se os órgãos que compõem o sistema ONU - respondeu a uma crise pontual, a gerada entre a depressão de 1930 e a Segunda Guerra Mundial e administrada no pós-guerra. De início foi compreendido que a questão da alimentação e da produção de alimentos (agricultura, pesca, criação de gado, exploração das florestas etc.) requer de uma governança global (JACHERTZ e NÜTZENADEL, 2011).

Ao final do século XVIII, quando os agrônomos/economistas travaram uma árdua discussão sobre o livre comércio de cereais, Ferdinando Galiani, uma referência no tema, escreveu:

63. <https://www.economist.com/leaders/2022/05/19/the-coming-food-catastrophe> Acesso em: 15 jun. 2022

Sí Señor, el trigo puede considerarse como una producción del suelo, y baxo de este respecto pertenece al comercio y a la legislación económica: puede también, y debe considerarse como la materia de primera necesidad, y el primer cuidado en el orden civil de las sociedades, y baxo este pertenece a la política, y a la razón de estado (GALIANI, 1775).

Dois séculos e meio depois continuamos com a mesma disjuntiva: o cereal é por um lado produto econômico, fruto dos investimentos de capital e trabalho dos agricultores (independentemente das formas de apropriação do solo mais ou menos legítimas) e, por outro, elemento de governança nacional e global. Há dois séculos e meio a pergunta era como “liberar os cereais” sem produzir especulação e fome. Hoje as perguntas giram em torno da questão de como combater a fome sem “aprisionar” os cereais. A última edição de “El estado mundial de la agricultura y la alimentación” (2021), define como deveriam funcionar os sistemas agroalimentares em um mundo ideal em que esses sistemas fossem resilientes, inclusivos e sustentáveis. Não entraremos aqui no abuso semântico de “resiliência” que fazem as ciências sociais e os discursos políticos. No mundo ideal, dessa última edição, os sistemas alimentares produziriam alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para todos e gerariam meios de vida que garantissem o acesso econômico da população aos alimentos. Mas hoje, continua o relatório, os sistemas alimentares não permitem manter livre da fome 10% da população mundial. Não importa quão complexos sejam os sistemas, sempre voltamos ao mesmo ponto: o mercado. O mesmo relatório diz, referindo-se à crise alimentar durante a pandemia de covid19: “La pérdida de poder adquisitivo perjudicó a la seguridad alimentaria y la nutrición de miles de millones de personas, especialmente en los países de ingresos bajos y entre los más pobres.” (p. XVIII). Toda a complexidade de análise se vê reduzida ao “poder aquisitivo”.

A criação da FAO (1945) foi antecedida por uma série de debates internacionais sobre a alimentação e produção e comercialização de alimentos.

Enquanto a Segunda Guerra Mundial se desenvolvia e o problema da alimentação era urgente, se realizou a Conferência de Hot Springs. A certeza era a de que a erradicação da fome e da pobreza era indispensável para a paz. A Conferência enunciou que a alimentação é um direito da humanidade.

Era entendido que a forma de erradicar a fome era o desenvolvimento e exploração de recursos agrários, o comércio e a cooperação internacional. A Conferência fez um chamamento aos Estados para se responsabilizarem pelo abastecimento familiar. Mas talvez o objetivo mais pretensioso fosse o de limitar as flutuações nos preços dos produtos agrícolas e alimentícios.

A conferência teve um viés intervencionista em matéria econômica e de gestão comercial de bens alimentícios. Vinte anos depois, o médico espanhol Roman Casares López analisou as repercussões da Conferência de Hot Springs. Disse que os privilegiados tomaram como utópicas suas conclusões, que com desprezo resumiram em “leite para meninos hotentotes” (CASARES LÓPEZ, 1963: 30)

Com maior ou menor adesão surgiu a ideia de uma ordem alimentar mundial. O grau de envolvimento com as propostas de gerenciamento planetário dos alimentos dependeu de vários fatores. Os “técnicos”, como nutrólogos, médicos e agrônomos começaram a ter destaque nos novos discursos sobre segurança alimentar. Mas o verdadeiro gerenciamento dos estoques de grãos não consultava governos nem organismos internacionais.

Em 1943, ano da conferência de Hot Spring, os Estados se “permitiam” políticas intervencionistas fornecendo os alimentos à população que de outra forma não poderia adquiri-los. Esse aspecto é salientado no informe da FAO de 1948, embora seja para extrair outra conclusão que a nossa. Diz no primeiro capítulo de *El estado mundial de la agricultura y la alimentación* (FAO, 1948) sobre uma nova atitude dos governos e dos públicos para a alimentação:

“Durante la guerra muchos gobiernos asumieron responsabilidades especiales para el suministro de abastecimientos alimenticios a las poblaciones ... Durante la guerra el público llegó a adquirir conciencia de la importancia de la alimentación y de la nutrición, dándose cuenta por primera vez que una cantidad suficiente de alimentos adecuados podría mejorar notablemente la salud y que la producción y la distribución de alimentos deberían ser organizadas con miras a este fin.” (FAO, 1948, 2)⁶⁴

64. O Brasil compareceu à Conferência de Hot Spring. Já na crise da década de 1930 tinha criado a Comissão de Abastecimento (Dec. Lei 1507 de 16/09/1939). Na década de 1950 a política

Violenta batalha naval no Mar do Norte - ZURICO, 17 (R.) - O rádio de Berlim anunciou que se está travando violenta batalha naval no largo de Haia, Holanda de Terschelling.

Acordo anglo-russo para o após-guerra!

No Mediterrâneo gigantesco comboio aliado

Armadilha oficialmente em Moscou - Nenhum dos dois países assumirá o papel de líder da Europa, segundo pretende internacionalmente os assuntos internos dos outros países europeus e mediante uma decisão de conquista definitiva sobre o futuro da Europa.

ESTADO 2212 Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943 N. 11.238

A NOITE

Revista de notícias e comentários - Preço: 1000 Réis - Anual: 10.000 Réis - Semanal: 1.000 Réis - Número 11.238

BOMBAS CONTRA OS MOSQUITOS!

O combate à malária e a guerra

Um milhão de mosquitos matam mais de 10 milhões de pessoas por ano.

O comércio dos E. U. com a América Latina

Os países latino-americanos têm a oportunidade de desenvolver sua economia e de estabelecer relações comerciais com os Estados Unidos.

Preve um ataque japonês aos Estados Unidos

Os japoneses estão se preparando para atacar os Estados Unidos, segundo os rumores.

Para a construção de navios de desembarque

Os navios de desembarque são essenciais para a guerra.

MENOR DESIGUALDADE ECONÔMICA ENTRE OS INDIVÍDUOS E AS NAÇÕES

Uma proposta de delegação do Brasil na Conferência Internacional de Alimentação

Todo o peso da guerra sobre a Itália

DORTMUND E DUSSELDORF EM CHAMAS

A LUTA CONTRA OS SUBMARINOS

Avançam os russos na frente central

Restam apenas "franco-atiradores" em Attu

Sergipe precisa de transporte para a sua produção

interna brasileira se concentrou na distribuição. Na década de 1960 foram criados (Sunab – Superintendência Nacional do Abastecimento), armazenamento (Cibrazém – Companhia Brasileira de Armazenamento), distribuição (Cobal – Companhia Brasileira de Alimentação) e administração de estoques reguladores (CFP – Companhia Financiadora da Produção). A criação da COBAL marca uma mudança no rumo das políticas de abastecimento. “Até então, o poder público tinha como objetivo apenas fiscalizar e controlar os canais de comercialização. A partir da década de 1960, o poder público chama para a si a tarefa de distribuir e fazer chegar até a porta do consumidor os alimentos necessários. BELEK, Walter, SILVA, José Graziano da, TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil, In: ANDRADE, Manuel Correia de et al. *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 11-38.

A Noite de 27 de maio de 1943 noticiando a proposta da comissão brasileira na conferência de Hot Spring: “Menos desigualdade econômica entre os indivíduos e as nações”. Na mesa se vê, em primeiro lugar, o cartaz que identifica a representação do “Brasil”.

Entendia o relator que essa mudança de percepção teria gerado uma demanda pela intervenção estatal ou dos organismos internacionais na questão da produção de alimentos e sua distribuição. Fruto dessa nova consciência, seria a emergência da própria FAO.

Nós entendemos que se tratou de um período de exceção. Por estar em guerra, o “público” aceitou a intervenção econômica, mas esse cenário não seria permanente. As limitações com que lidou a FAO desde sua criação evidenciam a restringida esfera de atuação que teria na pretendida “governança global dos alimentos”.

A conceituação dos sistemas alimentares veio esclarecer o funcionamento dos circuitos de abastecimento e distribuição, enquanto o de regimes alimentares não acrescentava muito, em termos conceituais, às noções de divisão internacional do trabalho ou de intercâmbios desiguais. Em 1978 Raymond F. Hopkins and Donald J. Puchala definiram o regime alimentar como o sistema internacional de produção, distribuição e consumo de alimentos administrado por estados, corporações e organizações internacionais. Esses atores seriam os responsáveis pelo conjunto de normas, regras e práticas que constituem um regime alimentar global (HOPKINS e PUCHALA, 1978, 581-616). Entendiam os autores que o regime alimentar passava por mudanças decorrentes do aumento da demanda de alimentos e de condições que a “revolução verde” tinha introduzido nas práticas agrícolas. Entre as mudanças significativas, os autores salientaram que a preponderância americana, que tinha moldado as características do regime, havia diminuído. Os dramáticos aumentos de preços e “manipulação” dos estoques durante a crise de 1973-74 expuseram sérias deficiências no regime existente. Indicaram cinco problemas mundiais que continuavam a ameaçar a paz mundial – escassez potencial, instabilidade, insegurança, baixa produtividade e desnutrição. Propunham a reforma do regime alimentar.

A crise deixou sociólogos e economistas em alerta. Em 1989 Harriet Friedmann e McMichael deram forma a essa inquietação através de uma periodização que buscou entender e explicar a relação entre capitalismo e agricultura. Definindo nesta análise três momentos homogêneos internamente: um primeiro regime alimentar centrado na Grã-Bretanha que iria desde 1870 até a década de 1930; o segundo Regime definido no pós-guerra, de 1950 a 1970 que teria os Estados Unidos como centro de um império informal cuja bandeira era a revolução verde: produzir mais para aquietar o ativismo social e camponês. Por último, os autores acreditam ter detectado “algo de novo” num terceiro regime que chamaram de corporativo e que teria começado na década que escreviam, ou um pouco antes. Talvez a adjetivação não seja o novo nesse período (FRIEDMANN e MCMICHAEL, 1989).

A década de 1970

A revolução verde tinha aumentado os índices de produtividade agrícola baseada na produção extensiva e no uso de tecnologia. O principal suporte foi a seleção genética de variedades de alto rendimento, mas com irrigação intensiva e uso maciço de pesticidas e herbicidas, fertilizantes químicos e uso de maquinário pesado.

Um dos máximos expoentes foi o agrônomo Norman Borlaug, “padrinho” da Revolução Verde. Trabalhando para a fundação Rockefeller desenvolveu espécies de trigo anão de alto rendimento que foram consideradas “milagrosas”. A ciência agrônômica atrelada, desde final do século XVIII, ao aumento da produtividade e à “simplificação” dos processos produtivos foi uma aliada importante das políticas de planejamento e aumento da produtividade. A mudança das práticas agrícolas foi considerada um processo de modernização.

Para alguns estudiosos as bases do que se chamaria revolução verde foi explorada em 1941 num encontro entre o presidente dos Estados Unidos Henry Wallace e o presidente da Fundação Rockefeller, Raymond Fosdick. Nesse encontro foi enunciado o desenvolvimento agrícola para América Latina em geral e México em particular. Em 1943 a Fundação deu início ao programa Mexicano de Agricultura.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos mostraram-se particularmente interessados em fortalecer os vínculos com América Latina com o objetivo de desenvolver a exploração de matérias-primas complementares e estratégicas para a guerra. Na Conferência de Chanceleres, que teve lugar entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942 na cidade do Rio de Janeiro, se definiram as bases da cooperação hemisférica. Nela se consolidou uma lista de produtos estratégicos, muitos agrários, que os diferentes países do continente deveriam produzir para destinar ao comércio com os Estados Unidos. Em 1942, a Commodity Credit Corporation foi designada para negociar contratos sobre muitas mercadorias com exceção das estratégicas como quina e borracha, para essas haveria créditos, agências e acordos especiais (CUVI, 2009). O Programa Mexicano de Agricultura seria um entre tantos das novas políticas dos Estados Unidos para o agro latino-americano.

Em 1972, em plena Guerra Fria, aconteceu a escandalosa venda de uma enorme quantia de cereal norte-americano à União Soviética. Essa venda só poderia ser feita de forma “encoberta”. Mas como movimentar enormes volumes de mercadorias sem ser percebido? Porque as cinco companhias que dominavam (e dominam) esse comércio de grãos operam sigilosamente e “supraterritorialmente”. Essas companhias “traficantes de grãos” foram criadas no final do século XIX e conseguiram manter suas operações de forma “sigilosa”. A compra disfarçada em um momento de “escassez” atraiu as atenções indesejadas para as corporações.

“The incident still is recalled by some farm groups and is cited as one reason for growing restiveness over reliance by the US on a few international trading companies to handle most aspects involving sale of grain, America’s most important export commodity. Many top government officials, while defending the present system, acknowledge there is no way to guarantee that the companies, some of which have strong foreign ties, act in the best interests of this country and its farmers.” (Congressional Record-Senate, 1975)

As companhias tinham interesses globais, buscavam lucro e parece que para os senadores dos Estados Unidos isso era uma novidade. As companhias nasceram com a hegemonia inglesa, viram emergir a hegemonia norte-

americana, mas não estavam atreladas a essas. Suas operações eram baseadas em uma lógica supranacional.

Na virada 1972-1973, quando o mundo foi surpreendido por essa operação comercial “encoberta”, o jornalista Dan Morgan descobriu o mesmo que o Senado norte-americano (responsável por criar uma subcomissão para investigar as corporações multinacionais): ninguém sabia nada sobre essas empresas. “Ninguém sabe como funcionam, quais são suas ganâncias, quanto pagam de impostos e que influência têm sobre nossa política exterior”, disse sobre as multinacionais de grãos o senador Frank Church. O que não existia era o que hoje podemos denominar de uma “história global do cereal”. Havia histórias fragmentadas sobre o porto cerealífero de Odesa; sobre a ocupação dos pampas e outras planícies temperadas etc. (MORGAN, 1982)

Os relatórios da FAO

Nas celebrações pelo décimo aniversário da Conferência Mundial da Alimentação, em 1984, Edouard Soauma, diretor geral da FAO no período, admitiria a evidência de que “o aumento da produção mundial não garantia automaticamente, por si, o acesso aos alimentos disponíveis às pessoas que mais os necessitavam”. (FAO, 1984)

Discurso que, seis anos antes, parecia não ser tão evidente. O “grande roubo de cereais”, como ficou conhecida a compra russa narrada por Morgan, engrossou o conjunto de justificativas que, encampadas pela FAO, guiou os países em desenvolvimento rumo ao “consenso” pelo aumento de produtividade e melhoria na distribuição de alimentos como as principais barreiras a serem superadas no ataque à pobreza e à fome.

Se o diagnóstico centrado na produção, herdeiro da revolução verde, reinou dominante ao longo de quase toda a década de 1970, o último ano do período foi marcado pela incorporação de explicações ambientais justificando escassez e carestia. As colheitas desfavoráveis seriam explicadas não apenas por causas naturais, mas também em função da ação humana, tendência que viria para ficar (FAO, 1979).

Desdobramentos com esboços iniciais que se situam nesses agitados anos de 1970, quando as normas (não vinculantes) que construiriam o regime

internacional de segurança alimentar passaram a ser institucionalmente arquitetados ao redor (e prioritariamente) do termo segurança alimentar (MARGULIS, 2013).

A inesperada escassez de trigo, trouxe, além do aumento no preço dos grãos, uma ideia de crise alimentar mundial globalmente reconhecida com a ajuda prescritiva de organizações internacionais fruto do pós-guerra. A volatilidade dos preços e a incerteza sobre o fornecimento de alimentos nos mercados internacionais desafiaram o que se sabia sobre o funcionamento dos mercados mundiais de alimentos, direcionando o foco alimentar para a necessidade de novos instrumentos de cooperação internacional. Diferenciando-se das ações de política agrícola centradas no consumo, produção e comércio, a institucionalização do regime internacional de segurança alimentar pautou-se pela ideia de uma ação coletiva internacional voltada para a erradicação da fome e combate à desnutrição.

Os discursos favoráveis à governança global da alimentação convergiram em torno da necessidade de “educar” os países mais pobres, fornecendo conhecimento (técnico) e dinheiro (empréstimos). Sob o prisma dos relatórios editados pela FAO, os anos de 1970 se apresentaram como degraus, etapas a serem superadas, rumo à consolidação de uma ideia de desenvolvimento agrícola baseada na realidade dos países centrais, com destaque para os Estados Unidos.

Quando Edouard Saouma reconhece que, em 1983, tinha ficado mais claro que nunca “o paradoxo da abundância de alimentos e a existência simultânea da fome” (FAO: 1984), muito já se tinha escrito, debatido, financiado, defendido em prol do aumento da produtividade. O que não impediu o diretor da FAO reiterar, no ano posterior, a necessidade de um enfoque mundial capaz de acabar com a fome via “profundas reformas internas nos países em desenvolvimento e reformas internacionais nos principais setores da dívida e do comércio” (FAO: 1985).

Receituários globais com aplicabilidades localmente situadas. Enquanto os primeiros esforços da FAO procuraram resolver o problema alimentar por meio da coordenação internacional da produção e comércio de grãos, vislumbrando a redistribuição dos excedentes de alimentos produzidos no Ocidente para atender às necessidades dos tutelados do mundo em

desenvolvimento, na década do grande roubo o manual se expandiu e concentrou. Era preciso, no entender dos formuladores da governança global de alimentos, intensificar as ações de combate à fome⁶⁵. Já não se tratava de concentrar-se na produção, mas de melhorar a infraestrutura que impedia a continuidade de resultados positivos. Na perspectiva de Saouma, essencial era “reexaminar urgentemente obstáculos persistentes que inibem o progresso, e requerem a renovação dos esforços por acelerar o crescimento, vencer a pobreza e integrar o campesinato pobre no processo de desenvolvimento” (FAO: 1978).

Ano após ano, a agenda direcionada aos países pobres se complexificou em expectativas. Em 1969, a esperança para que um número cada vez maior de países em desenvolvimento aumentasse a produção a um ritmo ainda mais acelerado, desde que aplicassem “políticas adequadas”. Em 1970, o esforço pela continuidade: manter e ampliar o “ímpeto de difusão” das variedades de cereais de alto rendimento nos países em desenvolvimento, resolvendo, “de modo satisfatório”, os efeitos que tais mudanças geram no comércio, no emprego e na distribuição de renda. Em 1976, o olhar se voltou para a redução das perdas com transporte e armazenamento, “mantendo o que se conquistou” com os esforços anteriores. Falta de recursos do setor agropecuário, pouca organização, manejo insatisfatório dos produtos e distribuição deficientes foram apontados como justificativas para perdas que chegaram a totalizar 40% das colheitas.

Em 1979, uma nova rodada de advertências sinalizava para a inversão da tendência de resultados positivos alcançados pelos países em desenvolvimento nos anos de 1976 e 1977, em matéria de aumento na produção.

Não há dúvida, a última década testemunhou esforços significativos dos países em desenvolvimento para aumentar seus níveis de produção.

Registrou-se um aumento substancial no uso de modernos insumos na agricultura, especialmente irrigação, fertilizantes e sementes melhoradas.

No entanto, tais países ficaram muito longe dos requisitos de uma

65. A FAO se descreve como a agência das Nações Unidas que lidera o esforço internacional para terminar com a fome. “Nosso objetivo é alcançar a segurança alimentar para todos, e ao mesmo tempo garantir o acesso regular a alimentos suficientes e de boa qualidade para uma vida ativa e saudável.”

agricultura moderna e progressista. O índice de investimentos está longe do que seria adequado às necessidades de uma população em expansão. Os obstáculos internos que se opõem ao crescimento e ao desenvolvimento se complicaram devido a circunstâncias externas desfavoráveis em matéria de trocas, balança de pagamentos e disponibilidade de recursos externos.⁶⁶

Tirando a melhoria na cobertura estadística - com a inclusão, pela primeira vez, de estimativas sobre os estoques de cereais da China e da URSS - o diagnóstico foi taxativo: a comunidade internacional não estava, em 1979, mais bem preparada para enfrentar qualquer crise alimentar mundial semelhante à de 1973-1974, do que estivera no início dos anos 1970. O tom pessimista persistiu nos anos seguintes. Enquanto o grande roubo escancarou a falta de controle estadunidense, via organismos internacionais, sobre os estoques mundiais de alimentos, os esforços por controlá-los através de incentivos ao aumento da produtividade nos países em desenvolvimento/periféricos, sob a bandeira de combate à fome, encontrou nos regimes alimentares de McMichael a tradução de debates, relatórios, pareceres e análises que historicamente vinham sendo discutidos pela FAO.

As principais contradições do capitalismo, quando centradas na agricultura (FRIEDMANN, 2016; MCMICHAEL, 2016), não poderiam restringir-se ao regime corporativo nitidamente identificado por McMichael nos anos de 1980. Retrocederia às décadas de 1960, aprofundando-se nesses anos de 1970 em que a metamorfose mágica de fertilizantes e praguicidas direcionaram as políticas de exploração dos campos do mundo com o aval dos técnicos da FAO .

66. SAOUMA, Edouard. Preambulo. In: El Estado mundial de la agricultura y la alimentación, FAO: 1979.. ??????

Os relatórios *O estado mundial da agricultura e alimentação* ano a ano (1960-1984)*

Ano de Referência	Ano de Publicação	Diretor Geral em exercício	Especiais temáticos	Diagnóstico geral
1960	1960	Binay Ranjan Sen (Índia)	O programa de desenvolvimento agrícola	Avanços de rendimento e produtividade na América do Norte, Europa, Austrália e Nova Zelândia. Nas “regiões menos desenvolvidas”, o aumento da produção segue atrelado à expansão da superfície cultivada.
1961	1961	Binay Ranjan Sen (Índia)	A reforma agrária e as mudanças institucionais; Extensão, ensino e pesquisa agrícolas em África, Ásia e América Latina	Abundância e excesso de produtos agrícolas em parte do mundo economicamente “mais desenvolvido”. Desnutrição e fome nos países “menos desenvolvidos”. Preços dos produtos agrícolas nos mercados mundiais em queda, incluindo a maioria das exportações básicas dos países “menos desenvolvidos”.
1962	1962	Binay Ranjan Sen (Índia)	Papel das indústrias florestais na superação do desenvolvimento econômico insuficiente; A criação de gado nos países menos desenvolvidos	Insuficiência produtiva, fome e desnutrição, somados à incapacidade de aquisição de divisas estrangeiras, como característicos das regiões “menos desenvolvidas”. Excesso de produção e acumulação de excedentes dos países desenvolvidos causando, no plano interno, disparidades de renda do campo em relação a outros setores.
1963	1963	Binay Ranjan Sen (Índia)	Fatores básicos que afetam o desenvolvimento da produtividade na agricultura; O uso de fertilizantes: ponta de lança do desenvolvimento agrícola	Convicção de que, com progresso científico e tecnológico, é possível acabar com a fome, por meio de um desenvolvimento econômico e social equilibrado. O ataque contínuo ao problema da fome requer um crescimento rápido da produção de alimentos nos próprios países em desenvolvimento.
1964	1964	Binay Ranjan Sen (Índia)	Nutrição proteica: necessidades e perspectivas; Os produtos sintéticos e seus efeitos sobre o comércio agrícola	Aumento lento dos ingressos de exportações agrícolas dos países em desenvolvimento, especialmente a capacidade de compra de produtos industriais, dificultando alcançar um ritmo satisfatório de desenvolvimento econômico para acabar com a fome, especialmente nos países mais pobres.

Ano de Referência	Ano de Publicação	Diretor Geral em exercício	Especiais temáticos	Diagnóstico geral
1965	1965	Binay Ranjan Sen (Índia)	Análise do segundo decênio do pós-guerra	Carência de incentivos que induzam os produtores de muitos países a aumentarem a produção destinada ao mercado, especialmente o de alimentos básicos.
1966	1966	Binay Ranjan Sen (Índia)	Agricultura e industrialização; O arroz na economia alimentar mundial	Boas colheitas na América do Norte, apesar da seca que diminuiu a produção mundial de alimentos. Situação alimentar mundial mais precária desde o contexto de escassez observado ao final da Segunda Guerra Mundial.
1967	1967	Binay Ranjan Sen (Índia)	Incentivos e freios à produção agrícola nos países em desenvolvimento; A organização dos recursos pesqueiros	Recuperação da produção de 1966 limitada e muito atrelada às regiões desenvolvidas. Nas zonas em desenvolvimento, aumento de cerca de 1% em 1966, sem que se observe incrementos em África ou América Latina desde 1965.
1968	1968	Addeke Hendrik Boerma (Holanda)	O aumento da produtividade agrícola nos países em desenvolvimento mediante a melhoria tecnológica; A melhoria do armazenamento e sua contribuição aos suministros mundiais de alimentos	Amplo aumento da produção de alimentos em todas as regiões em desenvolvimento. Agricultores do mundo inteiro cada vez mais acostumados ao uso de fertilizantes e outras práticas melhoradas. Introdução das “variedades de alto rendimento” nos cultivos de cereais de alguns países asiáticos contribuindo às boas colheitas de 1967.
1969	1969	Addeke Hendrik Boerma (Holanda)	Programas de melhoria do mercado de produtos agrícolas: alguns ensinamentos da experiência recente; Modernização institucional para promover o desenvolvimento florestal	Recuperação na produção agropecuária das regiões em desenvolvimento relacionada às melhorias técnicas e meteorológicas, e necessidade de acompanhar a manutenção de um progresso mais rápido da produção de alimentos nos países em desenvolvimento. Estratégias para a segunda década de desenvolvimento, com a FAO atuando em cinco esferas estratégicas: (a) variedades de alto rendimento; (b) eliminação do desequilíbrio proteico; (c) guerra ao desperdício; (d) mobilização dos recursos humanos; (e) aquisição e economia de divisas.

Ano de Referência	Ano de Publicação	Diretor Geral em exercício	Especiais temáticos	Diagnóstico geral
1970	1970	Addeke Hendrik Boerma (Holanda)	A agricultura no início da Segunda Década para o Desenvolvimento	Expectativa para que as variedades de cereais de alto rendimento permitam vencer, durante a década de 1970, as deficiências calóricas observadas em muitos países em desenvolvimento.
1971	1971	Addeke Hendrik Boerma (Holanda)	A contaminação das águas do mar e seus efeitos nos recursos vivos e pesca	Necessidade de que o conjunto do mundo em desenvolvimento introduza a tecnologia agrícola moderna em larga escala. Uma “verdadeira revolução verde”, com a agricultura sendo promotora, não obstáculo, ao desenvolvimento.
1972	1972	Addeke Hendrik Boerma (Holanda)	O ensino e a capacitação para o desenvolvimento; Intensificação da pesquisa agrícola nos países em desenvolvimento	Produção mundial estável, com incremento anual de 3% puxado pela produção dos países desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento, a produção não ultrapassa 2%, cifra inferior à dos últimos anos e à meta de 4% fixada para a Segunda Década do Desenvolvimento.
1973	1973	Addeke Hendrik Boerma (Holanda)	O emprego agrícola nos países em desenvolvimento	Pior situação alimentar mundial desde os anos posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial. Como consequência da seca e de outras condições meteorológicas desfavoráveis, colheitas ruins predominam em 1972. As reservas de cereais diminuíram ao menor nível dos últimos 20 anos.
1974	1975	Addeke Hendrik Boerma (Holanda)	População, oferta de alimentos e desenvolvimento agrícola	Pela segunda vez, em três anos, a produção mundial de cereais diminui. O forte déficit da produção, somado ao crescimento anual da população, torna a situação ainda mais precária. Frente a dupla escassez, de alimentos e dos meios para produzi-los, a necessidade de agir para evitar uma situação de fome generalizada.

Ano de Referência	Ano de Publicação	Diretor Geral em exercício	Especiais temáticos	Diagnóstico geral
1975	1976	Edouard Saouma (Líbano)	Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento: análise no prazo médio e avaliação	Aumento das importações alimentares dos países em desenvolvimento em ritmo mais acelerado do que o das exportações agrícolas. Os mesmos têm dificuldade para financiar as importações de alimentos e de fertilizantes. Exceto em casos isolados, poucos conseguiram. progressos concretos.
1976	1977	Edouard Saouma (Líbano)	Energia e agricultura	Confirmação de resultados positivos nas colheitas do ano anterior e atual, com queda nos preços dos fertilizantes e dos principais alimentos. Recuperação dos níveis de consumo de alimento e início de uma recomposição dos estoques de cereais. Necessidade de que a economia mundial, incluindo o setor agropecuário, se ajuste ao aumento nos preços do petróleo.
1977	1978	Edouard Saouma (Líbano)	Alguns fatores que influenciam o progresso e a alimentação nos países em desenvolvimento; O estado dos recursos naturais e o meio humano para a agricultura e a alimentação	Um ano de oportunidades perdidas, após 2 anos de boas colheitas gerando um estoque de cereais generoso, trigo em particular, especialmente em países desenvolvidos. Situação que pode estimular os países produtores de excedentes a adotarem medidas unilaterais para diminuir a produção. Oportunidade para implantar o sistema de reservas indispensável à segurança alimentar. Continuidade dos debates sobre uma série de problemas no comitê da FAO sobre Segurança Alimentar Mundial, no Conselho Mundial da Alimentação, UNCTAD, GATT e no Conselho Internacional do Trigo.
1978	1979	Edouard Saouma (Líbano)	Problemas e estratégias nas regiões em desenvolvimento	Primeira vez, em anos, que os maiores aumentos em produção são registrados nos países em desenvolvimento, embora persistam os problemas tradicionais de pobreza e fome que os afeta. Sem avanços para o estabelecimento de um sistema de reservas nacionais internacionalmente coordenado.

Ano de Referência	Ano de Publicação	Diretor Geral em exercício	Especiais temáticos	Diagnóstico geral
1979	1980	Edouard Saouma (Líbano)	A silvicultura e o desenvolvimento rural	O sistema de segurança alimentar mundial continua sendo precário e frágil. Os estoques mundiais de cereais representam cerca de 18% do consumo, proporção mínima requerida para a segurança alimentar mundial. As possibilidades futuras da agricultura no mundo em desenvolvimento não poderão efetivar-se sem que haja mudanças substanciais em termos de políticas, estruturas e instituições.
1980	1981	Edouard Saouma (Líbano)	A pesca marítima na nova era da jurisdição nacional	Situação agrícola e econômica geral do mundo "inquietante", na Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A produção mundial de alimentos aumenta marginalmente menos que no ano anterior, 1979. Baixa produção de cereais, por dois anos seguidos inferiores às necessidades de consumo, dando lugar a aumentos na demanda e nos preços de importação de cereais, principalmente os secundários, com as reservas mundiais situando-se abaixo do mínimo necessário para a segurança alimentar mundial.
1981	1982	Edouard Saouma (Líbano)	A pobreza na zona rural dos países em desenvolvimento e formas de mitigá-la	Estancamento decepcionante na cooperação internacional para o desenvolvimento alimentar, agrícola e rural. Momento para reavaliar todo o conceito de segurança alimentar, redefinindo seus componentes e estabelecendo novos critérios e formas de operá-lo.

Ano de Referência	Ano de Publicação	Diretor Geral em exercício	Especiais temáticos	Diagnóstico geral
1982	1983	Edouard Saouma (Líbano)	Produção e pecuária: perspectivas mundiais	Contexto econômico adverso freando os esforços pela assinatura de acordos multilaterais relativos ao comércio de produtos agrícolas, a segurança alimentar e a ajuda ao desenvolvimento. Efeitos diretos da recessão para a população rural, com agricultores tendo dificuldade para adquirir fertilizantes e outros insumos necessários para aumentar a produção. Pela primeira vez, em trinta anos, diminuíram tanto a produção agrícola quanto o consumo mundial de fertilizantes.
1983	1984	Edouard Saouma (Líbano)	A mulher no desenvolvimento agrícola	Indícios de recuperação econômica, com alcance, duração e efeitos incertos sobre os países em desenvolvimento. Contexto de juros altos, agravando o peso da dívida. Pouco ou nenhum progresso no que diz respeito aos esforços e medidas internacionais por liberalizar o comércio e expandir a assistência ao desenvolvimento. Novo conceito de segurança alimentar mundial, baseado na produção, no abastecimento estável e no acesso aos estoques.
1984	1985	Edouard Saouma (Líbano)	Sistemas de urbanização agricultura e alimentação; Análise mundial: a década seguinte à Conferência Mundial da Alimentação	Balanço pessimista. Reconhecimento de que o aumento da produção mundial de alimentos não garante o acesso aos alimentos disponíveis às pessoas mais necessitadas.

* Elaboração das autoras, a partir dos relatórios anuais da FAO de 1960-1984.

Conclusão

Em 1946 Josué de Castro (1908-1973) publicou *Geografia da Fome*. Coincidia temporalmente com outras reflexões do pós-guerra sobre o fenômeno, mas o ponto de partida dele era particularíssimo: “Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espantosamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis de Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi minha Sorbonne – a lama dos mangues de Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo.” (CASTRO, 2003, 112). A perspectiva de Josué de Castro o diferenciou de seus contemporâneos, não somente pela distância que há entre a experiência concreta etnográfica, ecológica e sanitária e a intelectualizada. A agenda global da fome surgiu da Segunda Guerra Mundial, principalmente vinculada às políticas de distribuição e assistência na Europa. A criação do *Combined Food Committee* (1942), do *Oxford Committee for Famine Relief* (1942) e ainda da *Cooperative for American Remittances to Europe* (1945), e da própria FAO (1945) evidenciam o entendimento da fome como um problema de distribuição, e portanto, dissipável através da coordenação internacional, isto é do aumento e administração de estoques.

Para Josué de Castro a fome tinha uma origem não acidental nem excepcional. Dizia que, até a década de 1940 o tema havia sido tabu por motivos de diferentes ordens: moral, política e econômica. Denunciava que interesses econômicos escondiam a questão do panorama moderno: “É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos — dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos — e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública.” A fome na Europa, decorrente da Segunda Guerra Mundial, “normalizou” o tema. A fome passou a ser tratada nos espaços de decisões e governança global. A FAO seria o meio pelo qual seriam veiculadas as políticas alimentárias. Mas o verdadeiro espaço de atuação do organismo acabou condicionado pelos grandes interesses

comerciais. Transformou-se em um gerenciador de métricas, pois buscou governar o ingovernável, como são os mercados de grãos e oleaginosas. É mais fácil influenciar estados através da política de incentivos e sanções do que influenciar as multinacionais alimentícias. A ideia primogênita de criar uma governança global de alimentos se viu frustrada pela “realidade” dos mercados. Em 1978, analisando o funcionamento do “regime alimentar global” Raymond F. Hopkins e Donald J. Puchala diziam que o sistema internacional de produção, distribuição e consumo de alimentos era administrado por estados, corporações e organizações internacionais. As organizações internacionais, afirmam, teriam papéis menores no regime alimentar, principalmente como arenas de coordenação de políticas entre as burocracias estatais e como agentes de modestos programas multilaterais (HOPKINS e PUCHALA, 1978, 519)

Por que incluímos Josué de Castro nessa conclusão? Porque ele, que fora presidente do Conselho Executivo da FAO entre 1952 e 1956, já salientava as diferenças de perspectivas sobre o problema da fome: como uma questão a ser resolvida dentro da lógica do mercado ou como uma questão de saúde pública e portanto da esfera do estado. É claro que ele não achava que fosse uma questão a ser resolvida dentro da lógica de mercado. O recifense foi nomeado quatro vezes para o prêmio Nobel da paz, por sua obra “Geografia da fome”, nunca para o de Economia. Recém em 1998 Amartya Kumar Sen receberia o Nobel de Economia por abordagem semelhante. Antes, em 1970, Norman Boulaug, agrônomo especializado em genética e patologia vegetal, tinha recebido o prêmio Nobel da paz pelo desenvolvimento de variedades de trigo de alto rendimento resistentes a doenças. Desenvolveu variedades específicas para o México, Paquistão e a Índia aumentando drasticamente as colheitas nesses países. É um dos grandes nomes da revolução verde. Paradigma da solução de mercado.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de et al. *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

CASARES LÓPEZ, Roman. *Alimentos, existencia y vida*. Madrid: Academia Nacional de Medicina, 1963.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Josué. A descoberta da Fome, In: ANDRADE, Manuel Correia de. [et al.]. *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

CECCON, Eliane La revolución verde tragedia en dos actos. *Ciencias*, Vol. 1, Núm. 91, julio-septiembre, 2008, pp. 21-29.

CUVI, Nicolás. *Ciencia e imperialismo en América Latina. La misión de chinchona y las estaciones agrícolas cooperativas (1940-1945)*. 2009. Tesis (Doctorat en Història de Les Ciènces), Universitat Autònoma de Barcelona, 2009.

DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

FAO. *El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación*. Roma: Colección FAO Agricultura. Edições de 1970 a 1984.

FRIEDMANN, Harriet. The Political Economy of Food: The Rise and Fall of the Postwar International Food Order. *American Journal Sociology*, Vol. 88, 1982, pp. 248-286.

FRIEDMANN, Harriet. "Commentary: Food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation". *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 43, N. 3, 2016, p. 671-692. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2016.1146254>

FRIEDMANN, Harriet e McMICHAEL, Philip. Agriculture and the State System. The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, Vol. XXIX-2, 1989.

GALIANI, Ferdinando. *Diálogos sobre el comercio del trigo (atribuidos al abade Galiani)*. Madri: Joachin Ibarra, Impresor de Cámara de S. M., 1775.

HOPKINS, Raymond F. and PUCHALA, Donald J.. Perspectives on the international relations of food. *Internatinal Organization*, 1978, pp. 518-616.

JACHERTZ, Ruth; NÜTZENADEL, Alexander. Coping with hunger? Visions of a global food system, 1930–1960. *Journal of Global History* (2011) 6, pp. 99–119 London School of Economics and Political Science 2011.

MARGULIS, Matias E. “The Regime Complex for Food Security: Implications for the Global Hunger Challenge.” *Global Governance* 19, n. 1 (2013): 53–67. <http://www.jstor.org/stable/24526240>.

MARX, Karl. *El Capital*. Crítica de la Economía Política, vol. 1. México: Fondo de Cultura Económica. 1986.

McMICHAEL, Philip. *Regimes alimentares e questões agrárias*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MORGAN, Dan. Los traficantes de granos. La historia secreta del pulpo mundial de los cereales. Cargill, Bunge, André, Continental y Louis Dreyfus. Buenos Aires: Abril, 1982.

QU DONGYU, 169º período de sesiones del Consejo. *Declaración del Sr. QU Dongyu, Director General de la FAO*, 8 de abril de 2022. <https://www.fao.org/director-general/speeches/detail/es/c/1505155/>

SAOUMA, Edouard. Preámbulo. In: El Estado mundial de la agricultura y la alimentación. FAO: 1979.

SEN, Amartya, “Propiedad y hambre”, Precedente. *Revista Jurídica*, Colombia, diciembre de 2001, disponible en: *Revista Jurídica*, Colombia, diciembre de 2001, disponible en: <https://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/precedente/article/view/1384> (fecha de acceso: 16 de mayo de 2017), doi: <https://doi.org/10.18046/prec.vo.1384>.

An abstract graphic composed of numerous thin, curved lines in shades of gray, arranged in a swirling, organic pattern that resembles a stylized letter 'S' or a wave. The lines vary in thickness and are scattered across the left and top portions of the page.

PARTE 3
DEBATES SOBRE
DESIGUALDADES

Um “debate” entre John William Cooke e Raúl Prebisch: desigualdades e desenvolvimento capitalista na Argentina de Perón a Onganía (1945-1966)

Gustavo Santos da Silva⁶⁷

Introdução

John William Cooke (1919-1968) e Raúl Prebisch (1901-1986) foram dois protagonistas da história política e do pensamento crítico na Argentina do século XX. O primeiro foi artífice do Peronismo Revolucionário, secretário pessoal de Perón após o golpe de Estado de 1955 e esteve presente nos primeiros capítulos da Revolução Cubana após a tomada do poder pelos rebeldes de Sierra Maestra. Seu marxismo heteróclito foi uma das bases para o surgimento dos principais agrupamentos insurgentes na Argentina nos anos 1960 e 1970. Enquanto Cooke foi, em algum momento, marginalizado pela história, Raúl Prebisch, por outro lado, foi o mais notório e um dos mais inovadores economistas latino-americanos do século XX, embora, sua origem elitista e seus serviços prestados a governos oriundos de rupturas institucionais tenham induzido a força política majoritária do país (Peronismo) a identificá-lo como um planejador dos projetos econômicos das oligarquias.

67. Doutorando pelo PPGH-UFF; Bolsista do CNPq; Coordenador do Grupo de Pesquisas e Estudos Nacionais e Estratégicos Moniz Bandeira; Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão Cinema e Memória na América Latina (IACS-UFF). Email: gustavosantos1@msn.com.

No presente texto são abordadas as críticas de Cooke às postulações desenvolvimentistas de Prebisch e seus diagnósticos e receituários sobre os problemas econômicos da Argentina após a instauração da ditadura da *Revolución Libertadora* (1955-1958), na qual Prebisch atuou como assessor especial do governo de fato. Buscaremos complexificar a batalha das ideias entre a posição oficialista e a insurgente (examinando ambas as *práxis*) desde os marcos da dialética do desenvolvimento capitalista e as desigualdades sociais e econômicas geradas na Argentina pelo modelo de acumulação e de inserção econômica e geopolítica global do país.

O termo “debate” usamos entre aspas, por nunca ter ocorrido uma correspondência direta entre esses dois agentes centrais da conjuntura histórica argentina abordada.

Nota metodológica

Analisaremos as trajetórias de John William Cooke e Raúl Prebisch desde dois pressupostos advindos da filosofia da história: a fenomenologia do espírito (*phänomenologie des geistes*) e a ciência da lógica de Hegel, da qual nos apossamos do conceito de *aufhebung* (suprassunção) para pensar a questão da multilinearidade contraditória em suas formações políticas e intelectuais. Também nos nutrimos de contribuições do movimento latino-americano da história das ideias, principalmente a partir de Leopoldo Zea, de onde tomamos a relação sujeito e circunstâncias, tema caro também ao materialismo histórico, para coordenar dialeticamente ser, ideias e sociedade.

Hegel, como em toda sua obra, parte da premissa que cada coisa é o mesmo que seu inverso, que existem dualidades e contradições no cerne de cada esfera do real, ou seja, que o concreto somente é apreendido na unidade e interação entre os contrários. Para isso, tomou para si o termo *aufhebung* que, tal como diversas palavras no idioma alemão, possui significados múltiplos e adversos entre si. A expressão pode ser utilizada cotidianamente tanto como sinônimo de negação/supressão, conservação ou superação/elevação. Todavia, Hegel transformou-a em conceito, utilizando *aufhebung* como expressão

de um movimento que simultaneamente abarca negação, conservação e superação/elevação⁶⁸.

Imaginado em altíssimo nível de abstração, tal conceito é fundamental para pensarmos as formações intelectuais e as trajetórias políticas de Cooke e de Prebisch como multilíneas, ao longo das quais passam de determinadas posições e propostas a outras, negando e conservando a fase anterior, gerando novas contradições no interior de seus pensamentos e em suas *práxis*⁶⁹. Compreendemos as biografias, portanto, como expressão de totalidade (indivíduo com as circunstâncias/universal no particular), em que não se pode captar plenamente uma determinada fase de um sujeito sem tomar momentos que foram ultrapassados e considerar determinadas permanências que atuam de formas distintas de acordo com a situação, questão que pode ser traduzida simplesmente como processo orgânico passado e presente⁷⁰, quer dizer, como a própria dinâmica dialética da História.

Recuperamos ainda no movimento latino-americano de história das ideias a relação indivíduo e circunstâncias. Inicialmente como plano de desenvolvimento teórico, essa corrente foi ancorada em uma parte da obra do filósofo espanhol Ortega y Gasset conhecida como “circunstancialismo histórico” (eu sou eu e minhas circunstâncias), concepção que foi muito importante no início do século XX, pois visava superar elaborações que

68. Ver: HEGEL, Georg Wilhelm. *Fenomenologia do Espírito*, Petrópolis: Vozes: 2014, pp.142-170.

69. Compreendemos *práxis* no sentido da atividade objetiva, real e material do homem realizada socialmente, ou seja, da transformação do ponto de vista espontâneo e instintivo que passa a ser permeada por razões teóricas, como superação de uma ação e consciência meramente empírica e voluntarista. Quer dizer, a transformação de uma consciência ordinária/ingênua (espontânea/prática/empírica) elevada a uma consciência reflexiva, da ação permeada de teoria e dotada do espírito (consciência coletiva) das condições históricas objetivas. Ver: VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofía de la praxis*. México, D.F: Juan Grijalbo, 1967, p.16; pp.41-47.

70. “Pasado y presente. Cómo el presente es una crítica del pasado, además de [porque es] su ‘superación’. ¿Pero hay por ello que hacer a un lado el pasado? Lo que hay que descartar es lo que el presente ha criticado ‘intrínsecamente’ y aquella parte de nosotros mismos que a ello corresponde. ¿Qué significa esto? Que nosotros debemos tener conciencia exacta de esta crítica real y darle una expresión no sólo teórica, sino política. O sea que debemos estar más apegados al presente, que nosotros mismos hemos contribuido a crear, teniendo conciencia del pasado y de su continuarse (y revivir).”. GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*, Tomo I. *Cuadernos 1* (XVI) 1929-1930) y 2 (XXIV) 1929-1933. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1999, p.193.

delegavam uma certa autonomia do estudo das ideias em relação às biografias e às situações históricas como um todo (economia, sociedade, cultura, política)⁷¹. No entanto, logo os integrantes do movimento se aproximaram de uma proposta metodológica mais profundamente dialética e concretamente materialista expostas nas teses III⁷² e VI⁷³ de Marx contra Feuerbach (eu sou eu com as minhas circunstâncias), que considera que o indivíduo é produto e produtor simultaneamente de suas condições, teoria que para nós é fundamental para afastar o muito influente “contextualismo histórico-geográfico” da história das ideias. Expresso pelo pós-estruturalismo foucaultiano, o “contextualismo” condena o sujeito ao contexto em que se insere: “o marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n'água: o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar”⁷⁴. Ou seja, se um pensador escreve em um contexto de ideias supremacistas raciais só pode ser um supremacista racial.

Como procedimento metodológico, encaminhamos o debate “indireto” entre os dois pensadores no seguinte percurso: 1) a comparação entre as trajetórias formativas dos personagens estudados; 2) a relação paradoxal entre as postulações teóricas e políticas de Cooke e de Prebisch (onde em alguns momentos se revelam inúmeras proximidades, ao mesmo tempo

71. ZEA, Leopoldo, *El positivismo en México. Nacimiento, apogeo y decadencia*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1975, pp.20-21.

72. “A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen). A coincidência de mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionante.”: MARX, Karl, *Teses contra Feuerbach*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas, tomo III*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963, p.208.

73. “Feuerbach resolve a essência religiosa na essência humana. Mas, a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais. Feuerbach, que não entra na crítica desta essência real, é, por isso, obrigado: 1. a abstrair do processo histórico e fixar o sentimento [Gemüt] religioso por si e a pressupor um indivíduo abstratamente - isoladamente - humano; 2. nele, por isso, a essência humana só pode ser tomada como ‘espécie’, como generalidade interior, muda, que liga apenas naturalmente os muitos indivíduos.”: Idem, p.209.

74. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.277.

que se busca negar a posição rival, ou seja, do movimento da *verneinung*/denegação⁷⁵); 3) por fim, apresentamos alguns aspectos nas obras dos autores que anteciparam soluções renovadoras para a superação das desigualdades sociais e para a compreensão de suas causas; soluções que somente ganhariam terreno e desenvolvimento teórico posteriormente ao desaparecimento físico de ambos, como uma aproximação dos últimos escritos de Cooke com o que viria a posteriormente ser conhecido como teoria marxista da dependência e de Prebisch com o chamado socialismo de mercado.

O tema das desigualdades se apresenta de dois modos ao longo do texto: 1) na exposição estrutural sobre a realidade nacional e regional em que emergem os dois personagens, o que envolve necessariamente a inserção desigual da Argentina no sistema-mundo através da forma histórica dependente; 2) e na exposição dos modos díspares através dos quais esses sujeitos interagem, modificam e se fazem dentro da mesma quadra histórica de maneira antagônica um ao outro, ainda que ambos sejam influentes e influenciados pela mesma circunstância (formação econômico-social argentina); por meio da investigação da concretude histórica se revelam algumas afinidades na oposição.

1 – Paralelo biográfico e as circunstâncias das ideias de Cooke e Prebisch

1.1 – Do liberalismo às novas ideias. Mudança histórica conjuntural e formação de uma nova geração de pensamento

Um tecnocrata e um revolucionário, afiliações políticas antitéticas dentro de um mesmo quadro histórico nacional. Um caminho subterrâneo, outro uma via de posição: seriam possíveis as convergências (ainda que não diretas) no movimento das relações concretas? Cooke e Prebisch se distanciam em

75. Assim como Jean Hyppolite, aproximamos Freud de Hegel ao tomar o conceito de *Verneinung* (denegação) como um momento necessário da *Aufhebung*. A denegação para Freud consiste em dizer o que “não é”, para afirmar que é exatamente o que nega. Desse modo, a *Verneinung* de Freud poderia ser “traduzida” ainda como o fenômeno psicológico do recalçamento “eis o que não sou”. Ver: HYPPOLITE, Jean. Comentário falado sobre a *Verneinung* de Freud. In: HYPPOLITE, Jean. *Ensaio de Psicanálise e Filosofia*. Rio de Janeiro: Tauros-Timbre, 1989, pp.47-58.

suas biografias e em suas *práxis* e se aproximam, como veremos, em algumas contribuições e marcas na história. Sobretudo, no que se refere às explicações para as desigualdades sociais e a situação econômica da Argentina, partem de premissas latino-americanas e da rejeição da adoção mecânica de receituários formulados para outras realidades.

Esses dois sujeitos encontram traços comuns em suas formações intelectuais e políticas em meio a uma circunstância próxima. Raúl Prebisch, nascido em 1901, e John William Cooke, em 1919, constroem seu caráter na frenética mudança da dinâmica global representada pela passagem da hegemonia britânica para os Estados Unidos, em disputa com a Alemanha, entre duas guerras inter-imperialistas fundadas numa larga crise estrutural do capital. Nesse novo tabuleiro geopolítico global, os países latino-americanos passam por diversos meneios de rearranjos socioeconômicos, ingressando como economias orientadas para fora (agroexportadoras) e saindo com um considerável grau de industrialização e consolidação do mercado interno (ao menos Argentina, Brasil e México).

Raúl Federico Prebisch Linares (1901-1986) nasceu em Tucumán, província de economia açucareira e uma das mais pobres do país. Foi proveniente materno de duas famílias da oligarquia Argentina. Sua mãe se chamava Rosa Linares Uriburu: o primeiro sobrenome Linares remetia à aristocracia colonial que se finca nos tempos de Pizarro, ao passo que Uriburu é uma denominação notória na história das classes dominantes e elites políticas da Argentina, encontrada em nomes como José Evaristo Uriburu (vice-presidente e depois presidente do país entre 1885-1888) e Francisco Uriburu (Ministro da Fazenda da província de Buenos Aires e um dos principais banqueiros da capital). Outrossim, o personagem mais famoso a carregar esse nome foi o ditador José Félix Uriburu (1930-1932), oriundo da Escola Superior de Guerra e que após a derrubada do presidente nacionalista Hipólito Yrigoyen almejou implementar um regime semelhante ao de Mussolini.

De todo modo, Raúl optou por adotar como alcunha pública o sobrenome paterno, herdado de Albin Prebisch, um médio comerciante oriundo de Dresden (Alemanha), possivelmente para se desvincular de acusações que seus cargos ocupados seriam simplesmente decorrentes de apadrinhamentos

e redes familiares. Aos 29 anos, Raúl se tornara subsecretário de governo do seu tio Uriburu, a quem Prebisch considerava “*um homem bem-intencionado, facilmente enganado e manipulado por integrantes espertos, e considerado injustamente como ditador*”⁷⁶. Prebisch se formou em Contadoria Pública pela Universidad de Buenos Aires, passando a compor a elite tecnocrata do país. Seus irmãos também tiveram carreiras de destaque: Julio Prebisch se tornou reitor da Universidad Nacional de Tucumán e Alberto Prebisch foi o mais renomado arquiteto argentino da primeira metade do século XX, construtor do Obelisco do Centro de Buenos Aires.

John William Cooke (1919-1968) advinha de uma família paterna de origens irlandesas que ocupava uma posição média na cidade de La Plata (capital bonaerense). Seu pai, Juan Isaac Cooke (1895-1957), foi dirigente da *Unión Cívica Radical* (UCR), partido reformista representativo de setores médios, que entre as décadas de 1910-1930 ficou demarcada por duas linhas internas: uma nacionalista e com acirradas contradições com o imperialismo estadunidense, principalmente no setor do petróleo, chefiado pelo presidente Hipólito Yrigoyen (1916-1922; 1928-1930); e um setor mais liberal conhecido como antipersonalista ou anti-yrigoyenista, do qual boa parte se integraria na política da Concordância⁷⁷ inaugurada com o golpe de Estado de 1930.

Contudo, ao contrário de diversas notas biográficas sobre Cooke escritas pela militância peronista, ao exemplo de uma redigida por sua própria companheira Alicia Eguren⁷⁸, os Cooke não se filiavam à vertente yrigoyenista, mas faziam parte do bando antipersonalista. Entretanto, ao contrário da absoluta maioria dos antipersonalistas que se manteria na UCR, compondo

76. PREBISCH, Raul *apud* DOSMAN, Edgar. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p.99.

77. A chamada Concordância foi uma aliança partidária entre setores da UCR junto ao Partido Socialista Independente e do Partido Demócrata Nacional que conduziram o general Agustín Pedro Justo como presidente do país (1932-1938) como continuidade da ditadura implantada em 1930 inaugurado um período de fraude sistemática que duraria até o golpe de 1943. É importante salientar que perante a crise institucional que assolava o país os radicais antipersonalistas se cindiram em dois grupos, um liderado pelo ex-presidente Marcelo Torcuato Alvear, opositor ao sistema fraudulento, ainda que tivesse apoiado a deposição de Yrigoyen (seu rival partidário) e outra facção que faziam parte da Concordância.

78. FONDO EGUREN-COOKE, BIBLIOTECA NACIONAL MARIANO MORENO, Caixa 5, pasta 2.

a chamada *Unión Democrática*⁷⁹ e estando na linha de frente da oposição parlamentar a Perón, Juan Isaac Cooke aderiria ao Peronismo antes mesmo de ele nascer. Simpatizando com as reformas promovidas por Perón na Secretária de Trabalho e Previsão do governo Edelmiro Farrell, Isaac Cooke assumiu nada menos que o cargo de Ministro das Relações Exteriores (1944-1946) e, após a vitória eleitoral de Perón em 1946, se tornou Embaixador da Argentina no Brasil (1947-1954). Com essa herança, John William Cooke se elegeu como o deputado nacional mais jovem do país aos 26 anos pela *UCR-Junta Renovadora*, facção radical que se aglutinaria com o *Partido Laborista* e o *Partido Independiente* na formação do *Partido Peronista* em 1946 (atual *Partido Justicialista*).

Ainda que pareça enfadonha a forma de exposição a partir da síntese genealógica familiar, sem essas informações não é possível compreender a precocidade com que os dois personagens se inserem como protagonistas da vida política argentina. Ambos herdaram e desenvolvem uma dinâmica familiar-pública preexistente. Com inúmeras diferenças, os dois personagens partiam de determinadas circunstâncias comuns: um liberalismo juvenil, preeminente no pensamento intelectual da época (mesmo entre os socialistas), uma educação orientada para ingressar na elite dirigente do país e vínculos familiares que explicam o desponte público precoce, sem com isso menosprezar seus talentos pessoais.

Enquanto as biografias escritas sobre Cooke quase nada se referem à sua juventude anterior ao Peronismo, dando pouca importância à sua formação política e cultural⁸⁰, é justamente pelas mãos dos peronistas e outros setores nacionalistas e da esquerda que Prebisch, por outro lado, ficaria marcado por determinadas ações realizadas, anteriores a sua consagração na CEPAL. De fato, Prebisch precocemente já figurava nos primeiros escalões do Estado

79. A *Unión Democrática* foi uma frente eleitoral composta pela *Unión Cívica Radical* (exceto a *Junta Renovadora*), pelo *Partido Socialista*, pelo *Partido Comunista* e pelo *Partido Demócrata Progressista* atuante entre 1945-1946, e contando com apoio explícito da embaixada dos EUA, tinha como objetivo derrotar Juan Domingo Perón nas eleições de 1946. A chapa foi capitaneada por José Tamborini (presidente) e Enrique Mosca (vice-presidente), ambos da *Unión Cívica Radical*, obtendo 44 % dos votos.

80. Ver por exemplo as conhecidas biografias: GALASSO, Norberto. *Cooke: de Perón al Che*. Rosário: Homo Sapiens, 1997 e GOLDAR, Ernesto. *John William Cooke y el peronismo revolucionario*. Buenos Aires: Editores de América Latina, 2004.

Argentino e políticas fundamentais que marcaram os anos 1930 e parte dos anos 1940 (conhecidos como a Década Infame⁸¹) passaram por sua consulta e elaboração.

Entretanto, os desdobramentos econômicos da Década Infame levaram Prebisch a repensar a crença no liberalismo econômico e a teoria das vantagens comparativas, abalando suas convicções ortodoxas. O conhecido Pacto Roca-Runciman⁸² explicitou a dependência da exportação de primários e a queda vertiginosa do preço dos agrícolas em tempos de crise, desequilibrando a estrutura da balança de pagamentos, e deixou exposto que o setor pecuário argentino era nada mais que uma extensão da economia britânica e que sem esse mercado as exportações praticamente desapareciam. Até mesmo Yrigoyen tinha consciência da situação e, pouco antes de sofrer o golpe de setembro de 1930, havia preparado um acordo semelhante ao Roca-Runciman: o Tratado d'Abernon-Oynaharte (1929)⁸³. Posteriormente, Prebisch voltaria de Londres defendendo uma tímida política de substituição de importações

81. O termo Década Infame é uma forma designada pelos nacionalistas argentinos, principalmente peronistas ao período de 1930-1943. Cunhado pelo jornalista e historiador nacionalista José Luís Torre, o termo busca sintetizar um momento histórico da argentina fundamentado pela fraude eleitoral sistemática, desnacionalização dos setores estratégicos da economia, submissão aos capitais ingleses e estadunidenses e Estado hegemônico pelas oligarquias latifundiárias.

82. Assinado em 1º de maio de 1933 entre o vice-presidente Julio Argentino Roca e Walter Runciman, encarregado de negócios da coroa britânica. Roca-Runciman foi uma saída encontrada pelos latifundiários argentinos perante a drástica perda de mercado externo após a Conferência de Ottawa (1932), no contexto da crise estrutural capitalista eclodida em 1929, onde o Império Britânico passava a dar preferência à importação de mercadorias primárias das suas colônias e ex-colônias, restringindo a importação de países terceiros e rejeitando o livre comércio vigente até então. Com o Pacto Roca-Runciman o Reino Unido suspendeu as restrições às importações da carne bovina refrigerada argentina, por outro lado, o governo argentino cedeu 85% das licenças de importações de sua produção pecuária ao governo britânico, prejudicando vários frigoríficos de capital argentino que eram exportadores e consolidando um *trust* inglês sobre o principal setor de exportação do mercado argentino. Além disso, o governo argentino ficava comprometido em não impor novos impostos às mercadorias britânicas, nem aumentar as já existentes, assim como ficavam abolidas as tarifas sobre mercadorias primordiais a sua incipiente indústria, como o carvão. Roca-Runciman simbolizou a consolidação da hegemonia dos setores agrários no Estado após 1930, acentuando o intercâmbio desigual característico das relações de troca entre Argentina e Grã-Bretanha, que durou até o final da II Guerra Mundial.

83. Ver o estudo: LÓPEZ, Mario Justo. *El acuerdo d'Abernon-Oynaharte y la política ferroviária en la segunda presidencia de Yrigoyen (1928-1930)*. Caseros: Asociación Argentina de História Económica/Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2008.

para diminuir as necessidades do mercado interno através de mecanismos de limitação de importações, como câmbios diversos combinados com um programa de investimento de obras públicas⁸⁴.

Décadas depois, revisitando as fases de sua trajetória teórica, Prebisch identificaria que suas concepções ortodoxas dos anos 1930 eram decorrentes das inúmeras ocupações de Estado que o impossibilitaram de se dedicar à pesquisa, ao mesmo tempo em que já criticava a tendência de desequilíbrio na balança de pagamentos e a necessidade de uma política industrial. Sobre isso, diria “*en mi calidad de joven economista, fui un neoclásico y luché contra la protección. Pero durante la depresión mundial me convertí al proteccionismo, arrojando por la borda una parte considerable de mis creencias anteriores*”⁸⁵. Continuava sendo um neoclássico (*behauptung*/afirmação), mas assumiria posturas que o aproximariam de Keynes (*verneinung*/denegação⁸⁶).

1.2 – Desfecho conjuntural (1943-1951): nova situação histórica e suas rupturas

Com o golpe de Estado de 1943, liderado pelo *Grupo de Oficiales Unidos* (G.O.U), a Década Infame chega ao fim, o que significou o último momento de uma expressão do Estado Argentino fundado sobre a exportação de primários, mas que, pelo acirramento das contradições conjunturais, foi obrigado, já em 1935, a iniciar uma política de substituições de exportações. Intensificada com o Plano Pinedo (1940)⁸⁷, esta política de industrialização

84. DOSMAN, Edgar. Op. Cit, 2011, p.119.

85. PREBISCH, Raúl. Cincos etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. In: PARRA, Gastón (et.all). *Raúl Prebisch. Pensamiento renovador*. Caracas: Banco Central de Venezuela, 2006, p.117.

86. A adesão em parte das ideias de Keynes e outros economistas críticos à economia política neoclássica por Prebisch, nesse momento não se conformaria ainda numa superação (*aufheben*) do próprio neoclássicismo, mas num momento de convivência entre as duas proposições, quer dizer, negação da negação (*verneinung*).

87. “O plano visava combater a prática do *dumping* promovido pelas economias centrais no mercado interno argentino, afetando a indústria incipiente local. Além disso o plano visava fornecer créditos do Estado à indústria e renovar a legislação tarifária, atendendo uma demanda da União Industrial Argentina (UIA) que ainda reivindicava a revisão das leis 11.729 e 11.317 que proibia o trabalho de menores, dessa forma visando incorporar crianças e adolescentes ao trabalho fabril. Como parte do pacto de aliança entre latifúndio e indústria o plano ainda garantia compra pelo Estado dos excedentes agrícolas que não encontravam saída.”. SILVA, Gustavo Santos da. Op.Cit, 2021, p.62.

incipiente vinha remodelando a paisagem da população e o arranjo espacial das classes sociais, notabilizada principalmente pela passagem da superpopulação relativa flutuante para sua forma latente, com a migração massiva do interior do país para a Grande Buenos Aires, Rosário e Córdoba, fomentando consequentemente o surgimento de inúmeras *villas miserias* (favelas) como expressão de um desenvolvimento não planejado.

Entre os posicionamentos sobre a política de industrialização, destacavam-se: 1) aqueles que entendiam a questão como meramente conjuntural perante a crise, posição que seria superada junto com a fórmula da Década Infame; 2) o de intelectuais radicalizados e marginalizados no ambiente dos anos 1930, como o grupo F.O.R.J.A, cujas ideias ganhariam projeção somente após a ascensão de Perón à chefia do Estado (nacionalização dos setores estratégicos, das infraestruturas e do Banco Central); 3) a posição capitaneada pelos militares, que se colocou na dianteira do debate e da luta pela industrialização no início dos anos 1940. Nessa conjuntura, o ano de 1943 define um processo que possibilitará o surgimento do Peronismo no interior das contradições do novo regime inaugurado; aqui, tanto Cooke quanto Prebisch modificam suas perspectivas sobre o país, ainda que recebendo a nova situação política de modos inversos e se posicionando no interior dela também de formas opostas.

Durante sua formação em Direito na Universidad de La Plata, Cooke militou na organização juvenil *Unión Universitaria Intransigente*⁸⁸ vinculada a *UCR-Antipersonalista*. Sem embargo, se atrairia pelo pensamento da F.O.R.J.A; justamente na Universidad de La Plata estava um dos seus principais núcleos de atuação, através da *Organización Universitaria Forjista* (O.U.F)⁸⁹, que desempenhava uma ação calcada em um duplo enfoque – nacional e latino-americano – que será fundamental no desenvolvimento do pensamento

88. Apesar do nome essa organização juvenil é anterior ao Movimiento Intransigencia y Renovación (1945-1957) liderado por Arturo Frondizi, Ricardo Balbín e outros e que daria origem a facção da UCR nomeada como Intransigente (UCRI) e que elegeu Frondizi para presidente da República em 1958 e também deu origem a UCR del Pueblo (UCRP) liderada por Balbín, facção partidária que elegeu em 1963 como presidente do país Arturo Illia. Tanto Frondizi, quanto Illia foram derrubados por golpes de Estado (1962 e 1966).

89. Ver: GIMÉNEZ, Sebastián. *FORJA revisitada: La Fuerza Orientadora Radical de la Joven Argentina y su programa político e intelectual (1935-1945)*. Sociohistórico, n°31, 2013.

de Cooke, tendo como inspiração fundamental os ideais da Reforma Universitária de 1918 e as reflexões de Manuel Ugarte e Haya de La Torre⁹⁰.

Entre os acontecimentos de ruptura institucional no ano de 1943, Cooke sofre uma dupla modificação e atração. Por um lado, conhece nesse ano dois personagens que posteriormente seriam fundamentais na conformação da corrente revolucionária do Peronismo: César Marcos⁹¹ e Raúl Lagomarsino⁹², que o apresentam tanto ao nacionalismo e ao revisionismo histórico⁹³, presentes nas concepções do grupo F.O.R.J.A, quanto ao marxismo. Três correntes de pensamento que consideramos que se constituíram como as

90. HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. *La formación de la consciencia nacional (1930-1960)*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1973.

91. “César Marcos (1907-1987), intelectual autodidata, de origem humilde (trabalhou como fruteiro no Mercado Dorrego na infância e adolescência) não teve qualquer educação formal, porém teria se dedicado aos estudos de literatura, cinema e história (e também o marxismo por própria iniciativa), e acabaria se tornando um importante crítico cinematográfico e assumiria a secretaria do Instituto Cinematográfico del Estado após o golpe de 1943, ainda estaria com Cooke mais tardiamente na elaboração da revista *De Frente* (1954-1955) e como exímio organizador político de fábricas e bairros após o golpe de 1955, rompendo relações com Cooke após o pacto com Frondizi em 1958. Segundo biógrafos, César Marcos foi o primeiro tutor político das leituras nacionalistas, revisionistas e marxistas em Cooke”, SILVA (Op.Cit), p.76; ver ainda: <http://www.robortobaschetti.com/biografia/m/52.html> ; acesso em: 24 jul. 2020 e a Revista *Primera Plana*, 14 de setembro de 1965.

92. “Raul Lagomarsino também teria sido outro personagem que Cooke conheceu por volta de 1943 e que foi amigo de infância de César Marcos e leitor dos escritos políticos da F.O.R.J.A. Porém temos poucos dados biográficos no período anterior a 1945 sobre Lagomarsino. Sabe-se que foi fabricante de chapéus, e em 1955 também faria parte do Comando Superior Peronista com Cooke e César Marcos.” SILVA (Op.Cit), ver ainda: <http://www.robortobaschetti.com/biografia/l/11.html> Acesso em: 24 jul. 2020.

93. O revisionismo histórico argentino é uma corrente historiográfica com diversas ramificações de direita e de esquerda, oriunda do final do século XIX no trabalho de historiadores como Adolfo Saldías (1849-1914) e Ernesto Quesada (1858-1934) que se rebelaram contra a visão historiográfica oficial e liberal instituída desde o estabelecimento da hegemonia de Buenos Aires sob as demais províncias após a Batalha de Pavón (1861), no qual os referentes máximos eram as leituras históricas dos vencedores foram Bartolomé Mitre e Vicente López. O revisionismo passou a uma reabilitação do caudilhismo federal, a valorização dos costumes *gauchos* e um rechaço ao cosmopolitismo, tendo dois auge de produção: entre os anos 1930-1940 através do nacionalismo do grupo *Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina* (F.O.R.J.A) e durante os anos 1950-1970 numa vertente de esquerda e flertada ao marxismo como em autores como Abelardo Ramos, Eduardo Astesano, León Pomer, Fermín Chávez, Norberto Galasso, entre outros. Ver: JAURETCHE, Arturo. *Problema nacional y revisionismo histórico*. Buenos Aires: Corregidor, 2006; DONGHI, Túlio Halperin. *El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

fontes e partes constitutivas das ideias de Cooke⁹⁴ e que vão acompanhá-lo até o fim de sua vida. Cada uma se sobressai em relação à outra de acordo com o momento e o tema candente, mas nenhuma delas jamais desaparece de suas concepções. Por outro lado, Cooke se entusiasma pela *Revolución del 43*, por ele entendida como superação do sistema de fraude sistemática da Década Infame, e se aproxima do historiador Juan María Rosa (1906-1991), um dos principais expoentes do revisionismo histórico argentino (em sua vertente nacionalista católica) que também lecionava em La Plata. Rosa foi um dos fundadores do *Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas* em 1938, do qual Cooke chegaria a ser vice-presidente em 1954⁹⁵.

Inversamente ao caminho de Cooke, Prebisch não recebeu e nem foi recebido com simpatia pelos militares do G.O.U. Em 1943, dirigia o Banco Central, instituição que era gerida de forma autônoma e que era vista pelos novos tutores do Estado como demasiadamente próxima à Embaixada dos EUA. Após o presidente Farrell ter rejeitado o nome de Prebisch como presidente da instituição, o Departamento de Estado norte-americano estimulou a Universidade de Harvard a cooptá-lo através de bolsas das Fundações Rockefeller e Guggenheim, convite que não aceitou, alimentado por esperanças de ainda ser útil no seu país⁹⁶.

Outrossim, tal como Cooke, Prebisch começava a ter, no ano 1943, um direcionamento a uma elevação (*aufheben*) epistemológica. No livro “*La moneda y el ritmo de actividad económica*” (1943) sinalizava o começo de um fraturamento que já dava seus primeiros sinais após a humilhação do Roca-Runciman. O desligamento dos postos de Estado possibilitou que Prebisch mergulhasse numa revisão de seu pensamento acerca das teorias ortodoxas e do papel do Estado como condutor da política de desenvolvimento econômico. Nesse mesmo movimento, Prebisch buscou entender por que as políticas econômicas desenvolvidas no “centro” não eram aplicáveis na “periferia”. Em “*La moneda y el ritmo de actividad económica*”, texto inaugural

94. Ver: SILVA, Gustavo Santos da. As três fontes e as três partes constitutivas do pensamento de John William Cooke: Peronismo, Marxismo e Revisionismo Histórico Argentino. In: *Anais do 3º Encontro Internacional História & Parceria*, Rio de Janeiro: Anpuh, 2021.

95. FONDO EGUREN-COOKE, BIBLIOTECA NACIONAL MARIANO MORENO, Caixa 1, Pasta 1.

96. DOSMAN, Edgar. Op. Cit (2011), p.188; pp.205-206; pp.235-236

dessa nova fase, Prebisch identificou cinco pontos para uma nova política econômica para o país, direcionada a uma espécie de liberalismo mesclada com a programação estatal (parceria público-privado), conforme sintetiza Dosman:

- 1) Definição de três metas básicas de políticas públicas que indicavam o abandono do livre-comércio rumo a uma iniciativa keynesiana: *“ciclo de auge e recessão por meio do controle de alta e baixas violentas nos preços agrícolas e de centros de impactos de comércio externo sobre a economia; fortalecer o desenvolvimento e manter pleno emprego; estimular o crescimento econômico no ritmo mais rápido possível”*⁹⁷.
- 2) Assunção de que houve um declínio do intercâmbio dos termos de troca desde 1930: economia condicionada aos ciclos da economia mundial, sem capacidade industrial.
- 3) Visualização dos limites do papel do Estado na promoção da industrialização em contradição com as propostas de setores do G.O.U que Perón representava, defendendo a não repressão das forças produtivas e a manutenção da gestão da economia por agentes privados, cabendo ao Estado incentivar o lucro e o empreendimento.
- 4) Incentivo ao comércio internacional multilateral e a um sólido sistema de crédito: superar o *“comprar de quem compra de nós”*, importar mercadorias essenciais, bem duráveis e bens de capital para permitir exportações e investimentos estrangeiros permanentes, ou seja, qualificar as importações.
- 5) Estímulo aos setores industriais viáveis e competitivos: política social em nível da elevação da produtividade, para evitar *déficits* e controlar a inflação.

Prebisch lançava-se a proposições ecléticas, começava a direcionar sua crítica à falência da teoria das vantagens comparativas, do mesmo modo que reforçava sua crença em mecanismos internacionais forjados desde a nova potência hegemônica, como os germinais Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). Lamentava a desassistência da Argentina na Conferência de Bretton Woods, ainda sob o governo do general Farrell

97. DOSMAN, Edgar, Op. Cit (2011), p.211.

(único país da América Latina que sequer foi convidado), mantendo firme sua posição sobre a necessidade de um Banco Central independente e enfatizando mais do que nunca a importância de investimentos estrangeiros para superar o atraso técnico. Igualmente, postulava um multilateralismo regional, almejando a especialização produtiva voltada para a indústria, e elogiava a iniciativa nacionalista do governo revolucionário de Arévalo na Guatemala⁹⁸.

A nova fase do pensamento de Prebisch se situava numa circunstância marcada pela dependência latino-americana condicionada à hegemonia estadunidense, em que já não se podia mais associar a presença de capital estrangeiro com a manutenção de uma economia exclusivamente voltada ao setor primário. O imperialismo entrava num ponto mais elevado: até então considerada o principal traço que definia o desenvolvimento dessa forma histórica do modo de produção capitalista, a exportação de capitais se banaliza quando a nova potência hegemônica passa a tutelar as demais potências ocidentais através de um pacto de cooperação antagônica⁹⁹. Para um pequeno grupo de países da América Latina – Argentina, Brasil e México e, mais timidamente, Chile, Uruguai e Colômbia –, este pacto significou a transferência de parte do capital obsoleto norte-americano para os parques industriais relativamente desenvolvidos durante a crise de 1929-1945, reconfigurando a divisão internacional/regional do trabalho. Apesar da relativa obsolescência perante a fulminante renovação das forças produtivas e da tecnologia, principalmente pela substituição de matérias-primas naturais

98. Idem, pp.228-238.

99. O conceito de Cooperação Antagônica foi elaborado pelo marxista alemão August Thalheimer (1884- 1948), um dos fundadores do Partido Comunista da Alemanha (KPD). Categoria que influenciou diretamente Ruy Mauro Marini na formulação do conceito de Intercâmbio Desigual. Através desse conceito Thalheimer almejou expressar o fenômeno no qual as potências imperialistas pós II Guerra se fundiram no campo da política externa sob a hegemonia estadunidense, ainda que mantendo contradições no interior do bloco ocidental, decorrente de seus interesses domésticos imperialistas. Entretanto nessa contradição de associação entre as potências que saíram prejudicadas economicamente pela II Guerra (França, Grã-Bretanha) ou derrotadas militarmente (Alemanha e Japão) e os EUA hegemônico no mundo capitalista, se conformou uma cooperação antagônica que impede a realização de novas guerras de tipo inraimperialistas. THALHEIMER, August. *Linhas e Conceitos Básicos da Política Internacional Após II Guerra*. (1946), disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Linhas-e-conceitos-basicos-da-politica-intern.-apos-a-II-guerra.pdf>

por sintéticas, esse capital era vantajoso para os países latino-americanos em esforço de industrialização.

Após a eleição de Perón em fevereiro de 1946, com possibilidades de trabalho restritas, Prebisch aproveitou a oportunidade para tirar um período sabático de dois anos voltados para a pesquisa e o estudo (financiado pelo mecenas Enrique Frankel), temporada que seria fundamental para amadurecer as ideias que estariam na concepção original da CEPAL. Nesse período, também realizou inúmeras viagens e conferências pela América Latina. Ao contrário do que esperava, Prebisch não encontraria trabalho no FMI, por oposição do Tesouro dos EUA, que o rechaçava pelo pretérito Pacto Roca-Runciman, que havia prejudicado o nível de exportação pecuária dos EUA, quando o setor ainda ocupava grande peso na balança comercial do país norte-americano¹⁰⁰.

É paradoxal que Cooke e Prebisch tenham passado a defender posturas de multilateralismos restritos (alianças regionais), de modalidades diferentes, mas que se aproximavam. Desde 1947, o Peronismo sustentava como um de seus princípios políticos a Terceira Posição no plano internacional, uma postura germinal dos fundamentos que quase uma década depois estariam na Conferência de Bandung (1955)¹⁰¹, reunião na qual Prebisch estaria presente e da qual foi, de certa forma, entusiasta. Pelo menos desde meados dos anos 1940, Prebisch também advogava a favor de uma união latino-americana, defendendo a proteção de setores industriais/tecnológicos que dariam

100. DOSMAN, Edgar. Op. Cit (2011), p.246; p.268.

101. Os princípios da Terceira Posição peronista se baseavam na: “igualdade jurídica dos Estados soberanos; a fraternidade e cooperação política e econômica como forma de aproximar as nações; a amizade com todos os povos do mundo, sem inclinar-se a hegemonias de esquerda ou direita e servir a humanidade pelo desejo de paz interna e internacional; e aderir aos princípios pacifistas. Por fim, mantendo equidistância do que considerava os “dois imperialismos” (estadunidense e soviético)”. SILVA, Gustavo Santos. Op.Cit, 2021. Se verificarmos, veremos que eles antecipam os dez princípios do Movimento dos Não-Alinhados estabelecidos na Conferência de Bandung (1955): 1. Respeito aos Direitos Fundamentais, da Carta da ONU. 2. Respeito à Soberania e à Integridade Territorial. 3. Reconhecimento da Igualdade entre Raças e Nações. 4. Proibição de Interferência em Assuntos Internos. 5. Direito de Defesa Individual e Coletiva, com base na Carta da ONU. 6. Proibição de Acordos de Defesa Coletiva, de Natureza Ideológica. 7. Recusa à utilização de atos de agressão ou pressão, militares ou econômicos. 8. Solução pacífica dos conflitos internacionais, seguindo a Carta da ONU. 9. Estímulo à cooperação de interesse mútuo. 10. Respeito aos tribunais internacionais e às obrigações internacionais.

fundamento para o salto qualitativo na divisão internacional do trabalho, que colocasse subsídios nos preços e realizasse reservas de mercado, mesmo que os custos inicialmente fossem altos. Esse encaminhamento produtivo deveria ser prosseguido pelo estímulo das exportações/importações periferia-periferia, através da constituição de mercados comuns, quer dizer, um multilateralismo restrito orientando a constituição da especialização produtiva-industrial de cada país como forma complementar (fórmula semelhante à do COMECON¹⁰²). No mesmo sentido, as negociações internacionais deveriam ser feitas em bloco, como forma de impor mais peso. Propostas muito semelhantes às que Perón defendia no início de seu segundo governo (1951-1955), como a criação do Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile).

Na esfera regional, Perón tentava arrancar um Plano Marshall para a América Latina. Enquanto os EUA propuseram na ONU tão somente duas comissões econômicas para a reconstrução pós-guerra, orientadas exclusivamente aos condicionamentos da Guerra Fria – criando a Comissão Econômica para a Europa (CEE), com sede em Genebra e a Comissão Econômica para Ásia e Extremo Oriente (ECAFE), com sede em Bangkok – Prebisch vinha lutando por uma Comissão da ONU semelhante para a América Latina. Entretanto, a nova *global cop* (EUA) desejava que a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) atuasse restritamente de forma provisória durante três anos, período após o qual tomaria uma decisão definitiva a ser remetida à Divisão de Estabilidade Econômica e Desenvolvimento e ao Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos da ONU. Os estadunidenses temiam que a CEPAL se tornasse um instrumento de nacionalismo e antiamericanismo (com sua sede em Santiago do Chile, e não em Washington) e com isso trataram de acelerar o processo de criação da OEA em 1948. Quando a CEPAL se tornou uma realidade inevitável, os norte-americanos passaram a defender sua fusão com o Conselho Econômico e Social da OEA.

102. O Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) foi um bloco de integração e cooperação econômica entre os países socialistas do Leste Europeu criada em 1949 por iniciativa da URSS. Além dos países da Europa do Leste a Mongólia se integrou em 1962, Cuba aderiu em 1972 e o Vietnã em 1978.

Apesar de ter intercedido em favor do ingresso da Argentina na II Guerra Mundial, Prebisch constatou que durante o conflito os países latino-americanos aprofundaram sua dependência aos EUA, vendendo matérias-primas necessárias ao esforço de guerra a preços muito abaixo do mercado mundial, sem conseguir converter em bens os ganhos obtidos. Na nova situação, incrementava-se o desprestígio da região em relação aos organismos norte-americanos e a falta de compromisso destes com as promessas realizadas durante a Guerra, como a criação de um Banco Regional de Desenvolvimento e a ratificação da Organização Internacional do Comércio.

Nessas circunstâncias, os nacionalismos latino-americanos se tornavam o maior perigo para os interesses “hemisféricos” norte-americanos¹⁰³. Os exemplos mais dramáticos dessa conjuntura se encontram no linchamento em praça pública do presidente boliviano Villarroel, enforcado em um poste de iluminação pública, no golpe contra o presidente guatemalteco Jacob Arbenz, através de uma *covert action* (PBsuccess) e no suicídio de Getúlio Vargas em 1954. Por meio de sua “*Carta-Testamento*”, Getúlio estimulou a mobilização social total, travada até então pelas múltiplas pressões sofridas dos setores opositores centralizados na “Cruzada Democrática”.

Com a publicação do chamado “*Manifesto Latino-Americano*” (1949), Prebisch consolidava uma nova fase de seu pensamento e, durante a conferência de inauguração da CEPAL, o desabono dos EUA diante do organismo nascente era tal que enviou como representante seu embaixador em

103. “...communism should be considered not only as a separate movement but also as a force which exploits and makes articulate nationalistic aspirations and which supplies organizational and directive guidance to all anti-American elements. Although it is a minority faction through the area (it is currently a serious problem in Guatemala and possibly developing as a matter of concern in Brazil and other countries), and is outlawed in several places, it possesses the same dangerous potentialities that mark its existence elsewhere. It’s doctrine, which parallels nationalist doctrine in important particulars, has a particular appeal for intellectuals and workers, with the result that schools and organized labor have been penetrated (...) There are there basic problems which adversely affect our relations with area: A popular demand in Latin America for immediate reform which produces instability, weakness and demagoguery; a great disparity in wealth and power between the United States and Latin American which, aided by old prejudices, keeps alive anti-Americanism and stimulates economics nationalism; and communism, which exploits both of these conditions. These factors are related and inter-acting, and produce or aggravate subsidiary problem”. DEPARTMENT OF STATE. *Memorandum from Thomas C. Mann to Charles Sawyer, with Attachment*. Washington: 11 de Dezembro de 1952. Desclassificado em: 9 de agosto de 1973.

El Salvador. Perón, também antipático à iniciativa, enviou para a conferência o embaixador argentino em Honduras¹⁰⁴. Para além de consolidar um novo momento nas formulações de Prebisch, a inauguração da CEPAL e seu documento fundacional escrito pelo economista argentino fundaram um estágio mais elevado no pensamento econômico e social da região, inigualável a qualquer outro período anterior da economia política latino-americana.

Se o período de 1929-1945 forçou a transição dos países da região para economias industrializadas via substituição de importações, foi somente no imediato pós-guerra e com a consolidação das instituições que demarcaram a hegemonia global estadunidense no mundo capitalista (FMI, BM, GATT, OTAN, OEA, TIAR, etc.) que o liberalismo pôde ser suplantado criticamente por um novo paradigma teórico ideológico: o estruturalismo/desenvolvimentismo cepalino. Seus fundamentos estavam ancorados na crítica à especialização inadequada e à baixa capacidade e diversidade produtiva, à deterioração dos termos de troca, à inserção internacional subordinada (teoria do centro-periferia), à inflação estrutural e ao desequilíbrio externo. Semelhante ao que já diagnosticavam os teóricos da heterogeneidade estrutural como Aníbal Pinto – e que seria mais desenvolvido uma década depois por jovens cientistas sociais como Aníbal Quijano¹⁰⁵, Enzo Falleto e Fernando Henrique Cardoso –, sustentavam a crítica a níveis díspares de produtividade entre setores e convivência do moderno e dinâmico com o arcaico.

la política económica que yo proponía trataba de dar una justificación teórica para la política de industrialización que ya estaba siguiendo (sobre todo en los países grandes de América Latina), de alentar a los otros países a seguirla también, y de proporcionar a todos ellos una estrategia ordenada para su ejecución. Esta tarea no resultaba nada fácil porque la recuperación del orden económico internacional después de

104. DOSMAN, Edgar. Op. Cit. (2011), p.283.

105. Hoje mais conhecido como teórico da colonialidade do poder, Aníbal Quijano nos anos 1960 fez parte da Divisão de Assuntos Internacionais da CEPAL e depois compôs a equipe acadêmica do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) no Chile, onde também se encontravam outros jovens economistas latino-americanos como Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Emir Sader, Pío García, Orlando Caputo, Jaime Osório, Inés Recca, Martha Harnecker, Tomás Vasconi, entre outros.

la Segunda Guerra Mundial y la expansión de las exportaciones provocó un resurgimiento de los defensores del desarrollo orientado ‘hacia fuera’ y de la crítica de la industrialización de la periferia.¹⁰⁶

A publicação “*O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*” conhecida como “*Manifesto Latino-Americano*” (1949) foi escrita em apenas três dias e três noites, rompendo com os rígidos esquemas de redação econômica, onde se depuravam as fórmulas matemáticas e o exagero de notas de rodapé. Prebisch estava diretamente influenciado pelos textos de Hans Singer acerca do subdesenvolvimento e desigualdade industrial entre os países. Em seu manifesto, Prebisch propunha um receituário para a América Latina sem qualquer aproximação ideológica e política com os comunistas e sem propostas de ruptura revolucionária. Ofertava uma receita que pretendia ser aplicável independente da orientação ideológica do governo de plantão (a ser adaptado a cada quadro histórico-social nacional).

Apesar de não possuir nenhum conteúdo subversivo, Prebisch lançava um movimento de descolonização na teoria econômica latino-americana, criticando inclusive Keynes ao apontar que a leitura desse autor deveria ser subsidiária da análise da realidade nacional, pois suas contribuições, apesar de importantes para uma política de desenvolvimento, foram elaboradas para as realidades dos países “centrais”. Agora era necessário fundar teorias econômicas desde a “condição periférica”. Não obstante, Prebisch se preocupava demasiadamente com a migração de intelectuais latino-americanos para universidades dos EUA e da Europa, movimentação que poderia esvaziar o estoque de mão de obra capaz de renovar e arejar o pensamento econômico regional. No “manifesto” sustentava sua política de desenvolvimento basicamente em quatro pilares: 1) industrialização; 2) comércio exterior; 3) tecnologia; 4) e acumulação de capital; e partia das críticas ao: a) desenvolvimento orientado para fora; b) política de industrialização vigente; c) política de comércio exterior; d) escolha de tecnologia e os problemas de escala produtiva; e) modelo de acumulação

106. PREBISCH, Raul. Op.Cit (2006), p.120.

de capital; f) ausência de programação econômica e reordenamento do Estado na economia¹⁰⁷.

Aparentemente compatível com o projeto industrialista de Perón do I Plano Quinquenal (1946-1951), Prebisch centrava sua crítica ao governo Perón na duplicação do orçamento militar, no desperdício das divisas obtidas pela guerra na nacionalização das ferroviárias inglesas, que considerava sucateadas, no crédito fácil a setores industriais de pequeno e médio porte criados durante a crise dos anos 1930-40 e orientados para a produção com mão de obra intensiva e baixa capacidade tecnológica, promovendo uma industrialização, segundo sua perspectiva, sem equilíbrio e controles. Apontava ainda o excessivo contingente de funcionários públicos e defendia a integração da Argentina em organismos internacionais como o FMI, contrariamente a Perón e Cooke, que esbravejavam em denúncias contra essas instituições, que consideravam instrumentos de dominação imperialista.

Apesar de já possuir uma leitura sistemática do marxismo na segunda metade dos anos 1940, Cooke defendia uma proposta política plenamente sintonizada com o primeiro peronismo (democrático, policlassista e anti-imperialista¹⁰⁸) e, com divergências táticas com Prebisch, coincidiam em que a melhor forma para evitar uma ruptura comunista na Argentina seria através do desenvolvimento econômico e da justiça social¹⁰⁹ (esse último elemento não muito sinalizado no “manifesto” de Prebisch), posição defendida nos organismos de representação externa pela Argentina desde a Conferência

107. PREBISCH, Raúl. *O Manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto/Celso Furtado, 2011, pp.95-151.

108. É importante assinalar, que apesar do Partido Comunista de la Argentina (PCA) ter ficado a maior parte do período de 1946-1955 na oposição ao peronismo (que qualificava de nazi-peronismo), sua orientação estratégica caracterizava desde a I Conferência Sul-Americana dos Partidos Comunistas (1929) a revolução na Argentina como democrático burguês e anti-imperialista com via de superar o “semifeudalismo” e o “sicolonialismo”, no qual a contradição residiria em “nação” x “imperialismo”. Cooke falava no mesmo período em termos muito semelhantes de caracterização, mas distinto de conteúdo.

109. “Todas las Américas están resueltas a luchar contra el comunismo. Lo que hay que establecer es como se lucha contra él. Elevando el nivel de vida de los pueblos latinoamericanos – es decir, vacunándolo contra el espejismo marxista – o dejándolos que se contaminen, por la miseria, por la desesperanza social para luego encargar a la violencia estéril la cura de lo que se pudo prevenir y evitar.” DE FRENTE. *A Caracas fue cada Médico con su Librito*, Año I, nº1, Buenos Aires: 11 de março de 1954, p.4.

do Rio em 1947¹¹⁰. Em conferência no Centro Universitário Argentino, nesse mesmo ano, Cooke sustentava a existência de um “capital nacional progressista” e de um “capital internacional de caráter espoliativo”. Sem ser esquemático, e ancorado na teoria leninista do imperialismo, considerava que dentro desse “capital progressista” que somava ao projeto da “comunidade organizada” peronista poderia se encontrar parte do capital internacional que contribuisse com os bons salários e a industrialização do país, enquanto na forma “capital espoliativo” se encontrava boa parte dos capitais da burguesia argentina associada ao imperialismo¹¹¹.

2. O lugar da Argentina no concerto das nações no pós-guerra e as desigualdades e as lutas por superações entre as posições da periferia e/ou do subdesenvolvimento

2.1 – O II Peronismo, a inserção desigual no mundo e a consolidação da dependência aos EUA

O segundo governo peronista (1951-1955) emergia do processo de aprofundamento democrático na sociedade, sublinhado principalmente pelo estabelecimento do voto feminino impulsionado pelo Partido Peronista Feminino de Eva Perón, facilitando a reeleição de Perón com 63,4% dos votos (64% das mulheres votaram em Perón). Cooke não teve seu nome incluído na lista de renovação parlamentar. De acordo com Miguel Mazzeo, sua radicalidade política acentuada em cada exposição dos problemas nacionais nas tribunas parlamentares o conduziu à marginalização pela direção burocrática do Partido Peronista¹¹², processo que atingiu outras figuras mais intransigentes que ocupavam postos de Estado, como os intelectuais da F.O.R.J.A e outros assumidamente marxistas como Hernández Arregui.

110. MORGENFELD, Leandro Ariel. *Del TIAR a la OEA: Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano*. Monterrey: CONfines, agosto-dezembro de 2010, p.21.

111. COOKE, John William. *Perspectivas de una economía nacional, Parte II*. In: *Hechos e Ideas: Publicación de Cuestiones Políticas Económicas y Sociales*. Ano VII, nº48, Buenos Aires: Abril de 1948.

112. MAZZEO, Miguel. *El Hereje. Apuntes sobre John William Cooke*. Buenos Aires: El Colectivo, 2016, p.65.

Saindo da cena parlamentar, Cooke mergulharia no combate através das letras, entre suas aulas de economia política na Universidad Nacional de Buenos Aires (hoje Universidad de Buenos Aires), se aprofundando nos estudos sobre história latino-americana e história econômica mundial, e no campo editorial/jornalístico quando em 1954 funda a revista *De Frente*, onde teve sua atuação mais destacada no período do segundo mandato presidencial de Perón.

A renovação presidencial de Perón surgiu entre a perda da principal referência popular do peronismo (Eva Perón morreria em 1952) e o fim da bonança herdada das divisas acumuladas durante o segundo conflito bélico mundial, no qual o peronismo havia se beneficiado tanto da manutenção do nível de exportações durante a conjuntura da guerra, como no seu imediato fim havia se favorecido de uma Europa destruída e de um Estados Unidos que não podiam lançar mão de incrementar as exportações de bens de consumo nos escombros da crise global.

Durante a primeira presidência de Perón, a Argentina fomentou as exportações de eletrodomésticos como refrigeradores, ventiladores, máquinas de escrever, etc.¹¹³, exportações essas voltadas para países sul-americanos que sequer haviam aderido a uma política de substituição durante a crise dos anos 1930 e 40. Portanto, a Argentina ainda não tinha avançado na direção de setores mais dinâmicos – como os de engenharia pesada, da produção de aço, motores, produtos químicos – enquanto contraía um volume cada vez maior de importação de máquinas dos EUA e os países ocidentais avançavam na direção da revolução científica técnica¹¹⁴. Na mesma conjuntura, as divisas argentinas do período da guerra foram queimadas no plano estratégico de Perón: US\$ 645 milhões na nacionalização das ferrovias inglesas sucateadas, US\$ 95 milhões na repatriação da Unión Telefónica e US\$ 243 milhões na liquidação da dívida externa¹¹⁵. Esse é o período da consolidação da transferência da dependência argentina com a Inglaterra para as mãos dos EUA.

113. DE FRENTE. *Ahora se exporta manufactura*. Ano I, nº1, 11 de março de 1954, p.36.

114. Ver: PEÑA, Milcíades. La Evolución industrial em la Argentina. In: *FICHAS DE INVESTIGACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL*, Número especial dedicado a la Evolución industrial y la clase empresaria Argentina, ano 1, nº1, 1964.

115. BASUALDO, Eduardo. *Los primeros gobiernos peronistas y la consolidacion del pais industrial: exitos y fracasos*. Buenos Aires: FLACSO/Página 12, 2004, pp.30-31.

A proposta de Perón de manter o modelo da política industrial por meio da “agricultura diversificada” foi prejudicada diretamente pela queda brutal dos preços dos *commodities* decorrente da superprodução de matérias-primas norte-americanas no período, somado ao *dumping* intencional da potência do norte com vias de atingir diretamente os países produtores de primários, obrigando-os a intensificar a atração na órbita da economia estadunidense¹¹⁶. Cooke compreendia a encruzilhada e, ao mesmo tempo que combatia pelo programa nacional anti-imperialista (Terceira Posição), passava a defender algumas iniciativas econômicas que deveriam ser delegadas ao capital privado, desde que não atingisse os setores estratégicos da economia.¹¹⁷

116. “In part the dissatisfaction with prices originates in resentment of price policies for essential commodities in the last war and our abrupt termination of purchase contracts after war. They consider that the low prices they received for their products combined with their inability to use until after war when our price controls were removed was a great injustice; hence, they now desire guarantees from us against a decline in purchasing power of dollar reserves which they may acquire in the future (..) Argentina and Guatemala are the two states currently receiving unequal treatment. While our ability to exert leverage is limited, and while no spectacular results may be expected, there is good reason to believe that, continued over a period of time, our refusal to extend favors will create serious problems for the two governments. The present policy is respect of these two countries should be continued until, in the case of Argentina, there is concrete, tangible evidence that the government has ceased, for a period of time adequate to demonstrate its good faith, its propaganda attack on us, its attempts to organize an anti-american labor federation in Latin America; and its attempts to exert pressures on its neighbors; in the case of Guatemala until the government’s attitude is one of unqualified opposition to communism, both internal and external (...) Protect the legitimate rights of United States investments in the area, defending them against abuses and discrimination which are the product of extreme nationalism. Our efforts to discharge this duty must take into account that, for the reasons already explained, our bargained power is not unlimited and that foreign governments have, because of their jurisdiction over United States investments within their territories, considerable power to react to our attempts to exert pressure. Nevertheless there are many occasions where it is feasible to negotiate for the removal of discriminatory measures on a quid pro quo basis; and where this is not feasible, it is often possible to make”. DEPARTMENT OF STATE. *Memorandum from Thomas C. Mann to Charles Sawyer, with Attachment*. Washington: 11 de dezembro de 1952. Desclassificado em: 9 de agosto 1973.

117. “No hay razón alguna para que el Estado sea fabricante de cerveza, cultive yerba mate o produzca bicicletas. Esas actividades, si por razones del momento fueran estatizadas, deben volver a manos de empresarios particulares, porque de lo contrario estaríamos en presencia de una socialización parcial, injusta e innecesaria. Pero hay otra amplia esfera de la producción que no puede volver a manos particulares. Dentro de ella, nos referimos concretamente (por haber sido motivo especial de comentarios de circulación) al transporte ferroviario. Y, en general, a los servicios públicos, que están al margen de toda especulación comercial”. COOKE, John William. Nostálgicos del absurdo. In: DUHALDE, Eduardo

Sendo assim, após o fracasso de intervenção eleitoral em 1946¹¹⁸, os EUA modificaram seu estratagema em relação à Argentina de Perón, impondo um jogo de paciência iniciado com a Convenção Econômica Mista Argentina-EUA, que reservava “30% de sus entradas para utilizarlas en la concesión de divisas para el pago de deudas comerciales con hombres de negocios de Estados Unidos”¹¹⁹. Um ano depois, o Eximbank concedia um empréstimo de US\$ 125 milhões para sanar a dívida de credores privados estadunidenses do governo argentino, subornando com bloqueio das divisas depositadas em bancos norte-americanos em caso de calote ou atraso de parcelas das dívidas, ademais de outros acordos que beneficiavam a remissão de lucros e escoamento de valor em direção aos EUA¹²⁰.

Decorrente desse processo, ocorria a associação entre os capitais internos e capitais estrangeiros a fim de obter maquinárias, crédito, mercado externo e deter a tendência decrescente de lucro, na qual a presença do capital estrangeiro passava a configurar 46,9% dos capitais em meados dos anos 1950¹²¹. Movimento que fazia a burguesia industrial interna perder a razão de se manter dentro do bloco histórico que permitiu a chegada de Perón ao governo. Desse modo, essa burguesia “progressista” e “nacional” migrava às fileiras inimigas do projeto justicialista. Onze anos após, reavaliando a crise que despontaria na queda de Perón, Cooke consideraria, numa aproximação (ou melhor, antecipação) com a teoria marxista da dependência, que a burguesia industrial romperia com Perón, pois a série de direitos trabalhistas e a forte participação sindical na gestão do Estado consagradas na Constituição

(org.), *John William Cooke. Obras Completas*, Tomo IV, Op.Cit. (2016), p.63; DE FRENTE, Ano I, nº30, 30 de setembro de 1954.

118. Com objetivo de incidir contra Perón nas eleições de 1946, o Departamento de Estado norte-americano sob a demanda de Spruille Braden, embaixador dos EUA na Argentina fabricou o *Blue Book on Argentina*, livro que “comprovava” ligações de Perón com o nazismo. Ainda que o livro pouco impactasse no processo eleitoral de fevereiro de 1946 (pois Perón utilizaria a seu favor com o lema “Braden o Perón”) o mesmo buscava minar a credibilidade do líder argentino na América Latina. Ver: MEMORANDUM OF THE UNITED STATES GOVERNMENT. *Blue Book on Argentina: Consultation among the American Republics with respect to the Argentine Situation*. Nova Iorque: Greenberg Publisher, 1946.

119. FRONDIZI, Silvio. *La Realidad Argentina. Ensayo de Interpretación Sociológica*: Tomo I – El Sistema Capitalista. Buenos Aires: Praxis, 1957, pp.184-185.

120. *Idem*, pp.187-188.

121. BASUALDO, Eduardo. Op.Cit (2004), p.36.

Justicialista de 1949 incidiam diretamente na possibilidade dos donos do meio de produção compensarem a taxa decrescente de lucro por meio da acentuação da superexploração da força de trabalho¹²²:

la política del Estado impedía buscar compensación al desmejoramiento por medio de la intensificación de la explotación del trabajo que aumentase la cuota de plusvalía y entendimiento completo con el imperialismo para buscar fuentes extranjeras de financiamiento a la expansión.¹²³

Assim, se fraturava o bloco policlassista do primeiro peronismo, com a Igreja passando à oposição, da mesma forma que a maioria dos militares se unia com os setores médios, propagando inúmeras tentativas de golpes e atentados desde 1951¹²⁴, que resultariam nos bombardeios perpetrados pelas forças armadas argentinas contra sua própria população civil em 16 de junho de 1955, Nesse episódio, foram ceifadas em torno de 400 vidas na

122. Confundida com categorias como taxa superior de mais valia, mais valia absoluta, e acusada erroneamente como abordagem circulacionista. O conceito de superexploração da força de trabalho é definida por Ruy Mauro Marini como o fundamento da dependência, que consiste na tendência negativa do valor contida na lei do valor, onde a força de trabalho é submetida a mecanismos que permitem rebaixar seu valor transferindo para o fundo de acumulação através de formas como: o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais, o aumento da intensidade do trabalho além dos limites regulares e/ou hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. VER: MARINI, Ruy Mauro. Op.Cit. (2000), pp.105-166.

123. COOKE, John William. *Peronismo y Revolución. El peronismo y el golpe de Estado*: informe a las bases. Buenos Aires: Granica, 1973. p.67.

124. Entre as tentativas de golpe de Estado contra Perón desde 1951 se encontram: 1) o motim militar comandado pelo general Benjamín Menendez, com participação do ex-presidente Arturo Rawson na autoria intelectual (1951); 2) Ainda em 1951 foi fundada os Comandos Civis, organização de caráter pequeno-burguês e reacionário que aglutinava a Acción Católica Argentina, frações da Unión Cívica Radical, do Partido Socialista e do Partido Demócrata Progresista e organizações de extrema direita como a Legión Cívica Argentina, o Movimiento Nacionalista Restaurador, desempenhador sabotagens, manifestações e atentados terroristas com vias de desestabilizar o governo; 3) Em 15 de abril de 1953 ocorreu o atentado terrorista de maior magnitude antes dos bombardeios de 1955, onde os Comandos Civis plantaram bombas ao redor de toda Plaza de Mayo, onde os efeitos mais drásticos se deram na estação de metrô da principal praça da capital, resultando em duas dezenas de mutilados e 5 mortos, no qual o principal autor intelectual foi o radical Roque Carranza, que três décadas depois seria ministro de Obras e Serviços Públicos durante o governo de Raúl Alfonsín e ganharia uma estação de metrô na capital com seu nome.

Plaza de Mayo, culminando no golpe de Estado de 16 de setembro de 1955, que proscreveu o peronismo por 18 anos¹²⁵.

2.2 – Situações desiguais em Cooke, Prebisch e a Argentina após o golpe de 1955

O golpe de Estado de 1955, ao qual se sucede o exílio de Perón, a proscrição da força política majoritária do país e os fuzilamentos e encarceramentos de lideranças vinculadas ao peronismo abriram uma outra fase, embora em caminhos opostos, para Cooke e Prebisch na Argentina: para o primeiro, se desataria a etapa mais dura de sua vida, porém mais gloriosa do ponto de vista da memória biográfica; para o outro, um reencontro com seu país, acolhido entre os vencedores de turno e rechaçado pela maioria dos seus compatriotas.

Enquanto Prebisch, acompanhado de sua esposa Adelita, foi recebido em 1º de outubro de 1955 com flores e honras oficiais no aeroporto internacional de Buenos Aires e foi reconduzido à cátedra universitária, ganhando o *status* de consultor nacional e mantendo o cargo de dirigente da CEPAL (licenciado), no caminho inverso Cooke e sua companheira Alicia Eguren (que era professora de literatura na Universidad de Buenos Aires) não somente foram postos na mais dura condição de clandestinidade, bem como foram removidos de seus cargos da Universidade, assim como demais professores vinculados ao peronismo¹²⁶. No mesmo mês que Prebisch regressa à Argentina, Cooke cai preso, encontrado na casa do historiador José María Rosa onde estava escondido¹²⁷.

125. Ver melhor o processo de composição de classe do golpe de 1955 em: SILVA, Gustavo Santos. Op.Cit. (2021), pp.186-207.

126. Ver o sexto capítulo de: MAZZEO, Miguel. *Alicia en el país. Apuntes sobre Alicia Eguren y su tiempo*. Buenos Aires: Colihue, 2022.

127. Posteriormente, mais exatamente no ano de 1976, José María Rosa buscava se desvincular da figura de Cooke em suas memórias, provavelmente devido a identificação de JWC com as vertentes revolucionárias do Peronismo e com Cuba Socialista (Rosa continuava sendo um nacionalista católico e conservador), reduzindo inclusive a figura histórica de Cooke no movimento peronista ao posto de ex-deputado: “En 1955 escondí en mi casa de Buenos Aires (desde 1945 vivía aquí) a John William Cooke, un peronista perseguido por haber sido diputado. No era amigo mío, sino un prójimo y la hidalguía nos obliga a ser hospitaleros.”. ROSA, José María *apud*: HERNANDEZ, Pablo. *Conversaciones con José María Rosa*. Buenos Aires: Colihue, 1978, p.29.

Cooke já havia protagonizado uma cena cinematográfica no meio dos bombardeios de 16 de junho de 1955 contra a população civil, portando uma pistola 45 junto com sindicalistas da *Confederación General del Trabajo* (CGT), revidando os ataques da marinha e sendo o único dirigente peronista de destaque a estar presente naquele ato trágico. Ganharia moral e, de figura relegada ao segundo plano, se deslocaria automaticamente à condição de segundo homem do peronismo (somente subalterno a Perón), se tornando interventor do *Partido Peronista* na Capital Federal, onde passou a militar em torno da depuração dos quadros burocráticos da direção do partido e pela renovação partidária através da formação política de quadros, além de reviver a proposta que havia feito Eva Perón um ano antes de falecer: formar milícias operárias. Evita deixou como seu último gesto político a compra de 5 mil pistolas e 1500 metralhadoras para a CGT¹²⁸, temas que Perón anunciava em discursos políticos após os bombardeios, mas não efetivou na prática¹²⁹.

Após o golpe, Cooke passou por vários presídios até chegar em Rio Gallegos (Santa Cruz), na Patagônia. Na prisão, Cooke foi designado por Perón (exilado na Venezuela) como seu delegado pessoal¹³⁰. E em 18 de março de 1957 protagonizaria outra cena cinematográfica, realizando uma fuga da Patagônia até o Chile, conformando com outros exilados no país andino e outros países da América do Sul a *División de Operaciones del Comando Superior*¹³¹. Estava aberto um novo período na história da Argentina para os

128. GALASSO, Norberto. Op. Cit, 1997, pp 42-44.

129. Em 31 de agosto de 1955 Perón realizou um célebre discurso no balcão da Casa Rosada que ficou conhecido como “Cinco para uno”, nele declarou a conhecida sentença: “Cuando uno de los nuestros caiga, caerán cinco de los de ellos”.

130. “Al Dr. John William Cooke, Buenos Aires. Por la presente autorizo al compañero Dr. D. John William Cooke, actualmente preso por cumplir con su deber de peronista, para que asuma mi representación en todo acto o acción política. En este concepto su decisión será mi decisión y su palabra la mía. En él reconozco al único jefe que tiene mi mandato para presidir la totalidad de las fuerzas peronistas organizadas en el país y en el extranjero y, sus decisiones, tienen el mismo valor que las mías. En caso de mi fallecimiento, delego en el Dr. D. John William Cooke, el mando del movimiento. En Caracas, a los 2 días de noviembre de 1956”: PERÓN, Juan Domingo e COOKE, John William, In: DUHALDE, Eduardo (org.). *Correspondencia Perón-Cooke, Obras Completas, Tomo II*. Buenos Aires: Colihue, 2007 p.646.

131. A fuga do cárcere de Rio Gallegos ocorreu numa operação elaborada principalmente por Patricio Kelly através da entrada de armas de suborno de guardas e escondidas em

movimentos populares: a Resistência Peronista (1955-1973), período marcado pela proscrição do peronismo e exílio de 18 anos de Perón, em cuja primeira fase Cooke seria a figura central. O método escolhido para a retomada do peronismo foi a preparação para a luta insurrecional e o retorno do peronismo não se trataria de uma repetição da composição policlassista, mas da construção de uma forma de socialismo nacional. Essa fase dura até 1959, quando Cooke tem sua imagem desgastada em meio aos acordos eleitorais com Frondizi e quando ocorre a derrota da greve insurrecional de Mataderos ^(mencionaremos ambos mais adiante). Em um espectro mais geral, estava deflagrada a era de golpes militares – 1955, 1962, 1966 e 1976 – e de luta e conjugação entre desenvolvimentismo e neoliberalismo.

2.3 – *Plan Prebisch: a discórdia generalizada*

Prebisch ficaria encarregado de elaborar o plano de reestruturação econômica da ditadura de 1955, com o objetivo de superar a “catástrofe peronista” que, para o economista tucumano, se tratava da “pior crise da história Argentina”, “pior que a Alemanha em 1945” ou ainda de superar “dez anos de irresponsabilidade e corrupção”. Seu relatório redigido em duas semanas com o auxílio de uma equipe dava números muito contestados, como uma dívida de US\$ 757 milhões e uma taxa de crescimento de apenas 4% em todo período comparado com o crescimento de 40% no Brasil, somados a uma queda vertiginosa das exportações, da produtividade industrial, inflação com raízes fincadas, estagnação da produção agrícola e drenagem dos recursos nacionais na importação de petróleo¹³².

A solução era um amargo remédio ortodoxo que nada lembrava suas propostas inovadoras da CEPAL e mais aparentava que Prebisch retornava à época do Roca-Runciman: “*desvalorização do peso, aumento de impostos, promoção de exportações e recurso do FMI para atrair créditos externos. A*

objetos trazidos nas visitas das esposas. Ver o filme: “Unidad XV”, Direção de Martín Desalvo: Argentina, 2018, 90 min; e a pesquisa: BESOKY, Juan Luis. *La derecha peronista: Prácticas políticas y representaciones (1943-1976)*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

132. DOSMAN, Raúl. Op.Cit. (2000) pp.347-348.

*produção agrícola era prioritária para expandir exportações e obter divisas*¹³³”. Saudado pela Sociedade Rural e a aristocrática *Review of the River Plate*, o Plan Prebisch aparentava estar mais preocupado em manter a estabilidade da moeda do que elevar as condições de vida popular, e que Prebisch tinha mais hostilidade pela inflação que pela oligarquia. Ainda assim, parte do diagnóstico de Prebisch coincidia com as avaliações de opositores como Cooke, Frondizi e os intelectuais da ex-FORJA; por exemplo, Prebisch combatia, desde o início do segundo mandato de Perón, as concessões estrangeiras ao setor do petróleo como uma das causas da vulnerabilidade econômica do país e defendia um monopólio estatal pleno do setor.

Visto nos demais países latino-americanos como um economista inovador e mesmo de esquerda, em seu país de origem, devido a sua filiação à “reestruturação econômica” da ditadura de 1955, e por ter participado da política econômica da Década Infame (1930-1943), Prebisch era visto como um tecnocrata a serviço das vontades das oligarquias. O ensaísta Arturo Jauretche publicaria o livro “*Plan Prebisch. Retorno al coloniaje*” (1955) e duvidava que Prebisch teria redigido e de fato realizado a pesquisa de tal documento com tamanhas inconsistências. O herói anarquista da resistência republicana espanhola Abraham Guillén (residente na Argentina desde 1948, acolhido pelo governo peronista, e que se transformaria posteriormente em importante formulador estratégico e militar da Resistência Peronista ao lado de Cooke) publicaria em 1956 o livro: “*La Conspiración de la Oligarquía. Radiografía del Plan Prebisch*”. O célebre historiador, escritor e engenheiro Scalabrini Ortiz autor de “*Política Británica en el Río de la Plata*” (1936), entre outros clássicos, acusaria Prebisch de falsificar números em seu relatório¹³⁴. A artilharia nacionalista e popular contra Prebisch atingira tal ponto que Oscar Alende que formava parte de sua equipe econômica romperia com Prebisch declarando: “*Moneda sana sí, pero éste no tiene por que ser el objetivo final, conseguido a costa del sufrimiento, la miseria y más trabajo de los grupos de renta más baja.*”¹³⁵

133. Idem, p.348.

134. Idem, p.357.

135. Clarín, 18 de janeiro de 1956.

Certamente o relatório Prebisch era fundado em inúmeros dados incorretos e outros exagerados na exposição e no diagnóstico. Até o momento, a CEPAL não havia produzido um estudo detalhado da economia argentina. Desse modo, o Plan Prebisch foi formulado baseado principalmente em entrevistas, nas quais boa parte dos consultados eram ex-alunos de Prebisch como Aldo Ferrer, Norberto González e Ricardo Cibotti, além de funcionários do Banco Central e de empresas privadas¹³⁶. Havia uma contradição entre o relatório e as condições reais da era peronista, durante a qual a situação de modo algum se parecia com a catástrofe apontada pelo documento de Prebisch: o trabalhador argentino era bem alimentado e consumia mais carne *per capita* que nos EUA; em Córdoba se produziam 150 mil carros por ano e os operários possuíam salários fortes; a facilidade de ingresso no ensino superior atraía jovens de toda a América Latina para cursar medicina e engenharia; enquanto a dívida de US\$ 757 milhões era uma dívida pública contraída ao longo de quatro anos e abaixo do nível do crescimento do PIB, portanto sustentável¹³⁷.

Analisando o percurso histórico e as bases dos golpes de 1955 e 1966, Cooke sintetizaria o Plan Prebisch em nove pontos fundamentais: 1) forte incentivo à produção agropecuária somada ao aumento do preço através da desvalorização cambial; 2) restabelecimento do mercado de livre câmbio; 3) liquidação de empresas comerciais e industriais do Estado; 4) eliminação progressiva do controle de preços de artigos de primeira necessidade; 5) contração de empréstimos exteriores; 6) desnacionalização de depósitos bancários; 7) transformação do Banco Industrial em banco autônomo de desenvolvimento 8) concessão às petroleiras estrangeiras; 9) adesão ao FMI. No oitavo ponto, verificamos que Cooke colocava na conta de Prebisch mais o que foi encaminhado pelo prosseguimento das políticas econômicas na conjuntura de 1955-1966, com exceção do período do presidente Arturo Illia (UCRI, 1963-1966), que propriamente algo que Prebisch defendesse dentro de seu receituário.

136. DOSMAN, Edgar. Op. Cit. (2011), p.347.

137. Idem, p.349.

Mesmo com o endurecimento da ditadura e o aumento dos rechaços populares, Prebisch não faria uma autocrítica de suas medidas austeras do Plano, como ainda, em relatório apresentado em janeiro de 1956 ao governo do general Aramburu, propunha novos cortes de pessoal e orçamento, privatização de empresas estatais “ineficientes”, como a Aerolíneas Argentinas, redução de gastos públicos, redução de déficit, revogação do controle de preços, desvalorização e elevação da taxa de câmbio, reforma tributária para aumentar a receita e evitar a evasão, redução de inflação, estímulo da produção agrícola e das exportações, criação do Instituto Nacional de Tecnologia Agrária, investimento indireto no setor petrolífero, principalmente em dutos, investimento no setor de aço, atração de capitais estrangeiros (exceto petróleo) e novamente o ingresso no FMI¹³⁸. E, em 11 de novembro, em visita a Montevideu, declararia à imprensa uruguaia: “*só a austeridade pode salvar a Argentina*”¹³⁹.

Com seu perfil tecnocrata (ainda que intelectual inovador), Prebisch possuía uma crença excessiva nos organismos internacionais, construídos como instituições de governanças global após a II Guerra Mundial. Instituições como FMI, GATT e Banco Mundial que em abstrato teriam como plataforma diminuir as disparidades globais de desenvolvimento, mas que acabaram sendo hegemonzados pelo Ocidente e, com isso, modificaram seu caráter se transformando em aparelhos norte-americanos e europeus de pressão a países terceiros com objetivo de impor seus interesses econômicos e políticos. Nessa circunstância, a luta de Prebisch pelo ingresso da Argentina no FMI soava como uma traição nacional; o próprio general Aramburu, lidando com o endurecimento do enfrentamento popular à ditadura, lançou medidas de curto prazo que desmoralizaram Prebisch e fizeram com que o tucumano voltasse para Santiago em 1957 (CEPAL), ao conceder aumento do salário mínimo em 30% e não 10% como queria Prebisch, suspender a privatização das Aerolíneas Argentinas e adiar a reforma tributária¹⁴⁰.

Por outro lado, Cooke, que possuía a Terceira Posição Peronista como princípio, combateu a adesão da Argentina a esses organismos, antes mesmo

138. Idem. p.355.

139. PREBISCH, Raúl *apud*: Idem, p.351.

140. Idem, p.363.

que eles fossem formalizados. Cooke apareceu na cena política nacional com suas críticas às Atas de Chapultepec¹⁴¹, sendo um ácido crítico também do ingresso da Argentina no TIAR e na OEA, e durante o segundo peronismo, na revista *De Frente*, continuava mirando sua artilharia em direção à adesão aos organismos internacionais hegemonzados pelos EUA e aos convênios bilaterais com o mesmo país.

Em meio ao duro trabalho clandestino da Resistência Peronista (luta com sabotagens econômicas, atentados a militares e membros do governo de facto, greves gerais incessantes e propaganda subterrânea¹⁴²), entre as lideranças políticas de oposição que ainda se mantinham na legalidade passava a ganhar força a figura do radical Arturo Frondizi, como nome possível a constituir um polo capaz de derrotar a ditadura pela via institucional e suspender a proscricão dos peronistas. As concepções econômicas de Frondizi não se diferenciavam fundamentalmente das de Prebisch, se opondo mais ao Plan Prebisch com o objetivo de se alçar como líder de oposição contra a ditadura e se impor como candidato de uma frente nacionalista conformada por radicais, peronistas, comunistas e socialistas. Onde Frondizi se apresentava mais inflexível, na questão da defesa do monopólio estatal do petróleo, Prebisch também era intransigente.

Frondizi contagiou principalmente peronistas que não concordavam com a linha insurrecional de Cooke-Perón, como Hernán Benítez e os ex-forjistas Scalabrini Ortíz e Arturo Jauretche, que chegavam a deslegitimar as orientações políticas do *Comando Superior Peronista* e passaram a publicar artigos na revista *Qué* (editorial do radicalismo intransigente de Frondizi)¹⁴³. Por outro lado, os peronistas revolucionários como Rodolfo Puiggrós (ainda que as primeiras conversações sobre um pacto Perón-Frondizi tenham sido

141. Ver: DUAHALDE, Eduardo (Org.). *Acción parlamentaria, John William Cooke, Obras Completas Tomo I*. Buenos Aires: Colihue, 2007.

142. PERÓN, Juan Domingo e COOKE, John William. Correspondencia Perón-Cooke. In: DUAHALDE, Eduardo (org.). *John William Obras Completas, Tomo II*, 2007.

143. Perón contestaria essa linha política naquele momento: “Yo también era pacifista hasta el 9 de junio, pero, después de los crímenes cometidos por los tiranos, apoyados por los partidos políticos, ya no tengo esperanzas que esto se pueda solucionar sino en forma cruenta”: Carta de Perón para Cooke, Caracas, 3 de novembro de 1956, Idem, p.46.

realizados na sua casa)¹⁴⁴ e o próprio Cooke se mostravam recalcitrantes em relação a qualquer aliança com Frondizi. Entretanto, isso acabou ocorrendo por ordens de Perón; Cooke, na condição de seu delegado pessoal, teve que assinar as firmas com Rogélio Frigério (delegado de Frondizi) em Caracas, mesmo não estando de acordo, resultando na orientação para votar em Frondizi em 1958 e na sua consequente eleição com 44,79% dos votos, ainda que muitos peronistas contrariados com o acordo tenham votado nulo (cerca de 800 mil, de acordo com Daniel James¹⁴⁵).

A eleição de Frondizi não esfriaria a onda repressiva na Argentina, tampouco encerraria as proscricões contra os peronistas. Em janeiro de 1959, Frondizi anuncia a privatização do Frigorífero Nacional Lisandro de La Torre, o mesmo, conforme as diretrizes do Comando Superior Peronista, que foi ocupado pelos operários organizados na *62 Organizaciones* (sindicatos que conseguiram se organizar durante a ditadura de Aramburu, do qual 19 eram dirigidos pelos comunistas), e o bairro foi defendido pela vizinhança de Mataderos contra o exército e a polícia. Cooke foi responsável por redigir a proclamação da tomada do Frigorífico¹⁴⁶. Entretanto, a derrota da greve insurrecional favoreceu as camadas mais conciliadoras do sindicalismo a tomarem a frente do movimento peronista, deslegitimando Cooke, que já havia se desgastado com o acordo Perón-Frondizi.

Cooke foi demitido do cargo de delegado pessoal de Perón e junto com sua esposa, a revolucionária, poeta e filósofa Alicia Eguren, migrou para Cuba no ano de 1959, tendo chegado por meio do convite do *Movimiento 26 de Julio* para o 1º Encontro Latino-americano de Solidariedade com Cuba, e permanecido até o ano de 1963. Durante esse período de residência em Cuba, Cooke desempenharia um trabalho como assessor político de Ernesto “Che” Guevara, desenvolvendo um estudo profundo sobre a história latino-

144. Ver: FRIEDEMANN, Sergio. El marxismo peronista de Rodolfo Puiggrós: una aproximación a la izquierda nacional. In: *Documentos de Jóvenes Investigadores*, n. 39. Buenos Aires: Instituto Gino Germani, março de 2014, pp.62-63.

145. JAMES, Daniel. *Resistencia e Integración: El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946- 1976*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, pp.124-125

146. A documentação referente à participação e liderança de Cooke na greve insurrecional de 1959 se encontra em: FONDO EGUREN-COOKE, BIBLIOTECA NACIONAL MARIANO MORENO, Caixa 7, pasta 4.

americana, se atualizando sobre novidades do pensamento crítico da região, e imergindo nos estudos de Hegel, Marx, Lênin, Lukács, Gramsci, Mao, Lefebvre, Sartre. Através da análise de seus manuscritos, trabalhamos com a hipótese de que as concepções de “homem novo”, “nova ética” e “nova moral” em Che podem ter sido influenciadas diretamente pelos estudos de Cooke sobre subjetividade e papel do indivíduo na história, fetichismo, alienação e política cultural revolucionária¹⁴⁷. Ao retornarem à Argentina em 1963, Cooke e Alicia fundariam a *Acción Revolucionária Peronista* (ARP), precursora de diversos agrupamentos peronistas revolucionários que optaram pela luta armada.

Na mediação entre os projetos de desenvolvimento formulados pelas agências interestatais, a Revolução Cubana, como novo momento da história latino-americana que irradiava suas energias contestatórias ao capitalismo dependente e à dominação imperialista, aprofundava o debate sobre a integração regional. Cooke possuía um entendimento próprio do processo revolucionário cubano entre as diversas correntes do nacionalismo revolucionário e do marxismo-leninismo latino-americano e passava a advogar a favor de uma integração por meio do internacionalismo revolucionário, contribuindo para a criação da OSPAAAL (Organização de Solidariedade com África, Ásia e América Latina) em 1966. Prebisch, imerso nos organismos institucionais internacionais, almejava, a exemplo da Comunidade Econômica Europeia (CEE), batalhar pela criação de um mercado comum e de um bloco de integração latino-americana, pouco abordando as condicionantes geopolíticas do êxito do “milagre econômico” europeu (Guerra Fria/divisão bipolar da Europa).

Thomas Mann, secretário adjunto de Estado dos EUA para assuntos econômicos, aprovava a integração latino-americana desde que debaixo das asas norte-americanas e de que tal processo fosse compatível com as normas do GATT, ou seja, não incidisse sobre o volume de exportações estadunidenses para a região e não se formassem monopólios econômicos da região por meio

147. Ver em especial: FONDO EGUREN-COOKE, BIBLIOTECA NACIONAL MARIANO MORENO, Caixa 8, pasta 1; e o artigo: COOKE, John William. Bases para una política cultural revolucionária. In: *La Rosa Blindada*, ano 1, nº6, Buenos Aires: setembro-outubro de 1965, pp.16-23.

de medidas protecionistas. Em outras palavras, Mann pressionava a CEPAL e Prebisch afirmando que aprovariam a integração latino-americana desde que as economias desses países se mantivessem orientadas ao mesmo padrão da substituição de importações, absorvendo capitais constantes obsoletos dos EUA e acentuando a exportação de minérios em direção ao Norte. O principal receio dos estadunidenses era que o nacionalismo econômico e político na América Latina levasse à formação de cartéis estatais dos minerais críticos e do setor energético, com a produção direcionada ao processo de industrialização autônomo da região¹⁴⁸.

No plano doméstico, o presidente Frondizi, preso a um modelo de acordos bilaterais com Washington, rejeitou qualquer iniciativa no sentido da integração regional, optando por uma política de incremento da presença das multinacionais e da expansão econômica via endividamento externo. Contraditoriamente, guinava para uma política externa representada principalmente pelo Acordo de Uruguaiana e pela negativa de apoio a novas formas de interferência militar externa em Cuba e da exclusão do país caribenho dos organismos regionais como a OEA. Esses fatores, mais que sua política econômica doméstica, conduziram a sua queda por meio de um Golpe de Estado em 1962 na disputa de setores das forças armadas chamados de *colorados* e *azules*¹⁴⁹.

Após um interlúdio de menos de sete meses de presidência biônica de José María Guido, Arturo Illia (*Unión Cívica Radical del Pueblo*) foi eleito em 1963 com apenas 25,14% dos votos. Da luta entre *azules* e *colorados* nas forças armadas, Illia promoveu uma promessa da facção azul (vencedora do conflito): a distensão da proscricção aos peronistas, permitindo a participação

148. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Some Political and economic problems arising from state enterprise in latin America (Intelligence memorandum)*. (FOIA) /ESDN (CREST): CIA RDP79To0472A000400010014-2, 15 de janeiro de 1965, desclassificado em: 30 de julho de 2012.

149. Azules e Colorados foram duas facções nas forças armadas que surgiram no posterior à concretização do golpe de Estado de 1955 que derrubou Perón. Os azules eram uma facção que se definia como realista no plano da política externa e reconheciam que as massas peronistas deveriam ser assimiladas à vida política do país. Por outro lado, os colorados eram uma ala mais reacionária das forças armadas que visava extirpar tanto peronistas como os comunistas da vida política e social do país. Apesar da retórica e das divergências que levaram a embates entre as duas facções ambas se confluíam nos marcos da luta “antissubversiva”, do nacionalismo católico e de direita e do alinhamento pró-ocidental.

eleitoral dos justicialistas e a revogação da lei 4161 segundo a qual nenhuma imagem, citação ou cântico vinculado ao Peronismo era permitido desde 1956; ainda assim, o retorno de Perón continuava proibido. Apesar de sua personalidade pouco cativante, Illia tomou algumas medidas de caráter nacionalista que extrapolavam o que os militares esperavam dele como chefe de Estado: o cancelamento das diretrizes do FMI e das privatizações e contratos petroleiros com empresas estadunidenses firmadas por Frondizi. Sendo assim, foi cercado e enquadrado pelos militares, sobretudo pelo general Juan Carlos Onganía, comandante em chefe do Exército e líder do bando azul que o pressionava pela manutenção do rompimento de relações com Cuba promovida pelo presidente interino José María Guido.

Illia se tornou incompatível para os interesses dos militares e do bloco hegemônico das classes dominantes e, apesar da taxa de crescimento do PIB na média 8,4% ao ano, o governo sofria pressões do movimento operário que reivindicava, entre outras coisas, o retorno de Perón ao país. Ao mesmo tempo, apareciam as primeiras guerrilhas inspiradas na Revolução Cubana. No interior das classes dominantes as razões eram distintas para se opor a Illia: a *Sociedad Rural* e a *Unión Industrial Argentina* aliadas com a mídia monopolista boicotavam o governo devido ao conteúdo nacionalizante que contrariava tanto a burguesia associada aos capitais estrangeiros, como a burguesia exportadora e os militares que desejavam acirrar as relações com os EUA e alçar-se ao posto de satélite privilegiado (na disputa subimperialista com o Brasil). Cooke delineava as contradições fundamentais de Illia com as forças armadas e que resultaram em sua queda:

las FF.AA querían mandar tropas de ocupación para ayudar a Estados Unidos en el crimen contra el pueblo de la República Dominicana, Illia no; querían darle impulso a la Fuerza Interamericana de Paz para que existiese un guardián armado permanente que custodiara los intereses norteamericanos y de las oligarquías continentales; Illia no tenía igual entusiasmo; las FF.AA querían medidas en Tucumán contra la ‘acción roja’; Illia no las tomó; en el problema limítrofe de Chile en FF.AA, querían proceder violetamente, Illia no.¹⁵⁰

150. COOKE, John William. Op.Cit. (1973), p.44.

Illia foi deposto na madrugada de 27 de junho de 1966, como desdobramento do golpe de 1962. Desse modo, as forças armadas fecharam o Congresso e a Suprema Corte, suspenderam os partidos políticos, e, alegando a ilegitimidade das eleições de 1963 devido à sua baixa participação (ainda que tenham sido elas as criadoras do pleito), proclamaram o general Onganía como presidente, adotando o novo regime, medidas e posturas mais duras e violentas que as implementadas em 1964 no Brasil. Até mesmo o governo estadunidense, contrariado com a cara autoritária do novo regime, demorou 17 dias para reconhecer o novo governo argentino.

3 A superação das desigualdades entre forças produtivas e forças morais: dialética da reforma e revolução como superação da inserção internacional desigual

Cooke faleceria aos 48 anos em 1968, vítima de câncer de pulmão, mesma época em que Prebisch começava a desistir de suas batalhas como diretor da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) na ONU em torno de propostas políticas segundo as quais o “norte” (“centro”) compensasse e facilitasse as vias de superação do subdesenvolvimento no “sul” (“periferia”). Durante as décadas de 1960 e início de 1970, Prebisch se rebelava contra as regras comerciais internacionais que colocavam em igualdade países em estágios de desenvolvimento desiguais, política que implicava em aprofundar o fosso da dependência dos países subdesenvolvidos, etapa que abriu um período de radicalização reformista em suas postulações. Em meios desiguais, Cooke e Prebisch se lançavam na mesma época mais uma vez como renovadores do pensamento social latino-americano. Cooke se encontrava marginalizado na Argentina desde seu retorno de Cuba em 1963, somente sendo recuperado posteriormente à sua morte devido ao trabalho de Alicia Eguren como editora de suas obras no início dos anos 1970. Prebisch vinha derrotado de inúmeras batalhas, decorrentes principalmente de sua crença exacerbadamente institucionalista. Os anos 1960 se apresentaram para ambos como período em que alcançariam suas maturidades intelectuais, ainda que as contribuições de Cooke dessa época constituam uma parte desconhecida de sua obra.

Após a experiência em Cuba, imerso em teorias e pesquisas aprofundadas sobre a realidade latino-americana, em grande parte devido ao contato permanente com intelectuais e dirigentes políticos de toda a região, mas também da Europa (a exemplo de sua correspondência com Sartre), Cooke aparecia como o herege de duas igrejas – marxismo e peronismo –, conforme definiu o historiador Miguel Mazzeo. Seu intento junto com Alicia Eguren de formar um agrupamento à margem das estruturas oficiais do peronismo, em que pudesse elevar o nível de consciência crítica do movimento e aglutinar as tendências revolucionárias no seu interior, não teve influência à altura das formulações traçadas dentro da organização; Cooke foi classificado pela burocracia peronista e por seus detratores como um ex-peronista que havia se enveredado pelo “marxismo-leninismo” ou pelo “castrismo”¹⁵¹.

Dentro do marxismo hegemônico da época, Cooke também se apresentava como um “revisionista”. A sofisticação intelectual que alcançou o conduzia a rejeitar as interpretações dogmáticas e as vertentes eurocêntricas (ocidentais) do marxismo, partindo da necessidade de formular teoricamente a transição ao socialismo a partir das características nacionais. Como citado anteriormente, essa parte do labor teórico de Cooke é praticamente desconhecida em comparação com seus trabalhos do período parlamentar ou com as correspondências com Perón. Mesmo Alicia Eguren tendo publicado uma primeira tentativa de “obras completas” de Cooke pela editora Granica em 1971-1973, os textos de 1963-1968 (com exceção de “*Peronismo y Revolución*”, de 1966) não foram inseridos, assim como nas novas “obras completas” compiladas por Eduardo Duhalde entre 2007 e 2016 e outras

151. Militante e dirigente histórico da Juventud Peronista e da primeira Fuerzas Armadas Peronistas (FAP), Jorge Rulli comenta sobre as concepções de Cooke após a Revolução: “John William Cooke que había vuelto de la isla con un discurso absolutamente marxista-leninista, castrista oficial y que con lo cual no compartimos para nada, esta necesidad de poner más un pensamiento revolucionario o un instrumento revolucionario pero con apoyo de la gente, o sea, Cooke nos proponía una salida a través de un partido leninista armado que había organizado en base en luchas críticas y ideológicas en el seno del peronismo una cosa que no compartíamos para nada, y lo había llevado a un grupo absurdo como ARP, un grupo absolutamente pequeño burgués, incoaducible, que en aquél entonces solamente merecía nuestro escárnio más allá de lo que los seguiríamos queriendo a Cooke, hablando con él, de que mantuvieramos una relación afectiva con él, pero los veíamos totalmente fuera de foco” : “Peronismo la memoria silenciada”; Dirección de Juan Mendoza e Jorge Rulli: Argentina, 2012, minutos 54-56.

coletâneas, como a de Miguel Mazzeo¹⁵², também passaram à margem dos manuscritos inéditos e dos textos publicados em revistas do período.

Entre seus artigos em periódicos militantes de grande circulação na época como *La Rosa Blindada*, *Nuevo Hombre*, *Pasado y Presente*, *Cristianismo y Revolución*, *Militancia Peronista para la Liberación* e a cubana *Pensamiento Crítico*, encontramos textos que nos apresentam uma elevação (*aufheben*) nas formulações de Cooke, onde a mediação entre a questão nacional e o socialismo se encontra no debate acerca de chaves não somente calcadas na exposição histórica e econômica, mas também em conteúdo subjetivo de categorias como indivíduo, alienação e consciência. Em seu artigo “*Bases para una política cultural revolucionária*” (1965), publicado na revista *La Rosa Blindada*, destacava a centralidade das categorias fetiche e alienação como fundamentos críticos para a construção do socialismo, no qual a estratégia revolucionária deveria transcender a luta política e econômica e no qual a transição a um modo de produção superior deveria estar ancorada na produção de novas subjetividades que superassem a alienação. Aqui a teoria ocuparia um lugar importante como criação cultural que busca estabelecer uma liga entre estudo e ação mediada pelo processo histórico na transição da consciência ingênua à consciência crítica como espírito (consciência coletiva).

Essa política cultural revolucionária se basearia na articulação entre o universal (transição a um modo de produção superior) e o particular (realidade nacional concreta), ou seja, entre visão estratégica e contradições inerentes à realidade particular. Aqui Cooke passava a antecipar alguns autores da renovação do marxismo latino-americano e chegaria a conclusões parecidas a marxistas desconhecidos na América Latina como Antonio Labriola (que fez o caminho do hegelianismo ao marxismo, tal qual Lukács). Rejeitando o estruturalismo althusseriano, Cooke tratou de negar o marxismo como teoria do fator econômico e a separação entre um “jovem Marx” (filosófico e idealista, humanista) e um “velho Marx” (científico e materialista). Antecipando Ludovico Silva, Cooke defendia, dez anos antes da publicação do clássico “*El estilo literário de Marx*” (1975), que não existia uma teoria da

152. Ver: MAZZEO, Miguel (org.). *John William Cooke, Textos Traspapelados (1957-1961)*. Buenos Aires: La Rosa. Blindada, 2000.

“base” e da “superestrutura” em Marx; tratava-se somente de uma metáfora, do mesmo modo que não existia uma teoria do “reflexo” da produção econômica, tratando-se de outra metáfora. Tudo isso resulta na concepção que nega a construção do socialismo como simples desenvolvimento das forças produtivas, chegando à fórmula guevarista: nova moral + nova técnica, ou seja, a proposta histórica da construção de uma forma econômica superior ancorada no humanismo proletário.

A renovação do pensamento em Cooke estava diretamente vinculada à novidade política da Revolução Cubana, ato histórico que também abriu um sendeiro disruptivo no campo das ideias para toda nova geração de jovens cientistas sociais que se voltavam ao pensamento latino-americano. Nesse contexto, o principal movimento inovador foi a teoria marxista da dependência com seu prelúdio em André Gunder Frank, mas realmente desenvolvido com profundo arcabouço teórico em Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra. Cooke antecipou alguns de seus postulados; Prebisch, por sua vez, exerceu influência sobretudo através da crítica à teoria ricardiana das vantagens comparativas e da observação da tendência ao deterioro dos termos de intercâmbio, como antecedente da teoria do intercâmbio desigual. Os formuladores da teoria marxista da dependência tiveram como ponto de partida justamente a crítica às limitações interpretativas da CEPAL. Ainda assim, Prebisch admitiu no final de sua vida a inovação dessa corrente e as limitações de suas elaborações realizadas até meados dos anos 1960, incorporando parte do arcabouço dos seus críticos.

Em “*Peronismo y Revolución*” (1966), sem usar as categorias sofisticadas da teoria marxista da dependência, já que escrevia antes da publicação do ensaio de Marini “*Dialética da dependência*” (1973), Cooke antecipava a questão da superexploração da força de trabalho como pilar fundamental da burguesia latino-americana para compensar a tendência decrescente da taxa de lucro. Como exposto em sua crítica ao desenvolvimentismo ao longo do texto, Cooke identificava que as burguesias latino-americanas negavam a parte do trabalho pago destinado ao consumo da classe trabalhadora, deslocando essa parte dos bens de salários necessários para o consumo ao fundo de acumulação. Da mesma forma, compensavam a menor composição

orgânica do capital acentuando o uso do capital variável, combinando mais-valia absoluta com mais-valia relativa, prolongando o tempo de trabalho e intensificando o desprendimento de força de trabalho. E, entre outras chaves, compreendia que a nova fase da dependência se desenrolava principalmente da dependência tecnológica, quando os intelectuais ex-forjistas pareciam ter parado no tempo com seu antibritanismo e os cepalinos ainda focavam em receituários de industrialização voltadas para o fomento de indústria de base e bens de consumo duráveis:

Antes, la explotación imperialista se encontraba en la balanza de comercio (términos de intercambio) pero principalmente en el balance de pagos como salida de dividendos, amortizaciones, pagos de fletes y seguros, etc. La balanza comercial daba superávit, pero la de pagos daba déficit. Ahora, una proporción importante se realiza por otros medios: pago de patentes, ayuda técnica, diferencias obtenidas por la venta de maquinarias, materias primas y demás elementos que deben comprarse en la metrópoli para abastecer las industrias que funciona aquí, en condiciones que permiten fijar arbitrariamente los precios, reinvertir ganancias para multiplicar la succión o transferir ganancias o pérdidas, según convenga, dentro de un circuito completo que cubra las etapas de la producción. No es necesario que una industria sea exclusivamente norteamericana: basta con que dependa de las compras en Estados Unidos de maquinaria, materias primas básicas y patentes. Es decir, que ese cáncer está ahora dentro de las estructuras capitalistas argentinas, y son esas estructuras las que hay que cambiar. De lo contrario, se aumentan los sacrificios para favorecer a la gran industria y a los terratenientes —que no son dos sectores separados tajantemente— y al imperialismo.¹⁵³

O período dos últimos anos de vida de Cooke e da guinada de Prebisch a uma preocupação terceiro-mundista foi marcado pelo acirramento da contrainsurgência na América Latina, entre os golpes de 1964 no Brasil e de 1973 no Chile, que coincide com a eclosão de uma crise estrutural do

153. COOKE, John William. Op.Cit. (1973), p.93.

capital, a partir da qual se conformou uma mudança na anatomia capitalista regional. Essa transformação se caracteriza pela consolidação do caráter subimperialista da economia brasileira dentro dos marcos da dependência e pela exportação da contrarrevolução e da experimentação dos laboratórios neoliberais iniciados pela submissão atlântica do governo general Onganía na Argentina, conformando-se um capital monopólico regional decorrente da associação entre capital estrangeiro, empresas estatais e burocracia tecnocrata¹⁵⁴.

O desenvolvimentismo cepalino, mesmo se tratando de uma inovação no que se refere à descolonização das concepções econômicas latino-americanas, não havia conseguido se desamarrar por completo da concepção ocidentalista do progressismo na história dentro do processo civilizador herdado do Iluminismo. E a teoria da dependência viria justamente realizar suas correções dialéticas, ao sustentar que o subdesenvolvimento das economias latino-americanas não se tratava da ausência de desenvolvimento capitalista, mas que eram as formas históricas particulares no qual essas economias se integraram dentro da economia mundial¹⁵⁵. Prebisch subsumiria parte dessa argumentação no fim dos anos 1970, não somente pela teoria marxista da dependência, mas também pela perspectiva interpretativa de longa duração (*longue durée*) do processo de mundialização moderno desenvolvida por Fernand Braudel.

lo que llamó Tercer Mundo (...) comenzó a delinarse a partir del siglo XVI, cuando las más diversificadas economías locales se enfrentaran con la expansión del capitalismo en la economía mundial y en buena parte de esos países se crearon economías exportadoras dirigidas a atender el consumo de la economía europea.¹⁵⁶

Nos seus últimos anos de vida, na direção da revista da CEPAL desde 1976, Prebisch assumiria uma autocrítica cujo primeiro passo consistia em considerar que os problemas do subdesenvolvimento, mais do que

154. Ver: SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Biblioteca Aycucho, 2011, pp.524-552.

155. SANTOS, Theotonio dos. Prebisch y el sistema mundo. In: PARRA, GASTÓN (et. all). Op.Cit (2006), p.65.

156. PREBISCH, Raul. *apud*: Idem, p.66.

econômicos, se encontravam na chave da política e da estrutura sócio-histórica, e que implementar somente reformas estruturais seria insuficiente. Sem aderir à ideia de ruptura revolucionária, passava a instar a necessidade da transformação do capitalismo em um outro modo de produção superior que, ao mesmo tempo, mantivesse os marcos da democracia liberal, propondo uma síntese entre socialismo (principalmente através dos modos cooperativos de propriedade) e liberalismo político e econômico. De acordo com essa proposta, as formas sociais (coletivas/cooperativas) de propriedade combinadas com empresas privadas nacionais e estrangeiras se relacionariam no mercado por meio do planejamento e programação estatal orientadas ao desenvolvimento e à acumulação destinadas à descentralização da apropriação dos excedentes. A última fase de seu pensamento se aproximaria da ideia do socialismo de mercado, ainda que não tivesse desdobrado suas postulações no caminho de qual seria o novo tipo de poder político dentro de sua teoria da transformação. Sua proposta consistia no uso do excedente (mais-valia) orientado aos interesses da sociedade, ancorada na análise técnica dos problemas econômicos do desenvolvimento somada ao maior grau de discussão democrática do investimento¹⁵⁷.

Se requiere el socialismo para asegurar el “uso social” del excedente. La tasa de acumulación de capital y la corrección de las grandes disparidades sociales debieran someterse a decisión colectiva, estableciendo un nuevo régimen institucional, político y económico, para tal efecto. Por su parte, el liberalismo económico es necesario por cuanto deben dejarse en manos del mercado las decisiones individuales de producción y consumo.¹⁵⁸

No estágio de maturidade do pensamento tanto de Prebisch quanto de Cooke se coadunam a conjugação da reforma e revolução, ainda que Prebisch tenha optado pelo termo transformação, por negar a ideia de ruptura revolucionária e devido ao seu rechaço à violência de um processo revolucionário, embora, contraditoriamente, tenha participado de governos

157. Ver: PREBISCH, Raúl. *Capitalismo periférico. Crisis y transformación*. México (D.F): Fondo de Cultura Económica, 1981.

158. PREBISCH, Raul. Op.Cit. (2006), p.139.

ditatoriais que foram frutos de rupturas violentas e se mantiveram através do uso da violência intensiva do terror de Estado. Prebisch chegava à conclusão tardia de que sua luta pela superação do subdesenvolvimento na América Latina era impossível dentro dos marcos do capitalismo: “*Me parece que la transformación del sistema es inevitable si queremos combinar el desarrollo económico con la equidad social y el adelanto político*”¹⁵⁹. Prebisch considerava que nem a forma social-democrata ou social-cristã, nem a forma soviética de Estado eram adequadas ao modelo de transformação que propunha.

Aceitando parte da argumentação dos “dependentistas” e das teorias do sistema-mundo, acabava por acatar também a ideia de que o subdesenvolvimento não se tratava de uma questão de atraso, mas sim da própria forma histórica que se desenvolvia o capitalismo na América Latina. Em suas inúmeras inovações, faltou a Prebisch nesse “debate” a dialética que sobrou em Cooke, continuando a usar termos da lógica formal como “periférico” e “centro”, “externo” e “interno”, não alcançando a síntese na qual doméstico e internacional compõem contrapartes articuladas do mesmo sistema, ainda que com relativas autonomias, onde o todo implica em cada parte, mas ao mesmo tempo é determinado pela conjugação de cada uma delas, em que o movimento em cada parte modifica a eixo do todo.

Considerações finais

Ao longo da exposição, almejamos identificar as circunstâncias de formação intelectual e de ação em Cooke e Prebisch como sujeitos conformados por suas educações, mas que ao mesmo tempo realizaram a partir delas a modificação de suas circunstâncias, buscando compreender dialeticamente a relação entre herança, situação e luta pela alteração da situação através da elevação da consciência da circunstância onde o sujeito se insere e que busca modificar. Quer dizer, onde o indivíduo por meio da *práxis* (ação refletida de abstrações calcadas ao se debruçar sobre o concreto com objetivo de apreender o real) se educa e é educado, modificando a si e as suas circunstâncias permanentemente.

159. Idem, p.138.

Chamamos essa relação de multilinearidade na trajetória, em que na passagem de uma situação à outra na história o indivíduo da *práxis* precisa modificar a si mesmo para poder influir na modificação da circunstância. Entretanto, como vimos ao longo do texto, essa relação não se realiza pelo simples processo de negação das posições que o sujeito identifica que não correspondem mais de forma adequada à circunstância. Ao passar a uma nova fase de sua consciência, vimos tanto em Cooke quanto em Prebisch que ambos os pensadores mantiveram parte de suas postulações de fases históricas anteriores, submetendo-as a novas proposições, onde às vezes um traço do pensamento aparentemente desaparecido surge novamente em outro momento permeado por novas determinações e reflexões. Não gratuitamente elegemos o conceito de *aufhebung* como central na abordagem, assim como nos ancoramos também no conceito freudiano/hegeliano de *verneinung* (denegação).

Ademais, o que chamamos de circunstância ao longo do texto não pode ser confundida com conjuntura histórica (passagem de uma determinada situação a outra), ainda que nela estejamos ancorados permanentemente. Muito menos confundimos circunstância com o contextualismo histórico (proposta que não denegamos, simplesmente negamos sem nada para aproveitar na *aufhebung*). Essa circunstância é original e própria das formações históricas latino-americanas: o capitalismo dependente. E foi por meio da abordagem das vicissitudes de mudanças conjunturais e processuais de que a Argentina faz parte, em suas particularidades nacionais, que almejamos compreender o tema da desigualdade.

Como enunciado na introdução do texto, as desigualdades foram tratadas em termos da inserção desigual da Argentina e da América Latina na economia mundial, identificando categorias socioeconômicas como deterioração do termo de intercâmbio, especialização inadequada, intercâmbio desigual, subdesenvolvimento e superexploração da força de trabalho. Do mesmo modo que na abordagem da dinâmica dessa totalidade, ao visualizar como se situaram Cooke e Prebisch dentro dela, observamos uma outra relação de desigualdade: entre sujeitos interagindo na circunstância, influenciando dentro do mesmo quadro nacional, mas por se situarem em forças sociais na maioria do tempo distintas e rivais, enquanto um se destacava o outro necessariamente

era relegado pela situação hegemônica, com raros momentos (como durante o segundo peronismo; 1951-1955) em que ambos ficaram à margem.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Some Political and economic problems arising from state enterprise in latin America (Intelligence memorandum)*. (FOIA) /ESDN (CREST): CIA RDP79T00472A000400010014-2, 15 de janeiro de 1965, desclassificado em: 30 de julho de 2012.

DEPARTAMENT OF STATE. *Memoradum from Thomas C. Mann to Charles Sawyer, with Attachment*. Washington: 11 de dezembro de 1952. Desclassificado em: 9 de agosto de 1973.

FONDO EGUREN-COOKE, BIBLIOTECA NACIONAL MARIANO MORENO

MEMORANDUM OF THE UNITED STATES GOVERNMENT. *Blue Book on Argentina: Consultation among the American Republics with respect to the Argentine Situation*. Nova Iorque: Greenberg Publisher, 1946.

Periódicos consultados

Clarín

De Frente

Fichas de Investigación Económica y Social

Hechos e Ideas

La Rosa Blindada

Nueva Era

Pasado y Presente

Bibliografía

BASUALDO, Eduardo. *Los primeros gobiernos peronistas y la consolidación del país industrial: éxitos y fracasos.*, Buenos Aires: FLACSO/Página 12, 2004.

BESOKY, Juan Luis. *La derecha peronista: Prácticas políticas y representaciones (1943-1976)*. Los Polverines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

COOKE, John William. *Peronismo y Revolución. El peronismo y el golpe de Estado: informe a las bases*. Buenos Aires: Granica, 1973.

DONGHI, Túlio Halperin. *El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

DOSMAN, Edgar. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

DUHALDE, Eduardo (org.). *John William Cooke, obras completas em 5 tomos*. Buenos Aires: Colihue, 2007.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FRIEDEMANN, Sergio. El marxismo peronista de Rodolfo Puiggrós: una aproximación a la izquierda nacional. In: *Documentos de Jóvenes Investigadores*, n. 39, Buenos Aires: Instituto Gino Germani, março de 2014.

FRONDIZI, Silvio. *La Realidad Argentina. Ensayo de Interpretación Sociológica: Tomo I – El Sistema Capitalista*. Buenos Aires: Praxis, 1957.

GALASSO, Norberto. *Cooke: de Perón al Che*. Rosário: Homo Sapiens, 1997.

GIMÉNEZ, Sebastián. FORJA revisitada: La Fuerza Orientadora Radical de la Joven Argentina y su programa político e intelectual (1935-1945). *Sociohistórico*, nº31, 2013.

GOLDAR, Ernesto. *John William Cooke y el peronismo revolucionario*. Buenos Aires: Editores de América Latina, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel, Tomo I, Cuadernos 1 (XVI) 1929-1930) y 2 (XXIV) 1929-1933*. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1999.

HEGEL, Georg Wilhelm. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes: 2014.

HERNANDEZ, Pablo. *Conversaciones con José María Rosa*. Buenos Aires: Colihue, 1978.

HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. *La formación de la conciencia nacional (1930-1960)*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1973.

HYPPOLITE, Jean. *Ensaio de Psicanálise e Filosofia*. Rio de Janeiro: Tauros-Timbre, 1989.

JAMES, Daniel. *Resistencia e Integración: El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946- 1976*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

JAURETCHE, Arturo. *Problema nacional y revisionismo histórico*. Buenos Aires: Corregidor, 2006.

LÓPEZ, Mario Justo. *El acuerdo d'Abernon-Oynaharte y la política ferroviária en la segunda presidencia de Yrigoyen (1928-1930)*. Caseros: Asociación Argentina de História Económica/Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2008.

MARX, Karl. Teses contra Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas, tomo III*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963, pp.208-211.

MAZZEO, Miguel. *El Hereje. Apuntes sobre John William Cooke*. Buenos Aires: El Colectivo, 2016.

MAZZEO, Miguel. *Alicia en el país. Apuntes sobre Alicia Eguren y su tiempo*. Buenos Aires: Colihue, 2022.

MAZZEO, Miguel. (org.). *John William Cooke, Textos Traspapelados (1957-1961)*. Buenos Aires: La Rosa. Blindada, 2000.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina, Estados Unidos: Conflitos e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

MORGENFELD, Leandro Ariel. *Del TIAR a la OEA: Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano*. Monterrey: CONfines, agosto-diezembro de 2010.

PARRA, Gastón (et.all). *Raúl Prebisch. Pensamiento renovador*. Caracas: Banco Central de Venezuela, 2006.

PREBISCH, Raúl. *O Manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto/Celso Furtado, 2011.

PREBISCH, Raúl. *Capitalismo periférico. Crisis y transformación*. México (D.F): Fondo de Cultura Económica, 1981.

SANTOS, Theotonio dos. *Socialismo ou fascismo: O novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2018.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Biblioteca Aycucho, 2011.

SILVA, Gustavo Santos da Silva. *John William Cooke. O Peronismo entre a questão nacional e o socialismo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.

SILVA, Gustavo Santos da Silva. As três fontes e as três partes constitutivas do pensamento de John William Cooke: Peronismo, Marxismo e Revisionismo Histórico Argentino. In: *Anais do 3º Encontro Internacional História & Parceria*, Rio de Janeiro: Anpuh, 2021.

THALHEIMER, August. *Linhas e Conceitos Básicos da Política Internacional Após II Guerra*. (1946), disponível em:

<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Linhas-e-conceitos-basicos-da-politica-intern.-apos-a-II-guerra.pdf>

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofía de la praxis*. México, D.F: Juan Grijalbo, 1967.

ZEA, Leopoldo. *El positivismo en México. Nacimiento, apogeo y decadencia*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

*O Princípio da Desigualdade. Visões conflitantes*¹⁶⁰

Norberto O. Ferreras (UFF)¹⁶¹

A Desigualdade como problemática contemporânea está tanto associada às carências que sofrem as populações em diferentes locais do mundo quanto à forma em que se analisam os sistemas políticos e sociais. A igualdade tem sido um anelo de diferentes sociedades, populações, movimentos políticos e intelectuais. E mesmo existindo toda essa preocupação, a desigualdade persiste e continua em situações muito diferentes. Se há uma continuidade histórica das desigualdades é porque de alguma forma está na base das nossas sociedades uma certa tendência a construir hierarquizações entre indivíduos e grupos sociais.

É interessante como desde os primeiros códices que temos de antigas sociedades humanas as mesmas têm se preocupado com a “equidade” antes que com a igualdade. O Código de Hamurabi, uma das primeiras codificações normativas do convívio entre os seres humanos, mostra que o interesse não está em construir a igualdade entre as pessoas, mas a equidade. O Código trata da relação entre partes, muitas das vezes, partindo do princípio da desigualdade, até porque são sociedades com escravos. Por exemplo, o Código se refere em algumas ocasiões a reparações que um proprietário deve receber se a sua propriedade é danificada. Entre essas propriedades está o escravo.

160. Esta pesquisa recebe apoio do CNPQ, da Faperj e do programa CAPES/PrInt.

161. Email: norbertoferreras@id.uff.br

Se temos escravos, os mesmos não podem ser considerados como iguais, a norma os considera como seres humanos, mas também como posse de outra pessoa. O Código de Hamurabi dá por sentada essa desigualdade. De fato, Hamurabi considera a si próprio como o “Rei da Equidade” e não da “Igualdade”. Diz o Código: *Eu sou Hamurabi, Rei da Equidade, a quem o divino Shamash outorgou a Verdade.*¹⁶²

A Igualdade, como princípio, foi incorporada pelo cristianismo. Como vemos na Segunda Carta aos Coríntios, escrita pelo apóstolo Paulo, aparece a menção ao princípio da Igualdade:

Mas, não digo isto para que os outros tenham alívio, e vós opressão, Mas para igualdade; neste tempo presente, a vossa abundância supra a falta dos outros, para que também a sua abundância supra a vossa falta, e haja igualdade; Como está escrito: O que muito colheu não teve demais; e o que pouco, não teve de menos.¹⁶³

Nesses versículos está sendo anunciada a igualdade econômica, sendo uma das primeiras vezes que aparece na literatura ocidental uma reflexão sobre a mesma. Isso não quer dizer que a igualdade fosse a forma de organizar a cosmovisão dos cristãos, mas que é apresentada como alternativa para pensar as relações sociais e econômicas, seja como um desvio ou como uma possibilidade.

A questão das formas de tratamento ao interior de sociedades desiguais, teve reflexões ou ações ao longo dos séculos. De fato, nas nações católicas da Europa Ocidental são consideradas três noções de relacionamento entre os diferentes grupos humanos e entre os seres humanos entre si: Equidade,

162. Como vemos no texto, a *Equidade* é igualada à *Verdade*. O Código de Hamurabi é considerado uma das primeiras codificações de normativas societárias. A estela em que se encontra é datada no século XVIII ac. Antes dessa codificação encontramos um outro código com o mesmo princípio da “equidade” como base de relacionamento entre partes. O código mencionado é o de Ur Namu datado no Século XXI ac. Voltando ao Código de Hamurabi as normas estão sempre relacionadas com compensações ante possíveis perdas ou danos que possam ter sido ocasionados. O Código de Hamurabi está disponível na Internet: <http://www.ataun.net/BIBLIOTECAGRATUITA/Cl%C3%A1sicos%20en%20Espa%C3%B1ol/An%C3%B3nimo/C%C3%B3digo%20de%20Hammurabi.pdf> (Acesso em: 05 ago. 2022).

163. *A Bíblia* 2 Coríntios 8, 13-15.

Analogia, Reciprocidade.¹⁶⁴ Giovanni Levi analisa a Reciprocidade na região do Mediterrâneo e apresenta a questão da justiça distributiva em sociedades hierarquizadas como nessas sociedades na Idade Moderna. O grande problema do período é manter a ordem social quando as normas escritas são inferiores à jurisprudência. A pergunta é: como criar consenso nessas sociedades? Em princípio, o consenso está dado pelos usos e costumes e nesse sentido devia primar a “equidade”, ou seja, o princípio de que os agentes são desiguais e que as relações entre eles são hierárquicas e não de horizontalidade. Por outro lado, a reciprocidade que Levi apresenta para o período não se dá entre iguais, mas entre sujeitos em escalas hierárquicas, portanto há reciprocidades e não uma relação de ida e volta. Essas reciprocidades dependem do lugar que cada sujeito ocupa no entramado social e que podem ou não ser análogas a outros grupos dentro do mesmo. Nestas sociedades só pode existir igualdade entre iguais.

Por tanto, nas sociedades pré-capitalistas se não é possível ter igualdade, teremos outro tipo de relacionamentos. Isso não quer dizer que o capitalismo é o território da igualdade. Na realidade, o Capitalismo é coetâneo da promessa de igualdade que significou a desagregação dos sistemas feudais e absolutistas. O Capitalismo acabou com os sistemas econômicos anteriores com muita rapidez e impedindo a adaptação na passagem entre sistemas. Os sistemas de reciprocidade múltiplos baseados na equidade foram desagregados antes mesmo de permitir a adequação dos grupos sociais a uma nova realidade da igualdade. O discurso da igualdade deve ser visto muito mais como uma possibilidade antes que como uma realidade. E continua a ser assim. Porém, o sistema democrático que se estrutura coincidentemente com o Capitalismo traz a promessa da Igualdade para o centro da cena e para o debate na relação entre política, sociedade e economia.

Essa é uma quebra na cultura ocidental. Até esse momento a desigualdade é uma constante, a partir daqui a igualdade passa a ser uma possibilidade ou uma ameaça, segundo o lugar que se ocupe na hierarquia social. Desde esse momento começam a ser enunciados diferentes projetos igualitários, os socialistas utópicos, os anarquistas e posteriormente os comunistas.

164. Essas categorias são analisadas por LEVI, Giovanni *Reciprocidad Mediterránea* IN: “Hispania, LX/1, núm. 204” Madri, 2000.

A Revolução Francesa teve como objetivo principal a melhora das condições de vida da população parisiense e as resistências relacionadas com esse objetivo acabaram com as instituições que impediam as melhorias. Para isso era preciso um novo regime que incorporasse a vontade dos diferentes atores ao tempo que permitiam a saída de cena da monarquia. Foram precisos muitos experimentos políticos antes de que se instaurasse a democracia na terra da triunfante Revolução política. Foi o primeiro passo para o estabelecimento de regimes democráticos, que carregam a promessa da igualdade. Quando menos a promessa da igualdade entre cidadãos e não entre agentes econômicos.

Revoluções tinham existido anteriormente, porém, sem conseguir derrotar o princípio da desigualdade. Quando revemos a Revolução Inglesa (1642-1651) vemos uma série de movimentos que pretendiam a igualdade entre os diferentes grupos humanos. Os *Diggers*, os *Levelers* e os *True Levelers* defendiam a igualdade ante a lei, e também a construção da igualdade entre os diferentes setores sociais. Para esses movimentos a igualdade chegaria de diferentes formas, podia ser pela ocupação das terras ou pela distribuição dos ingressos.¹⁶⁵ Porém, as propostas e os intensos movimentos de camponeses não tiveram a possibilidade de se consagrar vitoriosos nessa disputa. Anteriormente poderíamos mencionar as *jacqueries* que tiveram lugar na Europa Ocidental entre os Séculos XIV e XVII, e propunham a consagração de uma sociedade igualitária. Ou, também, poderíamos procurar as lutas igualitaristas nas heresias camponesas italianas analisadas por Giovanni Levi e Carlo Ginzburg.¹⁶⁶

Todos os movimentos anteriores à Revolução Francesa fracassaram em todos os seus objetivos, dos menos ambiciosos àqueles que propunham a transformação completa do sistema, em caso que propugnassem uma

165. Para mais dados sobre os diferentes grupos da Revolução Inglesa ver: HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça. Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

166. Sobre as *jacqueries* ver: LADURIE, Emmanuel Le Roy. *História dos camponeses Franceses, vol. 1*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2007, ver cap. 5. As heresias e as suas perseguições em GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem. Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010 e LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII*. RJ, Civilização Brasileira, 2000.

mudança sistêmica. E nem mesmo a Revolução Francesa teve sucesso e deve ser vista mais como uma proposta que demoraria a vingar. Ou pelo menos demoraria a vingar a igualdade ante a lei. O que não foi incorporado foi a igualdade econômica. Unicamente algumas dissidências desde a Revolução Francesa podiam incorporar a igualdade como objetivo definitivo, como por exemplo, a Conspiração dos Iguais de Graco Babeuf ou a constituição de sociedades utópicas, como o Falanstério de Charles Fourier.

Se a Revolução Francesa assentou as bases para poder pensar na igualdade ante a lei, dificilmente poderíamos pensar a igualdade econômica. A divisa Liberdade, Igualdade e Fraternidade podia remeter a uma origem comum dos homens e a uma irmandade universal e atemporal, mas dificilmente poderia ser um objetivo em si mesmo. A Liberdade revolucionária convivia com a escravidão comercial e a Igualdade com autoridades aristocráticas.

Um observador francês conservador nos Estados Unidos veria como a Democracia nesse país contribuía para o crescimento econômico acelerado, mas, fundamentalmente, contribuía para a construção de uma sociedade igualitária. Certamente que essa igualdade não era universal ou podia ser observada como objetivo nalguma parte desse país, uma vez que uma boa parte do mesmo era escravocrata, pelo qual não havia a mínima possibilidade de estabelecimento de uma igualdade jurídica ou econômica. Alexis de Tocqueville, o observador em questão, opunha “liberdade” a “igualdade” fundando uma interpretação que se repetira em outros pensadores liberais do Século XX e XXI. Como afirma Tocqueville: “*E, se fosse necessário enfim chegar a uma igualdade completa, não seria melhor deixar-se nivelar pela liberdade do que por um déspota?*”¹⁶⁷.

Ou seja, se a igualdade era uma possibilidade a mesma não precisava estar em contraposição com a liberdade. Porém, podia acontecer que uma estivesse por cima da outra, não pareciam de convívio necessário, mas, e em certo sentido, contrapostas. Tocqueville é a base do pensamento contemporâneo na sua contraposição entre “liberdade” e “igualdade”. Poderíamos dizer que

167. - TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo, Martins Fontes, 2005, p. 371.

essa é a base da discussão sobre a igualdade, como contraposta à liberdade, ao longo do Século XIX e até o Século XXI.

É paradoxal que o debate entre liberdade e igualdade começa a surgir no contexto da expansão colonial europeia na África e na Ásia. Ou talvez não seja paradoxal, porque justamente o que permitiu a consolidação de uma melhora do padrão de vida europeu foi a expansão colonial. O acesso aos milhões de novos hectares destinados à agricultura, o aumento da exploração de bosques, da mineração foi justamente a colonização. A exploração colonial aumentou as riquezas dos que tinham o capital suficiente para iniciar essas explorações, ou do sistema financeiro que sustentava e criava instrumentos para financiar a colonização. A riqueza obtida pela exploração colonial estendia-se aos trabalhadores metropolitanos na medida em que melhorava o seu padrão de vida pela diminuição do custo dos consumos na alimentação e na vestimenta, assim como crescia a quantidade de trabalhadores empregados e melhorava a qualidade da moradia. Os trabalhadores tinham um benefício marginal, na medida em que deviam processar os produtos chegados das colônias, dos quais seriam o principal mercado consumidor.¹⁶⁸

É evidente que existe uma tensão entre liberdade e igualdade e que a igualdade questiona os valores da liberdade. Se todos temos as mesmas possibilidade e direitos, a liberdade pareceria estar em tela de juízo. Na realidade deveria ser o inverso. Até o momento a liberdade, de alguns, foi sustentada na desigualdade de muitos. Ao longo do Século XIX as independências americanas, começando pelas Treze Colônias, se realizaram invocando a liberdade como legitimadora da nova relação entre as nações. Porém, ao mesmo tempo a liberdade não implicava na igualdade de direitos entre os seres humanos. A liberdade nacional implicava na continuidade da escravidão, como principal exemplo. Se Tocqueville se referia ao avanço da igualdade nos Estados Unidos era porque não considerava a existência da escravidão como elemento de contestação da liberdade. Esse é o ponto de partida para a análise da igualdade, ou seja, como contraposta à liberdade.

168. Há um extenso debate sobre a melhora ou piora das condições de vida dos trabalhadores ingleses durante a Revolução Industrial, porém, sobre a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores durante a era do Império, ou do colonialismo, podemos ver a HOBBSAWM, Eric. O fazer-se da classe operária, 1870-1914. In: HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

A escravidão é fundamental na compreensão da diáde igualdade/ desigualdade no Século XIX. Thomas Piketty identifica a conformação da desigualdade à escala global com o início do processo de colonização. Embora Piketty se refira à colonização africana e asiática e não menciona a colonização das Américas, a análise proposta mostra como Grã-Bretanha se transformou na principal potência econômica do Século XIX enquanto a China, país que tinha características similares em relação à produção e ao próprio desenvolvimento dos meios de produção, não conseguiu acompanhar o processo. Se existe alguma diferença entre os dois países é justamente o processo de colonização. E este é o momento de construção de desigualdades, a escala global e a consagração de ganhadores e perdedores na corrida pela primazia econômica e militar. A expansão comercial e militar que empreende a Inglaterra desde o Século XVII será o ponto de partida para o seu formidável desempenho econômico da segunda metade do Século XVIII e do Século XIX e a base desse crescimento é a exploração e conquista de população de além-mar.¹⁶⁹

Em princípio este artigo é parte de um livro que trata da questão das “desigualdades”. O livro como um todo é parte de um projeto de pesquisa que tem como título “Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial”, ou seja, o nosso ponto de partida são as Desigualdades. Porém estudar as desigualdades implica assumir que na sociedade contemporânea não existe a igualdade ou que esta é uma utopia. Justamente o que Piketty intenta no seu livro *Breve história da igualdade* é reconsiderar que o que está em questão não é unicamente diminuir a desigualdade, mas entender qual é o objetivo principal do seu trabalho, avançar em direção da *igualdade*.

No caso do nosso projeto, quando estendemos a temporalidade e a espacialidade pela qual analisamos as desigualdades vemos que a promessa igualitária da Democracia que mais não seja perante a lei, conflita com a Desigualdade criada e sustentada pelo Capitalismo, como sistema que regula e administra as relações entre as pessoas e a distribuição dos bens e

169. Piketty baseia a sua análise no livro de Keneth Pommeranz “A grande divergência”, porém agrega elementos originais à tese e novas estatísticas que validam a tese original e ampliam os seus significados. Para mais detalhes ver: PIKETTY, Thomas. *Une brève histoire de l'égalité*. Paris, Editions do Seuil, 2021 (ver capítulo 3 “L’heritage esclavagiste e colonial”)

serviços na sociedade. Por isso, os programas de luta contra a desigualdade (em qualquer uma das suas variantes) sempre se propõem ao combate a esta questão, pensando que a desigualdade tem uma temporalidade curta. Ou seja, que num passado relativamente recente, a *era de ouro do capitalismo*, a igualdade estava relativamente próxima. Nesse sentido, a temporalidade mais ampla que os organismos de financiamento para pesquisas sociais aplicadas ou para o combate das desigualdades aceitam, está na ordem de uns trinta por cento, sem mencionar a origem do retrocesso nesse período.

Nesse sentido é muito interessante a virada proposta por Piketty na *Breve história da Igualdade*. Nos últimos tempos, e este artigo é prova disso, estávamos discutindo a “desigualdade”, dando por garantido que a igualdade não fosse possível. Porém, desde o título Piketty inverte a situação. Se a desigualdade é uma realidade impossível de ser ignorada e uma característica básica de qualquer vida em sociedade, isso não deve ser um empecilho para poder pensar nas igualdades possíveis. Para começar com a forma em que é distribuída a riqueza de uma determinada sociedade, mas também com as desigualdades existentes entre sociedades diferentes. Como, por exemplo, as diferenças existentes entre o Norte e o Sul global, entre as sociedades consumidoras e as sociedades produtoras, e assim por diante. De qualquer forma, devemos pensar na igualdade como um objetivo. Se o objetivo pode ou não ser alcançado seria uma outra questão. Mas, ao deixar de partir da desigualdade como se fosse um dado da realidade e colocamos a “igualdade” como objetivo alteraremos os objetivos a serem alcançados pelas diferentes sociedades. A desigualdade é o ponto de partida para chegar à igualdade, no lugar da desigualdade como uma realidade que deve ser modificada, sem especificar um objetivo final.

Um livro muito interessante sobre o aprofundamento das desigualdades é “Sem logo. A tirania das marcas num planeta vendido” de Naomi Klein.¹⁷⁰ O livro data de 1999 e analisa o contexto da transformação do mercado de trabalho americano durante as *Reaganomics*, como foram conhecidas as políticas econômicas neoliberais de Ronald Reagan. Klein descreve a

170. KLEIN, Naomi. *No Logo: El poder de las marcas* Madri. Paidós, 2000. Há versão em português distribuído gratuitamente em http://imediata.org/altercomjor/textos/Naomi_Klein_-_Sem_Logo.pdf

transformação do sistema produtivo dos Estados Unidos, o processo de desindustrialização, de *outsourcing* (ou produção em paraísos trabalhistas com salários menores e sem cargas trabalhistas), de endividamento dos cidadãos desse país com a bolha das hipotecas e os resultados desastrosos no tecido social e econômico. Naomi Klein não estudou as desigualdades, porém, apontava que esse período devia ser visto como um momento de construção de desigualdades de novo cunho, mesmo quando ela não utiliza essa terminologia. Na leitura de Klein os Estados Unidos não eram um paraíso, mas existia a possibilidade da mobilidade social ascendente pelo trabalho e pelo acesso a um sistema universitário que se democratizava e passava a praticar ações afirmativas para incorporar os grupos tradicionalmente excluídos do ensino superior. As *Reaganomics* limitaram a ascensão criando uma falsa sensação de um capitalismo de proprietários. O capitalismo de proprietários e rentistas, pelo contrário, não só não se concretizou em momento algum, desaparecendo com o estouro da bolha das hipotecas, como criou uma nação de endividados que também destruía o mercado de trabalho industrial. Os Estados Unidos passaram por um processo de McDonaldização: empregos de baixa qualificação, com aumento da quantidade de horas de trabalho e com baixos salários.

A reviravolta analisada por Naomi Klein, que vem acompanhada de mudanças ideológicas e políticas para a adaptação dos trabalhadores à nova situação socioeconômica, são uma parte do processo. Naomi Klein pode datar essa mudança e essa datação é muito utilizada pelos organismos internacionais que lidam com as desigualdades. É possível assumir que há uma piora global das condições de vida e criar uma data aproximada em que se produz esse fenômeno. Esse mecanismo é muito interessante porque isenta às próprias organizações de ter respaldado as reformas ou de não ter sido o suficientemente incisivas na sua rejeição.

Voltamos à igualdade como objetivo e a desigualdade como ponto de partida. Os organismos internacionais têm uma forte preocupação com a realização de esforços para reduzir as distâncias entre ricos e pobres ou para a diminuição da pobreza. Esse é o ponto de partida para a criação de uma agenda sobre desigualdades. Poderíamos pensar que desde a Eco-92 que teve lugar no Rio de Janeiro destinada a pensar as mudanças climáticas e a

necessidade de tomar medidas para paliar os primeiros efeitos que começavam a se fazer sentir nesse momento. Pouco tempo depois, em novembro de 1996, teve lugar a Cúpula Mundial da Alimentação na que foi redigida a “Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial” o que logo se transformaria no Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação. O objetivo era a melhora das condições de alimentação entre os pobres em escala global. Para isso se apresentavam uma série de objetivos menores e destinados a dar viabilidade ao plano geral.¹⁷¹

Essas duas cimeiras davam a entender que a pobreza ocasionada pelas desigualdades eram questões relativamente recentes, produtos de algum tipo de desbalanceamento na distribuição de ingressos ou na apropriação da riqueza de forma inadequada. Os objetivos não apareciam como um plano destinado a combater as desigualdades, mas uma delas em especial: a fome. Um certo voluntarismo e uma boa dose de ingenuidade, ou cinismo, pareciam suficientes para decidir esse passo.

A falta de resultados não foi um empecilho para uma nova empreitada em escala global. Uma nova bateria de propostas, que incorporavam os objetivos dos dois grandes encontros anteriores e pensando que novas questões deveriam ser tratadas. Para isso teve lugar o lançamento dos “Objetivos do Milênio” de 2000. Os objetivos que deveriam ser alcançados em 2015 eram os seguintes:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar o ensino primário universal;
3. Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.¹⁷²

171. O plano geral elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, mais conhecida pela sua sigla em inglês: FAO, está disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>

172. Os objetivos estão disponíveis em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>

Como os objetivos não foram alcançados no prazo previsto, foram lançados novos compromissos, mais ambiciosos e igualmente de difícil realização: Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Desta vez foram aprovados na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2015. Os objetivos são os seguintes:

- 01 - Erradicação da pobreza.
- 02 - Fome zero e agricultura sustentável.
- 03 - Saúde e bem-estar.
- 04 - Educação de qualidade.
- 05 - Igualdade de gênero.
- 06 - Água limpa e saneamento.
- 07 - Energia limpa e acessível.
- 08 - Trabalho decente e crescimento econômico.
- 09 - Inovação na infraestrutura.
- 10 - Redução das desigualdades.
- 11 - Cidades e comunidades sustentáveis.
- 12 - Consumo e produção responsáveis.
- 13 - Ação contra a mudança global do clima.
- 14 - Vida na água.
- 15 - Vida terrestre.
- 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.
- 17 - Parcerias e meios de implementação.

A multiplicação dos objetivos não parece ter impactado necessariamente na diminuição da pobreza, no estabelecimento de uma paz entre países de forma duradoura e nem diminuído a fome em escala global. E poderíamos nos perguntar o porquê desse fracasso ou dessa falta de êxito. Primeiro poderíamos dizer que identificar problemas não implicam numa solução necessária, também poderíamos atribuir o fracasso aos sujeitos envolvidos nestas ações, e não me refiro unicamente a quem enuncia os problemas.

Vamos dar algumas interpretações destas questões. Em princípio procuram-se indicadores simples e que, por tanto, tendem a simplificar os problemas. Por exemplo, o problema do meio ambiente é reduzido à produção de dióxido de carbono que produz o efeito estufa. O efeito

estufa leva a um aumento da temperatura global e isso acaba provocando as mudanças climáticas. A solução é a diminuição da produção de dióxido de carbono ou a elaboração de medidas que possam contrarrestar a sua produção, como por exemplo, a venda de créditos de carbono em países pobres ou os subsídios para manter reservas florestais que compensem os gases produzidos. O primeiro problema está em reduzir uma questão a um único indicador, simplificando o problema e criando soluções simples para problemas complexos. Se o problema é o carbono a solução é diminuir a sua emissão, porém como fazer isso se o carbono lançado na atmosfera é produto da incorporação dos combustíveis fósseis em praticamente todas os consumos humanos: do transporte à alimentação, passando pelo vestimentas e a climatização? A grande solução radicou em vender cotas de carbono para os países não desenvolvidos, permitindo que os desenvolvidos consumam e produzam fartas quantidades de carbono enquanto outros devem limitar a sua produção. Sem contar que o fenômeno do *outsourcing*, antes mencionado, levou ao Sul Global a elaboração das mercadorias consumidas no Norte Global. Portanto, o Sul Global é duplamente penalizado: deve diminuir a emissão de gás carbono resultado da fabricação de mercadorias que não consumirá. E essas mercadorias podem ser produtos industrializados ou *commodities* agrícolas ou minerais, deixam resíduos tóxicos ou provocam o desmatamento criticado pelo Norte Global.¹⁷³ Como se trata o problema? Criminalizando as denúncias do impacto dos consumos do Norte Global e negando a responsabilidades dos consumidores globais e da cadeia de transferência dos recursos.¹⁷⁴

173. Uma análise detalhada desse paradoxo em MORENO, Camila; SPEICH, Daniel e FUHR, Lili. *A Métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2016.

174. Enquanto o artigo é produzido se desenvolve o conflito bélico entre Ucrânia e Rússia. Uma das suas consequências é a diminuição da venda de petróleo e gás russo para Europa. Finalmente se produzira uma redução dos consumos de energia que provocam emissões de carbono. Em compensação se incrementaram os “necessários” consumos de carvão mineral, um dos grandes vilões na produção de CO₂. Para isso as metas de produção de carvão foram sumariamente alteradas. Ver a seguinte reportagem de 23/06/2022 da Deutsche Welle: BRAUN, Stuart. *Guerra na Ucrânia ameaça metas climáticas globais*. <https://www.dw.com/pt-br/guerra-na-ucr%C3%A2nia-amea%C3%A7a-metas-clim%C3%A1ticas-globais/a-62238448>

Devemos perceber que as desigualdades se constroem e reproduzem em escala global. Cada local é responsável pelas suas próprias desigualdades, mas também há uma lógica, a escala global de produção e reprodução do sentido da desigualdade. Não é possível pensar em igualdade, Piketty nos desafia nesse sentido, quando nos deparamos com o esforço global de construir e apresentar soluções que não correspondem com as necessidades das populações alvo. Um dos mecanismos de perpetuação dos problemas e a assimetria na resolução dos problemas está num elemento que é desconsiderado como é a produção de dívidas globais. Os países endividados, esmagados pelos problemas ambientais e pelo peso da pobreza são eleitos como cobaias ou forçados a adotar as políticas de soluções simples estabelecidas nos organismos de governança global.

Há um exemplo muito interessante em relação às soluções propostas pelos especialistas dos organismos internacionais, vinculadas aos objetivos do milênio é a diminuição da pobreza. Inicialmente a ONU estabeleceu parâmetros locais para estabelecer o nível da pobreza. A pobreza é relativa às relações sociais, de produção e consumo de cada local. Dessa forma junto com os objetivos do Milênio foi criada uma “linha da pobreza” relativa ao país da medição. A localização da pobreza estava relacionada com as dificuldades para comparar locais com tradições culturais e consumos diferentes. Porém, a necessidade de ter um parâmetro global único fez com que o Banco Mundial, depois de uma série de pesquisas, estimasse que a linha da pobreza poderia ser estabelecida em 1,02 U\$S, criando dessa forma a “linha internacional da pobreza”. Rapidamente foi constatado um aumento da pobreza pela criação de um parâmetro global e que não se ajustava ao conjunto dos países medidos. Mas, se alguma política tinha ajudado ao crescimento da pobreza, foram as políticas do Banco Mundial e seus constantes planos de ajuste das contas públicas. A solução encontrada por James Wolfensohn, Presidente do Banco Mundial em 2001, foi afirmar que no longo prazo a pobreza estava diminuindo ao tempo em que eram tomadas uma série de medidas técnicas que tendiam a apreciar o poder de compra do dólar, sem considerar a sua desvalorização. Os parâmetros objetivos deviam ser relativizados aos impactos de longa duração, sem que o Banco Mundial tivesse qualquer participação nos mesmos e estivesse provocando um aumento generalizado da pobreza.

As críticas no Sul Global podiam continuar, mas não seriam atendidas pela imprensa dos países centrais interessada em celebrar seus próprios logros.¹⁷⁵

Dessa forma foi estabelecida uma política da negação da pobreza ou de ameaça aos países endividados. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional sendo os aríetes do poder econômico global e os principais elaboradores e guardiões das políticas globais de controle dos gastos públicos passaram a ter o controle das políticas econômicas de grande parte dos países do Terceiro Mundo. Dessa forma, os países do Sul Global tinham a responsabilidade por pagamento de empréstimos contraídos por privados ou para pagar dívidas com os financistas internacionais e por desenvolver políticas voltadas à diminuição da pobreza. Por meio do Banco Mundial e o FMI, o Capital financeiro conseguiu controlar as políticas econômicas, implementar programas de controle das finanças e da gestão do Estado estabelecendo políticas de austeridade que deveriam levar à criação de climas favoráveis aos negócios e, em última instância, ao desenvolvimento que nunca chega. Não há casos em que isso tenha acontecido. O que temos são estatísticas de pequenos e circunstanciais avanços nas condições econômicas das economias controladas pelas políticas de governança global, seguidos de cataclísmicos debacles sistêmicos, fomes, desagregação social e conflitos internos pelo controle da renda e dos recursos existentes. E os países que se mantêm autônomos sofrem com as agressões comerciais, políticas e militares dos países que controlam os organismos de governança econômica global.

Nada muito diferente do período colonial. A grande diferença entre um e outro período está na forma de dominação. Além do forte aparelho de legitimação mediático e acadêmico utilizado atualmente, o que temos é uma dominação em que a força militar é utilizada em última instância e depois de mudar o econômico para o político. Ou seja, o econômico é central, mas as justificativas acabam sendo políticas. A dívida pública é a chave. O estabelecimento de dívidas entre os países do Sul global é decisivo no controle das finanças públicas e, portanto, do conjunto das políticas econômicas e sociais.¹⁷⁶

175. Uma análise das políticas da pobreza em HICKEL, Jason. *The Divide. A brief guide to global inequality and its solutions*. p. 38 a 41

176. Para maiores detalhes do funcionamento da dívida ver: HICKEL, J. *Op. Cit.*

Quando falamos de desigualdades é importante a leitura local que se faz delas: como se constituem historicamente as mesmas e como se especializam, mas não podemos esquecer que a desigualdade também é produto da forma em que se gere e constrói o Estado. A dimensão externa também deve ser considerada. Em primeiro lugar, não podemos esquecer que o Sul Global é produto da experiência colonial e que dificilmente consegue soltar amarras desse passado. Segundo, o colonialismo se prolonga em mecanismos econômicos, culturais, políticos, etcetera. Terceiro, esses vínculos mascaram o controle econômico e inibem os mecanismos de distribuição dos recursos produzidos localmente, favorecendo aos países centrais e verticalizando as relações econômicas e sociais, reproduzindo os mecanismos de desigualdade historicamente construídos.

Referências bibliográficas

A Bíblia 2 Coríntios 8, 13-15 disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br/la-biblia-de-jerusalen/ii-corintios/8/>

“Código de Hamurabi” <http://www.ataun.net/BIBLIOTECAGRATUITA/C1%C3%A1sicos%20en%20Español/An%C3%B3nimo/C%C3%B3digo%20de%20Hammurabi.pdf> (Acesso em: 05 ago. 2022)

BRAUN, Stuart. *Guerra na Ucrânia ameaça metas climáticas globais*. <https://www.dw.com/pt-br/guerra-na-ucr%C3%A2nia-amea%C3%A7a-metas-clim%C3%A1ticas-globais/a-62238448> .

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem. Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

HICKEL, Jason. *The Divide. A briefguide to global inequality and its solutions* Londres, William Heinemann – Penguin / Random House, 2017.

HOBSBAWM, Eric. O fazer-se da classe operária, 1870-1914. In: HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça. Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

KLEIN, Naomi. *No Logo: El poder de las marcas* Madri. Paidós, 2000.

- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *História dos camponeses Franceses, vol. 1*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2007
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII*. RJ, Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni *Reciprocidad Mediterránea* IN: “Hispania, LX/1, núm. 204” Madri, 2000.
- MORENO, Camila; SPEICH, Daniel e FUHR, Lili. *A Métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2016.
- PIKETTY, Thomas. *Une brève histoire de l'egalité*. Paris, Editions do Seuil, 2021.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.



COORDENAÇÃO EDITORIAL: Betânia G. Figueiredo
DIAGRAMAÇÃO E CAPA: Amanda Paim do Carmo
REVISÃO: Cláudia Rajão

FORMATO: 15,5 x 22,5 cm | 211 p.
TIPOLOGIAS: Minion Pro e Myriad Pro.

